configurações

ISSN 1646-5075

09

REVISTA DE SOCIOLOGIA

N.º 9 | Junho de 2012

TRABALHO E GÉNERO: vidas precárias, percursos e acção colectiva

LÍNUS

Configuracoes 9.indb 1 09-05-2013 16:39:05

Título: CONFIGURAÇÕES 9 / JUNHO 2012

Director: Manuel Carlos Silva

Directoras-adjuntas: Johanna Schouten e Alice Delerue Matos

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense), Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Lovaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François Dubet (Univ. Bordéus), Hermínio Martins (St. Antony's College, Univ. Oxford), Ilona Kovács (Univ. Técnica de Lisboa), James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE-IUL, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Técnica Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova Lisboa), Maria Beatriz Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amesterdão).

Conselho Científico: Alice Delerue Matos (UM), Ana Maria Brandão (UM), Ana Paula Marques (UM), António Cardoso (Instit. Politec.Viana do Castelo), António Joaquim Costa (UM), Carlos Veloso da Veiga (UM), Catarina Tomás (Instit. Politec. Lisboa), Daniel Seabra (Univ. Fernando Pessoa), Dina Peixoto (ISCET - Porto), Domingos Santos (Instit. Politec. Castelo Branco), Eduardo Duque (UCP), Eugénia Rodrigues (Univ. Edimburgo), Helena Machado (UM), Ivo Manuel Domingues (UM), João Areosa (Metropolitano de Lisboa), Joel Augusto Felizes (UM), José Fernando Bessa Ribeiro (UTAD), José Machado (UM), Laurentina Vareiro (IPCA), Manuel Carlos Silva (UM), Manuel da Silva e Costa (Univ. Lusíada), Maria João Simões (UBI), Maria Johanna Schouten (UBI), Maria Paula Mascarenhas (UM), Paula Remoaldo (UM), Paulo Nuno Nossa (Univ. Coimbra), Rita Gonçalves Ribeiro (UM), Sheila Khan (UM), Teresa Mora (UM), Vera Duarte (ISMAI).

Conselho de Redacção: Adelina Correia (CICS-UM), Ana Jorge (CICS-UM), Ana Maria Duarte (UM), Antónia do Carmo Barriga (UBI), Baltazar Ricardo Monteiro (Instit. Politec. de Leiria), Daniela Craveiro (CICS-UM), Diana Miranda (CICS-UM), Emília Araújo (UM), Esser Jorge da Silva (CICS-UM), Fernanda Maria Nogueira (UTAD), Fátima Barbosa (CICS-UM), Filipe Santos (CICS-UM), Francisco de Azevedo Mendes (UM), Hélder da Costa Machado (UCP, Braga), Isabel Ventura (CICS-UM), José Pinheiro Neves (UM), Manuel Carvalho da Silva (Univ. Lusófona), Manuel José Sarmento (UM), Manuela Ivone Cunha (UM), Maria de Fátima Ferreira (UM), Maria de Guadalupe Lamy (Univ. Tec. Lisboa), Maria Norberta Amorim (UM), Miguel de Melo Bandeira (UM), Rafaela Granja (CICS-UM), Rita Borges (CICS-UM), Rita Moreira (CICS-UM), Rosa Adriana da Silva (CICS-UM), Rui Cruz (CICS-UM), Sílvia Gomes (CICS-UM), Telmo Caria (UTAD), Vítor Ribeiro (UM), Victor Terças Rodrigues (UM).

Secretariado: Ângela Matos (cics@ics.uminho.pt)

Propriedade, redacção e administração: CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710--057 Braga – Portugal. Telef.: 253 601 752. Fax: 253 604 696.Site: www.cics.uminho.pt

Coordenadores deste número: Alice Delerue Matos, Ana Paula Marques e Manuel Carlos Silva

Normas para apresentação e avaliação de artigos:

Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas na parte final da revista.

Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente a cada dois anos. A decisão final cabe ao(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, à Direcção do CICS.

Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.

Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, a/c Dra. Ângela Matos, Centro de Investigação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Edições Húmus, Lda., Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão, V. N. Famalicão. Tel. 252 301 382/ Fax. 252 317 555/ *E-mail*: humus@humus.com.pt

Assinatura anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros (2 números ou número duplo). Outros países: 25 euros.

Preço deste número: 12 euros.

Capa: Furtacores design; fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Papelmunde SMG, Lda. – V. N. Famalicão

ISSN: 1646-5075

Depósito Legal n.º: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Sollicitamos cambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste*.

Índice

Nota prévia 5
Manuel Carlos Silva

Introdução 7
Manuel Carlos Silva, Alice Delerue Matos, Ana Paula Marques

A profissionalização da Sociologia e o uso dualístico das Ciências Sociais 15
Telmo H. Caria, Filipa Cesar e Raquel Biltes

Redes e reconfiguração organizacional: o contributo de Norbert Elias 37
Helena Areias e Ana Paula Marques

Vidas operárias. A reconstituição etnográfica de contextos históricos em processo de (profunda) erosão social 57
João Valente Aguiar

Precariedade, sindicalismo e ação coletiva 81
Elísio Estanque

"Estou aqui por recear o meu futuro" 103
Juventude, precariedade e protesto
José Soeiro

Contextos, discursos e percursos na delinquência juvenil feminina 121
Vera Duarte

Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas 135
Manuel Carlos Silva, Ana Reis Jorge e Aleksandra Queiroz

Exceder os limites: 161
A Crítica feminista contemporânea na obra de Ana Bê
Lennita Oliveira Ruggi e Rosimeire Barboza Silva

Configuracoes 9.indb 3 09-05-2013 16:39:05

O envolvimento dos moradores nos programas de realojamento no Portugal democrático 181
Camila Rodrigues

P*romoção de sentimentos de pertença a uma empresa: gestão e monitorização de um blogue organizacional* 195
Carla Cunha e Ana Paula Marques

Recensão 219
Helena Machado e Filipe Santos (organização de)
Justiça, ambientes mediáticos e ordem social
Fernando Bessa Ribeiro

Abstracts / Résumés 223

Configuracoes 9.indb 4 09-05-2013 16:39:05

Nota prévia

Manuel Carlos Silva*

Sem ser tematicamente fechado, este número 9 da Revista Configurações oferece aos leitores um conjunto de textos sobre temas que se relacionam directa ou indirectamente em torno de tópicos nucleares nas ciências sociais num registo de problematização teórica, sem deixar de anotar, nalguns deles, a apresentação de resultados empíricos: o trabalho e os processos de profissionalização no campo da formação sociológica; a importância das redes nas reconfigurações organizacionais recorrendo ao conceito de configuração no quadro do legado de Norbert Elias; a reconstituição etnográfica de vidas operárias; o fenómeno da precariedade atingindo particularmente a juventude e a articulação deste problema com o sindicalismo e a necessária acção colectiva; a delinquência juvenil feminina; a desigual divisão sexual do trabalho no espaço doméstico em detrimento da mulher; a perspectiva crítica feminista na análise da obra de Ana Bê; a análise, na esfera reprodutiva, dos processos de realojamento no pós-25 de Abril de 1974; o papel dos blogues nos processos de identificação e pertença em contexto empresarial; e, por fim, a apresentação de uma recensão de uma obra sobre justiça, ambientes mediáticos e ordem social.

Enquanto Director do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS), cabe-me manifestar aos autores dos artigos o apreço e o agradecimento pelo envio dos seus trabalhos para a Revista *Configurações* que, uma vez sujeitos à arbitragem científica e aprovados, valorizam certamente a própria revista com os seus contributos.

Por fim, às colegas Alice Delerue Matos e Ana Paula Marques que comigo partilharam a tarefa de leitura e organização dos textos antes e após a recepção dos *referees* uma especial palavra de reconhecimento, assim como à Ângela Matos, Secretária do CICS.

* Director do CICS.

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 7-14

Introdução

Manuel Carlos Silva, Alice Delerue Matos, Ana Paula Marques

Nesta introdução procuramos sintetizar os diversos contributos sociológicos neste número da Revista *Configurações*, os quais, não obstante alguma diversidade, apresentam afinidades entre si e, em regra, uma lógica sequencial, o que nos permitiu encontrar conceitos-chave que presidem ao título deste número de Revista: "Trabalho e Género: vidas precárias, percursos e acção colectiva". Com efeito, como veremos, a maior dos textos incide sobre (*i*) o trabalho e temas próximos tais como profissionalização dos sociólogos e assistentes sociais; o papel das redes nas reconfigurações organizacionais e, de modo mais específico, o papel de um blogue organizacional na gestão de uma empresa; vidas operárias no Alentejo durante o Estado Novo; situações de precariedade laboral, nomeadamente entre os jovens; (*ii*) o género e tópicos afins nomeadamente sobre percursos e discursos na delinquência juvenil feminina, as desigualdades de género em espaço doméstico e a crítica feminista contemporânea na obra literária de Ana B; (*iii*) e, na esfera da reprodução social, o envolvimento de moradores nos programas de realojamento. Na grande parte dos textos, há um elemento comum bem presente, pelo menos em termos conclusivos: a necessidade de participação e acção colectiva, a fim de realizar os objectivos em causa. Mas detenhamo-nos um pouco mais sobre os conteúdos dos diversos artigos.

Num primeiro texto de elevada reflexão sociológica é convocado por Telmo Caria, Filipa César e Raquel Biltes o tema da profissionalização da sociologia e o uso dualístico das Ciências Sociais na mira de evidenciar a necessidade de teorização adequada nas oposições entre Sociologia e Serviço Social e nas relações entre teoria e prática no trabalho científico e profissional em Sociologia. Após uma revisitação crítica de contributos de diversos sociólogos, nomeadamente portugueses, sobre as relações entre ciência e profissão, os autores procuram contribuir para "resolver o hiato entre o domínio simbólico de análise (de explicação) da realidade e o domínio prático da intervenção (de investigação) em situação (na academia ou fora dela)", sustentando a bidireccionalidade entre

Configuracoes 9.indb 7 09-05-2013 16:39:05

ciência e profissão e deixando como problema em aberto a dualidade de saberes e competências nos dois tipos de usos do conhecimento, ou seja, de estilos de uso do conhecimento entre os campos científicos das Ciências Sociais e os campos profissionais de uso social das mesmas ciências.

Seguidamente, Helena Areias e Ana Paula Marques, visando aprofundar o conceito de "redes" e "reconfiguração organizacional", em especial a partir do pensamento de Norbert Elias, desenvolvem o seu artigo a partir de um trabalho de revisitação do legado daquele autor e dos seus contributos heurísticos para a sociedade actual. Tendencialmente, a homogeneização de procedimentos/acções e a previsibilidade de finalidades/resultados das organizações de outrora deram lugar à incerteza, instabilidade e complexidade, constitutivas das *maneiras de ser* das organizações de hoje. Neste novo cenário poder-se-á compreender que as perspectivas clássicas sobre a organização racional-burocrática e tayloristafordista, inscritas numa ordem vertical e hierárquica, passem a ser criticadas tanto do ponto de vista epistemológico, como praxeológico, dada a ausência ou insuficiência conceptual na análise de estruturas em rede ou de configurações organizacionais policêntricas. Estas têm vindo a ser potenciadas pela revolução das tecnologias de informação e comunicação, pela crise económica do capitalismo e problematização do papel do Estado, bem como pela reivindicação de protagonismo e participação dos diversos atores (individuais e colectivos) nas sociedades contemporâneas. As parcerias interorganizacionais, induzidas pelo *Programa Rede*, ilustram uma das tendências centrais em curso. Ou seja, a organização em rede implica uma nova abordagem quanto aos processos de decisão, planeamento e avaliação, considerando as dimensões de risco, interdependência e aprendizagem. Convocando a teoria da configuração de Norbert Elias em vista à superação da dicotomia clássica "indivíduos" e "sociedade", as autoras colocam com pertinência a ênfase nos processos sociais na medida em que os actores, em situação de interdependência, (re)configuram sociedades dotadas de historicidade e dinâmica tensional, procurando deste modo uma alternativa crítica para lá da lógica tradicional da racionalidade linear e determinista.

Tendo por base o valor do trabalho e a relevância dos processos de consciencialização e organização das classes sociais, João Valente Aguiar, com base no método biográfico e etnográfico, dá voz e reconstitui vidas de operários no Alentejo ao tempo do Estado Novo, as suas subjectividades e experiências comunitárias de entreajuda, os processos de resistência e luta (vg. a luta pelas 8 horas de trabalho a substituir o trabalho braçal de sol a sol) contra a exploração e dominação dos latifundiários e a repressão do regime ditatorial salazarista e caetanista. Ou seja, através de relatos de três histórias de vida narradas por três operários idosos, a classe operária alentejana, hoje em profunda erosão social, é todavia reconstruida na sua história e identidade, nos seus hábitos e universos simbólicos e culturais de classe, nas redes de sociabilidade e interconhecimento. Os interlocutores do autor, articulando as suas experiências de sofrimento e

prisão, luta e liderança no quadro das acções colectivas pelos seus direitos em prol do direito ao trabalho, de salários dignos e pelo derrube do regime, prosseguem as suas narrativas das vivências do pós 25 de Abril de 1974: a libertação da dominação latifundiária, nomeadamente pela ocupação de terras, não para se apropriarem destas em termos individuais mas para assegurarem o trabalho como fonte de subsistência digna e criação de riqueza. Em suma, trata-se de uma reflexão do autor em que a história, a sociologia etnográfica e reflexiva operam um encontro feliz e vantagens mútuas.

Ainda tendo como central o trabalho mas focalizado nas formas de precarização das relações laborais nos mercados de trabalho com subsequente perda de direitos, quebra da concertação colectiva e do tradicional 'contrato social' entre capital e trabalho, Elísio Estanque analisa de modo incisivo como anteriores formas 'atípicas' e excepcionais de trabalho precário se estão a converter, na actual fase do capitalismo global e correlativas políticas neoliberais, em formas padronizadas de precariedade, acompanhadas de desregulação laboral e gradual desmantelamento do Estado Social. Perante esta nova realidade o autor, após uma retroprojecção comparativa ao capitalismo 'selvagem' do século XIX e às profundas crises na primeira metade do século XX, analisa as sucessivas e diferenciadas respostas sindicais e, em particular, do velho e combativo movimento sindical de classe, acabando contudo por desafiar a tradicional narrativa da classe operária de inspiração marxista, hoje confrontada com dificuldades de fazer face às novas situações e problemas que têm dado origem a novos movimentos sociais. E, com este diagnóstico, Elísio Estanque atribui cada vez maiores potencialidades aos novos movimentos sociais. Mais, nesta perspectiva e tendo presente a realidade estruturante do trabalho precário, disseca e analisa as novas subjectividades, formas culturais e 'políticas identitárias', em que, pela combinação das redes sociais e acções de rua, emergem novos actores sociolaborais tais como os movimentos "Fartos d' Estes Recibos Verdes" (FERVE), "Precários Inflexíveis" (PI), o "MayDay" e "EuroMayDay". Por fim, considerando estes movimentos e os novos desafios do actual contexto, o autor avança com uma polémica conclusão intitulada "sindicatos *versus* movimentos", sem deixar de propor, entre outros imperativos, a necessidade de um sindicalismo de novo tipo, de um movimento social global orientado para a centralidade do trabalho e do 'contrato social', relevando a democracia participativa e a intervenção cidadã para além da esfera laboral e do quadro nacional.

Dando sequência à problemática da precarização, José Soeiro problematiza os movimentos sociais juvenis apartidários que, um pouco por toda a Europa e no mundo árabe, se insurgem desde 2011 contra a precariedade laboral, as condições de trabalho e o desemprego. Para o autor a precarização da inserção profissional dos jovens insere-se no processo de reestruturação produtiva na nova fase do capitalismo desregulado que se manifesta, no plano das organizações, pela individualização das tarefas, promoção da mobilidade e adap-

tabilidade dos trabalhadores, dispensa de contractos colectivos de trabalho e subcontratação, entre outros aspectos e, no plano individual, por trajectórias profissionais descontínuas e difusas. No plano ideológico, o autor sublinha a narrativa do "novo espírito do capitalismo" que distorce os ideais de liberdade e de autonomia e que exalta a "plena atividade" sem que tal implique o "pleno emprego", pressionando os indivíduos a aceitarem qualquer trabalho sem os direitos inerentes. Em Portugal, este processo apresenta características específicas e atinge sobremaneira os jovens que apresentam uma inserção profissional que José Soeiro com justeza classifica de longa, penosa e complexa, ainda que socialmente desigual. A luta política contra a lógica da precarização tem mobilizado os jovens que, em regra, exprimem através de diversos agrupamentos (Precários Inflexíveis, FERVE, MayDay) e manifestações relativamente espontâneas a sua insatisfação, ressentimento e revolta perante uma situação de desemprego estrutural, subemprego e precariedade, que atinge todas as gerações e, nesta óptica, o autor rejeita a narrativa da 'guerra de gerações'. O êxito da luta encetada depende, segundo o autor, da capacidade de comunicação, dos entendimentos e práticas dos diversos atores sociais, desde a sociedade civil não organizada aos partidos e sindicatos, e da capacidade de aprendizagem mútua destes atores.

Ainda prosseguindo com o tema da juventude, Vera Duarte traz a debate um tema a que não tem sido dada a necessária atenção como é o caso da delinquência juvenil feminina e seus contextos, discursos e percursos. Trata-se de um texto resultante do trabalho de investigação desenvolvido no quadro da sua tese de doutoramento, na qual problematiza a delinquência juvenil feminina e, em particular, as experiências e significados das formas de transgressão das adolescentes e jovens nos seus percursos de vida, percursos esses que desembocaram em medidas tutelares educativas. O próprio tema, a sua caracterização e sobretudo a problematização equacionada pela autora desafia certos estereótipos e discursos, narrativas e padrões hegemónicos que associam, de modo quase exclusivo, a violência, a delinquência e o crime ao género masculino, vendo a mulher apenas como vítima. Tais narrativas e discursos não só tornam invisível a jovem como agressora, como, talvez mais flagrante, denegam a própria construção social da jovem como sujeito com voz e discurso. Este quadro discursivo induz a autora a problematizar e operar um recorte teórico-metodológico em que cruza a teoria da acção estruturada com o interaccionismo simbólico e as teorias feministas e desenvolve uma estratégia de investigação, cruzando a análise de 31 processos individuais tutelares com 19 entrevistas de forte componente qualitativa. A autora detecta nos percursos das jovens situações de vulnerabilidade e risco, de exposição a maus-tratos, de desestruturação familiar ou abandono por ausência de um ou dos dois progenitores, ruptura nos vínculos afectivos familiares nomeadamente com relações de 'amor-ódio' com a mãe, absentismo escolar, abandono precoce e insucesso escolar e, com a fuga de casa e da escola, a busca

Configuracoes 9.indb 10 09-05-2013 16:39:06

de sociabilidades com pares mistos e/ou mais velhos em contextos de transgressão e delinquência. Por fim, é de sublinhar o modo como a autora, com base nos percursos e motivações das raparigas entrevistadas, destila de modo inovador vários tipos ou perfis de de percursos transgressivos: transgressão enfatizada (por revolta ou por escalada), transgressão-rebelde, transgressão-influência e transgressão circunstancial. Em suma, este estudo evidencia a necessidade de desenvolver uma agenda de investigação, prevenção e intervenção, valorizando as vozes das jovens e sendo sensível à perspectiva de género.

Considerando o trabalho já não no contexto produtivo formal mas na esfera informal imbricada nas formas de reprodução social, Manuel Carlos Silva, Ana Jorge e Aleksandra Queiroz debruçam-se sobre a divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, com base em resultados de um inquérito assente numa amostra por quotas aplicada a 802 pessoas em Portugal Continental, no quadro de um projecto de investigação sobre Desigualdades de Género, coordenado pelo primeiro autor. Uma vez identificado o problema nomeadamente a discrepância entre representações e práticas sociais no concernente à repartição de tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos entre homens e mulheres, os autores fazem uma breve revisitação teórica do conceito de representações com base em sociólogos clássicos e outros mais recentes, considerando que a divisão sexual do trabalho doméstico constitui um dos lugares e um dos mais fortes instrumentos estratégicos para aferir o grau de desigualdade de género. Os autores não se ficam por considerações teóricas mas avançam alguns resultados da referida investigação: um desigual grau de participação entre homens e mulheres, diferenciado por grupos profissionais e escalões etários; o dobro do tempo dispendido, em número de horas semanais, nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos por parte da mulher, nomeadamente nas tarefas mais rotineiras e/ou fastidiantes. Deste modo, as conclusões dos autores, reforçando conclusões de outros estudos a nível nacional e internacional, aliás referidos, põem em causa o modelo parsoniano de complementaridade de funções – instrumental por parte do homem enquanto provedor e expressivo pela mulher enquanto cuidadora – para diagnosticar uma relação assimétrica de género em detrimento da mulher, não obstante os avanços verificados. Tais conclusões exigem, para além da acção afirmativa dos movimentos feministas, uma mudança de mentalidades, representações e de práticas sociais, a colaboração de várias instituições e, em particular, políticas públicas adequadas tendo no horizonte um tratamento de equidade de género e emancipação social.

Seguidamente, já num registo e estilo de análise literária, Lennita Ruggi e Rosimeire Silva, partindo da obra da jovem escritora Ana Bê, discutem com argúcia a escrita feminista contemporânea. Num estilo poético, na continuidade da própria obra da escritora, interpretam as concepções do corpo na escrita de Ana Bê: corpo individual enquanto forma de afirmação do sujeito no mundo mas, ao mesmo tempo, corpo colectivo, inscrito cultural e historicamente, que

se realiza e é realizado na interacção com os outros. Denunciando as concepções estáveis do corpo e das identidades na sociedade capitalista, as autoras sublinham a tese de Ana Bê sobre o direito à diferença e o corpo como lugar de luta política. Finalmente, explicam com subtileza como a poesia e a prosa da escritora são pretexto para uma análise mordaz do discurso científico que, sob um véu de neutralidade e objectividade, se impõe como discurso "hermético, classificatório, universalizante e opressor", justificando a busca incessante da escritora por outras formas de se exprimir e de lutar por uma sociedade verdadeiramente democrática.

A complementar temas da esfera da produção, Camila Rodrigues, já na esfera da reprodução social, oferece um contributo de análise sociológica acerca dos programas de realojamento no contexto do pós 25 de Abril de 1974. Com efeito, uma das condições de reprodução social das famílias passa pela questão da habitação e, considerando as classes e grupos sociais mais desprovidos e sem alojamento condigno em bairros degradados, os problemas de realojamento. É neste quadro que a autora, sendo ciente de um campo de conflitualidade como é o da habitação, após breve referência de não resposta ou resposta supletiva e selectiva do Estado Novo ao problema, centra-se na análise dos programas de realojamento no Portugal democrático desde o 25 de Abril de 1974 até à actualidade, equacionando na análise os níveis e formas de envolvimento cívico dos moradores nesta questão nuclear, a qual nem sempre tem sido objecto de suficiente atenção e, muito menos, de preocupação nas políticas sociais. Mais, focaliza o seu olhar analítico sobre a rica experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) logo no pós 25 de Abril por despacho dos Ministério da Administração Interna e do Equipamento Social, na qual viriam a mobilizar-se populações e técnicos, experiência logo bloqueada em 1976 pelo próprio poder político. Segundo a autora, a implementação dos subsequentes Planos com apoios comunitários do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) nos anos '80, o Plano Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (PER) nos anos '90 e o PROHABITA a partir de 2004 tiveram por objectivos a erradicação de barracas, o envolvimento dos municípios e a alteração dos estilos de vida dos moradores. Todavia, a autora não só questiona o carácter estatizado destes planos que não têm em conta os recursos e a participação dos próprios moradores como interpela, de maneira subtil e arrojada, o alegado altruísmo dos dirigentes das ONG's que afinal traduzem perspectivas personalistas ou práticas não democráticas nos processos e na gestão de conflitos. Com efeito, a autora conclui que as populações, apesar das queixas e protestos sobre a implementação concreta dos programas, não têm autonomia mas são condicionadas por técnicos e sobretudo por dirigentes de ONG's, acabando por não obter empoderamento mas ser manipuladas, adoptar posicionamentos acomodatícios e atomizar-se.

Carla Cunha e Ana Paula Marques analisam o papel das novas tecnologias nomeadamente a criação de um blogue organizacional para efeitos de gestão e monitorização das acções e reacções dos trabalhadores e grau de presença ou ausência de sentimentos de pertença. As autoras, na análise de um blogue organizacional, recuperam os contributos clássicos da sociologia do trabalho, em especial desenvolvidos por R. Sainsaulieu, sem deixarem de contribuir para uma discussão do seu alcance heurístico face aos desafios que as organizações enfrentam na actualidade. Estes passam por processos de reconversão tecnológica e ideológica, desde logo pela imposição das tecnologias de informação e comunicação a todos os níveis da dimensão económica e societária, assim como de individualização e erosão de "culturas de trabalho", ou seja, de normas, valores e modelos culturais instituídos. Ao mesmo tempo, e em sentido aparentemente paradoxal, incentivam-se práticas e lógicas de organização dos quotidianos de trabalho que visam promover um "espaço" de interacção social entre os trabalhadores no seio de uma organização, alegando a construção de um espírito de comunidade e de identidade comuns. Será neste contexto que se percebe a importância de um blogue organizacional enquanto "ferramenta" privilegiada para potenciar sentimentos de pertença e de identificação à empresa. Sabe-se, no entanto, que este tipo de análise tende a resvalar, em muitos dos diagnósticos realizados, para um determinismo tecnológico, naturalizando, assim, muitas das suas opções, decisões e consequências no contexto das organizações. Contribuir para uma crítica do determinismo associado às novas tecnologias constitui porventura o maior contributo deste artigo. Com efeito, face às principais conclusões obtidas, as autoras precisam o alcance de um blogue organizacional quanto ao seu papel na promoção e divulgação dos símbolos e identidade da empresa no sentido de "cultura" organizacional. Mais, através de uma análise de conteúdo das publicações e comentários "postados" no blogue por um período de tempo, foi-lhes possível concluir pela identificação e compreensão de "subculturas" profissionais em função do perfil e posição hierárquica dos colaboradores. Portanto, não só as autoras fundamentam uma crítica à tendência homogeneizante e determinista da tecnologia – presente hoje como outrora no domínio dos estudos clássicos em sociologia do trabalho e das organizações – como reivindicam apropriações desiguais da mesma em função dos grupos sociais em jogo. Fica patente, igualmente, a ideia de que os espaços de trabalho contêm em si heterodeterminações várias, em que as tecnologias constituem uma entre outras, designadamente económica, organizacional, profissional e simbólica.

Por fim, este número da revista *Configurações* termina com uma recensão de Fernando Bessa Ribeiro ao livro organizado por Helena Machado e Filipe Santos intitulado "Justiça, ambientes mediáticos e ordem social", o qual, para além dos contributos dos próprios organizadores, recolhe textos de especialistas estrangeiros na área da sociologia e da criminologia. Como refere Fernando B.

Ribeiro, trata-se de um trabalho meritório e inovador na área da justiça e sua relação com os *media* e a polícia e, em particular, a mediatização da justiça e, através desta, a politização da justiça. A este respeito, a par de situações de não transparência e relativo alheamento dos cidadãos, afloram também conflitos entre os diversos actores institucionais denotativos das respectivas relações de força. Neste quadro, organizadores e autores do livro, ao analisarem, revelarem ou desconstruírem os meandros das relações entre as diferentes instituições, para além do ganho científico, proporcionam aos cidadãos instrumentos para escrutinar o papel da justiça, da polícia e dos *media* e suas relações de poder.

Configuracoes 9.indb 14 09-05-2013 16:39:06

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 15-36

A profissionalização da Sociologia e o uso dualístico das Ciências Sociais

Telmo H. Caria[*]
Filipa César[**]
Raquel Biltes[***]

Resumo

O objectivo deste artigo é, no fundamental, o de debater as relações entre teoria e prática no trabalho científico e profissional em Sociologia, mostrando que este debate carece de teorização adequada. Em consequência concebe-se o esboço de uma proposta sobre o tema que parte da hipótese de uma dualidade entre os processos simbólico-dedutivos e os processos prático-experienciais de acção social. Com este objectivo o artigo está organizado em dois subtemas:

— as oposições entre Sociologia e Serviço Social, quando aplicadas ao trabalho social no terceiro sector
— o debate em Sociologia sobre os processos de profissionalização em Ciências Sociais (CS)

No primeiro subtema apresentaremos algumas hipóteses de interpretação a partir de um estudo empírico sobre o tema, onde se põem em evidência as oposições e as aproximações entre o trabalho profissional de sociólogos e de assistentes sociais neste sector. Com base nestas hipóteses desenvolvemos no

[*] Professor de Sociologia e Ciências Sociais do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Investigador do CIIE da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (tcaria@utad.pt) e investigador associado do CICS, UM.

[**] Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mestre em Educação pela Universidade do Porto. Actualmente é bolseira de investigação no projecto FCT-SARTPRO: Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional do 3.º Sector (filipa.cesar@gmail.com).

[***] Mestre em Comportamento Desviante e da Justiça pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Actualmente é bolseira de investigação no projecto FCT-SARTPRO: Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional do 3.º Sector (raquel_biltes@hotmail.com).

Configuracoes 9.indb 15 09-05-2013 16:39:06

segundo subtema algumas das contribuições da Sociologia em Portugal para o debate sobre as relações teoria-prática nos processos de profissionalização das Ciências Sociais, tanto na profissão académica como nas profissões fora da academia.

Palavras-chave: Ciências Sociais, profissionalização, Sociologia, Serviço Social, teoria e prática.

1. Introdução

As propostas de reflexão que fazemos rejeitam em geral a dicotomia teoria-prática, mas reconhecem e conceptualizam a existência de uma dualidade entre os processos e saberes simbólico-dedutivos que orientam a análise da realidade e os processos e os saberes prático-intuitivos que orientam a intervenção nas situações de trabalho, sendo que ambos contêm a teoria e a prática, simultaneamente. Como mostramos no final, o problema da dualidade dos saberes ainda fica em aberto, porque continuamos demasiado dependentes de uma problematização que está centrada na razão teórica.

A bibliografia sobre o tema das relações entre teoria e prática tem décadas e desdobra-se em inúmeros contributos disciplinares de natureza científica. A julgar pela diversidade e quantidade de literatura científica existente seria esperado que o tema tivesse uma problematização teórica nas Ciências Sociais mais estável e rigorosa. Podemos dizer que nos sentimos em grande medida insatisfeitos com a forma demasiado fragmentada com que o assunto tem sido tratado nas Ciências Sociais[1]. Esta insatisfação tem-se mantido e tem acompanhado a carreira académica de um de nós (Telmo Caria) em Ciências da Educação, em Sociologia e em Ciências Sociais e mais recentemente na investigação sobre o Trabalho Social. Em todas estas áreas de conhecimento temos sido confrontados com diferentes modalidades de discussão e de análise de dados sobre o tema, que, do nosso ponto de vista, têm sempre ficado aquém das necessidades teóricas da investigação empírica dos últimos 15 anos, quando um de nós (Telmo Caria) se começou a dedicar ao tema do trabalho e do saber profissional (Caria, 2000; 2007; 2010a).

O tema parece ser demasiado complexo e as soluções encontradas para lidar com o mesmo parecem ser demasiado simples. As propostas para fundir os termos da relação centradas, por exemplo, nos conceitos de *praxis*, *teoria prática* ou de *prática teórica* parecem revelar-se insuficientes. O poder e o conhecimento na nossa sociedade separam a teoria da prática e a prática da teoria nas mais diversas formas; dicotomia que, julgamos, não poderá ser resolvida apenas por ajustamentos espontâneos e por actos bem-intencionados ou apenas por enunciados e argumentos retóricos.

[1] Sem o diálogo interdisciplinar necessário e quase sempre centrado numa epistemologia que se organiza preferencialmente a partir do conhecimento académico.

Para evitar simplificações analíticas e redundâncias teóricas, pretendemos com este artigo situar a análise do tema teoria-prática no debate que tem sido feito em Sociologia em Portugal sobre as modalidades de profissionalização das Ciências Sociais, tomando como ponto de partida a investigação empírica que está em curso sobre o trabalho social profissional, comparando sociólogos com assistentes sociais.

Este objectivo não é compatível, pela sua extensão, com uma revisão geral de literatura sobre o assunto da relação entre teoria e prática, embora seja de salientar que existem contributos epistemológicos e teóricos, de várias origens disciplinares, que tiveram uma influência decisiva naquilo que apresentaremos de seguida, especialmente aqueles que supõem um primado da prática sobre a teoria, e que para isso se inspiram em orientações fenomenológicas[2], não reduzindo a actividade sóciocognitiva apenas a um problema de relações de poder (Geertz, 2001; de Fornel & Quéré, 1999; Polanyi, 2009; Vygosky, 1987; Bourdieu, 1972; Schutz & Luckman, 2003; Schon, 1983; Goody, 1988; Olson, 1994).

O esboço de proposta sobre o tema que fazemos neste texto rejeita em geral a dicotomia teoria-prática, mas reconhece e conceptualiza a existência de uma dualidade entre os processos e saberes simbólico-dedutivos que orientam a análise da realidade e os processos e os saberes prático-intuitivos que orientam a intervenção social, sendo que ambos contêm a teoria e a prática, simultanea-mente.

2. Teoria e prática no trabalho social em Sociologia e em Serviço Social

Para quem está envolvido, em Portugal, na educação formal superior de assistentes sociais e tem desenvolvido investigação sobre o trabalho social, está habituado a ouvir considerações abstractas variadas sobre as relações entre a Sociologia e o Serviço Social, as quais geralmente procuram salientar a distinção e mesmo a oposição entre ambas. Esta oposição é um bom exemplo do que importa criticar e compreender quanto à génese e à forma que a dicotomia teoria-prática pode assumir em Ciências Sociais quando aplicada ao trabalho social.

O modo mais rudimentar e estereotipado de descrever e legitimar a oposição entre estas duas áreas de conhecimento é o de apresentar a Sociologia como centrada na ciência e na teorização dos enquadramentos e constrangimentos do trabalho social e, simultaneamente, apresentar o Serviço Social como centrado na aplicação de conhecimentos e na prática da profissão de trabalho social. Em benefício desta oposição simplista entre as virtudes teóricas de uma e as virtudes profissionais de outra, é comum os mais ortodoxos defensores desta oposição afirmarem que:

[2] Estes três princípios também orientaram um outro trabalho - este sim de revisão da literatura - sobre *culturas profissionais*, e que julgamos ter algumas afinidades com o tema deste artigo, pelo que sugerimos em complemento a sua leitura, (cf. Caria, 2008).

Configuracoes 9.indb 17 09-05-2013 16:39:06

— a Sociologia seria o melhor exemplo de Ciência Social, porque seria a mais capaz de entender e analisar de modo integrado a multidimensionalidade da realidade social nas suas facetas, simultaneamente materiais, económicas, simbólicas, culturais e políticas, podendo assim mais facilmente ultrapassar as limitações individualistas ou naturalistas do senso comum profissional na explicação dos fenómenos sociais.
— o Serviço Social seria o melhor exemplo de aplicação das Ciências Sociais (CS) porque conseguiriam suplantar as divisões disciplinares artificiais e abstractas existentes, dado que, para a maior eficácia do trabalho social, os assistentes sociais seriam aqueles que melhor formação teriam para integrar diferentes conhecimentos científicos e disciplinares das CS e para saber operacionalizá-los no terreno.

Este modo de apresentar as duas áreas de conhecimento pode ser considerado, hoje, em Portugal, como pouco consensual, fundamentalmente por razões empíricas:

— existem cada vez mais sociólogos que trabalham ao lado de assistentes sociais realizando, em conjunto, trabalho social em actividades sem propósitos académicos;
— existem cada vez mais assistentes sociais que desenvolvem actividades com propósitos académicos quando associam a sua actividade docente de formação em serviço social com a actividade de investigação não directamente ligada à eficácia da intervenção profissional.

Fruto desta progressiva coexistência, as duas áreas de conhecimento parecem estar cada vez mais em competição directa no mercado de trabalho.

No âmbito do projecto de investigação, em curso, FCT-SARTPRO[3] – realizado pelo grupo de investigação ASPTI[4] –, sobre o trabalho e o saber profissional no Terceiro Sector baseado em Ciências Sociais, é possível colocar algumas

[3] Projecto concebido em 2008, como proposta de investigação submetida a financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que veio a ser aprovado em 2009 e iniciado o seu financiamento em Fevereiro de 2010 [PTDC/CS-SOC/098459/2008]. Trata-se de uma parceria de investigação entre três centros de investigação universitários portugueses - CIIE Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Telmo H. Caria, Margarida Silva, Berta Granja e Fernando Pereira), CICS do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Ana Paula Marques) e CETRAD da Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Isabel M. Costa e Armando Loureiro) - a que foi associada a Universidade Federal da Bahia do Brasil. Tem ainda a consultoria externa da Professora Julia Evetts da Universidade de Notthingam e da Professora Susana Durão da Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

[4] Grupo informal de investigadores em *Análise Social das Profissões em Trabalho Técnico-Intelectual* (ASPTI) com origens disciplinares e institucionais variadas, criado em 2002 por Telmo H. Caria e localizado no norte de Portugal. Desde 2007 que o grupo ASPTI está sediado no CIIE (Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto) com a denominação de *Núcleo de Etnografias do Conhecimento Profissional* (NECP).

Configuracoes 9.indb 18 09-05-2013 16:39:06

hipóteses sobre tendências de profissionalização relativamente a ambas as formações académicas[5].

As assistentes sociais entrevistadas tendem a assumir tarefas com uma vertente mais interactiva, em contacto directo com os utentes e respectivas famílias, como sejam as visitas domiciliárias e todo o atendimento de triagem e de informação, actuando preferencialmente através das tarefas de diagnóstico e de contratualização com as famílias que passam pela interacção social e pelo trabalho de terreno. É possível encontrar, nestas profissionais, um *ethos* profissional pautado por uma motivação para "ajudar pessoas" que remonta ao início da sua carreira académica. Simultaneamente, a importância atribuída a "instrumentos", a "recursos" e a "respostas sociais" enquanto ferramentas a operacionalizar no apoio aos utentes é também bastante comum, ao ponto de a sua ausência ser percepcionada como um entrave ao exercício das suas funções; a título de exemplo, a extinção de alguns subsídios atribuídos pelo Estado ou a inexistência de apoios em algumas das áreas possíveis de intervenção extinguem quase por completo a sua capacidade de actuação e, consequentemente, essa motivação inicial, levando-as a optar pela especialização em outras áreas de intervenção ainda na licenciatura.

Já as sociólogas, não obstante terem desenvolvido no início da sua carreira profissional ou desenvolverem ainda actividades em contacto directo com a população utente, tendem a procurar uma carreira que evolua para cargos de coordenação, supervisão ou chefia, dedicando-se, a partir daí, preferencialmente, ao trabalho de gestão de projectos e respectivas equipas, às relações interinstitucionais e às tarefas de diagnóstico e planeamento que não exigem uma relação tão directa com os utentes. Esta posição permite-lhes manter uma visão mais abrangente das suas funções e da instituição em que trabalham e, concomitantemente, encarar a sua licenciatura como uma base, um início de formação que foi e deve ser complementado com outras formações complementares, académicas ou não, que lhes permitem obter ferramentas de índole mais aplicado para exercer as suas funções (por exemplo, formação em Qualidade ou em Gestão de Projectos).

Olhando para o conjunto das entrevistas, estas tendências parecem poder ser reconfiguradas no que se refere ao mercado de trabalho e à estrutura das organizações. No que diz respeito ao mercado de trabalho, algumas das entrevistadas parecem cientes da suposta competição directa entre várias licenciaturas em ciências sociais para as mesmas actividades e tarefas. No entanto, referem

[5] As tendências empíricas aqui apresentadas foram recolhidas através de entrevistas semi-estruradas sobre as trajectórias profissionais de 20 trabalhadores sociais do terceiro sector, com educação formal superior baseada principalmente em ciências sociais e humanas, todos do sexo feminino, com idades entre 25 e 40 anos e distribuídos por 20 organizações sem fins lucrativos, de modo equilibrado por três zonas sócio-geográficas (eixo Vila Real-Chaves e Bragança; grande Porto e eixo Braga-Famalicão-Guimarães) do norte de Portugal. Para mais informação sobre a metodologia desenvolvida, bem como sobre os saberes profissionais dos entrevistadores em contexto de trabalho académico (assunto directamente relacionado com o tema tratado neste artigo), cf. Caria *et al.* (2012).

Configuracoes 9.indb 19 09-05-2013 16:39:06

frequentemente que, nas organizações em que desenvolvem a sua actividade, cada elemento na equipa tem tarefas que lhe são específicas, assim como uma visão / postura própria perante os acontecimentos decorrentes da sua formação académica e que a presença de uma multidisciplinaridade de saberes é uma "mais-valia" na análise, avaliação e resolução de problemas do seu quotidiano profissional.

Nas organizações de maior dimensão, cada profissional parece ter tarefas muito específicas e bem delineadas, não havendo lugar a sobreposição de funções, enquanto em organizações mais pequenas a formação de base dos técnicos nem sempre está directamente ligada a uma determinada tipologia de funções e as tarefas já são mais partilhadas; nos gabinetes de RSI (Rendimento Social de Inserção), por exemplo, directamente dependentes da tutela da Segurança Social, a divisão e atribuição de tarefas estão perfeitamente definidas, enquanto em instituições menos dependentes desta ou outras tutelas vemos as mesmas funções serem exercidas por pessoas com formações de base distintas.

De acordo com estas orientações, parece que os sociólogos podem reivindicar serem aqueles que têm maior legitimidade para melhor pensarem o trabalho social, pois afirmam-se pelas actividades que mais evidenciam o domínio simbólico do trabalho social, tirando partido do facto de terem por base uma disciplina científica bem consolidada e institucionalizada em Portugal e de esta já ter servido como base para múltiplos processos de profissionalização no trabalho social. Os assistentes sociais parecem afirmar-se mais pelo domínio prático-experiencial do trabalho social, tirando partido da sua acrescida experiência de terreno e do conhecimento institucional dos meandros do trabalho social para melhor usar/potenciar o eclectismo da sua formação académica multidisciplinar. Por outro lado, a sua progressiva institucionalização científica em Portugal poderá vir a garantir-lhes a legitimidade de poderem reivindicar serem aqueles que melhor agem no trabalho social.

No entanto, importa não esquecer, e de acordo com os dados recolhidos no âmbito do Projecto SARTPRO, que estas disputas não se circunscrevem apenas a estes dois grupos profissionais. Os profissionais com licenciaturas na área da Educação (Educação Social, Ciências da Educação e Animação Sociocultural) e na área da Psicologia também são parte importante das equipas técnicas que realizam trabalho social e, portanto, também são protagonistas deste jogo de disputas de legitimidade para esta actividade.

Em resumo, a clássica separação entre teoria e prática no uso do conhecimento reproduz-se no trabalho social quando se trata de pensar a diferenciação da profissionalização de sociólogos e de assistentes sociais. A simples oposição entre, por um lado, ciência-teoria e, por outro, profissão-prática, transforma-se numa disputa sobre saber quais os melhores processos de legitimação dos saberes profissionais em trabalho social (Costa, 2004: 50), nomeadamente:

— a profissionalização de natureza dedutiva – que tende a ocorrer com os sociólogos e que garantiria o domínio simbólico da actividade –, que parte dos enunciados e das competências de base monodisciplinar e científica para uma experiência profissional fora da academia múltipla e plural do ponto de vista funcional;
— a profissionalização de natureza intuitiva – que ocorreria com os assistentes sociais e que garantiria mais facilmente o domínio prático da actividade –, que parte da experiência acumulada e profissional fora da academia, de construção de competências e conhecimentos aplicados variados para actividades de elevado grau de especificidade e restrição funcional, procurando em paralelo um melhor e mais convergente fundamento científico.

Poderíamos dizer que a legitimação simplista de oposição entre teoria-Sociologia e prática-Serviço Social é substituída por um dualismo sociocognitivo mais sofisticado, entre saber quem tem o melhor domínio simbólico e/ou o melhor domínio prático da actividade de trabalho social. Esta interrogação é transformada num conflito de legitimidade sobre as virtudes de aceder ao trabalho social através de uma via mais dedutivo-simbólica (a que depois se junta experiência) ou através de uma via mais prático-experiencial (que em paralelo procura aplicar conhecimentos das CS e intuir princípios colectivos e abstractos de acção para o trabalho social). Assim, a concepção de um ideal-tipo de dissociação entre dois processos de profissionalização pode ter o efeito perverso de legitimar, sob novas formas, um dualismo entre teoria e prática reflectido na separação dicotómica entre estas duas áreas de conhecimento, não ajudando por isso a fazer coexistir e dialogar a dualidade de modalidades de saber profissional efectivamente existentes.

Para podermos melhor perceber as possibilidades que existem de quebrar o dualismo sociocognitivo entre teoria-Sociologia e prática-Serviço Social, importa ir mais fundo na análise dos processos de profissionalização da Sociologia e no modo como estes têm sido concebidos na reflexão sobre o tema no nosso país. Como este objectivo, iremos de seguida deter-nos, principalmente, em duas contribuições pioneiras, dos anos 80 do século passado: as contribuições de António Firmino da Costa sobre a relação entre ciência e profissão na Sociologia, e as contribuições de José Madureira Pinto sobre a reflexividade científica em Sociologia, designada por este como racionalismo alargado.

Como veremos de seguida, estas contribuições ajudam a perceber melhor as razões da separação entre Sociologia e Serviço Social e as oposições simplistas entre ciência-teoria e profissão-prática no trabalho social e, mais em geral, no trabalho intelectual fora e dentro da academia. Mas não chegam, como veremos, a problematizar inteiramente a dualidade de saberes que existe entre um uso simbólico-dedutivo e um uso prático-intuitivo do conhecimento.

Configuracoes 9.indb 21 09-05-2013 16:39:06

3. Ciência, profissão e prática em Sociologia

Os escritos de António Costa começam por pôr em evidência a existência de duas culturas profissionais entre os sociólogos (Costa, 1988):

— uma cultura de dissociação entre ciência e profissão, típica do académico (professor e investigador universitário), que entende que só se poderá designar como sociológica a actividade de investigação ou outras actividades directamente associadas (por exemplo, a docência universitária ou a consultoria sobre políticas públicas);
— uma cultura de associação entre ciência e profissão que parte para a descoberta e invenção da Sociologia fora da academia, concebendo os enquadramentos teóricos e metodológicos como possíveis ferramentas sociocognitivas para intervir na potenciação da mudança social e não apenas na análise das formas institucionais ou das determinações estruturais da vida social.

Este autor, no entanto, não se limita a identificar as duas culturas profissionais em presença. Opta, claramente, por rejeitar a cultura que mais opõe a teoria à prática, indicando a sua preferência por um desenvolvimento da Sociologia que associe ciência e profissão para fora da academia. Do nosso ponto de vista, torna claro que, para uma melhor potenciação do valor de cada uma das dimensões da Sociologia (ciência, docência e profissão), será conveniente:

— não correr o risco de anular as fronteiras existentes, apostando numa reciprocidade de ajustamentos e recusando, portanto, tanto a subordinação da investigação e do ensino apenas às solicitações do mercado ou às exigências das políticas públicas, como a pretensão de ignorar o impacto do mercado e das políticas públicas nas opções de investigação e ensino (Costa, 1988: 112-117);
— não negar a componente ético-deontológica da Sociologia, incluindo nela formalizações que serão úteis à profissão, no que se refere às exigências de construção relacional do conhecimento e de desenvolvimento de um pensamento crítico sobre as cristalizações convencionais e institucionais da vida social (Costa, 1988:115);
— não esquecer que a ciência é a base principal a partir da qual se desenvolvem as outras dimensões (ensino e profissão) e, portanto, só faz sentido falar de uma profissionalização da Sociologia fora da academia se ao mesmo tempo o universo científico e as práticas de investigação da Sociologia tenderem a permanecer como a referência principal da profissão (Costa, 2004: pp.35-53).

Em síntese, Costa dá-nos uma contribuição valiosa para melhor perceber as origens da oposição entre a Sociologia e o Serviço Social. Ela está fundada numa cultura de dissociação entre ciência e profissão, pois só a ausência de reflexão sobre a contribuição da ciência para o trabalho profissional é que poderá explicar a ortodoxia, que inicialmente expusemos no início da secção 1, de associar o trabalho intelectual apenas à investigação e inversamente as aplicações profissionais das CS apenas à prática, no caso a prática do trabalho social.

A cultura de associação entre ciência e profissão, defendida por Costa, está contida num dos textos mais eloquentes sobre o lugar dos sociólogos na empresa, da autoria de Manuel Seca Ruivo, no final dos anos 80 do século passado, num momento em que a Sociologia dava os seus primeiros passos em Portugal para conseguir sair da Universidade. Segundo este autor, para que a Sociologia se pudesse profissionalizar nas empresas ela teria de ter suficiente influência na gestão das organizações para que o sistema sociocultural da empresa pudesse ser considerado nas decisões empresariais sobre custos, investimentos e produtividade do trabalho. Havia, segundo este autor, a necessidade de construir um discurso sociológico não académico que conquistasse, por pequenos passos, as direcções das empresas para as virtudes da Sociologia na procura empresarial de eficácia organizacional contra o fayolismo e o taylorismo e apostado na valorização das competências dos trabalhadores menos qualificados e na democratização dos processos de trabalho (Ruivo, 1987).

Mais recentemente, em 2004, Ana Maria Brandão dá-nos nota da persistência da dissociação entre ciência e profissão, quando refere que ao nível da docência universitária a continuada prevalência do método expositivo no ensino da Sociologia faz com que a maioria dos licenciados em Sociologia que hoje saem da Universidade ainda tenham uma concepção de que as Ciências Sociais são dificilmente operacionalizáveis, sentindo-se por isso demasiado distantes para responder às competências exigidas pelo mercado de trabalho extra-académico (Brandão, 2004:12-13). Esta conclusão leva-nos a pôr a hipótese de que existe uma cultura académica na Sociologia que não quer ajudar a pensar e a implementar os processos de recontextualização profissional das Ciências Sociais (Caria, 2002).

4. A implicação da profissionalização na função de analista simbólico

Pensamos que esta persistência decorre do facto de a própria cultura profissional de associação ciência-profissão pressupor que o trabalho profissional do sociólogo se circunscreve a uma actividade aprofundada de diagnóstico, análise e aconselhamento à decisão organizacional, equivalente ao trabalho de um analista simbólico ou perito (Machado, 1996:46-48), capaz de produzir dados-realidade a partir de processos de trabalho que sobrevalorizam os conhecimentos de natureza

dedutivo-simbólica que têm que provir, inevitavelmente, do pólo da ciência, da relação teoria-prática.

Os dados empíricos que apresentámos na secção anterior, relativos ao facto de as sociólogas procurarem na sua carreira assumir cargos mais próximos da área decisional, põem em evidência que, para além de uma crítica que se possa fazer à cultura de dissociação ciência-profissão, os "sociólogos profissionais" só parecem adquirir uma "boa consciência" da sua identidade social quando ocupam ou lutam por ocupar estes lugares funcionais[6]. Não só para exercerem as competências técnico-operacionais de investigação, mas também para colocarem no terreno competências de mediação, negociação e articulação de saberes, sempre essenciais a uma boa gestão de recursos humanos embora também sempre vistas na dependência da actividade de investigação académica, ou já aplicada enquanto analistas simbólicos (Carreiras *et al.*, 1999).

Assim, é reproduzida uma suspeita sobre o exercício da "sociologia profissional" que não se apoia, no fundamental, na ciência sociológica, pressupondo que inevitavelmente a sociologia será instrumentalizada pelas direcções das organizações quando aos sociólogos não é reconhecido um perfil funcional de analista simbólico: a única defesa que os sociólogos têm contra a instrumentalização só poderia advir da ciência, porque supostamente ela poderia preservar o pensamento crítico das ideologias (cf. Freire, 2008: 192/3). Esta poderá ser uma boa hipótese de investigação, mas que, até ao momento, parece-nos ter sido principalmente enunciada como uma crença para reforçar o seu espírito corporativo e legitimar o poder simbólico dos sociólogos na nossa sociedade. Os dados recolhidos por Odile Piriou sobre as representações sociais que os "sociólogos práticos" têm sobre o envolvimento na profissão em França mostram quanto estes estão aculturados por esta crença académica corporativa (Piriou, 2006: 61-97).

A explicação para esta limitação na reflexão sociológica é ensaiada por João Sedas Nunes, quando se refere aos virtuais interditos na reflexão sobre a docência universitária em Sociologia, e os atribui a um efeito de posição dominante (Nunes, 1999). Parafrasendo uma frase deste autor - agora para o caso da omissão sobre o questionamento da função de analista simbólico, que aliás vem ao encontro daquilo que já foi referido por Telmo Caria na sua reflexão autobiográfica sobre o uso académico da Sociologia no centro e na periferia dos campos das Ciências Sociais (Caria, 1999; 2000: 7-25) - poderemos afirmar que: "o simples agir em escola [em ciência] produz o efeito mágico e eufemizador, colectivamente produzido e ratificado pelos actores escolares [pelos actores científicos], de tornar altamente improvável pensar em desacordo com

[6] O desconforto e o lamento por não se ocupar funções de analista simbólico, ou equivalente, é muito comum serem proferidos nas palavras dos "sociólogos todo o terreno", nos Encontros sobre a Profissão de Sociólogo, organizados pela APS. Este diagnóstico também parece ser salientado na recensão de João Teixeira Lopes (publicada na *Análise Social*, nº156, 2000, pp.823-826) ao livro de Carreiras *et al.* 1999.

o pensamento de escola [com o pensamento académico], verdadeira expressão da crença colectiva que ampara e legitima *in actum* toda a acção escolar [toda a acção académica]" (Nunes, 1999: 112).

Assim, a possibilidade de combater o dualismo teoria-prática supõe, segundo Costa, ajustamentos recíprocos entre ciência-teoria e profissão-prática que parecem depender principalmente de um dos pólos da relação: a profissão vai-se ajustando à ciência, porque a Sociologia seria capaz de modificar as procuras sociais externas à academia, dado o lugar de perito e de analista simbólico que se pressupõe que o "sociólogo profissional" ocuparia nas organizações em geral.

A recusa do dualismo e da dissociação entre teoria-ciência e profissão-prática, bem criticado por Costa, corre o risco de se transformar num pressuposto (não provado) de ajustamento automático entre teoria-prática, que faz depender a segunda, a prática profissional do sociólogo, apenas de um melhor domínio simbólico-dedutivo da realidade, do ideal-tipo de profissionalização fundado no trabalho do analista simbólico e, portanto, dos conhecimentos e competências desenvolvidos, principalmente, a partir da investigação académica.

Em consequência, o raciocínio inverso de análise, do impacto da profissionalização na investigação académica (por exemplo, para modificar prioridades e agendas de investigação, para fomentar práticas de interdisciplinaridade, para mudar planos de estudos e para exigir uma maior formalização dos dispositivos técnicos, etc) parece ter sempre um lugar residual ou subalterno nos argumentos de Costa relativamente à profissionalização da Sociologia e ao uso social das Ciências Sociais pela sociedade. A profissionalização da Sociologia é sempre vista unilateralmente da ciência para a profissão (nunca o inverso) e, em consequência, o conhecimento usado no trabalho profissional é sempre apresentado como accionado apenas por via de uma modalidade dedutivo-simbólica de saber.

Compreende-se as limitações da perspectiva desenvolvida, porque a maioria destes textos são datados (dos anos 80 e 90 do século XX) do início da reflexão sobre profissionalização da Sociologia para fora da Universidade. Mas quando olhamos para o texto de António Costa, de 2004, (já referenciado atrás) no essencial é reafirmada a mesma perspectiva, ainda que com preocupações mais actualizadas de desenvolver estágios e itinerâncias que aproximem a educação formal superior dos contextos de trabalho extra-académicos dos sociólogos. Como contraponto desta orientação veja-se, na mesma obra de 2004, a contribuição de Carlos Fortuna, onde se apela a uma descanonização dos saberes como forma de se poder inventar um pensamento mais adequado à acção nas sociedades de risco, de hoje (Fortuna, 2004: 95-101).

José Madureira Pinto, num texto mais recente, de 2007, critica uma visão excessivamente convencional das relações entre problemas e práticas sociais e problemas e práticas sociológicos, que designa de sociologismo teórico-científico,

referindo a existência de bons exemplos de associação entre política, ciência, profissões e movimentos sociais que – como refere, na linha do debate internacional sobre a *public sociology* proposto por Michael Burawoy, e sem diluir a autonomia relativa do trabalho científico - nos ajudam a melhor pensar as relações de ajustamento, nos dois sentidos, entre teoria-ciência e prática-profissão. E mais genericamente, todo o uso social que pode ser dado às Ciências Sociais (Madureira Pinto, 2007:100-108), que, do nosso ponto de vista, evitam pressupor uma visão unilateral da teoria-ciência para a profissionalização e para a prática social.

Como sabemos, têm sido feitas em Portugal outras propostas que também vão no mesmo sentido: por exemplo, a de explorar e problematizar as zonas de fronteira (e de eventual fusão) entre os campos científicos das Ciências Sociais e os campos político e/ou mediático de uso social das Ciências Sociais (Santos, 1999; Nunes, 2001; Silva, 2006). Nesta perspectiva a nossa interpretação sobre o conceito de *senso comum esclarecido,* enunciado por Boaventura Sousa Santos (1989), pretende dar conta das possibilidades que existem de reconciliar a razão teórica e dedutiva com outras razões e poderes simbólicos e outras formas de consciência discursiva que podem promover a cidadania. No entanto, na orientação que seguimos, procuramos explorar a autonomia relativa do campo profissional (incluindo nele a actividade académica) e portanto queremos salientar a diferença de análise e acção que existe entre o uso social e cidadão da ciência e o uso profissional da mesma ciência nas organizações de trabalho.

Misturar todas estas dimensões de uso da ciência e de desenvolvimento da razão teórica num debate demasiado geral, que não saliente a especificidade dos campos profissionais de uso da ciência, parece-nos ser uma má opção, a que procuramos fugir.

5. O hiato teoria-prática na ciência

A principal contribuição de José Madureira Pinto, como veremos de seguida, parte da questão, deixada em aberto, sobre as relações entre o domínio simbólico e o domínio prático da Sociologia na própria actividade científica e no próprio processo de profissionalização do sociólogo como cientista social e profissional da academia. Só partindo deste questionamento é que podemos deixar de pensar a profissionalização dentro de uma análise unilateral e de ajustamento automático da teoria para a profissão, contrariando o modelo de analista simbólico.

Este autor parte de uma visão epistemológica sobre as Ciências Sociais que é assumidamente anti-empiricista e, portanto, crítica do positivismo metodológico (Madureira Pinto, 1984), a saber:

— contesta-se a neutralidade dos processos de observação e inquirição social, evidenciando-se o papel construtivo da teoria social (*a teoria principal da investigação*) para, com base no património de conhecimentos de uma dada disciplina, elaborar hipóteses de análise, construir meios e recursos técnico-metodológicos para descrição dos objectos de pesquisa empírica e produzir/evidenciar novos conhecimentos científicos de explicação/compreensão da realidade social;

— alerta-se para o risco de, nas abordagens científico-racionalistas mais restritas, se poder cair no teoricismo e, em consequência, esquecer-se o hiato que tende a existir entre a linguagem da teoria e a linguagem da pesquisa empírica, isto é, entre a formalização de hipóteses e problemas abstractos de investigação e a demonstração argumentativa e factual da sua adequação à realidade social.

Este hiato tem uma relação directa com o problema que pretendemos tratar, o do dualismo sociocognitivo entre o dedutivo-simbólico e o experiencial-prático. Assim, de um dos lados do hiato temos, segundo Madureira Pinto, a linguagem da teoria, que se pode traduzir no domínio simbólico que um dado investigador tem dos problemas teóricos que o identificam como parte de uma dada disciplina científica. Do outro lado do hiato temos a linguagem da pesquisa empírica que está associada ao domínio prático das operações e procedimentos (prática metodológica) que permitem seleccionar, recolher e organizar informação (quantitativa e/ou qualitativa) da realidade social.

A saliência que se pode dar ao lado empírico e prático da prática da ciência está geralmente associada à conotação desta dimensão do trabalho científico com o trabalho artesanal. Neste quadro - a exemplo do que faz Ana Nunes de Almeida, num texto de 2004 - esta dimensão da ciência é conotada com a descoberta, a criatividade e o desafio que a realidade coloca à razão científica (Almeida, 2004:19), não se reconhecendo por isso que se pode estar em presença de um outro saber, diferente da razão teórica.

Pelo contrário, o valor da contribuição de Madureira Pinto está no facto de através desta ideia de hiato se poder reconhecer que pode existir uma dualidade de saberes em presença. Uma dualidade dentro do domínio dedutivo-simbólico do trabalho profissional, entre o simbólico e o prático da teoria, que sem se oporem, não têm necessariamente uma coexistência pacífica ou uma tradução automática. Assim, do nosso ponto de vista, Madureira Pinto, na busca de pistas de solução para este hiato, propõe (Madureira Pinto, 1985a, 1985b):

— recusar a sua naturalização, contrariando o formalismo teórico que pelo contrário tende a legitimá-lo;

— recusar as soluções indutivistas (que o subjectivismo teórico-metodológico tende a apresentar[7]), porque desvalorizadoras do papel da teoria social para se poder objectivar a reflexividade acerca dos saberes que estão contidos no domínio prático da metodologia da pesquisa empírica;
— aceitar que a pesquisa empírica tem uma dinâmica não planeada que pode promover opções técnico-metodológicas improvisadas, ainda que orientadas e limitadas pela problemática da investigação;
— aceitar que as contribuições da etnometodologia, do interaccionismo simbólico e da antropologia social poderão ser relevantes para entender processos intersubjectivos de pesquisa empírica, desde que articuláveis com a análise das relações de poder que estão contidas nas trocas simbólicas que ocorrem em situação e em contexto de actividade.

Também Augusto Santos Silva, num texto de 1987, sobre a profissionalização da Sociologia em organizações de desenvolvimento local, põe em evidência o hiato que ocorre entre teoria e prática da profissão fora da academia. É certo que enfatiza este hiato para sobrevalorizar, também ele, o papel da teoria social e dos sociólogos nos projectos de desenvolvimento local e assim para evidenciar as limitações dos saberes práticos e experienciais de assistentes sociais e animadores culturais. Mas apesar disso não deixa de referir que as relações entre o domínio simbólico e o domínio prático da profissão não são automáticas (Silva, 1987):

— o saber prático e experiencial dos animadores do desenvolvimento local não permite por si só gerar teoria sem que esteja associado a um ensino explícito do conhecimento em Ciências Sociais;
— a posse de conhecimento científico sociológico não garante a competência para saber intervir no desenvolvimento local pois, por um lado, o trabalho dos sociólogos como agentes de desenvolvimento não se deveria reduzir ao trabalho de gabinete, de análise e diagnóstico (o trabalho do analista simbólico) e, por outro lado, aos sociólogos faltam conhecimentos de outras Ciências Sociais, também essenciais à animação do desenvolvimento local.

A proposta de Madureira Pinto para lidar com o hiato implica conter na razão teórica o improviso dos processos de investigação, remetendo a teoria social para o desempenho de um outro papel na investigação: o de ser auxiliar à superação do hiato *(teoria auxiliar da investigação)*, na medida em que procura objectivar e reflectir sobre as condições e processos sociais que limitam e

[7] Será conveniente não confundir indutivismo com raciocínio indutivo. Procurando ser fiel ao texto deste autor, poderíamos dizer que o indutivismo absolutiza o raciocínio que vai do micro e do particular para o geral e o abstracto, partindo do pressuposto de que não existem postulados ou proposições gerais, já previamente construídos, inscritas na nossa experiência particular e subjectiva das coisas.

Configuracoes 9.indb 28 09-05-2013 16:39:07

potenciam as opções técnico-metodológicas usadas para construir dados empíricos que sejam relacionáveis com as hipóteses e problemas de partida[8].

Do nosso ponto de vista, defende-se um outro uso para a teoria - que não é apenas o uso formalista que procura ritualizar a metodologia ou naturalizar o hiato teoria/empiria – que melhor saiba dialogar com o saber prático-experiencial do investigador, capaz de ajudar a improvisar quando as dinâmicas imprevistas e urgentes do terreno o impõem. Assim, o hiato entre o domínio dedutivo-simbólico e o domínio experiencial-prático da investigação em Sociologia faz parte integrante dos problemas científicos a resolver pelos sociólogos-cientistas na actividade de investigação. Contrariamente ao que é sugerido por Costa (2004: 53-59), não é garantido que o ajustamento ciência-profissão seja resolvido pelo accionamento das competências científicas/reflexivas às situações concretas da profissão ou que seja um problema marginal, não propriamente científico, apenas relativo à experiência profissional acumulada extra académica.

Assim, a suposta vantagem dos sociólogos – de acrescido domínio teórico do trabalho social face aos assistentes sociais –, resultante de partirem para a profissionalização com uma "caixa de ferramentas teóricas" mais aperfeiçoada que os assistentes sociais, não parece estar garantida. O acrescido domínio simbólico-dedutivo dos sociólogos sobre a realidade tropeça no hiato, nem sempre bem resolvido, entre a teoria e a prática científicas, tal como os assistentes sociais tropeçam no hiato entre as exigências práticas da actividade de trabalho social e a falta de consolidação científica do domínio simbólico da mesma actividade.

6. A inversão do estilo de uso da teoria no trabalho profissional

Apesar destas considerações, pensamos que as contribuições, que descrevemos, de José Madureira Pinto e de António Costa para a análise das relações da teoria-prática nas Ciências Sociais são em grande medida complementares. Ambos têm em comum o mesmo pressuposto: uma grande auto-suficiência da teoria e das modalidades simbólico-dedutivas de conhecer para explicar o essencial do que ocorre na prática e para orientar o essencial do que é exigido na prática profissional, académica ou não. Costa convoca os saberes simbólico-dedutivos da Sociologia para pensar apenas a profissionalização na actividade extra-académica. Madureira Pinto também convoca os mesmos saberes mas, através do seu racionalismo alargado, não parece querer ignorar da análise os espaços sociais de profissionalização na investigação científica e na actividade académica.

Os dois autores distinguem-se no facto de o primeiro pressupor um ajustamento recíproco e espontâneo do domínio simbólico da realidade para o domí-

[8] O papel de objectivar e de racionalizar a Relação Social de Investigação (RSI), como temos salientado e conceptualizado noutros trabalhos (Caria, 1999; 2002a).

nio prático da acção, enquanto que o segundo entende que esse ajustamento da teoria para a prática carece de problematização, porque tem presente os riscos de teoricismo: pode existir uma continuada tensão entre o que se julga já saber e que orienta a prática da investigação e o que a prática de terreno faz surgir como inesperado – resultante do objecto não ser passivo face à prática profissional, de investigação ou outra -, incapaz de ser ajustado às teorias vigentes e que exige a reformulação dos modelos de análise/intervenção, ainda que num primeiro momento não se tenha um discurso para o formular como novo problema (Caria, 2007)

Em consequência, Madureira Pinto formaliza a existência de um hiato entre o simbólico-dedutivo e o prático-experiencial mas, fiel ao pressuposto que partilha com Costa sobre a auto-suficiência da teoria, volta a convocar apenas a razão teórica para resolver o problema, não colocando a hipótese de existência de uma dualidade entre as duas formas de conhecer. No entanto, no âmbito estrito da razão teórica, julgamos que a proposta de Madureira Pinto não deixa de ser interessante para analisar os estilos diferenciados de uso da teoria (e consequentemente de profissionalização da Sociologia) quando se compara a actividade de investigação académica e a actividade profissional extra-académica, designadamente a de trabalho social, a saber:

> — a teoria que explica a realidade social – e que desempenha o papel principal na investigação científica (*teoria-produto*) – torna-se auxiliar do trabalho social quando este tem que diagnosticar em geral os problemas sociais com que é confrontado, sendo que esta tarefa tende a ficar aquém das necessidades do trabalho social, porque para este não basta saber aplicar conhecimentos à realidade, é preciso saber intervir;
> — a teoria que é auxiliar na investigação científica (*teoria-contexto*), torna-se principal no trabalho social de intervenção nos problemas sociais, porque a reflexividade que se tem sobre a intersubjectividade nos processos e contextos de investigação pode ser facilmente transposta para melhor pensar as possibilidades e os limites de ocorrerem, nos processos de interacção com as pessoas, mudanças de atitudes, de práticas e de concepções quando se intervém.

Assim, aquilo que é a finalidade da investigação (produzir conhecimentos sobre a realidade: *teoria-produto*) torna-se um meio para o trabalho social (aplicar conhecimentos gerais à realidade). E aquilo que é um meio para a investigação (pensar os processos e as metodologias: *teoria-contexto*) torna-se o fim do trabalho social (interagir com as pessoas numa escala micro de análise).

Com base neste raciocínio comparado, podemos então dizer que, no âmbito do domínio simbólico-dedutivo do trabalho social, é possível criar

condições para superar os dualismos entre sociologia-ciência e o trabalho social-profissão se se reconhecer que em ambas as actividades profissionais existe um estilo diferente de uso da teoria (como meio e como fim), funcionando de um modo invertido:

— na actividade de investigação os processos de interacção com as pessoas são determinados pela produção de conhecimento numa escala mais geral;
— na actividade de trabalho social os processos de intervenção com as pessoas, ao nível da escala micro, determinam os conhecimentos gerais que podem ser usados.

Inevitavelmente esta nova colocação do problema da relação da teoria científica com a prática profissional tem duas consequências:

— afastamo-nos de uma conceptualização do trabalho profissional que o reduza à actividade do analista simbólico e do perito, ao considerarmos que a interacção social com os utentes de serviços é parte integrante (e com efeitos específicos) da profissionalização da Sociologia e das Ciências Sociais em geral (Caria, 2011a);
— as competências que podem ser aprendidas pelo uso da teoria na investigação não funcionam por si só (descontextualizadas do conhecimento científico), quando são accionadas em situação profissional, e, assim, como não existem competências sem saberes (cf. Perrenoud, 2001), importa perceber que saberes existem em situação, que permitem reactivar (ampliar e transformar?) as competências já existentes por via do uso da teoria.

Em síntese, a nossa hipótese é a de que a teoria social pode ter um uso dual, profissional e/ou académico, que não é equivalente em ambas: na academia a teoria tem como centro produzir e validar novos conhecimentos sobre a realidade do trabalho social, sendo a actividade no terreno acessória e auxiliar; na profissão a teoria social tem como centro saber agir no terreno, tendo como actividade acessória e auxiliar saber aplicar os conhecimentos já produzidos.

Julgamos que se tomarmos como centro de análise os processos de profissionalização dos cientistas sociais dentro da academia estaremos em condições de mais facilmente perceber a associação entre ciência e profissão de uma forma bilateral, incluindo para o efeito a aprendizagem do domínio prático da profissão de investigador. O trabalho etnográfico de investigação do grupo ASPTI sobre o trabalho e saber profissional tem-se mostrado ser uma boa via para contextualizar empiricamente este debate (Caria, 2011b, 2012b; Caria e Silva, 2012).

Configuracoes 9.indb 31 09-05-2013 16:39:07

7. A dualidade dos saberes: um problema em aberto

A reflexão que tem sido feita em Portugal sobre os processos de profissionalização da Sociologia e, portanto, sobre as possibilidades de articular teoria e prática em Ciências Sociais, tem-se desenvolvido nos limites da razão teórica, permitindo apenas um melhor entendimento sobre o uso plural e interdisciplinar da teoria social. Dentro destes limites, desenvolvemos o conceito de estilos de uso do conhecimento para dar conta das zonas de fronteira entre os campos científicos das Ciências Sociais e os campos profissionais de uso social das mesmas ciências (Caria, 2002).

Mas é preciso ir mais longe: ir mais além do que ter uma consciência discursiva e contextualizada da prática social! Assim, julgamos que será preciso procurar uma abordagem mais ampla do uso do conhecimento, que não o restrinja apenas ao uso cidadão da Ciência e à função de analista simbólico e perito (Collins e Evans, 2007; Collins, 2010), e ir ao encontro das considerações de Stephen Turner, de procurar contribuir para que a teoria social dialogue com as ciências cognitivas (Turner, 2007). Mais especificamente, com base em contributos da Psicologia Cognitiva (Karmiloff-Smith, 1995; Sun, 2002, Ventura *et al*. 2002; Evans, 2008; 2009), podemos afirmar que este novo esboço de conceptualização do problema das relações teoria-prática nos processos de profissionalização pode-se inserir numa problemática teórica interdisciplinar, que parte da seguinte hipótese geral:

> existe uma dualidade entre uma mente que organiza o conhecimento de modo implícito e tácito (que conceptualizamos como relativo ao domínio prático-experiencial de uma actividade) e uma mente que organiza o conhecimento de modo explícito através da formalização de princípios e regras gerais e abstractas (que conceptualizamos como relativo ao domínio simbólico-dedutivo de uma actividade).

Assim, não basta procurar conhecer e perspectivar um uso plural para a teoria social, ainda que se procure a utopia de dissolver fronteiras entre campos sociais, para que as relações entre teoria e prática nas Ciências Sociais tenham uma hipótese completa de análise. Não basta uma explicação da prática do trabalho social ou da prática do trabalho de investigação que as reduza a disposições-esquemas inconscientes e automáticas de pensamento e acção – como seja, por exemplo, as decorrentes do uso do conceito de *habitus científico* ou de *habitus profissional* – para que se possa dar conta da dimensão improvisadora, artesanal e criativa do domínio prático da pesquisa social ou da intervenção social. Também não basta, como procurámos mostrar neste texto, juntar sociólogos e assistentes sociais nas mesmas equipas de trabalho e nelas desenvolver uma cultura de associação entre ciência e profissão para que a articulação entre teoria e prática no trabalho social fique adequadamente perspectivada.

Em conclusão, pensamos que só estaremos em condições de começar a resolver o hiato entre o domínio simbólico de análise (de explicação) da realidade e domínio prático de intervenção (de investigação) em situação (na academia ou fora da academia), se colocarmos a hipótese de que existe uma dualidade de saberes e competências nos dois tipos de uso do conhecimento.

Como temos referido em vários dos trabalhos que têm dado conta da investigação que desenvolvida no grupo ASPTI (Caria, 2010, 2011a, 2011b, 2012b), o desejável ajustamento entre os processos dedutivos de recontextualização e aplicação do conhecimento abstracto e os processos interactivos de construção da intuição profissional não ocorrem espontaneamente ou por simples vontade de o querer fazer. Um melhor domínio simbólico da realidade ou um melhor domínio prático das situações vividas estão em igualdade de circunstâncias para tentar superar o hiato entre o simbólico e o experiencial, mas ambos podem ser mal sucedidos quando querem articular os saberes e as competências que lhes estão associados.

Afirmar, como fizemos atrás, que a associação entre ciência e profissão deve ter um sentido bilateral e ser pensada também como interna à ciência pode ser insuficiente, se ao mesmo tempo não se entrar na discussão das seguintes formulações:

— existe um improviso no domínio prático das situações, que podendo ser regulado pelo *habitus* (científico ou profissional), está aquém de ser adequadamente explicado quando o automatismo do improviso é "quebrado" pela existência de conflitos e tensões latentes (tácitas e implícitas, mas acessíveis à consciência prática) nas expectativas de interacção que (des)naturalizam a realidade (Caria, 2008);
— existem competências e saberes profissionais (fora e dentro da academia) que não dependem da teoria e que por isso não se podem expressar espontaneamente de um modo explícito/verbal através da consciência reflexiva;
— a acumulação de experiência profissional e social competente não gera por si só capacidade de análise social acrescida e a acumulação e validação de conhecimento científico também não gera por si só capacidade acrescida para intervir de modo mais eficaz na realidade social;
— qualquer competência prática (de investigação ou outra) está muito aquém de poder ser transferidas automaticamente durante os processos de profissionalização, mesmo que haja um domínio simbólico-dedutivo que explique a realidade social onde se actua.

Face aos limites e objectivos deste artigo, podemos apenas afirmar que esta discussão implica um debate mais amplo (objectivo que deixaremos para outro trabalho) sobre o conceito de conhecimento profissional, convocando para o

efeito a análise da natureza e do impacto do conhecimento tácito na mestria social, do conceito de intuição e da especificidade da análise situacional (de inspiração fenomenológica e pragmática) na explicação dos saberes.

Referências

ALMEIDA, Ana Nunes (2004), "Ensino e investigação na Sociologia: convergências e divergências múltiplas", in Carlos Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (orgs), *Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.19-34.

BOURDIEU, Pierre (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique (précédé de trois études d'ethnologie kabyle)*. Genève, Paris: Librairie Droz.

BRANDÃO, Ana Maria (2004), "Métodos, práticas pedagógicas e públicos da Sociologia", in Carlos Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (orgs), *Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.11-17.

CARIA, Telmo H. (1999), "A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº55, pp. 5-36.

CARIA, Telmo H., (2000), *A Cultura Profissional dos Professores: o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia [versão corrigida e revista da tese de doutoramento defendida em 1997 na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro].

CARIA, Telmo H. org. (2002a), *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto: Afrontamento

CARIA, Telmo H. (2002b), "O uso do conhecimento: os professores e os outros", *Análise Social*, nº164, pp.805-831.

CARIA, Telmo H. (2007), "Itinerário de aprendizagens sobre a construção teórica do objecto Saber ". *Etnográfica*, 11 (1), pp. 215-250.

CARIA, Telmo H. (2008), "O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões", *Análise Social*, nº189, pp. 749-773.

CARIA, Telmo H. (2010), "A mobilização de conhecimento em situação de trabalho profissional", in Vera Fartes e Maria Roseli Gomes de Sá (orgs.), *Currículo, formação e saberes profissionais: a revalorização epistemológica da experiência*. Salvador: Editora EDUFBA, pp.126-148.

CARIA, Telmo H. (2011a), "Perspectivar a intervenção social. Reflexões e dados sobre o trabalho profissional e o uso do método etnográfico no terceiro sector", in José Portela, Octávio Sacramento e Pedro Silva (orgs.), Etnografia e Intervenção Social. Lisboa: Colibri, pp.271-296.

CARIA, Telmo H. (2011b), *Conocimiento en el trabajo profesional.* Centro de Estudios y Análisis Sociales de Galiza, CEASGA Working papers, nº3/2011, La Coruna-Espana, http://www.ceasga.org/ceasga-working-papers/

CARIA, Telmo H. (2012a), "O uso do método etnográfico no estudo do trabalho e do conhecimento profissionais", in Leonor Torres & José Palhares (orgs.), *Metodologias Qualitativas da Investigação em Educação e Formação*. Vila Nova de Famalicão: Húmus [no prelo].

CARIA, Telmo H. (2012b), "Poder e conhecimento no trabalho profissional baseado nas Ciências Humanas e Sociais no Terceiro Sector", in Teresa Carvalho, Rui Santiago e Telmo H. Caria (orgs.), *Profissionalismo e Sociedade do Conhecimento: tendências, problemas e perspectivas*. Porto: Afrontamento, pp.59-80.

CARIA, Telmo H.; Biltes, Raquel; César, Filipa (2012), "Saber profissional metodológico na condução de entrevistas em Ciências Sociais", in Fartes, Vera e Caria, Telmo H., *Pensar a educação, o trabalho e o saber profissional*. Bahia: EDUFBA [no prelo].

CARIA, Telmo H. e Silva, Margarida S. (2012), "Extériorité, implication et réflexivité dans l'ethnograpie du travail social: réflexion méthodologique d'un point de vue Portugais", in Stephan Rulac (org.), *La science du travail social. Exploration d'une hypothèse*. Issy-les--Moulineaux: ESF éditeur, pp.87-92.

COLLINS, Harry (2010), *Tacit and explicit knowledge*. Chicago: The University of Chicago Press.

COLLINS, Harry e Evans, Robert (2007), *Rethinking Expertise*. Chicago e Londres: University of Chicago Press.

COSTA, António Firmino (1988), "Cultura profissional dos sociólogos", *Sociologia: problemas e práticas*, nº5, pp.107-124.

COSTA, António Firmino (2004), "Será a Sociologia profissionalizável?", in Carlos Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (orgs), *Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.35--59.

De Fornel, Michel; Louis Quéré (1999), *La logique des situations: nouveaux regards sur l'écologie des activités sociales*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

EVANS, Jonathan St. (2008), "Dual-processing accounts of reasoning, judgement, and social cognition", *Annual Review of Psichology*, nº59, pp.255-278.

EVANS, Jonathan St. (2009), *In two minds: dual processes and beyond*. Nova Iorque, Oxford: Oxford University Press.

FORTUNA, Carlos (2004), "Trabalho sociológico", in Carlos Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (orgs), *Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.95-102.

FREIRE João (2008), *Economia e Sociedade. Contributos para uma sociologia da vida económica em Portugal na viragem do século*. Oeiras: Celta.

GEERTZ, Clifford (2001), *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

GOODY, Jack (1988, 1977), *A domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Presença.

KARMILOFF-SMITH, Annette (1995), *Beyond modularity. A development perspective on cognitive science*. Massachusetts, Londres: The MIT Press.

MACHADO, Fernando Luís (1996), "Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações", *Sociologia, problemas e práticas*, nº20, pp.43--104.

MADUREIRA Pinto, José (1984), "Questões de metodologia sociológica I", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 1, pp. 5-42.

MADUREIRA Pinto, José (1985a), "Questões de metodologia sociológica II", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, pp. 11-40.

MADUREIRA Pinto, José (1985b), "Questões de metodologia sociológica III", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, pp. 133-156.

MADUREIRA Pinto, José (2007), *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*. Porto: Afrontamento.

NUNES, João Arriscado (2001), "Teoria crítica, cultura e ciência : os espaço do conhecimento da globalização", in Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, pp.299-338.

NUNES, João Sedas (1999), "Desencontros: a propósito do sentido de que a Sociologia não faz", in AAVV, *A Sociologia e o Ensino Secundário*. Oeiras: Celta/APS, pp.99-116.

OLSON, David (1994), *The world on paper.* Nova Iorque, Melbourne: Cambridge University Press.

PERRENOUD, Philippe (2001), *Porquê construir competências a partir da Escola?* Porto, ASA.

PIRIOU, Odile (2006), *La face cachée de la Sociologie. À la decouverte des sociologues praticiens*. Paris: Belin.

POLANYI, Michael (2009, 1966), *The tacit dimension*. Chicago, Londres: The University of Chicago Press.

RUIVO, Manuel Seca (1987), "O sociólogo na gestão da empresa", *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 2, pp.91-115.

SANTOS, Boaventura Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*. Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura Sousa (1999), "Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº54, pp.197-215.

SCHUTZ, Alfred; Luckman, Thomas (2003, 1973), *Las estruturas del mundo de la vida*. Buenos Aires: Amorrortu.

SILVA, Augusto Santos (1987), "O sociólogo como técnico e agente de desenvolvimento", *Sociologia, problemas e práticas*, nº3, pp.67-71.

SILVA, Augusto Santos (2006), *A Sociologia e o debate público: estudos sobre a relação entre conhecer e agir*. Porto: Afrontamento.

SUN, Ron (2002), *Duality of Mind. A bottom up approach toward cognition*. New Jersey, Londres: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

TURNER, Stephen (2007), "Social theory as a cogntive neurocience", *European Journal of Social Theory*, 10(3), pp. 357-374.

VENTURA, Paulo, Brito-Mendes, Carlos, Morais, José & Kolinsky, Régine (2002), *A organização da memória semântica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

VYGOSTY, Lev S. (1987), *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 37-56

Redes e reconfiguração organizacional: o contributo de Norbert Elias

Helena Areias[*]
Ana Paula Marques[*]

Resumo

A organização em rede, morfologia característica da sociedade actual, é motivada em parte pela crítica a modelos organizacionais desadequados ao contexto societal e económico em que se vive. Novas formas organizacionais surgem como as estruturas policêntricas ou em rede, que visam gerir as mudanças que ocorrem a uma velocidade sem precedentes. Para este processo de reconfiguração organizacional convoca-se o pensamento *Eliano* pela actualidade do seu contributo para a compreensão de um mundo complexo, paradoxal, com inclusão de dimensões de incerteza e risco. Para Norbert Elias as relações sociais são explicadas não só pela estrutura como pela perspectiva de rede como uma teia de complexas interdependências criada pelas interacções humanas entre o"eu" e o "tu", entre o "nós" e o "eles", entre indivíduos diferentes e/ou iguais, em constante dinâmica geradora de fenómenos reticulares. O argumento central deste artigo desenvolve-se primeiro através da revisitação do pensamento de Elias para, em seguida, questionar o conhecimento acumulado sobre o pensamento em rede nas Ciências Sociais de modo a se posicionar uma alternativa crítica para lá da lógica da racionalidade linear, causal e determinista.

Palavras-chave: rede, organização, interdependência, configuração

[*] Assistente Social. Docente da Universidade Católica (helena-areias@sapo.pt).

[**] Socióloga. Professora no Departamento de Sociologia e Investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (amarques@ics.uminho.pt).

Configuracoes 9.indb 37 09-05-2013 16:39:07

1. Introdução

Vive-se uma época de profundas transformações acompanhada pela procura de novas arquitecturas e modelos organizacionais como resultado de desadequação e desajustamento dos paradigmas tradicionalmente mais influentes sobre a gestão e organização às "novas realidades" societais. Esta crescente necessidade de renovação e experimentação de abordagens mais consentâneas com a complexidade, a mudança, a incerteza e o risco em que se vive nas sociedades contemporâneas tem conduzido vários autores à descoberta e apresentação de designações adequadas para a explicação e a compreensão dos factos sociais constitutivos de uma "nova" era de redes. As expressões de "idade da rede" (Lipnack e Stamps, 1994), "sociedade em rede" (Castells, 1996) e "sociedade de redes" (Prigogine, 2000) são ilustrativas dessas mudanças em curso.

A importância das redes organizacionais é enunciada nas palavras de Capra quando afirma que (2002: 267) "(…) na Era da informação na qual vivemos, as funções e processos sociais organizam-se cada vez mais em torno de redes. Quer se trate das grandes empresas do mercado financeiro, dos meios de comunicação ou das novas ONGs globais, constatamos que a organização em rede tornou-se um fenómeno social importante e uma fonte crítica de poder". Na mesma linha, Dabas (2001) reitera que no campo da sociologia e da teoria das organizações surgem experiências que visam implementar a modalidade de "organização em rede", em detrimento da abordagem administrativa clássica. Estes novos paradigmas organizacionais apresentam-se distintos das burocracias weberianas modernas, já que são diversas as modalidades e os meios que podem sustentar a emergência de redes organizacionais. Estas apresentam como traços centrais dimensões de não linearidade, descentralização, flexibilidade e auto-organização e pressupõem relações horizontais de cooperação.

A atenção dada a este fenómeno atingiu uma dimensão tal que Miles e Snow (1992:53) observavam que estaríamos num momento de "revolução no meio organizacional". De facto, dos paradigmas organizacionais emergentes, as formas de organização em rede é considerada, por muitos autores (Costa, *et al*., 2003), a morfologia característica das sociedades contemporâneas. Na verdade, "hoje o cenário exibe um caleidoscópio emaranhado de redes nos mais variados âmbitos, territórios e campos de acção, nível local, microrregional, estadual, nacional e internacional, com os nomes mais diversos (entre outros, 'fórum', 'articulação', 'movimento', 'colectivo') e desenhos organizacionais diferentes" (idem, 2003:12).

A este processo de proliferação de redes está associada uma multiplicidade de factores como a globalização económica, que altera os processos produtivos, e os modelos de organização administrativa face à necessidade de uma maior flexibilização e interdependência. Para além destas questões, emergem igualmente mudanças societais visíveis nas alterações do papel do Estado nas suas relações com as organizações e a sociedade em geral, impondo novos modelos

de gestão que comportam a interacção de estruturas descentralizadas, de acções inovadoras e de parcerias entre organizações do Estado, da sociedade civil e do mercado, entre outras. Por sua vez, neste quadro mais amplo de proliferação de redes, são relevantes, também, as mudanças nas relações de trabalho e emprego, nos quadros normativos, interactivos e de orientações valorativas e simbólicas que caracterizam os actores sociais nos diversos contextos organizacionais (e.g. responsabilidade, participação, autonomia, desenvolvimento pessoal e profissional complementam a argumentação (Marques, 2008, 2007).

Para este processo de reconfiguração organizacional, convoca-se, neste artigo, o pensamento *Eliano* pela actualidade e evidência da sua reflexão, com enorme valor estratégico e heurístico, para a compreensão de um mundo complexo, paradoxal, que inclui dimensões de incerteza e risco. Para Norbert Elias (2004), as relações sociais são explicadas como uma teia de complexas interdependências criada pelas interacções humanas entre "eu" e o "tu", entre o "nós" e o "eles", entre indivíduos diferentes e/ou iguais, em constante dinâmica geradora de fenómenos reticulares. Esta perspectiva apresenta as redes organizacionais, ou estruturas policêntricas, como constituintes da morfologia social das sociedades contemporâneas.

As redes organizacionais constituem um fenómeno recente e em rápida difusão nas diferentes áreas e sectores, desde o produtivo e as redes empresariais, o social e as redes de políticas e movimentos sociais e o psicológico e as redes de apoio psicológico. Na verdade, observa-se um crescente *experimentalismo organizacional* na procura de abordagens inovadoras com maior potencial de adequação ao ambiente de turbulência, complexidade e de mudança, através da criação de modelos organizacionais mais flexíveis e conciliáveis com processos de auto-transformação contínua (Nogueira, 2004).

O argumento central deste artigo desenvolve-se primeiro através da revisitação do pensamento de Elias para, em seguida, reflectir sobre o conhecimento acumulado das formas de organização em rede, de modo a se ensaiar um pensamento crítico para lá da lógica da racionalidade linear, causal e determinista.

2. As formas de organização em rede por Norbert Elias

Face ao vasto contributo da obra de Norbert Elias para a sociologia em geral, iremos revisitar o pensamento de Elias pela evidência de uma reflexão de enorme valor estratégico e heurístico centrado na ideia de complexidade, interdependência e redes constitutivas da actual morfologia das organizações e sociedade em geral. Na senda de Elias (2004), poder-se-á perspectivar que, em grande medida, as respostas às transformações sociais se encontram nas interacções sociais desencadeadoras de mudanças estruturais. É desta base que partimos para conferir uma significação aos fenómenos reticulares na contemporaneidade, ou seja, as formas de organização em rede.

2.1. Uma teoria social do processo

O pensamento de Norbert Elias[1] parte de uma base empírica para estudar as relações humanas de forma processual. No enquadramento das teorias gerais da sociologia, Elias sustenta uma visão: *i*) universalista, que visa ultrapassar a dicotomia de abordagens centradas no sujeito/ objecto, no indivíduo/ sociedade; *ii*) interdisciplinar, pelo esforço de superação de fronteiras entre áreas disciplinares; *iii*) e interdependente, ao evidenciar o entrelaçamento de relações entre pessoas e a formação de constelações distintas conceptualizadas como "configuração" em contraposição a *homo clausus* (Elias, 2004). A noção de *homus clausus*[2], que o autor tanto rejeitava, pode ser entendida como a dualidade entre indivíduo e sociedade, sujeito e objecto, que significa o indivíduo enquanto ser atomizado completamente livre e autónomo em relação ao social. Por "configuração", Elias pretendeu expressar a ideia de que os seres humanos são interdependentes e apenas podem ser entendidos como tal; as suas vidas desenrolam-se e são moldadas por processos dinâmicos próprios em constante fluxo, passando por mudanças de ordens diversas. Por outras palavras, configuração pode designar-se pelas redes formadas por seres humanos interdependentes (Landini, 2005).

O conceito de configuração pode aplicar-se onde quer que se formem conexões e teias de interdependência humana, já que expressa a ideia de um ser humano com abertura e algum grau de autonomia relativa (mas nunca absoluta) em relação aos outros homens. Para Elias, qualquer ser humano "está, de facto, durante toda a vida, fundamentalmente orientado para os outros homens e dependente deles. O tecido das interdependências entre homens é aquilo que os liga uns aos outros. São elas que constituem o núcleo daquilo que se designa aqui como figuração – uma figuração de homens orientados uns para os outros" (Elias, 1989:45)[3].

Elias procurou conceber uma teoria de desenvolvimento humano baseada numa visão dinâmica dos processos sociais através de uma dimensão do saber da história na abordagem dos problemas sociais. Na sua obra de referência, *O Processo Civilizacional* (1989:14), o autor afirma: "Ao trabalhar este livro, pareceu-me absolutamente evidente que com ele se lançariam as bases para uma teoria sociológica, não dogmática e fundamentada empiricamente, dos proces-

[1] Neste artigo serão alvo de revisitação várias obras publicadas de Nobert Elias (2008 [1970], 2004 [1987], 2001 [1990], 1989 [1939]).

[2] Para Elias (2004), *homo clausus* significa homem fechado em si mesmo. Esta concepção não decorre somente de uma visão da sociologia do fim de séc. XIX para o séc. XX, já que esteve presente na filosofia ocidental desde a antiguidade, com Platão, e teve grande influência dos filósofos do Renascimento, tais como Descartes, Locke e Kant. Esta visão pode também ser observada em sociólogos como Durkheim (facto social), Weber (no modelo teórico de acção social, mas não no empírico) e Parsons (os processos ocorrem dentro da caixa preta) (Mennel 1998).

[3] Há uma grande discussão entre os estudiosos de Elias sobre a utilização do termo figuração ou configuração. O autor utilizou ambos os termos, muito embora em grande parte da sua obra usasse o termo "configuração" para fazer face ao termo "sistema" usado por Parsons, autor que Elias (2004) tanto criticou.

Configuracoes 9.indb 40 09-05-2013 16:39:07

sos sociais em geral e da evolução social em particular". Pode-se afirmar que Elias foi responsável pelo desenvolvimento de uma teoria social inovadora, que contribuiu para alargar o campo dos estudos sociológicos voltados para a compreensão dos processos de interacção humana no âmbito da sociedade. Com efeito, o autor propôs-se alargar a compreensão dos *processos humanos e sociais* para adquirir um conhecimento mais sólido acerca dos mesmos.

Assim, a teoria sociológica formulada por Elias apresenta-se como uma abordagem de carácter crítico, cujos conceitos centrais foram construídos a partir da identificação de deficiências e limitações de perspectivas teóricas clássicas pelas ciências sociais, mais concretamente pelo estruturo-funcionalismo. Com efeito, o autor refuta instrumentos conceptuais como "estrutura" e "função" num quadro de referência estático das teorias estruturais dominantes - à época - pois, para ele, "comportam o cunho desse estilo específico de pensamento que tudo reduz a estados" (1989:19) e a repouso no sentido em que não se inclui a dinâmica constitutiva do social. Trata-se de uma crítica à redução processual, isto é, à tendência de reduzir conceitualmente processos a algo de estático, sem movimento, nem acção.

Os teóricos da perspectiva funcionalista e estruturalista tendem a identificar as *estruturas sociais* a atributos constrangedores com grande influência sobre o comportamento dos indivíduos. Introduzindo uma inflexão nesse pensamento, Elias refuta qualquer concepção de que as forças coercivas têm um carácter objectivo acima e para além dos indivíduos. A relação entre indivíduo ("ego") e estrutura social ("sistema social") poderá ser analisada e concebida como um processo que, embora sendo coisas diferentes, são inseparáveis. A análise recai sobre as teias da interdependência humanas que formam as configurações sociais, já que "o devir das estruturas da personalidade e da sociedade efectiva-se na indissolúvel relação entre ambas" (Elias 1989: 18). As ligações pessoais a que Elias se refere dizem respeito não só às relações interpessoais, como também às ligações emocionais, considerando-as como "agentes unificadoras de toda a sociedade" (Elias 1989:150).

Por conseguinte, a teoria sociológica assim formulada concebe a relação entre "indivíduo" e "sociedade" de uma outra forma, não aceitando qualquer visão "totalizadora" e/ ou "individualista" dos processos sociais. Ao se focalizar na análise das inter-relações entre os indivíduos, o autor rejeita a ideia de polarização conceptual, já que é um reflexo muito nítido de vários ideais sociais e sistemas de crenças: "por um lado, há um sistema de crenças cujos adeptos atribuem o mais alto valor à 'sociedade'; por outro, há um sistema de crenças cujos adeptos atribuem o mais alto valor ao 'indivíduo'" (1989:14). Resultam daqui dois objectos que existem separadamente, forçando a ideia do "eu" como estando numa caixa fechada (*homo clausus*), tal como atrás se referiu.

Ao rejeitar uma lógica inscrita num raciocínio dicotómico de "ou/ ou", o autor propõe uma definição de sociologia, afirmando que esta "trata dos pro-

blemas da sociedade e a sociedade é formada por nós e pelos outros" (Elias, 2008:13). A questão fulcral é, portanto, a interdependência para a definição de configurações sociais. A centralidade do pensamento de Elias, que passamos abaixo a aprofundar, baseia-se sobretudo nas redes de interdependência dos indivíduos, na medida em que "o indivíduo está ligado aos outros por um fenómeno de dependência recíproca" (2001: 56).

2.2. O "Eu e o Nós" nos processos de configuração

Reflectindo sobre a relação entre indivíduo e sociedade, Elias propõe-se romper com "o uso mais antigo e corrente destes conceitos" (2004: 16). Não os aceita enquanto axiomas sem questionamento. A tentativa do autor vai no sentido de não os vermos como "par antagónico, mas teremos que nos esforçar (…) por um novo modelo funcional onde os homens individuais estejam tanto no bem, como no mal, interligados, como pluralidade, ou seja, como sociedade" (Ibidem). A separação pode até existir numa produção histórica e de distinção conceptual para facilitar o estudo sociológico, mas para o pensador, em geral, e para o sociólogo, em particular, indivíduo e sociedade não são separáveis.

Para tal, Elias desenvolve um pensamento baseado numa sociologia histórica de conceitos e esclarece as mudanças na abordagem da relação entre indivíduo e sociedade. Para a compreender é imprescindível atender às mudanças que se verificaram quer nos indivíduos ("mudanças da auto-experiência"), quer nas sociedades ("mudanças do hábito social dos indivíduos") (Elias, 2004:18). A conceptualização complexifica-se através do conceito de "Equilíbrio do Nós/Eu", revelando que a relação entre a identidade do "Eu" e do "Nós" é mutável e que sofre transformações singulares (Ibidem). A questão está em saber o que estrutura o conjunto, isto é, descobrir qual o sistema de relações que liga os indivíduos.

Outro contributo de fundo do autor consiste em reflectir sobre os processos que constituem a sociedade. A sua proposta ancora-se a partir de campos opostos. Um deles assente na determinação de configurações histórico-sociais por indivíduos ou grupos de indivíduos/ entidades (os heróis, as correntes, as instituições). Neste campo são centrais as ideias de projecto e de criação individual, não se esclarecendo, contudo, a passagem de acções ou fins individuais para as configurações sociais. O outro campo baseia-se na determinação orgânica supra-individual ou espírito supra-individual comum (espírito universal, segundo Hegel), sendo aqui centrais os "estilos ou as formas culturais ou as formas de economia e instituições" (Elias, 2004:23).

Igualmente, Elias procura mostrar as conexões entre linguagem, práticas sociais, história e biologia. Trata-se de uma abordagem original e ousada tanto para a sociologia clássica, como para a contemporânea[4]. O desafio reside em

[4] A este propósito, note-se que tradicionalmente a sociologia refuta qualquer contacto com a biologia, com receio, supostamente, da naturalização decorrente da análise dos fenómenos sociais.

se conseguir criar um modelo de pensamento e uma visão global que tornem inteligíveis a realidade. Isto é, que permitam compreender como os seres humanos em conjunto formam uma sociedade que não foi pretendida, nem planeada por nenhum dos seres humanos que a constituem e cuja história não foi previamente definida pelos indivíduos que a compõem, nem por uma qualquer entidade supra-individual (natural ou religiosa). Para a compreensão de modelos que assumam a relação entre indivíduo e sociedade, Elias recua ao clássico Aristóteles que relaciona as pedras e uma casa. Trata-se de um modelo simples - o da relação entre as pedras e uma casa – que demonstra como muitos elementos singulares formam um conjunto, cuja constituição não pode ser compreendida a partir de cada elemento constituinte. A estrutura não pode ser compreendida se isolarmos cada elemento, nem pode ser entendida se abordada partindo da ideia de ser uma soma como se fosse um montão de pedras.

Também a teoria configuracional constitui uma importante referência teórica no pensamento de Elias. Com efeito, a teoria configuracional assume que o todo não é igual à soma das partes, já que possui uma regularidade própria que não é dedutível a partir dos elementos constituintes, sendo atribuída importância à relação entre os elementos. Porém, será que existe um modelo de "convivência humana" harmonioso (Elias, 2004), isto é, onde as necessidades e os desejos individuais se encontrem satisfeitas e a estrutura social não seja conflituosa? Parece existir nas configurações sociais um fosso intransponível entre as necessidades e desejos individuais e as condições necessárias à vida em sociedade. Este fosso condiciona o modo como pensamos a relação entre indivíduo e sociedade. Para o ultrapassar impõe-se estabelecer uma ruptura com este antagonismo. Ao fazê-lo, constatamos que o indivíduo e a sociedade são as faces de uma mesma moeda, ou seja, "têm simplesmente uma existência – o indivíduo em sociedade com outros, a sociedade como sociedade de indivíduos" (Elias, 2004:28).

Para Elias, as sociedades caracterizam-se pela existência de "contradições, tensões e explosões" (2004:30), sendo a sua constituição não evidente, nem a sua estrutura tangível. As sociedades são abertas e, portanto, ilimitadas. A existência de uma "ordem oculta" de redes de relações de interdependências (afectivas, laborais, entre outras), embora sejam "elásticas, variáveis e transformáveis", não deixam de ser menos reais, nem menos fortes (2004:34).

Para se estudar a sociedade é necessário analisar o modo como se estruturam as relações entre os indivíduos e nunca os indivíduos *per si*, isoladamente. É necessário atender às funções sociais e às suas relações; atender aos "fenómenos de interdependências" (Elias, 2004:42), isto é, a toda a rede de relações que se estabelece ao longo da vida dos indivíduos (desde crianças a adultos). Os comportamentos, os pensamentos, as convicções, os afectos e as necessidades resultam das relações que o indivíduo estabelece com os outros. Assim, a personalidade, o "si mesmo", só pode ser compreendido a partir "do todo da teia",

que permite revelar "o tecido das relações do qual ele sai e para onde entra" (Elias, 2004:52). A individualidade é determinada pela história e pela estrutura da teia humana da qual constitui um ponto de união. A singularidade individual resulta das transformações decorrentes das relações que se estabelecem com os outros, através e pelas quais estes se modelam e remodelam em permanente interdependência – "fenómeno de entrelaçamento" (Elias, 2004:43). Por conseguinte, o estudo sociológico das teias de interdependência indica que as coerções ou forças sociais têm origem na própria teia de interdependência formada pelos indivíduos.

Enquanto o crescimento físico se processa segundo um mecanismo natural, a diferenciação rigorosa e decisiva das funções psíquicas é determinada pelo entrelaçamento, isto é, pela teia de relações humanas. O mesmo se verifica com os impulsos e afectos. Estas duas partes do organismo humano, a física ou o "corpo" (órgãos e funções necessários à sobrevivência e reprodução) e a psíquica ou a "alma" (relação e auto-regulação das relações com os outros) são interdependentes. Este facto explica a dependência do homem face à sociedade, ou seja, de o homem ser um ser social.

Uma das características da auto-regulação psíquica é a plasticidade e a maleabilidade que se traduzem numa elevada mutabilidade e adaptabilidade a diferentes tipos de relações (Elias, 2004:55). Daí a diversidade de estruturas de relações humanas que se encontra liberta de determinismos decorrentes de automatismos herdados. Simultaneamente, constata-se uma complementaridade e interdependência entre as estruturas da psique, da sociedade e da história humana (Elias, 2004:56-7). Nessa perspectiva, a relação entre o indivíduo e as estruturas sociais deve ser analisada e concebida como um *processo*. Dito de outra forma, "estruturas sociais" e "indivíduo" (ou "sistema social" e "ego") são distintos, mas inseparáveis, cuja análise deve recair sobre as teias de interdependência humanas que formam as configurações sociais.

Ao se preocupar em explicar as motivações que levam os indivíduos a construírem teias e cadeias de interdependência, Elias refere que uma parte da teia de interdependência tem origem nas necessidades biológicas dos seres humanos. Estes, desde os primeiros momentos da sua vida, precisam dos cuidados e de atenção dos seus pais. Contudo, uma grande parte das teias de interdependência advém de necessidades recíprocas, socialmente geradas, tais como a divisão do trabalho. Os factos e os acontecimentos originam-se a partir de um fluxo contínuo da acção individual, imersa em contextos de interacção social nas teias de interdependência. Por isso, para Elias (2008:151), uma das "maiores lacunas das teorias mais antigas da sociologia contemporânea é o facto de investigarem essencialmente as perspectivas sociais do 'eles', quase não se servindo de instrumentos conceptuais rigorosos para investigar a perspectiva de 'eu e nós'". No encalço de autor é necessário propor uma outra forma de olhar e fazer ciência social.

Configuracoes 9.indb 44 09-05-2013 16:39:08

2.3. Esforço de reconceptualização da ciência

De um modo geral, Elias é peremptório quando afirma que: "os sociólogos estão acostumados a encarar as ligações humanas essencialmente sob a perspectiva de 'eles'" (Elias, 2008:150). Para inverter esse modo de pensar, o autor procura uma visão mais completa da teoria sociológica onde se incluam as interdependências pessoais e as ligações emocionais entre as pessoas, considerando-as como agentes co-estruturantes de toda a sociedade.

Na perspectiva de Elias, a abordagem sociológica mais antiga e contemporânea concebe o "Eu" no centro e as configurações como a família, a escola, a indústria e o Estado, em círculos fechados e sem relação à volta do "Eu". No fundo, o ego aparece rodeado de estruturas sociais, estando em cima e acima do ego individual. O conceito de sociedade é encarado de igual modo. Tal visão distorce a compreensão da nossa própria vida em sociedade e encoraja a ideia de que a sociedade é constituída por estruturas que são exteriores aos indivíduos e que os indivíduos são simultaneamente rodeados e separados da sociedade por uma barreira invisível.

O autor propõe uma alteração nesta visão substituindo-a por outra, por ele considerada mais realista, a das pessoas que, através das suas disposições básicas, são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas formas. As pessoas "constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados" (Elias, 2008:15). Ou seja, "Cidades e aldeias, universidades e fábricas, estados e classes, famílias e grupos operacionais, todos eles constituem uma rede de indivíduos. Cada um de nós pertence a esses indivíduos" (Elias, 2008:16). Quando nos referimos às estruturas, utilizamos pronomes possessivos como, por exemplo, a "minha" aldeia, a universidade "dele", a "vossa" escola, como se essas mesmas estruturas existissem não só acima e para além de nós mesmos, mas também acima e para além de qualquer pessoa. Este é um tipo de pensamento dicotómico, o que opõe "eu" ou "os indivíduos particulares" de um lado, e, do outro lado, a estrutura social, o meio que me circunda e aos outros "eus".

A maneira como formamos as palavras e os conceitos reforça a tendência do nosso pensamento para "coisificar", ou seja, para desumanizar as estruturas sociais. Esta concepção decorre de modos de pensar e de falar primeiramente desenvolvidos e testados na investigação das relações naturais em física e em química, depois transpostos para a investigação das relações sociais entre os indivíduos. Muitas palavras e conceitos derivam basicamente da interpretação de factos naturais transferidos indevidamente para a interpretação de fenómenos humanos e sociais (Ibidem).

Ainda numa perspectiva histórica, o autor considera que se procurou alargar a compreensão dos processos humanos e sociais, tentando adquirir-se uma base crescente de conhecimentos mais sólidos acerca desses processos (uma das tarefas fundamentais da sociologia). Aí confrontamo-nos com uma tarefa de

emancipação que não se apresenta fácil. Por um lado, encontramos modelos de um tipo ingenuamente egocêntrico, como o modelo mágico-mítico e, por outro, modelos "tirados" das ciências naturais. Na óptica de Elias (2008), usamos substantivos nas ciências sociais e no dia-a-dia como se nos referíssemos a objectos visíveis e tangíveis no tempo e no espaço, existindo independentemente das pessoas, e impedindo que se desenvolva um modo mais autónomo de falar e de pensar adequado às especificidades das configurações humanas. Daí, ainda não nos ser possível investigar sem este tipo de vocabulário de estrutura conceptual. Necessitamos de uma grande inovação linguística e conceptual para se atingirem certas transformações sociais, que só se podem mesmo efectuar quando houver um desenvolvimento que abarque várias gerações. Na verdade, "torna-se necessária uma reorganização da percepção e do pensamento de todas as muitas pessoas interdependentes numa sociedade. Se uma grande maioria tiver que reaprender a repensar tudo isto, tendo que se acostumar a todo um complexo de conceitos novos – ou conceitos velhos com um novo significado – então torna-se necessário um período de duas ou três gerações por vezes mesmo de muitas mais (…) (Elias, 2008: 21). Esta passagem é clarificadora da dificuldade e morosidade de uma reorientação da linguagem social e do pensamento, dando-nos uma ideia do tipo de forças que as pessoas exercem umas sobre as outras.

Na verdade, a nossa linguagem e pensamento são marcadas e expressas por palavras e conceitos como "necessidade causal", "determinismo", "leis científicas", entre outros do mesmo tipo, denotando modelos derivados de experiência prática no campo das ciências naturais, da física e da química que, mais tarde, foram transferidos para outros campos de experimentação como as ciências sociais. Por conseguinte, compete à ciência romper com uma visão onde predominam o absolutismo filosófico e o relativismo, na medida em que: "mesmo hoje, ao falarmos da teoria da ciência, falamos de 'ciência' e de 'método' científico, como se houvesse uma ciência e um método científico – ideia tão quimérica como a antiga noção de que só havia uma cura para todas as doenças" (Elias, 2008: 57).

Assim, o autor questiona como e em que condições é possível o conhecimento não-ideológico e científico de relações naturais e sociais. Este não se encontra ainda clarificado, incluindo para os próprios sociólogos, no que diz respeito ao modo como as teorias sociológicas diferem das ideologias sociais e se existe de facto tal diferenciação. As atitudes de um investigador e os seus critérios científicos são em grande medida modelados por considerações extra científicas quer políticas, quer religiosas, quer de profissão. É certo que o autor assume uma postura prudente ao afirmar que "nenhum método científico poderá garantir em si próprio a validade de todos os resultados obtidos pela sua aplicação" (2008: 65). Igualmente, Weber (1977 [1904]) nos elucidou acerca dos limites da investigação em sociologia, afirmando que esta é válida para um período e um espaço social determinados, não constituindo "leis gerais" no sentido

Configuracoes 9.indb 46 09-05-2013 16:39:08

das ciências ditas exactas. O mesmo nos diz Passeron (cit *in* Marques, 2006) que perspectiva a história das ciências sociais constituída por "teorias interpretativas", por "saberes empírico-relacionais", por raciocínios que se desenvolvem num "espaço assertivo não popperniano" no sentido que não é regido pela "prova" dos empiristas lógicos. Por sua vez, Bourdieu (2005) reforça o trabalho de "auto-sócio análise" no ofício do sociólogo, o que implica que se avance para uma sociologia da sociologia próxima de uma sociologia reflexiva.

2.4 Para além de um modelo burocrático e de especialização disciplinar

No desenvolvimento da argumentação de Elias tem lugar relevante a sua oposição ao modelo de organização burocrático e racional e à excessiva especialização disciplinar dos tempos contemporâneos, por se tratar de um paradigma que "mata" e anula as interdependências e as emoções unificadoras do "eu" e do "nós". Neste contexto, a sociologia corre o risco de se fragmentar em sociologias cada vez mais especializadas como, por exemplo, a da família, das organizações, do crime, da arte, sendo que "haverá especialistas em todos estes campos, elaborando os seus próprios termos técnicos, as suas teorias e métodos que se tornarão inacessíveis aos não especialistas. Terão então realizado o ideal básico do profissionalismo – a autonomia absoluta das novas especializações. A fortaleza estará completa, as pontes levadiças erguidas" (Elias, 2008: 53).

Este processo repete-se ao longo da evolução das actuais ciências sociais, como a psicologia, a antropologia, a economia, o serviço social, entre outras. A especialização do conhecimento tem aumentado tanto que estamos numa posição que melhor permite compreender o alcance dos problemas decorrentes de uma ciência especializada. Elias relaciona este facto com a necessidade de se ligarem as várias áreas disciplinares, constatando a relação que existe entre diversos domínios desde o físico, o químico e o biológico. O autor põe a tónica na importância de uma compreensão gradual e crescente de todos os domínios. Diz-nos: "a especialização científica é actualmente tão rigorosa que a inclusão na consideração das características universais da sociedade de problemas que envolvem as pessoas no singular e no plural aparece quase como uma ilegalidade, uma infracção de fronteiras ou mesmo como uma alteração das linhas de demarcação" (Elias, 2008:14).

Para além do questionamento que faz acerca das especializações, com consequências na fragmentação e nas dinâmicas das interconexões sociais, outro ponto fulcral da sua análise crítica da organização social prende-se com a "abordagem objectiva", "racional" e "realista" em que os governantes acreditam para ultrapassar os problemas sociais mais prementes, designada por burocracia. Elias critica o pensamento Weberiano[5] em que fundamenta a burocracia

[5] Weber (1995 [1921]) desenvolve o primeiro grande modelo de organização racional que se caracteriza por um conjunto de traços que persiste até hoje: *i*) predomínio de regras fixas e impessoais ao nível dos

contemporânea como uma forma racional de organização. Na esteira de Elias (2008: 2008), a burocracia "tende hoje a reduzir as interdependências sociais complexas a departamentos administrativos singulares; cada um deles tem a sua área de jurisdição estritamente definida, sendo equipados com uma hierarquia de especialistas e uma oligarquia de chefes administrativos, que raramente pensam para além da sua área de competência".

Deste pensamento de Elias depreende-se que uma outra proposta se pode configurar oposta à da de burocracia que se apresenta estático e compartimentado: um modelo organizacional, dinâmico, aberto a alterações. Esta visão pode configurar o desenho de um modelo com contornos semelhantes ao modelo actualmente designado de organização em rede, policêntrico, *heterárquico* ou reticular, por conter dimensões como a interdependência entre os actores, a flexibilidade na gestão, a acção dinâmica nas (re)configurações criadas pelo processo de auto-transformação gerado continuamente.

Neste sentido, Elias considera que o desenvolvimento das sociedades, aos olhos dos seus executores (cargos governamentais e seus ajudantes), tende a aparecer como um problema "económico". O foco está em aumentar o potencial económico das sociedades-estados mais pobres, aumentando o *stock* de capitais. São construídas centrais de energia, estradas, pontes, caminhos-de-ferro, fábricas e é impulsionada a produção agrícola. A este respeito afirma, "quando o desenvolvimento 'económico' é assim impulsionado, tendo como objectivo limitado o melhoramento do nível de vida, torna-se evidente que é impossível desenvolver o potencial económico sem que haja uma transformação total da sociedade" (2008:160). O autor explica que planos puramente económicos podem falhar, uma vez que outros aspectos não económicos, mas funcionalmente interdependentes de uma sociedade, atuam como freio empurrando-os em direcção contrária.

O processo global de desenvolvimento de uma sociedade, embora não planeado e não imediatamente controlável, não é, para o autor, incompreensível. O que está em causa são as consequências decorrentes da interpretação das acções de inúmeras pessoas interdependentes, já que ninguém pode determinar o decurso do jogo porque não actua sozinho. Os acontecimentos e os factos originam-se do fluxo contínuo da acção individual imersa nos contextos de interacção social. Este processo implica uma mudança "parcialmente auto-regulada numa configuração de pessoas parcialmente auto-organizada e auto-reprodutora, tendendo o processo para uma certa direcção" (Elias, 2008:161). Na esteira do autor, as hipóteses teóricas dominantes pendem para considerar

procedimentos e de execução, sendo que estas se encontram suportadas em documentos escritos (*e.g.* regulamentos, estatutos, manuais); *ii*) hierarquia de funções que clarifica a linha de decisão e delimita as responsabilidades associadas; *iii*) desempenhos profissionais de cariz técnico e especializado, exigindo-se uma formação dos trabalhadores. Resultam desta lógica impessoal e fixa, independentemente das pessoas, dos serviços ou dos contextos, vantagens claras deste modelo que se prendem com a continuidade, a impessoalidade e a imparcialidade.

Configuracoes 9.indb 48 09-05-2013 16:39:08

"normal" o facto de uma sociedade se manter no estado que atingiu. A questão que se afigura mais desconcertante, no que respeita ao desenvolvimento, é o facto dos nossos esforços se dirigirem menos para a compreensão e explicação daquilo que realmente acontece e para a elaboração de um diagnóstico do que para a "elaboração de um esperançoso prognóstico" (2008: 162).

3. O pensamento da complexidade e a organização em rede

A rede, ou estrutura policêntrica, objecto deste artigo, é aquela que se apresenta como um projecto deliberado de organização da acção humana. A rede pode ser concebida como um padrão organizativo que ajuda os actores sociais a empreenderem, a obterem resultados a partir de modelos de acção horizontais, não hierárquicos, que visam a transformação da realidade. Não obstante, o pensamento Eliano não ignora existência de relações hierárquicas, verticais, de dominação e poder nas configurações geradas nas interdependências das relações sociais (Silva, 1998).

3.1. Riscos, (inter)acções e parcerias na actualidade

Na base de multiplicação das estruturas policêntricas está a transformação da sociedade contemporânea. Na "sociedade de risco" (Beck, 1992), caracterizada pela incerteza e insegurança, o cidadão já não pode contar com as tradições e os sistemas sociais herdados da sociedade industrial. Estes não se encontram ajustados e capazes de responder às novas realidades económicas, culturais e sociais. Em alternativa, "a noção de risco torna-se central numa sociedade que se está a despedir do passado, dos modos tradicionais de fazer as coisas e que se está a abrir para um futuro problemático" (Giddens, 1997:103). Igualmente, a reflexividade social constitui uma forma de gerir melhor a dubiedade constante, ao reivindicar o pensamento em profundidade sobre as circunstâncias em que se vive e a capacidade de se "controlar" o futuro.

Anteriormente vivia-se um mundo assente no costume e na tradição, não exigindo, por isso, uma necessidade tão apurada de reflexão, pois aspectos essenciais da vida eram ponto assente, estavam seguros. Hoje não é assim. Atento ao contexto da complexidade, Morin afirma (1997:67): "o esforço da reflexão é vital, mas é pena que nada a ensina…reflectir é tentar compreender… ver qual pode ser o sentido, quais podem ser as perspectivas. Mais uma vez, para mim a linha de força de uma sabedoria moderna seria a compreensão". Também Castells (1999:1) compreendeu que "um novo mundo está tomando forma neste fim de milénio" e baseia a sua perspectiva nas mudanças ocorridas a partir do final dos anos 60 e meados da década de 70 considerando a coincidência histórica de três processos: *i*) revolução da tecnologia da informação; *ii*) crise económica do capitalismo e do estatismo e a reestruturação de ambos; *iii*) e apogeu de movimentos sociais e culturais. Assim, "a interação entre esses

processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa cultura está subjacente à ação e às instituições sociais num mundo interdependente" (Ibidem). Da análise do pensamento do autor, assume relevância a dinâmica gerada pela complexificação dos processos, activadora da interdependência.

Por conseguinte, o crescente recurso à (inter)acção surge como estratégia para enfrentar um ambiente de turbulência, de forte competitividade, de reestruturações na esfera pública e nas organizações do mercado e, ainda, de crise do *Welfare State*. Estas condições abrem espaço para a emergência de novas formas de organização da acção pública e do mercado. As transformações em torno do papel do Estado e da concepção de políticas públicas têm contribuído para uma diversidade de estudos e enfoques teóricos, visível nas seguintes definições, entre outras, de "Estado heterogéneo" (Santos, 1994), "Estado labiríntico" (Ruivo, 2000), "Estado avaliador" (Henkel, 1991), "Estado animador" (Donzelot e Estèbe, 1994), "Estado sábio" (Massardier, 1996), "Estado parceiro" (Schweyer, 1996)[6].

No contexto de gestão dos problemas da actualidade, Geddes (2000) atesta a ideia de que a acção pública no contexto europeu se encontra marcada pelo surgimento de novos padrões de desemprego, pobreza e privação, surgindo a parceria local, na década de noventa, como parte integrante da reestruturação dos padrões de governança europeia. As parcerias são vistas como uma forma mais flexível de "governança em rede" (*in* Geddes, 2000:2) por se considerar serem capazes de resolver alguns dos problemas enfrentados pelo Estado, de encontrarem novas soluções para os problemas de uma política complexa, de partilha de riscos e de construção de confiança entre vários públicos e sectores da comunidade.

A reconfiguração do papel do Estado tem favorecido a proliferação de redes gestoras de políticas públicas, com forte incidência no sector social. As redes têm sido vistas como a solução para gerir políticas e projectos de intervenção dada a complexidade dos problemas, a escassez de recursos, a multiplicidade de actores envolvidos, a interacção de organizações públicas e privadas, centrais e locais (Teixeira, 2002). Este contexto cria condições para a implementação de um modelo de governança que "pressupõe uma reconfiguração das relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil no sentido do estabelecimento de redes e parcerias efectivadas por uma crescente participação dos actores da

[6] Apesar desta diversidade **teórico-empírica**, poder-se-á argumentar que aquelas propostas apresentam em comum "novas formas de acção estatal, lembrando que o essencial da análise não é o **Estado, enquanto** entidade abstracta, mas antes as práticas e os processos de governação, nos quais participam, juntamente com o Estado e os seus aparelhos institucionais, organizações, associações de carácter social e cultural, especialistas em diversos domínios, serviços centrais e regionais da administração, inspecção, institutos, entre outros" (Sarmento, Marques e Ferreira, 2008:17).

Configuracoes 9.indb 50 09-05-2013 16:39:08

sociedade civil" (Neves *et al.*, 2010:15). A acção local acontece neste contexto como resposta possível não só a problemas sociais e económicos, como também ao peso burocrático do Estado. Constitui, ainda, por um lado, uma forma de resistência à degradação dos direitos sociais e, por outro, de consciência social orientada para a mudança (Rodrigues e Stoer, 1994). A acção local exige a participação da comunidade local, tendo para isso como seus principais actores, desde grupos comunitários a movimentos sociais e associações locais, a empresas, igrejas e instituições públicas (Neves *et al.*, 2010). Tomando Klein (2005) como referência, a acção local constitui fonte de desenvolvimento local quando gera ou reforça dinâmicas sistémicas locais.

Uma crescente consciência cidadã reclama maior participação, o que vem reforçar a crescente multiplicação de redes. Contrariamente ao modelo de Estado tradicional burocrático, rígido e hierarquizado que impede acções articuladas, as redes surgem como organizações horizontalizadas e flexíveis de diversos agentes sociais (Sotero, 2006). A organização em rede implica uma nova abordagem quanto aos processos de decisão, planeamento e avaliação, considerando três dimensões fundamentais que a caracterizam: risco, interdependência e aprendizagem (Areias, 2007).

3.2. Portugal, contexto potenciador de organização em rede?

Associada a esta perspectiva global do contexto que se vive na actualidade, em Portugal desconhecem-se estudos de caso que possibilitem um conhecimento aprofundado acerca deste fenómeno, de modo a compreender se há outras e melhores formas de organização distintas da administração clássica para uma intervenção geradora de mudança.

Abordamos o contexto português visto pelo filósofo José Gil (2008), para melhor nos situarmos no espaço em que agimos e desse modo desenvolvermos reflexão, sentido crítico, compreensão e clareza sobre nós próprios e o nosso contexto. Gil, de forma peremptória, afirma (2008:37): "Numa palavra, o Portugal democrático de hoje é ainda uma sociedade de medo. É o medo que impede a crítica. Vivemos numa sociedade sem espírito crítico". Este pensamento, revelando o peso dos factores culturais e simbólicos da sociedade portuguesa, é importante para se compreender as formas de organização em rede. Na verdade, o filósofo acrescenta que também o queixume e a conformidade, associados à indiferença com aquilo que nos rodeia, fomentada pelo fenómeno da "não inscrição", isto é, a acção de que tudo que acontece não transforma o real, dito de outra forma, não surte nenhum efeito, caracterizam o Portugal de hoje. O autor fala da importância da investigação e do avanço no domínio científico, sendo essencial para que tal aconteça, a discussão, a troca de ideias, a imaginação sem entraves, a elaboração livre de modelos. Neste domínio, Gil refere "a falta de uma comunidade científica que se imponha à comunidade em

geral", dado que "o eco dos trabalhos académicos não ultrapassa os círculos especializados, não existindo planos mediadores que levem esses conhecimentos até ao homem comum…" (Gil, 2008:35). Alerta, por conseguinte, para a necessidade da inconformidade, para dessa forma se transformar o país num conjunto de cidades inteligentes, dotadas de cultura, pensamento próprio, livres e independentes. Em obra posterior, Gil vai mais longe na reflexão, considerando que o verdadeiro problema de Portugal reside na sua identidade, que constitui a "raiz dos nossos medos, da paralisia perante a acção, da recusa da mudança. Viriam daí as nossas incapacidades de nos transformarmos…?" (Gil, 2009: 9).

Este pensamento transporta-nos para um a necessidade de questionarmos até que ponto o contexto em que vivemos é favorecedor; se é estimulante para a emergência de intervenções criativas com os riscos que lhe estão inerentes; se a dúvida é um incentivo para a acção ou se, pelo contrário, gera um medo que paralisa a procura de alternativas de mudança. De que confiança precisamos? Em que medida Portugal apresenta um contexto que favorece a intervenção organizada em forma de rede interorganizacional? Ou seja, as características organizacionais de uma rede interorganizacional detêm um perfil adequável ao contexto cultural e social em que vivemos?

3.3. Organização em rede: para lá de uma "cultura" burocrática

Os princípios da teoria clássica da gestão, inspirados numa visão do universo como sistema mecânico, concebiam as organizações como conjuntos de partes que se interligavam de forma precisa e específica. Basta para isso, fazer referência, por um lado, aos contributos teóricos em torno da supremacia da burocracia na era moderna baseada na racionalidade da acção social (cf. Weber, 1995 [1921]); e, por outro, aos princípios de administração das organizações desenvolvidos por Fayol (1990), a par do movimento generalizado de racionalização designado por taylorismo/ fordismo que mudou por completo, a economia mundial (Séguin e Chanlat, 1983). Em conjugação com a aplicação de uma extrema divisão técnica do trabalho, separando-se a execução da concepção, assume importância crucial a "gerência científica" e o papel dos técnicos. É neste contexto que "administrar" significa o desempenho de determinadas funções, tais como: planear, organizar, comandar, coordenar e controlar. Nesta sequência, os princípios da abordagem "científica da administração" pressupõem uma configuração organizacional assente numa hierarquia piramidal de autoridade, onde o topo possui total autoridade e unidade de comando: recepção de ordens de apenas um só superior hierárquico, circuitos de comunicação verticais e delegação de competências como "princípio de excepção"[7].

[7] Weber, numa perspectiva crítica dos limites desta concepção, preocupou-se com as consequências da burocracia para o lado humano da sociedade, reconhecendo-lhe potencial para rotinizar e mecanizar a vida humana, corroendo o espírito de acção espontânea e minando as formas democráticas de organiza-

Esta "cultura" burocrática penetrou tão profundamente a nossa forma de conceber as organizações "que o projecto de estruturas formais ligadas por linhas claras de comunicação, coordenação e controle tornou-se uma espécie de segunda natureza" (Capra, 2002:115). De acordo com o mesmo autor, a adopção dessa perspectiva, de forma praticamente inconsciente, tornou-se um dos principais obstáculos que se intromete no caminho de qualquer que seja os projectos ou necessidades de mudanças ou desenvolvimento sentidas por parte das organizações, sejam públicas ou privadas. O predomínio de organizações fechadas, com serviços sem articulação entre si suportados em esquemas de decisão fortemente hierarquizados e sem estimular a iniciativa, conduzira à necessidade de se proceder à sua reestruturação e reforma, à procura de alternativas organizacionais e gestionárias[8]. Neste contexto, como salienta Sotero (2002), o conceito de rede tem estado associado a novas formas de organização e gestão do trabalho como resultado do questionamento da eficácia das estruturas burocráticas e verticais, fazendo emergir formas mais interactivas e horizontais nos modelos organizativos da gestão das organizações e políticas públicas. Acrescenta, ainda, que as redes rompem com o desenho hierarquizado e rígido da burocracia do Estado tradicional e surgem como organizações horizontalizadas e flexíveis de diversos agentes sociais.

4. Algumas notas finais

Para trabalhar em rede é necessário pensar em rede, implicando esse processo uma mudança dos padrões com que nos habituamos a conviver. O que está em causa é a forma como se pensam as coisas. Pensar é a condição indispensável para qualquer análise sobre a realidade e pensar com coerência exige um referencial de conceitos articulados entre si competentes para a compreensão rigorosa da realidade. Foi nesse sentido que revisitamos o pensamento de Norbert Elias.

Assim, a partir da análise da obra de Norbert Elias, descobriram-se constructos para compreender a complexidade da contemporaneidade e os "novos" modelos organizacionais, as formas de organização em rede, que dela emergem. Logo numa primeira análise, três pontos relevantes se entrelaçam: *i*) uma visão universalista, que procura uma ligação interdisciplinar entre as ciências; *ii*) uma perspectiva dinâmica e interdependente dos processos sociais; *iii*) uma dimensão histórica na abordagem dos problemas sociais.

Elias apropria conhecimentos provenientes de áreas vistas com "desconfiança", pela tradição sociológica, entre outras, a biologia, a psicologia cogni-

ção. Na verdade, esta a teoria intimamente ligada a Weber assume, para muita gente, uma conotação negativa por estar associada ao excesso de papéis e de regras prejudicando o funcionamento eficaz e inovador das organizações. Não obstante, no pensamento weberiano, este modelo de organização de cariz burocrático potenciaria um tratamento equitativo de todos os empregados, uma vez que a cada um deles eram atribuídas áreas específicas de responsabilidade e acção na base das suas competências e capacidades.

[8] Tal torna-se mais premente num contexto de crise económica, de liberalização e globalização dos mercados e de movimentos de privatização de certos serviços públicos (Marques, 2008).

tiva e as designadas neurociências. Propõe que a sociologia rompa com a noção de autonomia absoluta da ciência para uma concepção de autonomia relativa, uma vez que o ser humano, na medida em que se relaciona com os outros, externaliza as suas dimensões biológica e psicológica. A sua leitura da realidade confere-lhe uma visão "total" do fenómeno humano e para o qual diversos saberes são convocados para o domínio do conhecimento sociológico. O autor rompe com a perspectiva epistemológica da modernidade de fragmentação do conhecimento por disciplinas, já que ele próprio foi possuidor de uma formação em várias áreas do saber que lhe permitiram perceber a importância das interdependências, não cabendo nesse pensamento a divisão disciplinar. A concepção teórica e metodológica de Elias apresenta, por conseguinte, um carácter dinâmico, que valida o entendimento sobre as configurações societais que se constroem a partir das interdependências num processo dinâmico de permanente interacção desencadeado no espaço empírico.

Elias produz uma exaustiva análise da relação "indivíduo - sociedade" encontrando uma resposta alternativa a esta noção reinterprendo-a à luz da relação "nós - eu", isto porque, na sua perspectiva, o que falta são modelos conceptuais e uma visão global que os torne compreensíveis. O autor apela à relação entre a parte e o todo, tentando compreender as forças sociais a que os indivíduos estão sujeitos e explicando que tais forças sociais são exercidas pelas pessoas sobre outras pessoas e também sobre si próprias.

Palavras como interdependência, relação, rede e teia são centrais no pensamento *Eliano* e dão lugar a uma teoria central da sociologia que se aproxima da empiria e proporciona fundamento teórico à construção de um alicerce para refutar, corrigir e transformar a compreensão das configurações do viver no mundo. Uma constante do pensamento do autor é a convicção de que "o homem é obra do próprio homem" e a rede de interdependências é o que os liga, formando elas o nexo do que ele designa por configurações, isto é, o conjunto de pessoas mutuamente dependentes. Por isso, refuta as polarizações clássicas entre abordagens individualistas e holistas, causalistas e dualistas. Além disso, cria um paradigma que une estas perspectivas opostas através de um quadro de inteligibilidade sobre as sociedades complexas e paradoxais, abertas à criação e recriação de formas organizacionais, resultado da necessidade de se criarem abordagens inovadoras com maior potencial de adaptação a um ambiente turbulento e em mudança e mais harmonizados com processos de auto-transformação continua. Falamos das formas de organização em rede, baseadas na interdependência, risco e aprendizagem tão necessárias para se analisar e compreender as actuais tendências de configuração societal. Estas formas de organização em rede constituem modelos opostos ao clássico de organização definido como fechado, hierárquico e burocrático.

Uma das muitas potencialidades desta teoria para análise e compreensão dos fenómenos reticulares da contemporaneidade é a importância que Elias atri-

bui ao "resultado": para ele o que importa é o que sobressai a partir da dinâmica social. No entanto, na nossa perspectiva, algumas questões ficam por esclarecer do pensamento do autor: Qual a natureza dos conflitos na sociedade actual? De que forma os conflitos se relacionam com a noção "nós-eu" ou na perspectiva tradicional " indivíduo-sociedade"? Para terminar, é necessário realçar que a sociedade de indivíduos é construída na teia da rede das interdependências das relações sociais geradora de "fenómenos reticulares", dito de outra forma, o indivíduo em sociedade é uma "rede" criadora de fenómenos reticulares através das relações de interdependência num processo originador de (re)configurações constantes. O conceito de rede na visão *Eliana* centra-se nos processos interactivos das relações.

Através da problematização que desenvolve é evidenciado que a relação entre indivíduo e sociedade só pode ser compreendida através da multidimensionalidade das relações sociais. A complexa teia de redes, construída num processo contínuo e dinâmico, é geradora de mudanças permanentes, em que todos os indivíduos são encarados como participantes, delineadores (em diferentes graus) e com potencial de operar transformação na sociedade.

Bibliografia

AREIAS, Helena (2007), *Desenvolvimento Local e Rede Social: Moda ou Modelo de Intervenção?* Tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) Lisboa (policopiado).

BECK, Ulrich (1992), *Risk Society towards a New Modernity*, London: Sage

BOURDIEU, Pierre (2005), *Esboço para uma auto-análise*, Lisboa, Edições 70.

CASTELLS, Manuel (1996), *A Sociedade em Rede - A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel (1999) *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3, São Paulo: Paz e Terra. pp 411-439.

CAPRA, Fritjof (2002), *As conexões ocultas*, São Paulo: Cultix.Amana-Key.

COSTA, Larissa. *et al.* (org) (2003), *Redes – Uma Introdução às Dinâmicas da Conectividade e da Auto-Organização*, Rebeca Kritisch (WWW-Brasil).

DABAS, Elina (2001), *Redes Sociales: Nivel de Abordaje en la Intervencion y Organizacion en Red* [disponible em http://www.santafe.gov.ar/index.php/web/content/download/71292/345905/file/Redes%20Sociales.pdf]

DONZELOT, Jacques; ESTÈBE, Philippe (1994), *L'Etat Animateur. Essai sur la Politique de la Ville*, Paris: Esprit.

ELIAS, Norbert (2008) [1970]), *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70.

ELIAS, Norbert (2004 [1987]), *A Sociedade dos Indivíduos: «A questão cardeal da sociologia»*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ELIAS, Norbert (1989) [1939]), *O Processo Civilizacional*, Vol. I., II., Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ELIAS, Norbert (2001) [1990]), *Nobert Elias, por ele mesmo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FAYOL, Henri (1990), *Administração Industrial e Geral*, 10, Ed. São Paulo: Atlas.

GEDDES, Mike (2000),"Tackling Social Exclusion in the European Union? The Limits to the New Orthodoxy of Local Partnership", in I*nternational Journal of Urban Regional Research* Volume e 24,4.

GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Lisboa: Celta Editora.

GIL, José (2008), *Portugal, Hoje – O Medo de Existir*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.

GIL, José (2009), *Em Busca da Identidade*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
HENKEL, M. (1991), "The new evaluative state", *Public Administration*, 69, pp. 121-136.
KLEIN, Juan Luis (2005), "Iniciativa local y desarrollo: respuesta social a la globalización neo liberal", *Revista Eure*, XXXI, pp 25-39.
LANDINI, Tatiana S. (2005), "A sociologia processual de Norbert Elias", *in IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização*. Ponta Grossa – Paraná: Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador.
LIPNACK, Jessica e STAMPS, Jeffrey (1994), *The Age of Network: Organizing Principles for the 21 st century*, England: Omneo (Essex junction, vt).
MARQUES, Ana Paula (2008), *Estudo Prospectivo sobre Emprego e Formação na Administração Local*, col. «Estudos CEFA», Coimbra: CEFA.
MARQUES, Ana Paula (2007), Relatório Final do projecto de investigação MeIntegra - Mercados e estratégias de inserção profissional. Licenciados versus empresas da Região Norte, Centro de Investigação de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiado).
MARQUES, Ana Paula (2006), *Entre o Diploma e o Emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto, Afrontamento, Porto, Editora Afrontamento/ NES.
MASSARDIER, Gilles (1996), *Expertise et Aménagement du Territoire. L'Etat Savant*, Paris: L'Harmattan.
MENNELL, Stephen (1998), *Norbert Elias – An Introduction*, Dublin University College Dublin Press.
MILES, Raymond e SNOW, Charles (1992), "Causes of failure in Network organizations", in *California Management Review*, Vol. 34, nº 4, pp. 53-72.
MORIN, Edgar (1973), *O Paradigma Perdido*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
MORIN, Edgar (1997), *Amor Poesia Sabedoria*, Lisboa, Instituto Piaget.
MORIN, Edgar (2008), *Introdução ao Pensamento Complexo,* Lisboa, Instituto Piaget.
NEVES, Tiago *et al.* (coord) (2010), *Acção Local No Combate à Pobreza e Exclusão Social*, Porto: Legis editora.
NOGUEIRA, J. (2004), "Network forms of organization: a cock and bull tale?", in *Periploi Working papers*, nº 008,Lisboa: Instituto de Investigação Aplicada.
PRIGOGINE, Ilya (2000), "The Network Society", *Journal of World-Systems Research*, Vol. VI, nº3, pp. 892-89
PRIGOGINE, Ilya (1996), *O Fim das Certezas,* Lisboa: Gradiva.
RODRIGUES, Fernanda; STOER, Stephen (1994), *A acção local e cidadania. Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
RUIVO, Fernando (2000), *O Estado Labiríntico. O Poder Relacional entre Poderes Local e Central em Portugal*. Porto: Afrontamento.
SANTOS, Boaventura Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto: Afrontamento.
SARMENTO, Jacinto Manuel; MARQUES, Ana Paula; FERREIRA, Fernando Ilídio (2009), *Administração Local. Políticas e Práticas de Formação*, Braga: BragaBooks/ Universidade do Minho
SÉGUIN e J.-Francine CHANLAT, François (1983), *L'analyse des organisations. Une anthologie sociologique, Tome I – Les Théories de l'organisation*, Montréal, Gaetan Morin Éditeur.
SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
SOTERO, F. (2002), "Gestão Participativa em Rede – GPR: Descentralização e Participação na Gestão Municipa", in *VII Congresso Internacional do CLAD Centro Latinoamericano de Administração para o desenvolvimento sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública*, Lisboa (policopiado).
SCHWEYER, F.-X. (1996), "Vers un État partenaire?" *in* S. Paugam (dir.), *L'Exclusion. L'état des Savoirs*, Paris: La Découverte, pp. 487-506.
TEIXEIRA, Sonia (2002), "O desafio da gestão das redes de políticas", in *VII Congresso Internacional del CLAD sobre Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa (polocopiado).
WEBER, Max (1977 [1904]), *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Lisboa: Ed. Presença.

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 57-80

Vidas operárias. A reconstituição etnográfica de contextos históricos em processo de (profunda) erosão social

João Valente Aguiar*

Resumo

Os contextos sociais e históricos já desaparecidos foram desde sempre um desafio para as Ciências Sociais. Neste trabalho tentaremos abordar alguns eixos da subjectividade do operariado agrícola alentejano durante a ditadura do Estado Novo (1928-1974). Ao mesmo tempo, a ênfase no método biográfico surge aqui como um caminho possível de parcialmente reconstruir um cenário de estudo praticamente extinto.

Palavras-chave: método biográfico; etnografia; operariado agrícola; cultura popular

1. Introdução

O Alentejo tem sido uma das regiões portuguesas atravessadas por dinâmicas vincadamente mais irruptoras e vorazes nos últimos cinquenta anos. Lembremos apenas que, em finais dos anos 60, dados oficiais (Ministério da Agricultura 2001) apontavam para uma população rural constituída por mais de 80% de assalariados agrícolas sem posse de terra, ao mesmo tempo que uma camada de cerca de 2% de grandes proprietários concentrava mais de dois terços das explorações agrícolas (cultivadas ou não) nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e margem esquerda do Ribatejo.

Até à instauração do regime democrático o panorama nos campos alentejanos detinha propriedades sociais e políticas muito características, apesar de naturais *nuances* e matizações. Em traços gerais, o tecido social alentejano era marcado precisamente pela mencionada polarização social entre assalaria-

* Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (joaovalenteaguiar@gmail.com).

Configuracoes 9.indb 57 09-05-2013 16:39:09

dos agrícolas e grandes proprietários agrários. Em termos políticos, durante o Estado Novo, a região foi atravessada por movimentações operárias de forte contestação ao regime e correspondente repressão por parte das autoridades da época. Por conseguinte, afigurava-se ali um caldo de intensa conflitualidade social, laboral e política. A isto acrescentem-se elevados índices de concentração fundiária e uma situação de profunda vulnerabilidade e precariedade laboral e social do lado do operariado agrícola. Tais eram os principais traços estruturais (e estruturantes) da estrutura económica e social dos campos alentejanos nos inícios da década de 70.

No período imediatamente subsequente ao 25 de Abril de 1974, a região alentejana viveu um processo de ocupações de terras que ficou conhecido por Reforma Agrária. Com o estertor desse projecto de apropriação colectiva das terras pelos assalariados agrícolas, o panorama da região alterou-se do ponto de vista demográfico e socioeconómico. O relativo estancamento populacional almejado na segunda metade da década de 70 (INE 1981) sofreu uma forte decomposição por efeito do incremento migratório para fora da região e, simultaneamente, a população ligada à actividade agrícola foi decaindo, atingindo actualmente menos de 10% da população activa (INE 2008), mais ainda quando grande parte do pouco que resta do actual operariado agrícola em actividade muito pouco ou nada tem a ver com o tipo de produção agrícola que ocorria no período acima reportado.

Nesse sentido, interessou-nos compreender em que medida as Ciências Sociais poderão lidar com um objecto de estudo praticamente desaparecido[1] (a supramencionada erosão demográfica, económica, social e política da grande maioria do operariado agrícola alentejano, mais ainda o grupo social que desencadeou movimentações reivindicativas durante o Estado Novo). De facto, dada a escassez[2] de estudos em torno das subjectividades produzidas naquele específico contexto histórico e local recorremos ao método biográfico – inserido num painel metodológico global alicerçado na etnografia – como possível via para

[1] A questão de um objecto de estudo em vias de perder a sua existência real coaduna-se com o grau mais ou menos variável de determinados segmentos das classes populares em conseguirem reproduzir-se, social e culturalmente. Para citar apenas alguns dos mais recentes, os estudos de Elísio Estanque ou de Virgílio Borges Pereira, respectivamente, debruçam-se sobre as dificuldades de reprodução do operariado do calçado em São João da Madeira e do operariado industrial tradicional que habitava largas parcelas do Centro Histórico da cidade do Porto (Estanque 2001; Pereira 2005). Nenhum dos casos mencionados atinge, pelo menos por ora, o grau de desestruturação do operariado agrícola alentejano que tem vindo a desagregar-se à medida que a renovação geracional se desvincula cada vez mais da produção agrícola, mais ainda, dos moldes intensivos de aplicação de trabalho humano à produção agrícola. O vigoroso estudo de Manuel Carlos Silva (1998) sobre comunidades camponesas minhotas também aborda alguns dos problemas com que o campesinato se debate para assegurar a própria reprodução (das condições de produção) da classe.

[2] Apesar dessa escassez atente-se em relevantes estudos que procuraram caracterizar o panorama socioeconómico alentejano ao longo do século XX (Cutileiro 1977; Caldas 1978; Pereira 1979; Barros 1980; Baptista 1980; Barros 1986; Baptista 1993; Godinho, 2001). Repare-se que grande parte destes estudos foram realizados em finais da década de 70 ou inícios dos anos 80 e, genericamente, a vertente do estudo dos universos simbólicos e culturais é secundária.

Configuracoes 9.indb 58 09-05-2013 16:39:09

efectivar uma tentativa de reconstituição (Burawoy 1991) das vivências e representações do operariado agrícola da época. No fundo, trata-se do que Simon Charlesworth denominou de «fenomenologia da experiência da classe trabalhadora» ou de «sujeito objectificante: a experiência de classe» (Charlesworth 2000: 63 – tradução nossa).

Em poucas palavras, neste artigo apresentam-se, de um modo sequencial, uma breve incursão pela pesquisa de terreno etnográfica e pelo método biográfico como percurso metodológico e como painel de técnicas possíveis para abordar comportamentos (secção I) e, particularmente, significações veiculadas por agentes sociais que experienciaram directamente o contexto agrário alentejano durante o Estado Novo. De seguida, apresentam-se três histórias de vida (interpoladas mas interligadas entre si) acerca de dois tópicos centrais: 1) a profusão de sentimentos de solidariedade colectiva (secção II.1) que extravasam o plano político e se condensam, desde logo, ao nível dos discursos, das sociabilidades e da estruturação das suas identidades[3] individuais e colectivas; 2) o relato pessoal do que os sujeitos entrevistados consideraram acerca das condições de vida, da repressão (secção II.2) e, de outro lado, da resistência (secção II.3) desses mesmos agentes ao regime ditatorial.

2. O método biográfico na pesquisa de terreno etnográfica

Como afirmou António Firmino da Costa num ensaio marcante para o estudo da pesquisa de terreno em Sociologia, «um processo de estudo de caso intensivo não se pode socorrer duma única técnica, mas duma pluralidade delas, accionadas alternada ou simultaneamente pelo investigador» (Costa 2001: 140), pelo que a descrição de várias técnicas utilizadas numa investigação é um elemento essencial para uma recolha abrangente e multifacetada de informação qualitativa do nosso objecto de estudo. De acordo com Alvesson e Sköldberg, a metodologia qualitativa, pela sua natureza própria, para assegurar objectividade tem de ser «reflexiva» no sentido de «interpretar a interpretação» (Alvesson e Sköldberg 2001: 6) sociológica.

Começando pela técnica da entrevista, avance-se com a noção de que esta foi municiada em dois contextos distintos. Em primeiro lugar, enquanto instrumento de perscrutação exploratória do objecto de estudo. Neste âmbito, vários dos inquiridos foram alvo de entrevistas exploratórias com o intuito de aquilatar da viabilidade posterior de se construírem histórias de vida, tendo-se também realizado uma série de outras entrevistas a informantes privilegiados, no caso especialistas musicais em canto alentejano. Em segundo lugar, recorremos à entrevista como instrumento privilegiado de recolha de informação, nomea-

[3] Como defende Stuart Hall, «as identidades são construídas dentro, e não fora, dos discursos» (Hall 1996: 4).

Configuracoes 9.indb 59 09-05-2013 16:39:09

damente no respeitante à indagação das experiências vivenciadas[4] por operários agrícolas alentejanos. Naturalmente, a composição etária dos operários entrevistados situou-se acima dos 60 anos de idade, na medida em que o abordar de questões pretéritas à instauração do regime democrático em Portugal implicou considerar agentes sociais com tais características: actividade profissional relacionada com o trabalho nos campos; participação em eventos de contestação política e/ou social ao anterior regime; residência numa aldeia ou vila alentejana. Na aplicação das entrevistas semi-directivas aos agentes sociais considerados relembramos as palavras de João Teixeira Lopes de que as questões abertas e semi-abertas do guião requerem sempre «um enquadramento menos cartesiano, de maneira a que, em situação de entrevista, as respostas reflictam as singularidades dos universos simbólicos dos entrevistados» (Lopes 2000: 195). Noutros termos, apostou-se na construção de um guião que servisse de referência temática aos entrevistados onde estes, durante a entrevista, pudessem discorrer sobre o assunto mencionado como e quanto tempo lhes aprouvesse. Tentou-se, dessa forma, recolher a voz dos agentes sociais sobre uma série de tópicos referentes a dimensões significativas da sua vida.

Na sequência lógica do que acabou de ser exposto relativamente às entrevistas semi-directivas, surgiu, ao longo da investigação, a possibilidade de se realizarem histórias de vida. O volume de informação e a extensão de áreas consideradas pelos agentes sociais entrevistados colocaram como desafio ao processo de pesquisa encetado a possibilidade de se construírem registos biográficos de operários agrícolas alentejanos. Parafraseando José Machado Pais, «os percursos biográficos foram desvendados por referência aos contextos» (Pais 2000: 20) sociabilitários de classe. No fundo, defrontados com a actual (quase) inexistência de redes de sociabilidade, surgiu como minimamente relevante utilizar os percursos biográficos como um resgate (possível) das dinâmicas de interacção presentes no universo cultural operário alentejano existente até meados da década de 80. Assim, a construção de «episódios sócio-biográficos» repercutiu, através de «entrevistas narrativas» a montagem simultânea de uma «plataforma hermenêutica» (*idem*: 19), no fundo, de uma peça técnica de recolha mas também de interpretação do objecto de estudo.

Repare-se que, para Dubar e Demaziére, a utilização robusta dos registos biográficos fundamentam, em paralelo, uma «postura analítica» por parte do investigador – a vigilância epistemológica constante do processo de recolha dos dados empíricos – e uma «reconstrução dos sentidos» (Dubar e Demaziére

[4] Neste respeitante, não deixou de nos causar uma certa surpresa a quase obrigatoriedade com que os entrevistados nos impuseram a segunda pessoa do singular no entabular das entrevistas. Portanto, o tratamento por "tu" entre ambas as partes denuncia uma expressividade própria daqueles agentes e da forma como ela mesma colocou ao investigador a necessidade de adequar um instrumento que inerentemente implica distanciamento – a entrevista como ferramenta técnica de apreensão de informação sociologicamente pertinente – com uma comunicação interpessoal que teve de assentar numa relação de familiaridade discursiva, sob pena de se perder a recolha de informação empírica.

Configuracoes 9.indb 60 09-05-2013 16:39:09

2004: 33) dos agentes sociais. Consequentemente, a aposta metodológica na técnica das histórias de vida potencializa a reflexão teórica e metodológica constante das variáveis em jogo (variáveis analíticas e conceptuais mas também de controlo objectivo do registo de campo) no processo de investigação.

Adicionalmente, gostaríamos de chamar a atenção para a questão da "verdade" e validade das histórias de vida. Daniel Bertaux adianta que se as historias de vida «não nos dizem toda a verdade e nada mais do que a verdade» (Bertaux 1995: 2). Essa visão aparentemente paradoxal das narrativas biográficas prende-se com o facto de que estas não são suficientes para avaliar a realidade factual de determinados processos sociais e históricos. Porém, os registos biográficos permitem resgatar a "verdade" conforme ela é prestada pela voz e pela reflexão dos próprios agentes sociais. "Verdade" subjectiva dos agentes mas que é parte intrínseca do próprio processo real e objectivo. "Verdade" subjectiva dos agentes que influencia e é passível de transformar o processo real. "Verdade" subjectiva dos agentes que pode ser avaliada pelo seu confronto com factos e dados objectivos do próprio processo histórico. Assim, a narrativa biográfica é perfeitamente enquadrável em termos de uma «performance» (Riessman 2003: 337) do agente. Uma *performance* onde o indivíduo dá inteligibilidade cognitiva e coerência ao seu percurso biográfico. Por sua vez, este é sempre contemplado ao nível do que Machado Pais chama de «biografias modais de casos extremos» (Pais 2000: 18). Quer dizer, casos biográficos que, sem perderem a sua singularidade, ilustram características transversais, no nosso estudo, a uma camada social específica da classe trabalhadora: os operários agrícolas alentejanos.

Por conseguinte, o método biográfico assume um conjunto de potencialidades interpretativas que importa explorar. Dar voz, passar a palavra, escutar o outro, constituem denodadamente exercícios inerentes ao método biográfico. Como Ferraroti reconhece, «a via da subjectividade é a que possibilita reconstruir o alcance objectivo de uma consciência individual, de grupo ou de época» (Ferraroti 1993: 86). O recurso às histórias de vida recria, pela evocação da experiência contada e vivida dos agentes sociais, uma nova manta de representações sociais e simbólicas. De facto, o método biográfico leva os agentes sociais a realizarem uma reflexão própria sobre um conjunto de acontecimentos e fenómenos que vivenciaram. No fundo, «o que está em jogo no uso do método biográfico é a recuperação de memórias narradas do ponto de vista de quem as evoca» (Pais 2001: 107), o que parece dar a entender que as histórias de vida trazem para o texto analítico a tessitura da subjectividade dos indivíduos. Assim, a análise sociológica enriquece-se aqui por via da recolha, tratamento e interpretação teórica do discurso dos agentes. Fundamentalmente, não se trata de fazer do discurso dos agentes matéria científica acabada ou sequer potencialmente explicativa, a apenas necessitar de uma translação da linguagem do senso comum para o vocabulário científico. Na verdade, o retomar das palavras dos

Configuracoes 9.indb 61 09-05-2013 16:39:09

agentes cumpre, essencialmente, uma função de captação de camadas do tecido social dificilmente apreensíveis por outros métodos e técnicas. Basicamente, a enunciação das representações individuais e colectivas não cabe ao investigador *per si*, mas este deve ouvir, recolher e, finalmente, interpretar o universo simbólico, cognitivo e afectivo dos agentes sociais. Daí que se tenha procurado tomar em linha de conta a seguinte elucubração de José Machado Pais: «em jogo», no método biográfico, «está também a possibilidade de tornar visível o que nem sempre é empiricamente detectável, precisamente as dimensões invisíveis de um fenómeno» (idem).

Neste trabalho objectivaram-se um conjunto de vozes, isto é, um conjunto de testemunhos orais onde uma baixa directividade das entrevistas se resumiu ao levantar de tópicos centrais para que os respectivos agentes sociais discorressem livremente sobre o assunto. Por conseguinte, mais do que retratar vidas humanas na sua globalidade, pretendeu-se que os agentes sociais entrevistados alavancassem domínios de experiência operária num conjunto definido de temas directamente conectados com a formação do operariado agrícola alentejano e com a sua base de sustentação: a cultura popular assente em valores de solidariedade e de união colectiva. Recolher o «*sentimento* do período histórico» (James 2004: 290) [itálicos nossos] contemplado foi o desígnio analítico aqui em mãos, em especial no que toca ao propósito de objectivar as representações sociais e políticas de três operários agrícolas na sua concreção, na sua expressividade mais crua. Em poucas palavras, transformar os relatos desses trabalhadores em testemunhos orais.

2.1 O testemunho oral e a reconstituição (parcial) de um objecto de estudo: sentimento de comunidade e de solidariedade entre os assalariados rurais

Como base do nosso trabalho, definimos o papel da cultura operária na formação da consciência política e social dos trabalhadores agrícolas alentejanos na resistência ao regime ditatorial do Estado Novo. Relembrando este tópico, passamos então a palavra aos agentes entrevistados[5] e como estes apreendem a importância do colectivo e da solidariedade patentes nas redes de sociabilidade operárias.

CJ, operário agrícola com 68 anos de idade e proveniente da aldeia do Couço, concelho de Coruche, considera que nos trabalhadores alentejanos e ribatejanos da margem sul havia uma

[5] De referir que das mais de trinta entrevistas realizadas aquando do nosso processo de pesquisa obtiveram-se três histórias de vida com as quais trabalhamos neste artigo. Por outro lado, o processo de investigação etnográfica empreendido utilizou outras técnicas como a fotografia social, a observação directa, a análise de conteúdo de poesia popular e análise documental. Por economia de espaço e por motivos de delimitação temática centramo-nos nas técnicas da entrevista e da construção de histórias de vida.

Configuracoes 9.indb 62 09-05-2013 16:39:09

> *consciência da solidariedade muito grande. A importância da solidariedade via-se, por exemplo, na que manifestávamos com os trabalhadores presos pelo regime. Naquele tempo afirmar os valores da democracia e da liberdade no contexto do regime ditatorial de Salazar era um enorme acto de coragem que só podia ser tomado colectivamente (CJ).*

CJ aborda esta questão em termos simples, evidenciando o que para si era um dado a ter em linha de conta no seio daquela classe social: para que os trabalhadores alentejanos pudessem afrontar um regime político que consideravam como obstáculo à concretização dos seus interesses mais vastos e das suas necessidades mais prementes, só a sua agregação grupal poderia funcionar como aríete contra o Estado Novo. Todavia, a unidade colectiva dos trabalhadores não bastava, segundo CJ. Era preciso acrescentar-lhe

> *três formas de consciência: do mundo e do país em que viviam; da transformação social (mundo em constante mudança); do seu papel nesse processo de transformação. Isto tinha depois ligação com o próprio conceito que o trabalhador alentejano tinha de posse da terra. Havia até um ditado onde se dizia, "a terra? Para que a quero eu a ter? Quando entro em casa até sacudo os pés!" (risos) (CJ).*

Este "limpar a terra dos pés" conota uma noção de desprendimento em relação à propriedade individual e de despojamento corporal relativamente ao que não lhe é inerente. Neste capítulo, o entrevistado assume uma condição de desapossamento dos meios de produção como um factor caracterizador do assalariado agrícola alentejano (e de parte do Ribatejo). A este facto acrescenta-se que o referido sentimento de comunidade se repercute, por vezes, num certo

> *sentimento de desconfiança de quem vem de fora, às vezes quase uma autarcia comunitária (CJ).*

Quer dizer, o fechamento sentido por este agente da comunidade operária comunga da asserção de que naquela região do país, e naquele contexto histórico, vivenciavam-se dois universos culturais e ideológicos. Redimensionando as suas vivências quotidianas num campo cultural e de sociabilidade próprio, o operariado agrícola alentejano secretava produtos simbólicos seus (canto popular, leitura colectiva de jornais oposicionistas nas praças das aldeias, etc.), em boa medida autónomos de influências de outras classes sociais. Tomando o conceito de cultura num domínio mais vasto, percebe-se, por conseguinte, como as redes de interacção, agrupamento colectivo e de sociabilidade inter-individual dessas comunidades rurais operárias consubstanciavam-se como fortes indutores de disposições morais, políticas, estéticas e significacionais claramente distintas das encontradas no seu exterior. A assunção destas experiências de vida passava por um sentimento de

> *naturalidade com que tudo foi feito ali. Por exemplo, as reuniões faziam-se com um petisco e com um copo mesmo sabendo que corríamos o risco de surgir a Guarda [GNR, nota nossa]. Isto permitia disfarçar as reuniões mas também porque víamos a luta com alegria e não com desespero, pelo menos da parte dos trabalhadores mais conscientes (CJ).*

Essa vivência em comunidade consumava toda uma rede de sociabilidades e uma plataforma de produção profusa de conteúdos culturais muito próprios que se reflectiam no viver colectivo e político dessa classe. E que classe era essa? A que classe pertenciam aqueles agentes? Explicitando, a que classe social assumiam/consideravam aqueles agentes sociais pertencer? Para GA, operário de Montemor-o-Novo com 81 anos de idade,

> *isto aqui eram operários agrícolas. É proletariado agrícola, não são camponeses como lá no Norte. E não é por uma mania, é por uma razão científica. O operário agrícola não tem nada seu, não tem terra sua, só tem dois braços. Isto é um operário industrial ou agrícola para trabalhar. Ele não é camponês. Por isso, chamávamos operários agrícolas aos trabalhadores agrícolas. Já em 62 havia essa consciência sentida de que eram operários agrícolas. É um raciocínio, é uma consciência de classe como tem um operário, não é? Para ele o que interessa é o trabalho não é a terra. Na Reforma Agrária, não quisemos a terra para nada, ela era para trabalhar (GA).*

Expressa-se aqui uma insistência por parte do entrevistado de que a terra não é uma propriedade ou uma posse a ser apropriada individualmente, mas um recurso a trabalhar colectivamente. Paralelamente, a noção arreigada, historicamente reproduzida e reapropriada, de que os trabalhadores agrícolas da região eram, na sua esmagadora maioria, assalariados não deriva de uma mera constatação estatística. De facto, como se observou na introdução deste trabalho, parece ser relativamente evidente o elevado peso numérico e populacional do operariado agrícola em todo o Alentejo durante o período do Estado Novo. Contudo, uma certeza estatística e demográfica não é idêntica à subjectividade com que os agentes sociais apreendem a sua vivência, localização e condição social. Assim, o desenvolvimento de uma linguagem de classe – ainda por cima, assumindo explicitamente a pertença a uma determinada classe social – cristaliza uma orientação simbólica e ideológica marcada e corporizada pelos operários da região. Notadamente, estamos perante operários que residiam, sociabilizavam, conviviam e trabalhavam em unidades territoriais relativamente endógenas, portanto, no geral imunizadas culturalmente (e politicamente) das influências e dinâmicas das classes dominantes e das instituições do poder fascista nos campos (a União Nacional, os Grémios ou as Casas do Povo). GA acrescenta ainda que essa vida comunitária dos operários agrícolas alentejanos não dispensava o canto colectivo.

Configuracoes 9.indb 64 09-05-2013 16:39:09

Às vezes cantava-se, juntava-se muita gente. Aos domingos, dia que não se trabalhava, juntavam-se aos 20, 30 de braço dado a cantar as canções que tínhamos na época. Havia canções de amor, de raparigas e tal, depois ia para outra rua e cantava-se outra sobre a terra e juntava-se muita gente. Nas ceifas, homens e mulheres cantavam. (pausa). Aí cantava-se muito. A tirar cortiça assobiava-se. A esgalhar cantava-se, esgalhar é limpar o relevo. Nas mondas, que era antes da monda química, as mulheres e os homens cantavam ao desafio. A música animava o pessoal. Sem ânimo não havia luta possível (GA).

Esta extensão da vida cultural a toda uma série de actividades produtivas cunha o viver operário numa multitude de sentimentos e numa gama vasta de acontecimentos recreativos, sempre perpassados pela solidariedade e pela celebração simbólica da colectividade em que se encontra(va)m.

Olha. Havia muitos convívios. Se passasses numa rua de uma aldeia, mesmo aqui em Beja, ias ver muita malta toda junta a cantar e a dançar. O pessoal lá do norte às vezes tem aquela ideia de que nós alentejanos divertimo-nos pouco. Mas não. Divertir não é bem a palavra certa mas que havia uma alegria na vida do dia-a-dia das pessoas havia. Essa alegria era motor da nossa fraternidade para as lutas. Também havia muita gente a ler em conjunto e sessões de leitura. Lembro-me de ver um operário culto do partido [PCP, nota nossa], que tinha a quarta classe, a ler o "Até Amanhã, Camaradas" do Álvaro [Cunhal, nota nossa] para alguns operários que não eram do partido. Esse homem sabia até partes de romances de cabeça e contava isso na rua. (risos) Era muito giro. Claro que quando sentíamos a GNR a aproximar das ruas o pessoal debandava e dispersava logo. Também tínhamos que ter cuidado com os bufos. Mas nas aldeias era difícil ser bufo porque toda a gente conhecia-se, toda a gente comunicava entre si sempre que aparecia alguém de fora. As brincadeiras eram muito engraçadas na altura. As crianças brincavam sem brinquedos a fazer de conta que tinham brinquedos. Ou então fazíamos uns brinquedos com bocados de arame que às vezes se catava nas ruas. Parecíamos os meninos dos Esteiros (risos). Depois os miúdos andavam a pedir, a correr pela cidade, eram moços ao abandono. Tinha coisas más. A gente sabia que tinha de ir trabalhar muito cedo, muitos logo aos 5 ou 6 anos. Muitos nem à escola iam e eram raros os que tinham mais do que a instrução primária. Mas eu tenho a ideia que, apesar da miséria, essa vida de garoto descalço ajudou-nos a ser solidários desde meninos. O que um apanhava de comida num campo levava aos outros. Mesmo na escola havia separação entre os meninos das várias classes. Levávamos quase uma vida de malteses mas onde não havia traição entre nós. A traição da confiança era das atitudes mais graves e mais condenáveis que alguém poderia fazer (HJ).

Assim fala HJ (76 anos) de Baleizão, concelho de Beja. HJ corrobora igualmente a tese da incomunicabilidade cultural e sociabilitária entre os operários agrícolas e os grandes senhores da terra. Oferece ainda um exemplo concreto da forma de como (não) se relacionavam.

> *Com os latifundiários? Quase não falávamos, quando se falava. Era gente de grande insensibilidade. Por exemplo, o Dom Diogo em Ferreira do Alentejo. Não deixava no final da ordenha ou da apanha os trabalhadores aproximar-se e alimentar-se do que quer que fosse que sobrasse. Era de um desprezo para com a fome de quem lhe produzia a riqueza… Era um sujeito horrível. Uma outra situação que não gostava nada era quando alguns trabalhadores vinham com um chapéu pedir ao café Luiz da Rocha esmola. Eram uma excepção, era gente medrosa. Ou então quando os trabalhadores saíam às arrecuas de falar com dom Diogo. Isso sim era degradante. Mas eu não os culpo. A malta era muito pobre, passava fome e era natural que achassem que o senhor deveria ser benemérito. Aquela gente odiava os trabalhadores. Viam-nos como animais ou sei lá o quê (HJ).*

Comparando com o individualismo característico das últimas décadas, nostalgicamente, HJ exalta a solidariedade colectiva manifestada pelo operariado agrícola no passado.

> *Era uma solidariedade, uma união como não se vê hoje. Dou-te um exemplo, trabalhadores que davam o conduto ou parte dele para o homem conseguir resistir no trabalho. Alguns andavam com uma pedra na bolsa para fazer de conta que não se passava fome. Sol a sol, fome, nem sei como aquela gente aguentava as ceifas. Ainda por cima trabalhava-se três a quatro meses por ano. O resto do ano era desemprego. Aqueles olhos cavados de fome metiam impressão. Se não fosse a união entre a malta não sei o que teria sido de nós. Eram outros tempos e era um outro regime mas era uma ajuda entre os trabalhadores que não há hoje. Era espontânea e que era comum a gente que nem era politizada (HJ).*

O sentimento de injustiça relativamente às condições de vida existentes durante o regime ditatorial ajudou a fermentar um sentido colectivo de pertença de classe. Assim, a mobilização colectiva, mesmo no contexto da ditadura, assumia foros de maior desenvoltura na sua concretização.

> *Nos jogos de futebol, incentivava-se a participação da malta politizada ou do partido no jogo em cada equipa. O objectivo era aproveitar aqueles laços de união e ir mobilizando os trabalhadores. No fundo, a malta quando se sentia injustiçada lutava mais facilmente (HJ).*

A mobilização política e social que, em muitos casos, o Partido Comunista Português, durante a ditadura, induziu junto do operariado agrícola alentejano, demonstra que a movimentação de contingentes populacionais em torno de determinadas reivindicações não é um puro e linear resultado da acção de um agente político organicamente exterior àquela classe social. Na realidade, a transversalidade de disposições (e de predisposições) baseadas em sentimentos de solidariedade, de desprendimento em relação à propriedade privada da terra

Configuracoes 9.indb 66 09-05-2013 16:39:09

e no afrontamento antagónico (simbólico e ideológico) entre trabalhadores e grandes proprietários, evidenciam, no seu conjunto, que sem determinados factores de índole ideológico-cultural, a mobilização política não teria o alcance que os seus resultados, à primeira vista, poderiam fazer crer.

2.2. O testemunho oral e a reconstituição (parcial) de um objecto de estudo: condições de vida e repressão durante a ditadura

Durante a vigência do Estado Novo, as condições de vida para os trabalhadores agrícolas pautaram-se pela escassez de bens, pela fome, pelo desemprego. Para fazer frente a esses constrangimentos os trabalhadores constituíram praças de jorna que, pelo que se pode depreender das palavras de GA, seriam quase como que uma espécie de uma modalidade de implementar uma forma (incompleta) de contratação colectiva.

> *As praças de jorna foram inventadas pelos trabalhadores há muito tempo. Eram largos das aldeias, porque antes nas aldeias o proletariado agrícola em cada freguesia concentrava-se em largos. Era nos largos que havia um ou dois cafés ou tabernas onde os trabalhadores se juntavam mais. Em vez de o feitor comprar individualmente cada trabalhador, a gente juntava os trabalhadores no largo. Alguns patrões mandavam contratar ali o pessoal. Os trabalhadores aproveitaram isso para dizer que fulano tal oferece tanto e o outro oferece outro tanto e aí começaram a criar-se comissões de unidade, que era um grupo de quatro ou cinco formado ali naquela altura, e a gente dizia "a gente só sai daqui por tanto". E depois fazíamos intriga "fulano tal oferece tanto por isso não vou por tão pouco" (risos). As praças surgiram nos anos 30 de forma mais espalhada por todo o lado e ganharam muita força reivindicativa a partir dos anos 40. Aquilo formou-se naturalmente, pois há muitas décadas não havia aqui partidos, mas foi o Partido Comunista que lhes deu força de organização, como uma espécie de trabalho sindical na altura dos anos 40 (GA).*

Portanto, um certo retrato de senso comum que objectiva nas praças de jorna um cenário de venda humilhante dos corpos humanos dispostos a trabalhar, no entender dos entrevistados, obscurece uma outra faceta que os trabalhadores agrícolas na sua vida laboral quotidiana aproveitaram para o que consideravam seu benefício: a organização e a reivindicação colectiva. Sobre o regime ditatorial propriamente dito os assalariados agrícolas alentejanos definem-no de uma forma bastante explícita.

> *O regime era cruel. O fascismo era como o partido [Partido Comunista Português, nota nossa] definia a "ditadura terrorista dos monopólios e dos agrários". Quer dizer, a gente, isso não era um palavrão, era uma realidade. O fascismo é a ditadura do capital mais agressivo que esmaga todas as liberdades. Não há partidos, não há imprensa, não há informação, não há liberdade de organização, não há*

eleições. Os governantes não são eleitos, são escolhidos, né? O regime era quase a mesma coisa que a classe dominante. Os governantes quase todos eram filhos de grandes capitalistas, de grandes proprietários. Eles não eram governantes do povo, eram um comité executivo do grande capital. Depois o fascismo tinha um aparelho repressivo muito cruel. O pior de tudo era a polícia política que mandava em tudo. Ela era absoluta. Podia prender um ministro do Salazar, quem quisesse. Era uma polícia com poderes absolutos e muito cruel. E eu sei porque por lá passei. Eu fui provavelmente dos mais torturados. Eu aqui hoje vivo nem sei como… Quase que agradeço à Nossa Senhora (risos). É quase um milagre porque eu fui espancado durante 14 horas seguidas com pequenas pausas, até cair ao chão. Tive equimoses no corpo durante um ano! Depois de ser espancado! Na segunda prisão fui espancado 14 horas de uma forma bárbara. Entrei às sete da manhã e só saí às nove. Na terceira prisão, em 71, estive dezoito dias, dezoito dias e dezoito noites seguidas sem dormir! Podia ter um colapso! Naquela altura já não somos bem uma pessoa. Uma pessoa que me visse antes de ir para a tortura e me visse depois não me reconhecia. Estava quase desfigurado. Parecia um velhinho todo enrugado com uma cor esquisita, de cadáver. Éramos como cadáveres, era a morte lenta. Nem há palavras para descrever a tortura do sono. Em muitos aspectos é muito pior do que a porrada, é pior porque aquilo vai lentamente, a gente leva pancada e é para ir para ela. A reacção que a gente tem é para se mexer, para se defender. A tortura do sono é lenta e a gente perde… A gente deixa de ouvir, começa a ter alucinações visuais, parece que depois estamos a ouvir um filho, uma companheira ou um irmão a falar ao nosso lado, começamos a ver o que não é verdade. Começamos a cair assim com grandes quedas que até assustam a gente. Quer dizer, começam a dar-se fenómenos, começamos a sentir fenómenos que a gente quase que deseja morrer. A gente tem é vontade que morra. É uma tortura de uma crueldade que não dá para explicar. Por isso o fascismo a usou, matou e fez prisões (GA).

GA começa por descrever o regime de Salazar e Marcelo Caetano a partir das coordenadas da sua aprendizagem política – a famosa e repetida fórmula do dirigente comunista Álvaro Cunhal da «ditadura terrorista do grande capital» (Cunhal 1974: 20). Isto independentemente de enveredarem sempre por uma glorificação quase religiosa e reverencial da sua pertença política. Ao mesmo tempo, invoca um elemento histórico relativamente consensual na historiografia como a ausência de liberdades políticas durante os 48 anos do regime. Esta consciência acerca do seu posicionamento político e ideológico relativamente ao regime político de então leva-o, seguidamente, à sua própria experiência pessoal de preso e torturado nos cadafalsos da polícia política. O discurso de GA é sociologicamente pertinente neste ponto, precisamente pela sua capacidade de ter discorrido de observações gerais sobre o regime e por ter as ter relacionado com a sua vida concreta. No fundo, ressalte-se o facto de os discursos destes agentes sociais contemplarem a noção de que as estruturas sociais, económicas e políticas não são meros enunciados etéreos, mas têm uma materialização real e

Configuracoes 9.indb 68 09-05-2013 16:39:09

concreta nas suas vidas[6]. Os agentes sociais incorporam – no caso, o corpo torturado – dinâmicas inerentes às estruturas. Esta consciência das marcas incorporadas e corpóreas no seu ser físico e psicológico (Wacquant 2004) caminhava lado-a-lado com o que consideravam ser a necessidade para as enfrentar e pôr cobro à sua existência. Quer dizer, a constituição de indivíduos pertencentes ao operariado agrícola alentejano num sujeito colectivo consubstancia, na realidade histórica da sua luta e contestação contra a ditadura, o efeito retroactivo de práticas sociais sobre as estruturas económicas e políticas que sustentavam o regime. Estas não seriam transformadas antes da Revolução de 1974, porém, a instauração do regime democrático não seria possível sem a erosão que práticas colectivas de contestação foram desencadeando. Segundo as palavras de um dos intervenientes, tais movimentações políticas e sociais durante o regime do Estado Novo sucediam-se da seguinte maneira.

> *No geral, as maiores lutas eram nos sítios com maiores concentrações de operários. Nos ranchos, os trabalhadores juntavam-se e nós com a nossa malta que era geralmente muito bem acolhida pela população organizávamos lutas. Muita gente via as praças de jorna apenas de um ponto de vista negativista, de humilhação dos trabalhadores perante o patrão. Havia mesmo quem defendesse a negociação individual do trabalhador com o patrão. Mas isso não era negociação, era pôr o trabalhador mais vulnerável perante quem é mais poderoso, o patrão ou o feitor. Por isso, a praça de jorna por juntar os trabalhadores todos ajudava muito à luta que é como quem diz a no final da manhã obtermos mais alguns escudos por jorna. O que naquele tempo não era de deitar fora! (HJ).*

Mais uma vez a consideração das praças de jorna como um mecanismo de organização colectiva das reivindicações operárias e a assunção da luta reivindicativa em torno de melhores salários e melhores condições laborais como motor para a agregação colectiva dos trabalhadores alentejanos. Sobre as praças de jorna HJ acrescenta,

> *as praças de jorna são quase medievais e foi segundo alguns uma criação dos trabalhadores para se juntarem e imporem condições mais favoráveis de salário ao feitor. Ao feitor porque era este que escolhia os trabalhadores a contratar. Claro que os feitores tinham muito poder e colocavam os trabalhadores numa posição delicada. Eles quando já tinham alguma experiência não queriam os trabalhadores mais activos. Mas as praças de jorna eram, como dizia o Soeiro Pereira Gomes, uma forma central de organização dos trabalhadores. Lembro-me perfeitamente de uma luta que travamos pelos 50 escudos. Havia, como haverá sempre, trabalhadores mais tímidos e medrosos e o patrão aproveitava esses tentando virar o bico ao prego da nossa luta. Junto da grande maioria dos trabalhadores*

[6] Importa ressaltar que, per si, a substância do discurso político do entrevistado não assume qualquer tipo de relevância teórica para o nosso trabalho. A pertinência sociológica relaciona-se mais com a presente capacidade dos agentes na organização e coerência de raciocínios.

daqui havia um sentimento de revolta muito grande. Havia alguma humilhação quando nos sentíamos vendidos na praça de jorna mas a malta também não suportava aquilo, aquela miséria, aquela exploração. Portanto, a gente acabava por não se misturar com os agrários. Os feitores ainda eram piores. Como a gente costumava dizer, o feitor ainda era mais mau do que o patrão, tinha a mania que era mau e que mandava. Geralmente era filho de trabalhadores e mostrava-se ressentido com a sua origem, com as suas raízes. Daí que no plano pessoal se comportasse mais duramente connosco. Por outro lado, era ele quem tinha de nos contratar na praça de jorna. Logo tinha de se mostrar mais mau (HJ).

Por outro lado, HJ não se coíbe de enunciar a repressão e a violência física do regime contra os seus contestatários, inclusive o próprio.

A repressão era impiedosa. A gente sofre mas também sabemos o nosso valor. Pois se o fascismo com a repressão toda não acabou com o partido não é agora que vão conseguir. O que eu quero dizer é que o fascismo é tenebroso mas quando defendemos ideais justos a malta sabe que mais tarde ou mais cedo, depois de levar muita porrada e de levar em cima muito sofrimento, vai derrotá-los. O problema no fascismo era a repressão e o medo, não propriamente a resignação.

Quanto à minha experiência pessoal, fui preso em 52. Sofro a tortura do sono. A tortura de sono é uma coisa terrível. Fala-se aí pelos jornais e televisões que o regime do Salazar não era fascista e não sei que mais. A verdade é que era. Os tipos daqui até eram mais inteligentes do que os seus amigalhaços alemães. Os nazis prendiam para matar mas não colhiam informações nenhumas de gente que dava com a língua nos dentes. Os mortos não falam, né? Mas a tortura do sono desmoraliza o preso, faz-lhe perder o tino e foi por isso que gente menos experimentada na luta e com menos fibra acabou por falar na PIDE. Acabei por estar uma semana na tortura do sono. No final só via alucinações. Era uma coisa horrível. Por isso, o regime era mesmo fascista. Contra os que hoje querem pintar de cor de rosa o regime. A gente sabe muito bem o que eles querem e o que são. O regime protegia os latifundiários. O Salazar era uma marioneta daqueles. Os latifundiários estavam todos com o regime. Isso era claro que estava contra os interesses dos trabalhadores que eram pessoas como as outras e tinham direito a viver não eram animais. Para mim, ser-se antifascista é uma questão de dignidade» (HJ).

Tal como GA, HJ constrói a sua visão sobre a ditadura salazarista partindo de considerações gerais sobre a sua natureza política, desembocando na sua experiência pessoal enquanto preso político. No final, HJ sumaria a relação do regime com a classe social dominante nos campos, notando-se um esforço, sublinhe-se, pessoal de assinalar a ligação daquele regime político a determinadas práticas autoritárias sobre os indivíduos, terminando com a ênfase moral de resistência como uma "questão de dignidade". Portanto, a presença de valores de solidariedade e a constituição daquela classe social como um agente colectivo

Configuracoes 9.indb 70 09-05-2013 16:39:09

durante o Estado Novo encarreiraram em fortes e declarados sentimentos de auto-identificação. Uma auto-identificação que cruzava uma assumpção relativamente tácita da pertença de classe e uma ligação constante de determinados apontamentos políticos, ideológicos e sociais sobre o regime com a experiência pessoal dos protagonistas.

2.3. O testemunho oral e a reconstituição (parcial) de um objecto de estudo: lutas operárias no Estado Novo

À vida de duras privações e de forte repressão existia uma outra face da moeda: a resistência. Resistência política que não se expressava num mero abraçar de ideais. Actos clandestinos de propaganda, reuniões a altas horas da noite ou a organização de manifestações reivindicativas ou políticas têm por debaixo de si um substrato de forte imbricação entre as «estruturas mentais» dos agentes sociais e as «estruturas objectivas» (Bourdieu 1998: 10) constitutivas de um determinado espaço social. Portanto, as disposições incorporadas pelos agentes sociais e os correlativos processos de construção da sua identidade articulavam essa ligação entre comportamentos e acções concretas de resistência política e dimensões estruturais do espaço social inscrito nas aldeias e nos campos alentejanos.

Essa auto-identificação operária aportava necessariamente um carácter normativo na exposição/exteriorização das disposições do *habitus*[7] assalariado agrícola alentejano. Quer dizer, orientava a reflexão que os indivíduos tinham sobre o regime ditatorial em que viviam mas também os motivava a agir. Nesse sentido, essa «consciência de classe» (Lukacs 2003; Burawoy 1979; Wright 1997), o «quadro de interacção» (Costa 1999) que orienta e monitoriza a acção daqueles agentes sociais tem uma base cultural e uma base política. De um lado, essa consciência de classe não está desligada de valores, de representações mentais, de noções e de ideias sobre o mundo social. Portanto, tem como matéria-prima símbolos e valores. De outro lado, essa rede axiológica substantiva-se na arena política, isto é, plasma-se no real-social não apenas nas observações

[7] A conceptualização bourdiana do conceito de *habitus* é por demais reconhecida: «um *habitus*, entendido como um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de acções*» (Bourdieu 2002: 167) [itálicos do autor]. Não iremos debater detalhadamente as virtualidades ou as limitações do conceito, mas registar o que, a nosso ver, constitui o carácter mais inovador desta categoria teórica. Por um lado, a relação que estabelece entre estrutura e acção e entre os níveis macro e micro. Por outro lado, e mais relevante para o painel de elaboração analítica aqui em causa, o *habitus* surge como uma plataforma agregadora das diversas matérias-primas simbólicas, culturais e sociais que são interiorizadas pelos agentes sociais e que se objectivam (Miller 1987: 33), por sua vez, no constante e variável rearranjo do espaço social. Assumindo esta característica do *habitus* como fundamental para o nosso objecto de estudo e menos uma certa rigidez na determinação dos fenómenos sociais imputada ao conceito ou, se se considerar mais simples, a uma certa unidireccionalidade das estruturas sobre as práticas. Daí que ocorra uma certa fluidez no recurso a termos como *habitus*, consciência de classe ou quadros de interacção, na medida em que precisamente se procura captar a dimensão da referida plataforma de confluência de disposições sociais e simbólico-culturais.

verbais e cognitivas sobre um determinado actor político e social, mas efectiva-se em acções concretas.

> *A 23 de Junho de 1958 lembro-me de uma greve política contra a fraude eleitoral. Também tivemos muitas lutas nas campanhas de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado. Era jovem na altura quando fizemos o Encontro Nacional de Jovens na sequência das eleições de 1958. Na preparação deste tivemos uma reunião na aldeia do Couço com 150 jovens à noite. No ano seguinte, tivemos lutas reivindicativas e com uma componente cada vez mais política. Não houve lutas específicas da juventude mas lutas pela paz, etc. Nesse ano de 59, houve no Couço mais de 200 presos. Recordo-me de na altura se ter dito que «não prenderam mais porque não tinham carros que chegassem» (risos). O Couço sempre foi uma terra de grandes tradições de luta e, claro, de repressão sobre os trabalhadores. Acho que os primeiros presos no Couço foram em 1933 – foram levados a pé até Santarém (CJ).*

A memória das lutas operárias conforme enunciadas pelos sujeitos é um dado a registar. Memória das lutas vividas mas também das lutas "sabidas", apre(e)ndidas e contadas e recontadas. A constituição de um veio histórico nos discursos operários era um elemento vital dessa consciência de classe.

> *A República foi implantada no Couço em Agosto de 1910. O Humberto Delgado ganhou no Couço porque houve capacidade de colocar trabalhadores a fazer a fiscalização dos cadernos eleitorais e das mesas eleitorais. Ganharam-se lá todas as eleições no tempo do fascismo (CJ).*

O sentimento de orgulho (e de glorificação triunfalista da sua conduta política) em ligar a sua localidade a uma herança de luta, de contestação e reivindicação demonstra o quanto as dimensões de lugar e de comunidade (variáveis culturais fortemente presentes na cultura operária popular alentejana) se conectam com a disponibilidade para a mobilização colectiva (variável política) daquela classe social.

> *Por exemplo, em 1958, no tal dia 23 de Junho, os trabalhadores ocuparam a cidade. A PIDE prende três organizadores da greve, por sua vez a população prende a GNR no quartel e corta as linhas telefónicas, a aldeia fica no nosso controlo por três dias. Depois entraram as tropas. A malta também fez um primeiro esboço de Reforma Agrária, pensamos no que fazer com as terras e viu-se que era a posse colectiva das mesmas (CJ).*

Prosseguindo na catalogação das lutas por que passou, CJ enumera a das

8 horas no Couço em 1962. A partir de 2 de Maio entramos às 8 horas, parávamos ao meio-dia para almoçar uma hora e depois saímos às 17 horas. Era ver os capatazes a berrar e nós a não ligar nenhum (risos) (CJ).

Por seu turno, GA descreve e relata um dos episódios mais conhecidos da luta operária alentejana contra o regime – o assassinato da ceifeira Catarina Eufémia – secundarizando, contudo, as lutas desse ano de 1954 às de 1962:

Em 1954 mataram a Catarina mas não foi dos anos… Não foi um ano significativo como 62. Agora em 54 o que marcou aqui mais foi a greve nas ceifas, por melhores reivindicações. Foi por todo o Alentejo. O Baixo Alentejo teve esse confronto específico, Baleizão, eles foram para a greve e… O proprietário chamou a Guarda para pôr os trabalhadores a trabalhar. Aí dá-se um confronto. As mulheres avançam, cortam o cordão dos guardas, conseguiram passar e foram ter ao rancho onde andavam a trabalhar outras ceifeiras. Lá, estavam mais patrulhas da Guarda Republicana coordenada pelo Tenente e é aí que matam a Catarina. Os guardas ficaram espantados. Como é que elas aqui aparecem. Não esperavam que furassem o primeiro cordão. Dispararam. Um agente cruel, uma coisa muito cruel. E pronto estive nessas lutas de 54. Em 1962 é uma fase mais avançada da luta do nosso povo. Tinham irrompido a guerra colonial e agrava-se a crise do fascismo. Portanto, a expressão da luta já era mais avançada um pouco. (GA)

A consciência de que a dinâmica histórica e social, onde as movimentações populares da região se inserem, é dotada de processualidade expressa-se no enquadramento cronológico realizado às iniciativas de 1962 em luta pelas oito horas de trabalho nos campos:

Antes disso quando o processo de luta começa a acelerar contra o fascismo, foi em 1958 com o processo eleitoral para presidente da república em que participa o Arlindo Vicente e o Humberto Delgado. E, portanto, isso acelera bastante a luta. E já vinha de trás, desde 57, a luta por um contrato de trabalho e pelas oito horas no campo. Este processo, a luta mais avançada, e mais demorada… Demorou anos a preparar! Porque sobre as oito horas no campo nunca se tinha falado (risos). Os grandes agrários e proprietários não podiam ouvir falar disso. Mesmo da parte dos trabalhadores diziam «mas como é que é isso das oito horas? Como isso é possível nas condições do campo?». Então o partido, que tinha uma grande organização, estava muito implantado nas principais localidades do Alentejo, com fortes organizações. E eu estava aqui. Entrei nessa altura como funcionário do Partido em 52. Em 62, só eu como funcionário do partido, fui a dezenas ou centenas de reuniões de trabalhadores. Reuniões de comissões de unidade, que no fundo eram comissões sindicais, né? E aí foi-se levantando o problema das oito horas. (GA)

Portanto, processos históricos mais amplos – no caso, a oposição de parte significativa do operariado agrícola alentejano ao regime do Estado Novo –

enquadram séries múltiplas de actos microscópicos à luz dos olhares mais centrados na macro-história. Práticas aparentemente banais e sem um impacto directo no momento da sua execução compõem, afinal, uma sequência de laços e de elos moleculares onde vai fermentando a «formação da classe trabalhadora» (Thompson, 1991; Koo, 2001) alentejana.

> *Chegando a 62, tínhamos antes sofrido várias prisões. Eu tinha sido preso antes em 1960 em Beja. Eu fui preso e outros funcionários também foram presos e a luta antes de 62 foi um pouco abaixo. Nalguns sítios ficamos a dançar na corda bamba. Faltou a cabeça. Foram logo presos quatro funcionários, quatro funcionários e que estavam envolvidos na luta. Aí, nesse período, a luta que o partido desenvolveu, com muitas reuniões e plenários de trabalhadores… Eh pá, eu na clandestinidade, há gente que nem pensa que isso fosse possível, eu cheguei a ir a reuniões com mais de duzentas pessoas. De noite! Não houve um respeito pelas regras que a gente tinha para se proteger e a Guarda uma vez chegou a aparecer. Chegou a Guarda, não falamos de política, falamos de outras coisas. Pronto… Este trabalho feito desenvolveu-se ao longo dos anos e chegou-se a 1962 com as oito horas como reivindicação central. Porque foi só em 62? Porque antes não havia condições. Porque esta luta exigiu uma grande preparação, de organização e de esclarecimento (ênfase na voz), dizendo que era possível as oito horas e que o trabalho de sol a sol… Muita gente não sabe o que era isto, que era uma escravatura, era quase uma escravidão, pegar no trabalho ao nascer do sol e deixá-lo ao pôr, portanto, trabalhava-se doze horas ou mais de Verão e com este calor infernal… Portanto, as oito horas eram uma aspiração profundamente sentida pelo proletariado agrícola (GA).*

A importância que GA dá às lutas de 1962 não significa, portanto, que este marco central da mobilização operária no Alentejo seja um episódio desligado de um processo que lhe está subjacente e lhe deu escopo e sustentação material. Ao mesmo tempo, existe uma racionalidade estratégica intrínseca à determinação da mobilização no mês de Maio de 1962.

> *Em 62 começamos a discutir qual a data, qual a melhor data. E por razões históricas… Bem, o Primeiro de Maio simboliza a luta dos trabalhadores. É o símbolo da luta pelas oito horas! Depois a crise do fascismo era muito maior. As três frentes na Guerra Colonial… O fascismo sente-se mais isolado. O Maio, nos anos 60, é aqui no Alentejo a data da pressão dos serviços agrícolas. É a ceifa, a cortiça, as debulhas, o arroz, quer dizer, muitas coisas a apertar. Apertar os patrões, forçar os patrões a ceder. E havia uma grande vontade dos trabalhadores em ir para a greve (esboça um sorriso). Sabia-se que era uma luta dura, muito dura porque era um desafio. Era um desafio ao fascismo e um desafio ao poder dos agrários. Aos senhores das terras. Nessa altura, o Primeiro de Maio foi um domingo e portanto o Partido fez um manifesto num A3, num A5 perdão. Em papel de seda. Milhares e milhares que se fizeram com um apelo dirigido aos trabalhadores. Foi uma*

> *grande luta. Na altura escrevemos 350 mil – que eram todos os que existiam – no Camponês mas foram mais de 200 mil. Em toda a zona ao sul do Tejo, daquela parte do Ribatejo ao sul do Tejo, todos os distritos do Alentejo mais o Litoral. Portanto, lançou-se esse documento, saí da cadeia em Dezembro de 61 e fiz o apelo. Não temos hoje esse apelo. Nem a direcção do partido tem. Desapareceu. O apelo também era simples: "no dia Primeiro de Maio nenhum trabalhador deve trabalhar mais do que as oito horas". Este era o sentido do apelo. E mais, "onde os capatazes e os proprietários não aceitarem as oito horas, devem os trabalhadores impô-las". E foi assim. Isto foi uma coisa aceite e com uma adesão enorme logo na segunda-feira. Começou no Litoral Alentejano e foi um cavalgar, um galgar de terra para terra, de freguesia para freguesia, de concelho para concelho, e em três meses as oito horas estavam implantadas em praticamente toda aquela enorme região. Ficaram alguns proprietários muito renitentes e teimosos porque não queriam dar as oito horas, não recolhendo as culturas, despedindo malta, mas no fim de 1962 as oito horas estavam em todo o lado (GA).*

A sinceridade que GA procura imputar ao seu discurso passa por assumir o que considerou o verdadeiro número de grevistas – 200 mil numa população operária na época de cerca de 350 mil, ou seja, mais de metade do contingente laboral – e repercute-se na informação dada acerca das disputas com que essa onda de greves e de lutas foi discutida nas direcções regionais e central do PCP. Mais uma vez se constata a exaltação deste partido político por parte dos protagonistas aqui entrevistados. De facto, não deixa de ser relevante observar como estes agentes sociais depositavam naquele partido parte da responsabilidade por acções políticas e sociais que os trabalhadores desencadearam por sua própria iniciativa e por sua intenção e que ultrapassava em muito a dimensão e a capacidade logística de um partido político com apenas dois a três milhares de militantes em todo o país (Lisi, 2007: 186). A este propósito visualize-se no seguinte excerto a forma como GA testemunha as dúvidas existentes no PCP relativamente às lutas de 1962.

> *Na direcção do partido havia camaradas meus que tinham muitas dúvidas se esta greve não era uma aventura. Podia trazer muita repressão, mortes, e portanto… Encontrei muitos camaradas que não acreditavam que os agrários e o fascismo cedessem. Mas nisto, a luta era tão poderosa e forte que o fascismo teve que recuar. Logo a seguir a greve, os proprietários faziam reuniões na rua com os elementos do Instituto Nacional do Trabalho, com o governo civil, com a GNR "como vamos pôr termo a isto?". E não foram capazes (brilho nos olhos). Aqui não havia nada a fazer. Houve locais onde os patrões não queriam ceder e a malta foi para a greve e mais nada! E nas terras e nas aldeias – quase todas tinham Guarda Republicana – o pessoal juntava-se na praça, nos largos, nos cafés, juntava a malta e lá vinha a Guarda Republicana. E diziam eles "então porque não vão trabalhar?". E a malta respondia "nós queremos trabalhar, mas só as oito horas. Dêem-nos as oito horas e nós vamos já trabalhar". E os guardas calavam-se logo (GA).*

A convicção dos agentes sociais no que consideravam a justeza das propostas reivindicativas avançadas, as pequenas lágrimas de felicidade com a vitória laboral e política alcançada no rescaldo de 1962, coadunam-se com a tese de que os trabalhadores agrícolas alentejanos plasmavam uma consciência de classe, ou se se preferir, um *habitus* atravessado por uma pujante auto-identificação de classe e por uma representação de antagonismo relativamente ao regime ditatorial e às classes dominantes. Simultaneamente, com as conquistas adquiridas com a mobilização colectiva aflora naqueles trabalhadores a percepção de que as estruturas sociais e económicas patentes nos campos alentejanos não são imutáveis mas passíveis de mudança nas suas lógicas de funcionamento.

> *Os trabalhadores sentiam no fundo de si mesmos que não poderiam ter acesso a um melhor salário sem a mudança de regime. A malta tinha uma grande consciência do que era aquele regime. Sentiam o regime na pele, sabes? Aqui no Alentejo sobretudo, os trabalhadores sempre tiveram uma tendência para lutar muito, logo a malta irritava-se facilmente com as recusas do patrão em dar um melhor salário ou em dar mais emprego. E sempre que a malta protestava lá vinha a GNR desancar no pessoal. Muita gente apanhava sovas da Guarda a fugir dos cavalos. Na prisão ainda era pior. Eu próprio fui torturado. Mas quando temos convicção no ideal que defendemos por muito que nos torturem não sacam nada (HJ).*

A noção de dádiva e de dedicação ao que consideravam e proclamavam ser os seus interesses e propósitos de luta era recheada internamente por um sentimento de orgulho na sua condição de contestatários ao regime. A resistência às torturas do cárcere assoma aqui como uma certa mais-valia simbólica na construção do indivíduo e da sua honra perante a comunidade. Vislumbra-se um certo estoicismo na concepção de vida e de moral para a vida, bem como uma serenidade nos próprios gestos e na voz difíceis de imaginar em indivíduos submetidos a torturas e a privações. Ao mesmo tempo, tais vivências contribuem para a construção de um *self* heroicizado e com uma forte noção de dádiva[8] e de entrega ao outro colectivo, tornando o resistente operário (e o operário resis-

[8] A noção de dádiva aqui veiculada é, em alguns aspectos, naturalmente distinta da estudada por Mauss no seu estudo clássico sobre os mecanismos do *potlach* na Polinésia. Contudo, existem alguns elementos relativamente próximos, nomeadamente quando o antropólogo francês concebe a dádiva da seguinte forma: «dois elementos essenciais são nitidamente atestados: o da honra, o do prestígio, e o da obrigação absoluta de retribuir essas dádivas sob pena de perder esse "mana", essa autoridade, esse talismã, essa fonte de riqueza que é a própria autoridade» (Mauss 2001: 60). O peso da honra como ferramenta de prestígio social nos elementos mais envolvidos na luta contra o regime – no sentido da ligação entre os operários resistentes e os resistentes operários (vd. nota 8) – que não vive sem a atribuição de autoridade das populações àqueles. O sentimento de autoridade, visto em termos de liderança política e simbólica naquelas comunidades alentejanas, implica um sentimento de cumprimento da honra esperada (a abnegação e a capacidade de resistência) e da coragem evidenciada em momentos de tensão (sublinhe-se o comportamento nos cadafalsos da ditadura ou a preparação e desencadear de iniciativas de contestação nas ruas das localidades alentejanas), só para citar dois exemplos paradigmáticos.

Configuracoes 9.indb 76 09-05-2013 16:39:10

tente[9]) num sinal de equivalência simbólica com uma espécie de figura valorosa e heróica. Em consonância, se ocorre uma coincidência entre essa representação colectiva e o *habitus* do operariado agrícola alentejano, por conseguinte, despoleta-se um visível sentimento de alegria nos rostos dos indivíduos entrevistados. Uma alegria visível mas, apesar de tudo, intermitente, na medida em que não se manifesta a não ser em determinados momentos explícitos, mormente o seu (quase permanente) estado latente.

> *As oito horas foram uma satisfação, uma alegria muito grande. Repara. Os trabalhadores saíam de casa ainda de noite e nem viam os filhos e quando chegavam a casa já os filhos estavam deitados a dormir. Dali para a frente saíam com sol e chegavam a casa com sol. Isto foi uma coisa espantosa, né? (sorriso rasgado) (GA).*

Por seu turno, HJ relata a sua experiência de luta como parte integrante da sua biografia, dos sentimentos que transportou, da ligação entre factos históricos como o desenlace da Segunda Guerra Mundial, os amigos de diferentes classes sociais que se reuniam na luta contra o regime de Salazar. Vidas recortadas por eixos múltiplos de convivialidade e de dimensões políticas, sentimentais e subjectivas em mútua interpenetração.

> *A minha primeira luta foi em 1945 depois da Segunda Guerra pela democracia. Naturalmente vocês jovens hoje em dia não conseguem compreender o que era o medo do nazi-fascismo e o que significou a derrota daqueles regimes. Foi uma alegria só superada pelo 25 de Abril. E era ver a cara de alguns PIDE's que andavam pela região com cara de enterro por causa da derrota do Eixo. Naquele período a politização à esquerda era enorme. Junto dos operários da região quase ninguém se lembrava dos americanos ou dos ingleses. O prestígio da União Soviética e as suas vitórias em Estalinegrado e Kursk estavam na boca do pessoal e de operários mais politizados. E então, neste contexto de euforia que era alimentado pela possibilidade de derrube do fascismo no nosso país, haviam mais de 2500 membros do MUD juvenil em todo o país. Era muita gente, ainda por cima num curto espaço de tempo. Em Beja chegamos a realizar reuniões com mais de 100 jovens – operários, intelectuais, pequena-burguesia. Malta democrata, progressista que se dava muito bem connosco comunistas. Respeitavam-nos muito e nós a eles claro. Na altura havia pequenos-burgueses e intelectuais democratas, intactamente anti-fascistas. Hoje nem por isso. Essa malta lia e discutia em conjunto os papéis do MUD. Não tinham medo em colaborar connosco. Muitos não*

[9] O operário resistente enuncia o assalariado agrícola que apoia e participa em iniciativas de protesto. Por seu turno, o resistente operário refere-se ao indivíduo que era maioritariamente originário do operariado agrícola alentejano e, com o passar do tempo, se tornava, por via da selecção e promoção de quadros do e pelo Partido Comunista, num operacional profissionalizado e clandestino que actua na organização e coordenação de movimentações sociais e políticas. O efeito da socialização do lugar de origem de classe (Almeida 1999: 76-84) constitui-se como um indicador explicativo possível para se poder compreender a maior facilidade que o PCP teve na sua ligação ao operariado agrícola da região.

eram pelo socialismo mas eram dignos e não tinham medo de enfrentar o regime (HJ).

A história da luta pela democracia também passou pelos campos e pelas aldeias alentejanos. Por "pequenos" e "grandes" momentos. Como eventos históricos de magnitude assinalável – a instauração do regime democrático no dia 25 de Abril de 1974 – se afiguram como dificilmente concretizáveis, e no longo curso imperceptíveis, sem a argamassa de toda uma série de actos aparentemente inertes de efeitos, sem linhas nos livros de História, sem espessura para além da fina camada de acções colectivas tornadas memória pelos seus protagonistas anónimos, revelados aqui por via do método biográfico. E que muito para além da nomeação desta ou daquela formação política – que chega a raiar a apoteose –, consistiu na capacidade de a classe trabalhadora se organizar autonomamente e inscrever dinâmicas próprias no revolver da paisagem social.

3. Conclusão

A História não é a única abordagem possível em Ciências Sociais para estudar o passado de modo sistemático. A metodologia etnográfica – aqui implementada num domínio de recorte mais marcadamente sociológico – pode fornecer relevantes coordenadas, nomeadamente em casos de (tentativa de) reconstituição de determinados objectos de estudo.

Neste artigo procurou demonstrar-se, paralelamente, a existência de uma conexão entre a cultura popular local (valores de solidariedade, produtos culturais de apropriação predominantemente colectiva, redes de sociabilidade, de vizinhança e de interconhecimento), uma cultura de resistência e correspondente materialização prática desse universo simbólico. No fundo, pretendeu-se dar visibilidade a um processo imbricado e recíproco entre um *habitus* operacionalizado pelo universo sociabilitário e pelos quadros de interacção então vigentes e um *habitus* operacionável na mobilização colectiva. Atente-se, nesse sentido, no papel da identidade individual e colectiva entronizada no *habitus* como plataforma giratória entre a comunidade cultural então existente e as práticas sociais e as acções políticas ali accionadas.

Ressalve-se ainda que a abordagem ao objecto de estudo aqui analisado parece consolidar outras pistas de investigação. Entre várias das possíveis podemos enumerar: a formação das classes populares como sujeitos colectivos sociais e políticos; a produção de uma cultura popular característica; o papel dos universos simbólicos e culturais (desde representações sociais mais genéricas até às vivências quotidianas aparentemente mais insignificantes) na construção de uma subjectividade reivindicativa muito própria no contexto português; o lugar da metodologia etnográfica e seus métodos e técnicas no decifrar dos códigos de orientação simbólica e significacional dos agentes sociais.

Para terminar, considerou-se neste trabalho a importância de resgatar vozes de agentes de um contexto social praticamente desaparecido. Num futuro breve, raríssimos serão os exemplares vivos desse passado crucial do século XX português. Por conseguinte, afigurou-se como pertinente recolher testemunhos de alguns desses agentes sociais. Nesse sentido, a recuperação (possível e necessariamente parcial) desses relatos de intervenientes directos em eventos históricos (mais ou menos mediáticos, mais ou menos anónimos) convocou essa necessidade sociológica de interpretação da memória histórica conforme ela se expressa nos discursos de protagonistas.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira (1999), *Classes sociais nos campos*. Oeiras, Celta.

ALVESSON, Mats, e Kaj Skoldberg (2001), *Reflexive methodology: new vistas for qualitative research*. Londres: Sage.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento.

BARROS, Afonso (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.

BARROS, Henrique (1980), "O latifúndio — tentativa de caracterização económica", *em* Barros, Afonso de (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 15-28.

BERTAUX, Daniel (1995), "A Response to Thierry Kochuyt's Biographic and Empiricist Illusions: a reply to recent criticism", em *Biography and Society* (annual newsletter of Research Committee 38, Internacional Sociological Association), pp. 2-6.

BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática – precedido de três ensaios de etnologia cabila*. Oeiras: Celta.

BOURDIEU, Pierre (1998), *Razões Práticas, sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta.

BURAWOY, Michael (1991), *Etnography unbounded, power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley: University of California Press.

BURAWOY, Michael (1979), *Manufacturing consent*. Chicago: University of Chicago Press

CALDAS, Eugénio de Castro (1978), *A Agricultura portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.

CHARLESWORTH, Simon J. (2000), *A phenomenology of working class experience*. Cambridge: Cambridge University Press

COSTA, António Firmino (2001), "A pesquisa de terreno em Sociologia". em Pinto, José Madureira, e Silva, Augusto Santos (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, 11.ª ed. Porto: Edições Afrontamento, pp. 129-148.

COSTA, António Firmino (1999), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade*. Oeiras: Celta Editora.

CUNHAL, Álvaro (1974), *Rumo à Vitória*. Porto: A Opinião.

CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa.

DUBAR, Claude e DEMAZIÉRE, Didier (2004), *Analyser les entretiens biographiques*. Quebeque: Universidade de Laval.

ESTANQUE, Elísio (2001), *Entre a fábrica e a comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Edições Afrontamento.

FERRAROTI, Francisco (1993), "Sobre la autónomia del método biográfico", em Marinas J.T., e C. Santamarina (eds.), *La Historia Oral: métodos y experiencias*. Madrid: Debate, pp. 76-91.

GODINHO, Paula (2001), *Memórias da Resistência Rural no Sul Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta

HALL, Stuart (1996), "Who needs identity?", em Hall, Stuart (eds.), *Questions of cultural identity*. Londres: Sage, pp. 1-17.

INE (2008), "Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Classes de superfície agrícola utilizada", em Ine, *Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

INE (1981), *Censos 1981*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

JAMES, David (2004), "Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña Maria, história oral e questões de género". em Batalha, Cláudio (org.), *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 287-314.

KOO, Hagen (2001), *Korean workers: the culture and politics of class formation*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.

LISI, Marco (2007), "O PCP e o processo de mobilização entre 1974 e 1976". *Análise Social*, vol. XLII (182), pp.181-205

LOPES, João Teixeira (2000), *A cidade e a cultura: práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento.

LUKACS, Georg (2003), *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes.

MAUSS, Marcel (2001), *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.

MILLER, Daniel (1987), *Material culture and mass consumption*. Oxford: Basil Blackwell.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2001), *Evolução das propriedades agrícolas em Portugal (1945--1990)*. Lisboa: Ministério da Agricultura.

PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: Âmbar.

PAIS, José Machado (2000), "Introdução", em J. M. Pais (org.), *Traços e riscos de vida*. Porto: Âmbar, pp. 5-15

PEREIRA, Mário (1979), *Estrutura Agrária Portuguesa (1968-1970) — Suas Relações com a População e a Produção Agrícola*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.

PEREIRA, Virgílio Borges (2005), *Classes e culturas de classe das famílias portuguesas: classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.

RIESSMAN, Catherine Kohler (2003), "Analysis of personal narratives", em Holstein, James, e Jaber Gubrium (org.), *Inside interviewing – new lenses, new concern*s. Thousand Oaks: Sage, pp. 331-346.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir a adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.

THOMPSON, Edward (1991), *The formation of the English working class*. Londres: Penguin

WACQUANT, Loic (2004), *Body and soul: notebooks of an apprentice boxer.* Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.

WRIGHT, Erik Olin (1997), *Class counts*. Cambridge: Cambridge University Press

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 81-102

Precariedade, sindicalismo e acção coletiva[1]

Elísio Estanque*

Resumo

A atual tendência de precarização das relações de trabalho, na Europa e no mundo, de dissociação entre condições profissionais e vínculos laborais, está a pôr em causa os velhos critérios e formas de diálogo, os valores de solidariedade e no fundo o "contrato social" inspirado pela filosofia iluminista e consolidado desde o pós-II Guerra Mundial, sob o modelo de Estado-Providência. Nos últimos vinte anos, as transformações ocorridas do mercado de trabalho fustigaram de forma dramática os direitos e a qualidade do emprego, conduzindo a uma imparável desagregação do sistema produtivo que até aos anos oitenta do século passado pôde sustentar uma classe média que parecia em expansão e alimentar os sonhos individuais de muitos trabalhadores. O aumento e a diversificação da precariedade laboral passou a constituir um dos principais traços de recomposição do mercado de trabalho tanto em Portugal como nos outros países da União Europeia. É neste quadro que importa discutir o legado do movimento sindical e interpelar a sua capacidade de adaptação a esta nova realidade. Para tal, o presente artigo procura interpretar o significado das novas formas de ação coletiva e movimentos "inorgânicos" que têm surgido nos últimos tempos, revelando novas linguagens, modalidades de mobilização e de ativismo cívico e político, procurando responder à crescente fragilização do mundo do trabalho e desafiando os hábitos e as formas organizativas das velhas estruturas sindicais.

Palavras-chave: Precariedade, sindicalismo, movimentos sociais, trabalho

* Investigador do Centro de Estudos Sociais e Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (elisio.estanque@gmail.com).

[1] Uma versão semelhante deste artigo foi publicada no Brasil, sob o título "Informalidades, precariedades e ação colectiva", in Roberto Véras de Oliveira; Darcilene Gomes; Ivan Targino (orgs.) *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*, Recife: Editora Massangana, 2011. Agradeço a Dora Fonseca o trabalho de levantamento efectuado na caracterização dos movimentos de combate à precariedade, que serão referidos na parte final.

Configuracoes 9.indb 81 09-05-2013 16:39:10

1. Introdução

Os impactos da globalização dos mercados e das políticas neoliberais sobre o mercado de trabalho têm sido a diversos títulos devastadores, atingindo todos os continentes. As condições de trabalho alteraram-se profundamente nas últimas décadas, embora, evidentemente, cada região evolua no quadro de características muito particulares. Não se trata, portanto, de um processo linear e muito menos homogéneo, inclusive quando nos referimos ao contexto europeu. Na Europa, a questão da precariedade ganhou novos contornos e intensificou-se substancialmente com a chegada do novo milénio perante o aumento de formas de assalariamento e vínculos contratuais, perante a expansão do que então se chamou "trabalho atípico". Ulrich Beck (2000) tinha-se referido a essa tendência como uma "brasileirização do Ocidente", ou seja, quando o fim do fordismo e a crise do Estado-Providência davam mostras de esgotamento e parecia inevitável um processo de flexibilização e de imparável "emagrecimento", à custa da retirada de direitos e conquistas que antes foram concebidas como irreversíveis.

Na verdade, o que antes foi designado como trabalho "atípico" – referente a actividades de grande dureza e sem protecção, formas de subcontratação, empregos em *part-time,* situações de ilegalidade que atingiam sobretudo certas minorias como os jovens recém-entrados no mercado de trabalho, as minorias étnicas e migrantes, as mulheres sem qualificação, os trabalhadores a tempo parcial, os clandestinos, etc. – começou a generalizar-se e, como sabemos, os vínculos contratuais a termo certo, os trabalhadores em empresas de trabalho temporário, os falsos recibos verdes e várias outras formas mistas de precariedade do trabalhador e de negação dos seus direitos atingem hoje amplas camadas da força de trabalho, com especial incidência sobre os mais jovens. O que antes era considerado "atípico" tornou-se entretanto um novo padrão. Estamos a assistir a uma corrosão, em larga escala, das instituições e a um preocupante recuo do Estado social sob o pretexto da sua urgente "reforma".

Na esfera laboral, em particular, a contratação coletiva e todo um edifício protector do trabalhador está em risco de desmoronar-se, perante a impotência dos cidadãos e das próprias estruturas representativas dos trabalhadores. Enquanto os poderes e interesses económicos privados nos empurram para uma crise cada vez mais aguda e de consequências imprevisíveis, o direito do trabalho é ignorado e insiste-se na receita neoliberal somando à austeridade a total flexibilização de despedimentos, mesmo sabendo que tal contraria a Lei fundamental da República.

Num momento em que o edifício social das democracias europeias evidencia tanta fragilidade, importa recorrer aos instrumentos teóricos e analíticos da sociologia para questionar os factores de coesão social e interpelar alguns dos seus principais protagonistas. Importa, portanto, discutir o campo laboral e o papel do sindicalismo à luz do seu significado e do papel que lhes compete no quadro mais geral do sistema democrático. É nesse sentido que a presente

Configuracoes 9.indb 82 09-05-2013 16:39:10

reflexão assume o pressuposto de que *o trabalho* não é apenas uma atividade económica e produtiva, mas, mais do que isso, é o principal elo de ligação entre o indivíduo e a sociedade, pelo que as estruturas organizadas do sindicalismo representam um capital precioso (que hoje está sob ameaça de esgotamento).

Tendo como pano de fundo estas preocupações, procurarei discutir alguns dos problemas que o mundo sindical português enfrenta hoje, quer perante as dificuldades decorrentes do cenário sociolaboral que acabei de referir, quer também porque começam a surgir outras formas de denúncia e de acção especificamente vocacionadas para responder aos problemas dos segmentos mais precarizados da força de trabalho.

Importa, pois, compreender os sinais emergentes na esfera produtiva e sindical. Esse é o objetivo principal deste texto. As perplexidades que se colocam a este respeito não deixam antever soluções viáveis no imediato pelo que convém deixar em aberto – não nos resta, aliás, outra alternativa – as respostas quanto ao desfecho da actual crise. Serão os sindicatos e estruturas federativas capazes de organizar o crescente contingente de trabalhadores precários na Europa? Faz sentido esperar uma possível renovação do campo sindical de modo a ampliar e intensificar as suas formas de intervenção? Estarão os seus líderes em condições de estabelecer aproximações e alianças com os novos movimentos que estão a emergir do campo laboral? Qual o papel dos novos meios informáticos e do chamado "ciberativismo" em todo este processo, que se pretende de viragem rumo à consolidação democrática e dos direitos de cidadania no trabalho?

2. Precariedade, regulação e ação

A precariedade não é senão a expressão mais direta de uma realidade concreta que retira segurança e direitos de protecção ao trabalhador assalariado. Porém, a precariedade tem subsistido e tem-se insinuado desde há décadas, mesmo em setores do emprego onde existem leis claras que a pretendem combater. A tão criticada "rigidez" das leis laborais têm convivido com expedientes e práticas extremamente flexíveis e muitas vezes ilegais, com todo o rol de abusos e prepotências de todo o tipo. Em sectores industriais tão exemplares como o do calçado, por exemplo, há muito que foram apontadas diversas situações onde a precariedade – e até o medo – são realidades indesmentíveis (Estanque, 2000).

Em sentido sociológico, pode dizer-se que o informal é o que está *antes*, *depois,* e *nos interstícios* do institucional. Entre a sociedade e o direito há permanentes tensões e conexões, pelo que, mais do que a descoincidência entre a *law in books* e a *law in action* importa realçar a inelutável primazia da *praxis* sobre a normatividade da lei. Seja no plano político, seja no cultural ou no económico, o informal escapa à norma oficial, ou, se quisermos, opõe-lhe uma dimensão *outra,* que obedece mais à lógica das relações de poder do que ao correspondente enquadramento jurídico.

Enquanto o campo do formal é da ordem da regulação e da reprodução, o campo informal procura resistir ou ir além do *statu quo* estabelecido. Todavia, a recusa de uma normatividade particular contém o gérmen da nova normatividade a instituir no lugar da velha. Se é nos subterrâneos da informalidade que as instituições e a ordem dominante podem ser minadas e subvertidas, também é verdade que a legalidade pode constituir um instrumento de mudança progressista.

Nas sociedades democráticas ocidentais – em especial na Europa –, o potencial emancipatório do aparelho jurídico foi inúmeras vezes posto à prova desde o período do pós guerra. O próprio "contrato social", edificado desde o século XIX, em resultado de uma sucessão de convulsões sociais e de um amplo debate filosófico, sobretudo com a expansão do *Iluminismo* (e o contributo especial de figuras como T. Hobbes, J. Locke, Montesquieu, J.-J. Rousseau, etc.), deu lugar a um vasto conjunto de medidas e direitos cívicos que ajudaram a uma progressiva emancipação das classes laboriosas. Direitos que, como se sabe, hoje estão sob ameaça na Europa, cedendo o passo ao novo mercantilismo do século XXI.

As leis em favor dos mais fracos tornaram-se uma arma da justiça social, mas elas nunca foram suficientemente fortes para se tornarem irreversíveis. Resultado das lutas operárias, não deixaram de refletir o compromisso capital-trabalho, reflexo da correlação de forças entre as duas classes antagónicas numa época em que a combatividade operária permanecia vigorosa. Mas, esse compromisso só se perpetuou enquanto foi útil à consolidação do capitalismo, favorecendo a harmonia social e a ordem estabelecida. Nas últimas décadas, na Europa, reforçou-se de novo o elo mais forte da relação capital-trabalho, e o compromisso foi rasgado. Sob o pretexto da sustentabilidade, o Estado social europeu está sendo desmantelado, porque as suas instituições e políticas de solidariedade se tornaram dispendiosas e os mecanismos de regulação – com o direito do trabalho à cabeça – deixaram de responder às exigências de acumulação lucrativa, ditadas pelo neoliberalismo e pelos interesses do capital financeiro. A economia especulativa desdobrou-se em múltiplas formas e os antigos defensores do Estado social passaram a subvertê-lo e procuram agora construir uma nova harmonia fundada no retrocesso (Silva, 2009).

É precisamente este o quadro onde se inscrevem as novas dinâmicas laborais que se vêm expandindo à escala global desde a viragem do milénio. Os excessos do capitalismo liberal, que na Europa e no ocidente haviam sido travados pela regulação estatal, vêem-se agora livres dos antigos constrangimentos. Cresceram livremente, transcendendo os limites impostos pela ação institucional e pelos estados nacionais e vêm promovendo e reinventando novas formas de informalidade laboral, criando mais dependências e formas opressivas sobre a classe trabalhadora.

Configuracoes 9.indb 84 09-05-2013 16:39:10

A atual tendência de precarização das relações de trabalho, de dissociação entre condições profissionais e vínculos laborais, está de facto a pôr em causa os velhos critérios e formas de diálogo, os valores de solidariedade e, no fundo, o modelo de contrato social inspirado pela filosofia iluminista e consolidado desde o pós-guerra. Não é demais sublinhar que nos últimos vinte anos as transformações ocorridas do mercado de trabalho fustigaram de forma dramática os direitos e a qualidade do emprego. O modelo produtivo, que até aos anos oitenta do século passado pôde sustentar uma classe média que parecia em expansão, sofreu entretanto convulsões profundas que abalaram abruptamente as suas expectativas mais risonhas. O aumento e a diversificação da precariedade laboral passou a constituir um dos principais traços de recomposição do mercado de trabalho, tanto em Portugal, como nos outros países da União Europeia. Vimos assistindo a uma "tendência que traduz o estilhaçar da homogeneização e estabilidade em que assentava o padrão modal do emprego, quanto à natureza do vínculo laboral, ao tempo de trabalho e ao estatuto social do trabalhador" (Gonçalves, 2010: 184).

Na última década, os postos de trabalho em regime de contratos permanentes diminuíram ao mesmo ritmo em que aumentaram os contratos a termo certo. Aliás, o crescimento das situações precárias – ou o que outrora se designava como situações "atípicas" no campo do emprego – têm evoluído para uma profunda alteração do velho padrão de estabilidade, obedecendo hoje a uma multiplicação de situações e de percursos profissionais, bem como no plano subjetivo e das vivências, quer do emprego quer do desemprego, numa reconfiguração permanente, que justifica novos questionamentos sobre essas novas formas de prestação de trabalho que podem designar-se de novas "patologias da democracia laboral" (Ferreira, 2009: 76). Os valores do emprego precário (se somarmos os contratos a termo, os recibos verdes, os trabalhadores temporários e o trabalho a tempo parcial) aproximam-se já dos 28 a 30% do emprego. Este tipo de contratos aumentou progressivamente e em todas as faixas etárias, sendo a referida geração (hoje popularizada pelo nome de Geração à Rasca)[2] a que mais sofre com isso, o que acontece, de resto, em muitos países europeus como, por exemplo, a Espanha, a Alemanha, a Suécia e a França onde, tal como em Portugal, mais de 50% dos trabalhadores desta geração já se encontram em situação precária (Gonçalves, 2010). O desemprego de jovens licenciados tem vindo a agravar-se nos últimos anos, atingido os 55 mil casos (em 2010), embora se saiba – e convém realçá-lo – que os licenciados auferem salários mais elevados e permanecem menos tempo em situação de desemprego ou de trabalho precário. Em todo o caso, quer o desemprego quer os contratos não

[2] Que, diga-se, passou a ser conhecida desde o passado dia 12 de Março de 2011 como a "Geração à Rasca", devido à enorme manifestação convocada por um grupo de jovens em situação precária, através do Facebook, e que, segundo vários analistas, terá marcado um momento de viragem nas modalidades de ação colectiva e afirmado um novo fenómeno no cenário político nacional (voltarei a este assunto na parte final).

Configuracoes 9.indb 85 09-05-2013 16:39:10

permanentes atingem especialmente o segmento mais jovem. E isso aconteceu de forma drástica, estando 37,6% dos trabalhadores com idades entre 15 a 34 em situação laboral de contratos a prazo, e considerando apenas o segmento etário dos 15 aos 24 anos, essa percentagem já se aproximava em 2010 dos 50% (INE, 2007, Inquérito ao Emprego; Carmo, 2010).

No caso português e dos países do sul da Europa (para falar apenas da segunda metade do século XX) a tardia industrialização, aliada às experiências traumáticas de Estados ditatoriais (que duraram décadas) impediram que uns e outros – instituições e movimentos – pudessem fluir e acompanhar as tendências dos países mais avançados, inclusive impedindo que o sindicalismo autónomo se consolidasse e cumprisse o seu papel transformador. Nestas condições, a cultura autoritária e tutelar exercida pelo Estado Novo, escudada no subconsciente coletivo, continuou a insinuar-se junto dos principais mentores do edifício democrático (partidos políticos incluídos), desse modo minando e subvertendo o processo de consolidação da cidadania politica e social (não obstante toda a retórica revolucionária e de esquerda que dominou esse período).

É possível então considerar que em Portugal se assistiu a uma "compressão do tempo histórico" que no espaço de uma década (1975 a 1986) produziu um Estado social – ou um *quasi* Estado Providência, como lhe chamou Boaventura Sousa Santos – e um quadro institucional e jurídico tão avançado como o das sólidas democracias europeias, mas paradoxalmente criou as condições para a sua negação. Dito de outra maneira, o formalismo da legislação e da própria Constituição (de orientação "socialista", aprovada em 1976), parecem ter sido criados apenas para ficar no papel ou, pior ainda, para ornamentar o discurso político da época, partilhado, aliás, por um vasto leque de partidos políticos (da esquerda à direita).

3. Ação, estrutura e movimentos sociais

Isto leva-nos a sublinhar a ideia da descoincidência entre quadros legais e práticas sociais, ou seja, a recordar o principio sociológico de que a realidade do social se inscreve no plano da cultura, dos valores e do subconsciente, mais do que na consciência dos atores sociais. Estes, sendo embora dotados de racionalidade e de consciência, essa racionalidade é limitada por uma complexidade de factores produzidos pelo sistemas de ação concreta onde se inserem, cujas relações de "poder paralelo" repousam mais nos "bastidores" da informalidade do que no "palco" das relações sociais. O ator e o sistema estão mutuamente imbricados. Não existe uma determinação de um sobre o outro, mas antes um processo dinâmico de recriação permanente e recíproco. Se as zonas de imprevisibilidade e de incerteza refletem o jogo de poderes entre ação e estrutura, entre o micro e o macro, é das conexões recíprocas que se estabelecem entre essas diversas instâncias que emergem as condições da ação coletiva.

Configuracoes 9.indb 86 09-05-2013 16:39:10

Convém, pois, situar a génese da ação nas zonas mais recônditas da sociedade e não necessariamente nas instituições. Estas, agem, legitimam, normalizam e consolidam os equilíbrios e consensos resultantes de negociações e conflitos – latentes ou manifestos – entre as forças no terreno. Daí que a capacidade transformadora resida mais na fase de emergência e consolidação de um movimento do que quando este dá lugar a um novo enquadramento formal e institucional. Podemos pensar o próprio sindicalismo como o culminar de um longo processo em que essa dupla vertente (movimento/ instituição) desde sempre evidenciou as tensões entre duas lógicas tão contraditórias. Por outro lado, também no plano económico – sendo este indissociável da sociedade e da política, como bem têm evidenciado as novas correntes teóricas da economia política (Stiglitz, 2004; Louçã e Caldas, 2009; Reis, 2009) – poderemos identificar o mesmo contraste entre racionalidade e identidade, ambas dimensões inerentes à atividade produtiva.

Antes de continuar a reflexão sobre a precariedade, convirá situar, ainda que brevemente, as condições de emergência da classe operária inglesa do século XIX, tendo em vista recordar alguns dos principais traços do sindicalismo dessa época. Esta referência justifica-se, não para repetir aquilo que de há muito a história e as ciências sociais deram a conhecer, mas pela necessidade de ensaiar uma leitura mais atualizada do fenómeno, tendo em vista a análise prospectiva das atuais modalidades de ação coletiva no campo laboral e sindical. Com efeito, mesmo quando o foco da análise se dirige à Europa, é necessário olhar o tempo presente identificando nele elementos suscetíveis de comparação com o período de emergência do moderno capitalismo industrial. Se é verdade que a história vivida não se pode apagar, também, como se sabe, o passado não se limita a uma acumulação de acontecimentos factuais. Compreender o passado é sempre um exercício de memória que se presta a sucessivas reinterpretações, sendo estas inevitavelmente condicionadas pela realidade presente. E sabemos bem o quanto as atuais tendências da sociedade capitalista nos têm obrigado a reler o passado e a questionar algumas das narrativas sobre o mesmo, até há pouco consideradas verdades inquestionáveis (Tilly, 1978; Skocpol, 1985; Savage, 2004).

Os movimentos sociais constituem de facto experiências decisivas de ação (por vezes de grande impacto), na transformação social e política das sociedades, e o caso do movimento operário constituiu, na verdade, uma resposta às condições degradantes em que foi colocado o operariado enquanto nova classe assalariada nascida da Revolução Industrial. O movimento operário, por exemplo, emergiu, justamente, de um conjunto de convulsões que marcaram a Europa da era moderna, nas quais assumiu central importância a componente cultural e identitária.

É claro que foram, em primeiro lugar, as duras condições socioeconómicas impostas pelo capitalismo selvagem que fizeram emergir o operariado como

Configuracoes 9.indb 87 09-05-2013 16:39:10

classe. Porém, o nascimento da *working class* em Inglaterra derivou não apenas da realidade económica *strictu senso,* antes forjou-se da fusão entre identidades comunitárias e identidades de classe, num quadro de relativa dispersão e sob a influência de ambientes culturais específicos. Ou seja, a classe operária não surgiu, como por vezes se pensa, animada fundamentalmente por objectivos progressistas, revolucionários ou emancipatórios mas, em boa medida, a partir de lutas desencadeadas em nome da defesa da comunidade e muitas vezes contra a inovação técnica, como foi o caso do movimento *ludista* (Thompson, 1987; Savage, 2004).

Um dos principais estudiosos dos movimentos sociais chamou a atenção de que nem a resistência dos trabalhadores à inovação e ao progresso técnico nem a dimensão meramente reivindicativa da acção sindical exprimem a existência de um movimento social. Para Alain Touraine, "não há movimento social enquanto os operários se opuserem à industrialização e partirem as máquinas ou resistirem às novas técnicas... Para que se torne movimento social é necessário que fale em nome dos valores da sociedade industrial e se torne defensor dos mesmos contra os seus próprios adversários" (Touraine, 1994: 285). Assim, um movimento social só existe quando uma dada luta colectiva obedece aos princípios de (i) *identidade:* uma comunidade mobilizada e animada por um sentimento de pertença; (ii) *oposição:* a existência de um adversário comum, claramente identificado; (iii) *totalidade:* com objetivos sociais mais vastos e apoiado por um projeto cultural alternativo (Touraine, 1984; Dibben, 2004).

Se o movimento operário pode ser considerado um movimento social de classe, isso significa que, historicamente, a acção reivindicativa da classe trabalhadora é inseparável dos objectivos políticos de longo prazo que animaram as suas lutas. Acresce que o sindicalismo foi, desde sempre, pautado pela diversidade das suas lógicas de actuação. O objectivo de conciliar a luta por melhorias salariais e de condições de trabalho com a missão de solidariedade internacionalista só em certas circunstâncias históricas teve algum sucesso. A penetração da doutrina marxista nos meios operários, designadamente na sequência das Internacionais Operárias, contribuiu para desenvolver uma identidade colectiva – "de classe" –, que se propunha guiar os trabalhadores e a humanidade para uma sociedade liberta de injustiças: o socialismo.

A velha palavra de ordem de finais do século XIX, "a empresa aos operários" exprimiu, desde cedo, essa utopia operária fundada na aspiração colectiva de pôr fim à exploração e à dominação social. Mas, apesar de o velho slogan do *Manifesto* comunista ter tido efeitos positivos na consciência internacionalista da classe trabalhadora, a *grande narrativa* da classe operária não passou afinal de uma mistificação. Se é verdade que em momentos extraordinários a classe operária (em concreto) se confundiu com a ideia de um hipersujeito e vanguarda da revolução socialista, também é verdade que entre o "nome" e a "coisa" nunca existiu uma real coincidência (Cabral, 1983). Entre a *linguagem de classe*

Configuracoes 9.indb 88 09-05-2013 16:39:11

e o fenómeno em si interpôs-se a força doutrinária do próprio discurso, que se tornou factor de construção identitária ou, pelo menos, produtor de identificações colectivas que (objetivamente) mobilizaram milhões de trabalhadores (Jones, 1989; E.P. Thompson, 1987).

No entanto, não se deve daqui concluir que o sindicalismo de há duzentos anos foi caracterizado pelo monolitismo. Pelo contrário, como acima se assinalou, desde sempre foi marcado pela dispersão e pluralidade de lógicas de ação, de formas organizativas e de referências ideológicas. Alguns teóricos clássicos do movimento sindical, como o casal S. & B. Webb (1976), acentuaram acima de tudo a vertente economicista e funcional dos sindicatos – o chamado "sindicalismo de mercado" –, que efectivamente deu lugar às modalidades mais corporativas e institucionais do sindicalismo moderno, enquanto outras correntes colocam antes a ênfase na ideia do *sindicalismo como movimento social,* que assenta na conjugação de aspetos como a defesa da democracia direta, o auto-empoderamento e a consciencialização perante os problemas mais amplos da classe.

O sindicalismo de movimento pode, assim, definir-se pelos seguintes traços: i) a afirmação de identidades e interesses colectivos dos trabalhadores; ii) a tensão entre a defesa dos interesses da classe trabalhadora e as lutas mais gerais contra a opressão; iii) a prioridade dada à relação 'normal' de emprego caracterizada pelos contratos de emprego permanente, onde a actividade grevista teve maior impacto; e, finalmente iv), a representação da classe trabalhadora no seu conjunto e a sua organização em bases nacionais e não internacionais (Melucci, 1996; Dibben, 2004). É claro que, mesmo entre os que se reclama de "sindicalismo combativo" ou "sindicalismo de classe" constantes polémicas e debates acompanharam a história da ação sindical. Por outro lado, foram constantes as disputas em torno das instâncias de filiação, desde a interferência de forças partidárias às pressões institucionais de todos os tipos. A própria internacionalização do campo sindical foi desde há mais de duzentos anos pautada pela controvérsia como mostram os encontros das Internacionais Operárias, de finais desse século e que definiram as principais divisões entre famílias ideológicas no campo da esquerda (social democracia, socialismo, comunismo, etc.). Acresce que tais divisões continuam presentes na atualidade, como prova o processo de criação e de fusão das centrais e federações sindicais na Europa e no Mundo (CESL, CSI, CSM, etc.). No caso português a própria CGTP-IN tem recusado, até agora, a adesão à recém criada CSI, devido em larga medida ao passado de estreita colaboração com a CSM (estrutura herdada do campo soviético), como recentemente foi revelado por um dos seus antigos dirigentes que entrou em ruptura com a orientação dominante (Lança, 2010). Além disso, também os impactos, quer das mudanças conjunturais e estruturais, quer dos contextos locais, contribuíram para matizar a diversidade dos sindicatos.

Configuracoes 9.indb 89 09-05-2013 16:39:11

4. Trabalho precário

As profundas transformações que têm fustigado as relações laborais no contexto da globalização neoliberal não podem deixar de fazer sentir os seus impactos no campo laboral e, consequentemente, nas formas de organização e mobilização sindical. A estagnação económica e o desequilíbrio orçamental de muitos Estados europeus conjugaram-se com as exigências de retorno ao velho mercantilismo e todo o conjunto de pressões do capital financeiro e da economia monetária, que empurraram as principais economias europeias para uma crise sem precedentes, cuja saída está ainda por vislumbrar, mas com resultados desastrosos no mundo do trabalho (Castel, 1998; Antunes, 2006; Aubenas, 2010).

Como assinalei atrás, o recuo do Estado social perante as exigências do capital especulativo arrastou consigo um preocupante declínio da classe média assalariada e empurrou amplos sectores da classe trabalhadora manual para as margens do sistema. As conquistas asseguradas pelo direito laboral e a contratação coletiva entraram em regressão, a velha indústria entrou em colapso e as políticas educativas e de qualificação do emprego não conseguem travar a avalanche de medidas claramente regressivas, que os trabalhadores e os seus sindicatos são obrigados a aceitar.

Neste cenário, é urgente refletir sobre as formas (velhas e novas) de denúncia e de ação coletiva, e tentar compreender qual poderá ser o papel dos sindicatos e dos novos movimentos de protesto laboral na travagem desta tendência. Para compreender a complexidade do fenómeno social aqui em causa, induzido a partir do campo produtivo – mas que, obviamente, vai muito além de uma questão "laboral" –, vale a pena lembrar o caráter plural e heterogéneo do próprio sindicalismo. Muito embora as correntes e sensibilidades internas ao campo sindical sempre tenham sido múltiplas, convém não esquecer que foi sobretudo o "sindicalismo de movimento" que mais contribuiu para as grandes transformações ocorridas nas sociedades industriais modernas (Dibben, 2004).

Muitas das análises sociológicas centradas na questão das "políticas identitárias" vêm desde os anos oitenta chamando a atenção para a ideia de que, para lá da grande narrativa "de classe" que o marxismo ajudou a disseminar pelo mundo, sempre pontificou uma enorme variedade de condições contextuais, culturais e históricas que produziram subjetividades e identidades coletivas revestidas de forte potencial político e capacidade de ação.

Desde a Inglaterra do século XIX até alguns contextos sociopolíticos mais recentes – por exemplo, o 25 de Abril de 1974 em Portugal, mas também outras ondas de protesto dos sectores mais jovens e dos trabalhadores precários, como os FERVE (Fartos d'Estes Recibos Verdes), o movimento *MayDay*, os Precários Inflexíveis (PI) ou os Intermitentes do Espetáculo –, a mobilização popular não se deveu apenas a motivações materiais e a razões económicas, mas foi em boa medida impulsionada por factores de natureza cultural e identitária. E estes são

Configuracoes 9.indb 90 09-05-2013 16:39:11

sempre construídos a partir de estímulos discursivos dirigidos ao imaginário coletivo, em nome da "boa" comunidade, solidária e justa (seja ela o "povo", a "classe operária", o "socialismo" ou "o trabalho digno"), apelando a identificações estruturadas contra um adversário (ou inimigo de classe) conotado com agressões à dignidade, aos direitos humanos e sociais, à justiça social, etc. (Thompson, 1987; Savage, 2004).

As atuais condições comunicacionais, inclusive as criadas pelos novos meios de comunicação digital, lado a lado com as crescentes dificuldades de mobilização do velho paradigma de organização sindical, encontram no terreno de precariedade e de vulnerabilidade em que se encontram os novos setores proletarizados do trabalho um território fértil de penetração e de influência, sobretudo junto dos setores mais jovens e qualificados da força de trabalho.

Embora fosse precipitado, segundo a perspectiva que aqui se persegue, advogar a falência do sindicalismo – ou mesmo a sua incapacidade de responder aos problemas laborais do presente – importa considerar a hipótese de que as novas dinâmicas associativas emergentes terão um efeito palpável nas atuais estruturas sindicais, seja porque podem, a prazo, vir a miná-las por dentro, seja porque podem oferecer-se como um potencial concorrente na mobilização dos setores mais precários.

Perante a disponibilização de novos dispositivos de informação e participação, dotados, aliás, de contornos mediáticos e simbólicos capazes de minimizar o risco de exposição do trabalhador (como ocorre com o ativista sindical tradicional) é hoje possível estruturar formas de intervenção sociopolítica de novo tipo, criando redes ou cadeias de denúncia e contestação – a partir de modalidades de construção ficcionada da identidade colectiva, como, por exemplo, as chamadas cyber-identidades – passíveis de promover com sucesso a emergência de novos sujeitos de protesto e de contestação ativa. Muitas revoluções e protestos sociais ao longo da história começaram por movimentos de carácter disperso e espontâneo baseados nesse tipo de elementos (Skocpol, 1985).

Por outro lado, sabe-se como, à medida que os movimentos se vão expandindo e ganhando força, à medida que se afirmam as suas lideranças, à medida que se estruturam as suas bases organizativas e orientações ideológicas, tende do mesmo passo a reforçar-se a componente formal e, por isso, as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais caminham geralmente de par com o apagamento das suas lutas.

Ora, no caso dos sindicatos – em especial o velho sindicalismo operário –, sujeitos de tão diversas e profundas transformações sociais, eles foram (em particular no caso europeu) cooptados ao longo da segunda metade do século XX, revertendo-se a mobilização combativa em crescente institucionalização, burocratização. Paradoxalmente ou não, o certo é que a elevação a "parceiros de

Configuracoes 9.indb 91 09-05-2013 16:39:11

diálogo" se foi aos poucos traduzindo na crescente fragilização (tanto no que se refere à capacidade de acção coletiva quanto no que concerne aos níveis de filiação das suas bases).

No período mais recente, é sobretudo a multiplicação das formas de prestação de serviços e de condições de trabalho de características precárias que vêm acentuando a dependência e a fragilidade do sindicalismo e dos trabalhadores, em especial os segmentos mais jovens e menos qualificados (Beck, 2000; Paugam, 2000). Todavia, os problemas por que vêm passando os sindicatos nas últimas três ou quatro décadas devem-se também a responsabilidades que lhes são próprias. A questão da democracia interna, a resistência à renovação das lideranças e as dificuldades de manterem uma permanente ligação às bases – nomeadamente aos sectores mais frágeis, como os jovens, as mulheres, os imigrantes, e mesmo os desempregados ou em regimes de trabalho com os falsos recibos verdes – constituem alguns dos obstáculos que se colocaram à revitalização do sindicalismo.

Nos últimos anos, com o triunfo do neoliberalismo, os sindicatos tornaram-se ostensivamente alvo de sucessivos ataques por parte do poder económico e político (inclusive mesmo os governos socialistas e sociais democratas da Europa) e criou-se na esfera pública um estigma anti-sindical. Por isso, o sindicalismo se queixou, com razão, de se pretender o regresso aos tempos "satânicos" de Marx. É isso que tem vindo a ser promovido pelo capitalismo de hoje numa escala global, e cujas principais vítimas se localizam no hemisfério Sul e no continente asiático. As pressões do mercado e da economia global deixaram aos sindicatos uma estreita margem de manobra.

Com a intensificação da crise, o aumento do desemprego e a reestruturação da Administração Pública – leia-se flexibilização dos despedimentos, aposentação compulsiva e privatização –, cujo impacto mais visível se fez sentir, no caso português, em sectores como a educação e a saúde, nos últimos anos o sindicalismo tradicional voltou a assumir maior protagonismo, promovendo diversas passeatas e contestando ativamente muitas das políticas públicas naqueles domínios[3]. Em alguns dos momentos mais "quentes" da contestação sociolaboral foram novamente as estruturais tradicionais do sindicalismo português (com maior destaque para a CGTP) que dominaram a ação colectiva. Mas, como se pode facilmente compreender com a descrição de alguns dos principais movimentos e associações vocacionadas para o combate à precariedade no trabalho (adiante apresentadas), esses momentos de maior crispação

[3] Tendo, em alguns casos, contribuído fortemente para mudanças políticas, como aconteceu com a substituição da ex-ministra da educação Maria de Lurdes Rodrigues, que no segundo governo Sócrates cedeu o lugar a Isabel Alçada, personificando um estilo e uma postura completamente diferentes da anterior ministra que tinha sido um constante foco de polémica e de protesto por parte dos sindicatos deste sector. O que de resto também já acontecera, anos antes, com o antigo ministro da Saúde (Correia de Campos), embora neste caso contassem sobretudo os protestos das populações locais onde as infraestruturas como serviços de urgência e outras unidades de saúde de cidades do interior estavam a ser ameaçadas de encerramento.

Configuracoes 9.indb 92 09-05-2013 16:39:11

contra o poder instituído (nomeadamente na área da educação), como as grandes manifestações de professores, mobilizaram conjuntamente as velhas e as novas estruturas e associações do campo laboral.

No entanto, é necessário não esquecer que o esforço de actualização por parte das estruturas sindicais tem sido diminuto e insuficiente para responder aos problemas do mundo laboral. Nas últimas décadas, enquanto a economia e os mercados deixaram de estar confinados a fronteiras, o movimento sindical revelou grandes dificuldades em agir para lá do âmbito nacional (e muitas vezes sectorial). A globalização revelou-se contraditória e gerou efeitos paradoxais, justapondo lógicas globais e locais. Expressão dessas contradições foi a onda de movimentos sociais da viragem do século que se reclamaram de "alter-globalização". Os repetidos protestos desencadeados desde a cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle , em 1999, que culminaram com os encontros do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre e noutras cidades, os protestos da juventude francesa em 2005, da Grécia em 2008, ou mesmo as acções do movimento *MayDay* e dos FERVE, em Portugal, revelaram alguns aspectos inovadores e as potencialidades que podem retirar-se das novas redes do ciberactivismo que eles protagonizam (Estanque, 2009).

Fica, portanto, claro que as transformações sociais das últimas décadas e seus impactos no plano do emprego introduziram um maior grau de complexidade na esfera produtiva e acrescentaram dificuldades à organização sindical. Olhando para os contornos da conflitualidade ou para as atuais condições de negociação, facilmente se constata que o poder patronal tem procurado aproveitar-se da situação de crise para impor mais e mais reformas de viés liberal. O emprego criado e os novos contingentes de jovens universitários que entram no mercado de trabalho ocorrem em condições de extrema precariedade (Antunes, 2006).

Vem a propósito recordar que a precariedade laboral se assume no caso português sob duas modalidades principais. Os contratos a prazo (ou a termo certo) e a fórmula dos "Recibos verdes" – forma que foi popularizada para definir as situações de prestação de trabalho independente –, que abaixo será abordada. Quanto aos contratos a prazo, Portugal tem atualmente a terceira maior taxa da UE a 27 (com 22%), a seguir à Polónia (25,4%) e à Espanha (25,4%). Para agravar essa situação, sabe-se que nas camadas etárias mais jovens (até aos 24 anos) mais de metade trabalha sob condições precárias, além de que são também eles os mais afectados pelo desemprego (Eurostat, 2010). Estes dados vêm reiterar a indicação de um estudo recente do Banco de Portugal, que já tinha concluído que, em cada dez empregos criados, nove são precários e raras vezes se convertem em permanentes.

Configuracoes 9.indb 93 09-05-2013 16:39:11

5. Novos atores sociolaborais[4]

5.1. FERVE – Fartos d'Estes Recibos Verdes.

O FERVE foi fundado em Março de 2007. Surgiu no Porto, mas a sua acção nunca se circunscreveu apenas a esta cidade. Define-se como um grupo de trabalho cuja ação se desdobra em duas vertentes: a primeira é a criação de um espaço de partilha e de denúncia de situações de trabalho que configurem a utilização indevida de «Recibos verdes»[5], acabando dessa forma com o isolamento a que estes trabalhadores se encontram votados. A segunda é a promoção de um debate alargado acerca do trabalho precário de forma a retirá-la da invisibilidade, inserindo-a no discurso social, político e mediático. Em traços gerais, este movimento pretendeu chamar a atenção para combater o carácter permanente dos "falsos recibos verdes" que, originalmente, eram vocacionados para a prestação de serviços (portanto, ocasionais ou de duração limitada) e dirigidos a trabalhadores autónomos (que não obedecem a hierarquias, estabelecem o próprio horário e possuem local de trabalho próprio) e, em particular, aos profissionais liberais. Consciencializar os trabalhadores de que se encontram submetidos a uma situação irregular e são alvo de "chantagem" com base na grave situação económica do país foi um dos principais objectivos que esteve na base das suas acções. Pretendeu-se unir diversos segmentos da força de trabalho numa "plataforma de luta alargada e unida na defesa dos direitos laborais" contra a passividade e conivência do Estado com esta situação e a impunidade daqueles que constantemente subvertem as regras. Embora os objectivos iniciais fossem modestos, o seu percurso, e a visibilidade que o grupo adquiriu, nomeadamente através da atenção que mereceram da parte dos grandes meios de comunicação de massas, ultrapassou em larga medida as expectativas colocadas pelos seus criadores.

O funcionamento deste movimento constitui um exemplo típico do chamado "ciberativismo". Os primeiros passos que deram foram a construção de um blogue e de um endereço de correio electrónico (cuja lista de contactos tem vindo a crescer significativamente) com o objectivo de proporcionar a partilha

[4] Este tópico foi elaborado a partir de um Dossiê de autoria de Dora Fonseca (2010). Além dos grupos aqui referidos foram ainda identificados neste documento mais algumas estruturas com características semelhantes, tais como: Plataforma dos Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual (PIEA); APRE! (Activistas Precários); Maldita Arquitectura.

[5] Desde o início dos anos oitenta foi regulamentado o estatuto do "Trabalhador independente", que, como o nome indica, se refere a um "recibo" (devidamente registrado nas finanças). Embora o regime de recibo verde fosse concebido para trabalhos pontuais, em Portugal começou a generalizar-se o recurso a esse tipo de prestação, desde os anos 80, como forma de contornar o direito do trabalho e facilitar o despedimento. Daí surgiram os chamados "falsos recibos verdes", isto é, situações em que o mesmo trabalhador permanecia trabalhando para a mesma entidade (e poupando os encargos às empresas) durante anos. Formalmente essa situação ilegal verifica-se sempre que o trabalhador obedece a uma hierarquia dentro da empresa, cumpre um horário de trabalho por esta estipulado, exerce a atividade nas instalações da empresa e usa as ferramentas de trabalho fornecidas pela mesma. Este expediente, juntamente com os contratos a prazo, contribuiu para aumentar o volume de assalariados em situação de trabalho precário.

Configuracoes 9.indb 94 09-05-2013 16:39:11

de experiências na primeira pessoa, tendo recentemente aderido ao *Facebook*, o que lhes permite a divulgação de informação e iniciativas, e obter respostas em tempo real. O blogue[6] é a sua interface principal e, juntamente com a lista de contactos, tem revelado ser uma ferramenta fundamental para a mobilização em momentos chave do seu percurso[7]. Uma das suas grandes vantagens é a de permitir a partilha de experiências na primeira pessoa (com a possibilidade de manter o anonimato), ao mesmo tempo que contribui para a construção de um espírito de grupo. A leitura dos testemunhos e relatos publicados permitem uma identificação em torno do seu principal traço de união: o vínculo contratual precário. Mesmo não existindo uma partilha directa de experiência profissional, esta permuta cruzada de vivências ajuda sem dúvida à consciencialização individual e colectiva acerca da realidade profissional em que se encontram inseridos. Este tipo de expedientes, apesar de ocorrerem numa zona por assim dizer "privada", ou de construção de subjectividades fictícias, mais até do que através da via presencial, contribuem para que a opinião individual ganhe solidez. Se é verdade que não é na intimidade de cada um que se forjam as revoluções, o certo é que, no século XXI, a revolução digital permite que, no silêncio do quarto de cada um, todas as inibições, complexos e estigmas sejam esbatidos. E é isso que estimula as pulsões de liberdade e de partilha que irradiam através do ciberespaço. Assim, a identificação com o grupo atenua o sentimento de isolamento do trabalhador e estimula a tomada de consciência de que ele não é um caso isolado, antes se insere num quadro mais alargado de ilegalidade e injustiça social. Trata-se de uma espécie de identidade ficcionada e "hiperreal", que pode ter consequências práticas inquestionáveis e um forte impacto sociopolítico na esfera politica (Ribeiro, 2000; Waterman, 2002).

A relação que o movimento mantém com os *media* foi e é muito importante. Aquando da sua fundação, o FERVE enviou um comunicado para a Agência Lusa que motivou reacções imediatas, entre as quais o contacto da RTP para a realização de uma reportagem sobre a matéria. A reacção da comunicação social foi surpreendente e rapidamente passaram de um cenário de não reconhecimento (em que eram questionados sobre a seriedade do movimento) para uma atitude de respeito pela actividade desenvolvida. Com regularidade passou a ser solicitada a sua cooperação para a realização de reportagens e artigos sobre precariedade laboral por parte da comunicação social nacional e também internacional. Esta cooperação com a imprensa e o audiovisual tem-se reve-

[6] http://fartosdestesrecibosverdes.blogspot.com

[7] São destacados dois momentos em que estas ferramentas foram essenciais: a petição para ser entregue na Assembleia da República, solicitando a neutralização dos "falsos" recibos verdes, foi fundamentalmente divulgada através do blogue e da lista de contactos, podia ser descarregada a partir destes, impressa e posteriormente enviada para um apartado criado para o efeito ou então subscrita *online* (dessa forma foram conseguidas 5257 assinaturas válidas); na sequência das multas emitidas em Dezembro de 2008 pelo MFAP (Ministério das Finanças e Administração Pública), a posição do FERVE e a divulgação que fez da matéria através destes dois meios esteve na origem de uma onda de protestos que levou o Governo a recuar (as multas foram anuladas e o prazo da entrega do anexo em falta da referida declaração foi alargado).

Configuracoes 9.indb 95 09-05-2013 16:39:11

lado extremamente importante para a missão de dar visibilidade à realidade dos "falsos" recibos verdes. Como já mostraram os movimentos estudantis como o maio de 68, a comunicação social é uma das maiores "armas politicas" do nosso tempo, e saber usá-la é uma preocupação que acompanha as iniciativas do FERVE, pois, através desses meios, o poder político, as instituições públicas ou mesmo as empresas são muitas vezes pressionados e obrigados a recuar nas suas posições. As peças televisivas e reportagens em que a porta-voz do movimento é entrevistada são cada vez mais frequentes, o que é ilustrativo da projecção que adquiriram.

O FERVE marcou presença no Protesto Geral de 29 de Maio de 2010 convocado pela CGTP. Na sequência do Plenário Nacional de Sindicatos a 15 de Maio foi anunciada a realização de uma Grande Manifestação Nacional no dia 29 de Maio em Lisboa, que pretendeu, simultaneamente, ser e construir um momento alto da contestação às políticas introduzidas pelo governo e consideradas injustas e violentas, e exigir um novo rumo para o país em que os trabalhadores estejam no centro das prioridades bem como da acção política. O acontecimento foi assinalado pela presença plural de inúmeras organizações da sociedade civil, desde partidos políticos, sindicatos a outros movimentos de cariz mais informal.

5.2. O *MayDay*

O *MayDay* pretende promover a consagração do dia 1 de maio como um dia de acção contra a precariedade laboral. Tal como o indica o significado da expressão (pedido de socorro, de ajuda, ou, mais concretamente, é a formulação de um pedido internacional de ajuda face aos efeitos da globalização neoliberal), tem por objectivo chamar a atenção para esta questão e expressar o descontentamento de todos aqueles que se sentem afectados pelas situações de precariedade tais como a imigração ilegal, o trabalho em regime clandestino, o tráfico internacional de mão-de-obra, etc., cujo impacto e denúncias se vêm repetindo no território europeu. Celebra-se no dia 1 de maio e é promovido na tentativa de actualizar o Dia do Trabalhador.

Os protestos promovidos por este movimento são sobretudo dirigidos ao poder político, que acusam de uma atitude passiva e permissiva perante estes problemas, e resulta do ativismo de uma rede de grupos feministas, anti-capitalistas e contra a precariedade laboral que se vem expandindo na Europa. Para além dos movimentos que se encontram na base do processo, o *MayDay* acolhe a participação de todos aqueles que quiserem dar um contributo, reunindo um conjunto de pessoas bastante heterogéneo[8]. A criação desta rede transeuropeia encontra-se

[8] Os grupos que fazem parte da rede *EuroMayDay* encontram-se disseminados por toda a Europa e estão presentes nas seguintes cidades: Amesterdão, Barcelona, Berlim, Bremen, Copenhaga, Den Bosch, Estocolmo, Genebra, Gent, Gornja Radgona, Hamburgo, Hanau, Helsínquia, L'Aquila, León, Liége, Lisboa, Londres, Ljubljana, Málaga, Maribor, Marselha, Milão, Nápoles, Palermo, Porto, Sevilha, Terrassa, Tubingen, Viena e Zurique. A partir de 2006, a rede estendeu-se para além do território europeu

Configuracoes 9.indb 96 09-05-2013 16:39:11

profundamente enraizada na acção dos movimentos anti-globalização, e baseia-se na ideia de que a luta anti-capitalista deve ultrapassar o âmbito restrito do sindicalismo e da luta pelos direitos dos trabalhadores, abrangendo outras questões que se prendem com a "mercantilização da vida".

O *MayDay* não se restringe, porém, à participação na parada no dia 1 de maio em cada ano. É, simultaneamente, um ponto de encontro e de partida. Não se trata de um acontecimento por si só, mas antes de um processo de mobilização contínuo que, de ano para ano, se expande e diversifica. Este processo, que culmina na realização da parada, desenrola-se durante os meses que a antecedem (normalmente inicia-se em Fevereiro), envolve a realização de acções de divulgação – debates, demonstrações públicas criativas, distribuição de *flyers,* venda de artigos de propaganda para angariar fundos, etc. – e a realização de assembleias de carácter público em que, em conjunto, são tomadas todas as decisões relativas às acções e ao curso que o processo de mobilização segue. O c*iberactivismo* é, também neste caso, um elemento fundamental à dinâmica e à forma como se processa a mobilização, já que envolve milhares de pessoas em diferentes cidades de diversos países. Sem a utilização em massa das novas tecnologias de informação seria praticamente impossível sincronizar as acções dos diferentes grupos envolvidos.

A primeira parada *MayDay* ocorreu em Milão em 2001, estendeu-se a Barcelona em 2004 e a várias cidades por toda a Europa em 2005, formando-se a partir desse momento a rede *EuroMayDay*. Estima-se que o número de participantes aumentou de 5.000 pessoas em Milão em 2001 para 50.000 em 2003, e 100.000 em 2004 (Milão e Barcelona juntos). Em 2005, cerca de 200.000 pessoas participaram em manifestações e acções *EuroMayDay*, principalmente na Europa Ocidental. Em 2006, apesar de alguns grupos terem desistido do processo, o número de cidades participantes cresceu ao ponto de as paradas *MayDay* envolverem cerca de 300.000 pessoas no conjunto das vinte cidades Europeias aderentes.

A criação do *MayDay* surgiu na sequência do Movimento Anti-Globalização, que consideraram a insuficiência do Fórum Social Europeu. As suas acções, na vertente específica de combate à precariedade, remontam a 2000 e têm como marco as greves dos trabalhadores *part-time* da Pizza Hut e do McDonald's que ocorreram no Inverno desse ano. Estas mobilizações deram origem à primeira rede direccionada para o combate à precariedade em solo europeu – a *Stop Précarité*. Esta tem ligações com a AC! (Agir contre le Chômage), CGT (Confédération Général du Travail), SUD, CNT (Confederación Nacional del Trabajo), Trotskystes e com outros elementos da esquerda radical francesa. Apesar desse momento "fundador", as suas raízes podem ser seguidas até ao final dos anos 1990, altura em que começam a ser organizadas as Marchas Europeias contra o desemprego, a precariedade e as exclusões (*Marches européennes contre le chômage, la précarité*

e passou a marcar presença em Tóquio (a primeira cidade "extra-europeia"), Fuchu, Fukuoka, Quioto, Machida, Sapporo, Sendai, Toronto e Tsukuba.

et les exclusions). Tratou-se de uma plataforma de associações que fundaram uma rede europeia que procurou resistir à tendências dominantes e lançar uma contra-ofensiva aos avanços do neoliberalismo. Como resultado, em 1997 foi organizada a primeira marcha, que juntou 500 pessoas em Amesterdão numa manifestação por um Tratado da União Europeia mais justo que o Tratado de Amesterdão.

A partir desse momento sucedem-se as manifestações nas grandes cidades europeias, normalmente por altura das edições do Fórum Social Europeu, em que as reivindicações feitas giram em torno de uma Europa Social mais justa. Para além dos referidos, outros movimentos têm desempenhado um papel central na organização do *MayDay* a nível europeu. Destacam-se os *Intermittents* (França) e os *Chainworkers* (Itália). Ambos apresentam grandes semelhanças com movimentos que operam em Portugal, podendo por isso falar-se da existência de um "embrião" de acção colectiva comum.

5.3. Precários Inflexíveis (PI)

Os Precários Inflexíveis (PI) surgiram na sequência da primeira experiência do *MayDay* em Lisboa, em 2007. Do colectivo que se juntou com o objectivo de mobilizar os trabalhadores precários nasceram os PI. A sua constituição serve o objectivo de dar continuidade ao trabalho realizado no âmbito do *MayDay* em 2007 e pretendeu dar resposta ao vazio existente no que diz respeito a grupos que se propusessem suscitar a discussão em torno da precariedade e a empreender acções para combatê-la. Propunham-se a "trilhar" um caminho semelhante ao FERVE (que os precedeu em escassos meses), optando, no entanto, por um enfoque mais alargado e voltado para as múltiplas faces da precariedade. Actuam preferencialmente na região de Lisboa, muito embora participem em iniciativas por todo o país.

Mais uma vez, as plataformas e redes informáticas presidiram ao nascimento deste movimento. O blogue dos PI[9] foi o primeiro ponto de contacto com a sociedade civil e desempenha um papel central na dinamização de todas as suas acções. Ficou *online* em 18 de Julho de 2007 e no primeiro *post* o Manifesto Precário[10] definem-se como "precários no emprego e na vida", denunciam a presença da precariedade em todos os sectores – desde o privado à administração pública – e a invisibilidade a que se encontram votados. Segundo o texto inicial, pretendem "reinventar a luta", o que significa que na génese da sua formação está o facto de as formas tradicionais (referindo-se às estratégias sindicais) carecerem de adequação ao contexto actual. As palavras de ordem são apelativas e reveladoras da

[9] http://www.precariosinflexiveis.org/

[10] É um manifesto de apelo à acção, de forma a quebrar o silêncio sobre a questão e para que sejam tomadas medidas concretas. É dirigido a todos aqueles que de alguma forma vêem a sua vida ser afectada pela precariedade laboral.

Configuracoes 9.indb 98 09-05-2013 16:39:11

sua determinação para combaterem a situação – "precários sim, mas inflexíveis". Também este grupo segue tendências de grupos europeus, orientados para exaltar as experiências de auto-organização de trabalhadores. A sua motivação advém do sentimento de marginalização decorrente das políticas governamentais que, em nome da modernização e enquanto medidas para fazer face à grave crise económica em curso, conduzem ao agravamento da precarização do trabalho.

À semelhança do que acontece com os FERVE, as acções iniciais dos PI centram-se quase exclusivamente na divulgação e denúncia de situações de injustiça social e de ilegalidade. Os conteúdos presentes no blogue variam entre a publicação de informação divulgada nos órgãos de comunicação social (notícias de jornais, peças televisivas e reportagens transmitidas nas rádios), testemunhos de "vidas precárias", artigos de opinião escritos por cidadãos comuns e vídeos que registam as acções do movimento. A inclusão de *posts* com vídeos de acções na estrutura do blogue é uma estratégia destinada a mobilizar pessoas externas ao movimento. Todas as convocatórias para assembleias e para a realização de acções públicas são também publicadas no blogue de forma a obter uma divulgação mais ampla e a captar novos participantes.

Os PI empreendem com grande regularidade acções "de rua" e o contacto "cara a cara" é visto como essencial. Consideram que a dimensão do contacto directo não deve ser menosprezada apesar da *internet* constituir uma ferramenta fundamental para a sua estratégia. A facilidade em realizarem "acções de rua" prende-se com a existência de um "núcleo duro" que se tem mantido estável desde a sua formação.

6. Conclusão: sindicatos *versus* movimentos

Apesar do sindicalismo apenas tímida e pontualmente se ter envolvido em iniciativas conjuntas com estes grupos, o actual contexto apresenta-se propício a novos desafios, quer para o (velho) movimento sindical quer para os novos movimentos sociais. Diversos autores e académicos têm realçado a necessidade de se criarem novas alianças e dinâmicas internacionalistas, como condição para revitalizar o sindicalismo perante as preocupantes desigualdades e injustiças que se acentuam em todos os continentes, alegando que a globalização do capital exige respostas igualmente globalizadas ou transnacionais por parte das suas vítimas, isto é, os sectores mais dependentes e precários que as fracções emergentes da (nova) *classe capitalista transnacional* produzem, como se fossem "detritos" da (boa) globalização ou da "nova economia" (Sklair, 2001; Waterman, 2002; Estanque, 2007).

Embora as situações de precariedade remetam cada vez mais para problemas de contornos semelhantes à condição de hiperexploração do proletariado da era da Revolução Industrial, é pouco provável que o movimento sindical (tal como o conhecemos na Europa) consiga, por sua própria iniciativa, adaptar-se

Configuracoes 9.indb 99 09-05-2013 16:39:11

ao tempo presente e acompanhar as novas tendências de contestação dinamizadas pelos grupos e movimentos que aqui foram referidos.

A ausência de uma doutrina congregadora e de uma "utopia realista" ou "plausível" (como foi o socialismo até às primeiras décadas do século XX), aliada à perda de credibilidade do marxismo como ideologia revolucionária (perante o drástico falhanço do modelo soviético), deixaram "órfãos" muitos dos dirigentes do sindicalismo e do campo da esquerda, enquanto outros foram abertamente "canibalizados" pelo sistema e aderiram a ele, com maior ou menor entusiasmo.

As actuais redes de activismo transnacional só poderão fortalecer-se em aliança com um sindicalismo de novo tipo – um sindicalismo de movimento social global – orientado para a intervenção cidadã, que se estenda para além da esfera laboral; que passe das solidariedades nacionais para as transnacionais, de dentro para fora, dos países avançados para os países pobres; que não abdique da defesa dos valores democráticos, mas em que estes se alarguem à democracia participativa (nas empresas, escolas, cidades, comunidades, etc); que coloque as questões ambientais e a defesa dos consumidores, dos saberes e tradições culturais locais no centro das suas lutas e negociações; que resista ao capitalismo destrutivo através de um maior controlo do processo produtivo, dos circuitos de comercialização, dos investimentos e da inovação tecnológica; que negoceie e "imponha" as suas propostas no campo das políticas de formação e qualificação profissional; que pense os problemas laborais no quadro mais vasto da sociedade, da cultura ao consumo, do trabalho ao lazer, da empresa à família, do local ao global; que recoloque o trabalho – com todas as suas metamorfoses – no centro de um novo "contrato social" ou no ponto de partida para novas ações emancipatórias (Estanque, 2004 e 2009; Antunes, 2006).

Na verdade, esse é o tipo de sindicalismo que ainda não temos. Ele pressupõe uma estratégia ambiciosa que rompa com a prática de acomodação ao funcionamento burocrático em que o velho modelo sindical se deixou enredar. Tal combate exigiria uma reflexão mais profunda e uma atitude auto-crítica da parte das actuais lideranças e quadros sindicais. A questão é saber se os dirigentes formados no velho modelo nacional-industrial – sobretudo aqueles que devem mais obediência ao comité central de um partido do que aos trabalhadores que representam –, poderão vir a responder positivamente a estes desafios, abrindo espaço a uma verdadeira renovação, ou se deixarão definhar num sindicalismo já em acelerado processo de descredibilização.

Procurou-se com este texto estabelecer uma conexão entre o crescimento da precariedade e a fragmentação do trabalho, por um lado, e o surgimento de novos sinais de resposta e de rebeldia perante tais tendências. Por sua vez, as mutações no campo laboral revestem-se de profundas consequências no campo sindical, colocando os velhos sindicatos frente a frente com uma realidade que lhes exige capacidade inventiva e renovadora.

Configuracoes 9.indb 100 09-05-2013 16:39:11

A discussão que aqui se procurou desenvolver pressupõe a existência de uma estreita ligação entre o lado informal do trabalho e da economia e as condições com que os trabalhadores e suas formas de organização conseguem (ou não) responder coletivamente às dificuldades de uma classe que, além de fragmentada e em recuo, sofre agora com a intensificação da sua dependência. Na verdade, o trabalhador precário não apenas continua a ser o elo dependente e incapaz de negociar individualmente os seus direitos – pelo menos os seu segmentos mais precários – como é nas atuais condições colocado nos subterrâneos da informalidade e da ilegalidade. Além de oprimido e explorado, o trabalhador perdeu a sua voz e a sua visibilidade enquanto classe. Teremos de aguardar para saber se será capaz de voltar a erguer-se contra as novas injustiças.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo (2006) (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boi Tempo.

AUBENAS, Florence (2010), *Le Quai de Ouistreham*. Paris: L' Olivier.

BECK, Ulrich (2000), *Un nuevo mundo feliz: la precaridad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.

CABRAL, M. Villaverde e outros (orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça*. Lisboa: ICS.

CARMO, Renato Miguel do (org.) (2010), *Desigualdades Sociais. Estudos e Indicadores*. Lisboa: Observatório das Desigualdades/ Editora Mundos Sociais.

CASTEL, Robert (1998), *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Editora Vozes.

DIBBEN, Pauline (2004) "Social movement unionism", in Harcourt, Mark & Geoffrey Wood (eds.), *Trade Unions and Democracy*. Manchester: Manchester University Press, p. 280-392.

ESTANQUE, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjectividades e práticas e de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.

ESTANQUE, Elísio (2004), "A Reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global", in Boaventura S. Santos (org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, pp. 297-334.

ESTANQUE, Elísio (2007), "A questão social e a democracia no início do século XXI", *Finisterra – Revista de Reflexão Crítica*, vol. 55/56/57, pp. 77-99.

ESTANQUE, Elísio (2009), "Precariedade, sindicalismo e acção colectiva", in FERVE e APRE, *Dois Anos a FERVEr, - retratos da luta, balanço da precariedade*. Porto: Afrontamento/FERVE/ APRE, pp. 97-101.

EUROSTAT (2010), Relatório "Labour Force Survey", de 04/08/2010.

FERREIRA, António Casimiro (2009), *Da Sociedade Precária à Sociedade Digna: balanço da evolução social em Portugal 2003-2008*. Coimbra: CES, Relatório Preliminar.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2010) "Emprego dos licenciados universitários", in Carmo, Renato Miguel do (org.) *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*. Lisboa: Observatório das Desigualdades/ Editora Mundos Sociais, pp. 181-190.

JONES, Gareth Stedman (1989), *Languages of Class. Studies in English working class history 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press.

FONSECA, Dora (2010), "Dossier movimentos de trabalhadores precários em Portugal e rede MayDay". Coimbra: FEUC/CES, *working paper*.

LANÇA, Florival (2010), *Inter Nacional*. Lisboa: Profedições.

LOUÇÃ, Francisco e CALDAS, José Maria Castro (2009), *Economia(S)*. Porto: Afrontamento.

MELUCCI, Alberto (1996), *Challenging Codes. Collective Action In The Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press.

PAUGAM, Serge (2000), *Le Salarié de la Précarité*. Paris: Puf.
REIS, José (2009), *Ensaios de Economia Impura*. Coimbra: CES/Almedina.
RIBEIRO, Gustavo Lins (2000) "Política Cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual", in S. Alverez, E. Dagnino e A. Escobar, *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 465-502.
SAVAGE, Mike (2004), "Classe e história do trabalho", in Batalha, Claudio, *et al., Culturas de Classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, pp. 25-48.
SILVA, Manuel Carvalho da (2009), *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates.
SKLAIR, Leslie (2001), *The Transnational Capitalist Class*. Oxford/ Malden, Ma: Blackwell.
SKOCPOL, Theda (1985), *Estados e Revoluções Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
STIGLITZ, Joseph (2004), *Rumo a um Novo Paradigma*. São Paulo: Francis.
THOMPSON, E. P. (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
TILLY, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*. Addison/Mass: Wesley Publishing Company.
WATERMAN, Peter (2002), "O internacionalismo sindical na era de Seattle", *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 62. Coimbra; CES, p. 33-68

Referências Electrónicas

(in Dora Fonseca, "Dossier movimentos de trabalhadores precários em Portugal e rede MayDay". Coimbra: FEUC/CES, 2010, working paper).
ABIC, disponível em: http://www.abic-online.org [consultado em:23-01-2012]
Fartos destes recibos verdes, disponível em: http://fartosdestesrecibosverdes.blogspot.com [consultado em: 23-01-2012]
Intermitentes, disponível em: http://intermitentes.blogspot.com/[consultado em: 23-01-2012]
Precários inflexíveis, disponível em: http://www.precariosinflexiveis.org/[consultado em: 23-01--2012]
Libcom, disponível em: http://libcom.org/library/middlesex-declaration-precariat [consultado em: 23-01-2012]
Mayday Lisboa, disponível em: http://www.maydaylisboa.net/[consultado em: 23-01-2012]
Mayday Coimbra, disponível em: http://maydaycoimbra.blogspot.com/[consultado em: 23-01--2012]
Mayday Porto, disponível em: http://maydayporto.blogspot.com/http://maydaycoimbra.blogspot.com/[consultado em: 23-01-2012]
Mayday Lisboa 2009, disponível em: http://maydaylisboa2009.blogspot.com/[consultado em: 23-01-2012]
Mayday Lisboa, disponível em: http://maydaylisboa.blogspot.com/[consultado em: 23-01-2012]
Mayday Lisboa, disponível em: http://2007mayday.wordpress.com/[consultado em: 23-01-2012]
Euromayday, disponível em: http://www.euromayday.org [consultado em: 23-01-2012]
AC, disponível em: http://www.ac.eu.org/[consultado em: 23-01-2012]
Chainworkers, disponível em: http://chainworkers.org/[consultado em: 23-01-2012]
Confidencial, disponível em: http://rrhh-confidencial.blogspot.com/[consultado em: 23-01-2012]
EuroMayday, disponível em: http://be.euromayday.eu/2007/index.html [consultado em: 23-01--2012]
EuroMayday, disponível em: http://www.euromayday.org/[consultado em: 23-01-2012]
Genaration Precaire, disponível em: http://www.generation-precaire.org/[consultado em: 23-01--2012]
Il manifesto, disponível em: http://mir.it/servizi/ilmanifesto/call/[consultado em: 23-01-2012]
Sindominio, disponível em: http://www.sindominio.net/karakola/precarias.htm
http://telekemados.blogspot.com/[consultado em: 23-01-2012]

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 103-119

"Estou aqui por recear o meu futuro" Juventude, precariedade e protesto

José Soeiro

Resumo

Os processos de precarização do trabalho são um elemento fundamental da "grande transformação" em curso no regime do capitalismo (Castel, 2009). Em Portugal, esses processos assumem características particulares e têm uma incidência forte na juventude. A inserção laboral dos jovens caracteriza-se por ser longa, penosa e complexa, configurando a emergência de uma "geração *low cost*". Estas mudanças criam também novos segmentos de classe e uma juventude crescentemente escolarizada, cujo abismo entre expectativas e oportunidades pode ser gerador de ressentimento e revolta. Tomando como pretexto o protesto da "Geração à Rasca", este artigo pretende avançar elementos para compreender o fenómeno.

Palavras-chave: precarização, trabalho, juventude, ação colectiva

1. O arrepio Deolinda e a "geração perdida"

No dia 23 de Janeiro de 2011, no Coliseu do Porto, o grupo musical português Deolinda[1] apresentava, no final de um concerto que havia enchido a sala, um tema novo que de imediato provocou uma reação emocionada e entusiástica do público: "Parva que Sou". Nos dias que se seguiram, o vídeo dessa música[2], colocado no *youtube* por uma das pessoas que assistiu ao espetáculo, atingiu

* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/CES (ziro_s@yahoo.com)

[1] Os Deolinda são um projeto musical português, nascido em 2006, com três álbuns editados até ao presente. O segundo disco do grupo, intitulado "Dois Selos e Um Carimbo", cujo *single* de apresentação, tendo por tema "Um Contra o Outro", gozou de um enorme sucesso. Com "Parva Que Sou", a música dos Deolinda ganhou um inesperado protagonismo não apenas na cena musical mas também no campo social e político.

[2] Disponível em *www.youtube.com/watch?v=f8lo82tXbWU&feature=player_embedded*

Configuracoes 9.indb 103 09-05-2013 16:39:11

dezenas de milhar de visualizações. Transformando-se num fenómeno viral, a canção, partilhada incessantemente nas redes sociais, provocou um debate público intenso sobre o emprego dos jovens, a generalização da condição precária e os contornos da vivência juvenil no nosso país. "Parva que Sou" inspirou ainda a convocação de uma manifestação "laica, apartidária e pacífica", organizada a partir de um evento de *Facebook*, criado por quatro jovens que pareciam personificar a situação descrita pela música. Esse protesto viria a acontecer em mais de uma dezena de cidades, juntando cerca de 300 mil pessoas em Lisboa e 80 mil no Porto, segundo os organizadores.

Cerca de um mês antes do concerto do Coliseu, num outro ponto do mundo, um jovem trabalhador precário, Mohamed Bouazizi, vendedor ambulante de 26 anos, ateava fogo a si próprio em desespero. Depois de não conseguir licença para trabalhar na rua e de, em função disso, ser assediado pelas autoridades tunisinas, a quem não conseguia continuar a pagar os subornos, acabou por ter a sua mercadoria e a sua balança confiscadas. O fogo não o matou nesse dia e o seu exemplo, que se tornou notícia, inspirou protestos e outras ações idênticas na Tunísia. Bouazizi acabaria por morrer a 4 de Janeiro – mas o regime de Ben Ali tinha também os dias contados.

Entre o concerto do Coliseu e o protesto da Geração à Rasca[3], que aconteceu a 12 de Março, houve um outro acontecimento que se difundiu pelo mundo árabe e pela Europa. As imagens do protesto dos egípcios contra a ditadura, muitos deles jovens e insatisfeitos não apenas com a repressão mas com o desemprego e a precariedade no seu país, correram mundo. Esse movimento, aparentemente espontâneo, aparentemente sem partidos ou sindicatos por detrás, seria o prelúdio da uma revolução cujos resultados ainda não são evidentes e cujos impactos ultrapassaram em muito o Egito[4].

Menos de dois meses depois da primeira ocupação da praça Tahrir, teve lugar em Portugal uma das maiores manifestações da nossa história recente, a da "Geração à Rasca". A precariedade dos jovens, mas também as críticas às instituições políticas e económicas, ocuparam nesse dia a rua e foram objeto de debate e de confronto entre discursos, representações e leituras da realidade contrastantes. O restante período do ano de 2011 foi rico em mobilizações sociais que "partiram à reconquista do espaço público, mediático e político"

[3] A manifestação da "Geração à Rasca" foi um protesto que teve lugar no dia 12 de março de 2011, iniciado por quatro jovens – Alexandre Carvalho, António Frazão, João Labrincha e Paula Gil – através de um evento do Facebook difundido profusamente por meio das redes sociais. No manifesto que o convocou, a condição desta "geração" era identificada através das seguintes categorias: "desempregados, 'quinhentoseuristas' e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal". O protesto servia, segundo o mesmo documento, "para que todos os responsáveis pela nossa atual situação de incerteza – políticos, empregadores e nós mesmos – atuem em conjunto para uma alteração rápida desta realidade, que se tornou insustentável".

[4] Para uma análise crítica dos processos que tiveram lugar na Tunísia e no Egito, bem como do efeito de contaminação que produziram, cf. Youssef Seddik (2011), *Unissons-nous. Des révolutions árabes aux indignés*. La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube.

Configuracoes 9.indb 104 09-05-2013 16:39:12

(Davis, 2012), das acampadas dos *Indignados* em Madrid ou Barcelona (Taibo, 2011; Viejo, 2011) ao movimento *Occupy* nos Estados Unidos (que se estendeu bem para além de *Wall Street*)[5], dos tumultos ingleses às manifestações na Grécia ou ao protesto dos jovens pelo direito à habitação em Israel. A praça, a rua e a figura do manifestante voltaram ao centro da política.

No relatório sobre as tendências do emprego para a juventude publicado em 2011 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), esta agência refere-se aos jovens de hoje como uma "geração perdida". Com a generalização de formas precárias de emprego, com taxas de desemprego jovem a rondar os 25% no Norte de África e os 18% na Europa (41,6% em Espanha), com a disseminação da pobreza assalariada (onde os jovens surgem de forma desproporcionada: 23,5%) e com os jovens a constituírem já a maioria dos desempregados de longa duração, a OIT salienta que os protestos que em 2011 tiveram lugar no Norte de África mas também em Espanha, Inglaterra ou Grécia, encontram aqui a sua raiz fundamental (OIT, 2011: 3-6). Com efeito, como destaca o mesmo documento, têm sido os jovens a pagar o preço mais alto em termos de emprego ao longo da crise que se instalou desde 2008 e isso justifica que "se sintam desanimados sobre o futuro" e até "irritados" e "violentos" (idem: 6). Um ano depois, o mesmo organismo apontava a extensão do desemprego juvenil a 75 milhões, enfatizando que "muitos jovens estão encurralados" num tipo de trabalho que "não corresponde às suas aspirações e frequentemente não oferece oportunidades de transição para posições mais permanentes, produtivas e bem remuneradas" (OIT, 2012: 8).

O desafio deste artigo é problematizar as origens e as dimensões deste fenómeno, concentrando-se sobre a realidade portuguesa. Tentaremos, primeiro, perceber como se insere a precarização na transformação do capitalismo. Depois, procuramos abordar os traços de uma tipicidade juvenil, rejeitando todavia a abordagem da "guerra geracional". Por último, deixamos algumas considerações sobre as experiências de ação colectiva que têm surgido.

2. Precariedade, a "grande transformação"

O desemprego estrutural e a precariedade instalaram-se como um regime permanente e como a tendência dominante de evolução do capitalismo (Castel, 2009: 54). É óbvio que a noção de precariedade é, muitas vezes, ambígua e comporta múltiplos sentidos. Kovács, por exemplo, tem chamado a atenção para a diversidade de trajetórias de flexibilidade de emprego (qualificante, precarizante transitória ou precarizante a longo prazo) e para a importância de ter em conta

[5] Noam Chomsky, um dos intelectuais mais marcantes do panorama crítico norte-americano, considerou o movimento *Occupy*, nascido em meados de janeiro no coração do distrito financeiro de Nova Iorque, como "a primeira resposta pública massiva a 30 anos de guerra de classe". Para uma análise interessante acerca dos impactos e dos desafios colocados por esta mobilização, cf. Noam Chmosky (2012).

Configuracoes 9.indb 105 09-05-2013 16:39:12

essa diferença (Kovács, 2005: 42-43). Outros, como Paugam (2000), têm procurado operacionalizar empiricamente o conceito, associando a noção de precarização quer às características do emprego e do seu vínculo jurídico, quer às condições técnico-materiais e à qualidade dos enquadramentos organizacionais do trabalho. Contudo, quando aqui recorremos à noção de precarização, ela pretende designar uma das tendências mais fortes da "grande transformação" (para retomar a expressão celebrizada por Karl Polanyi[6]) que está em curso no regime do capitalismo, que afeta as suas formas de produção, de troca e o seu modo de regulação (Castel, 2009).

A etapa do capitalismo que hoje atravessamos corresponde a um processo de reestruturação produtiva que ainda não encerrou o seu ciclo e que tem como base a necessidade do capital "garantir a acumulação, porém de modo cada vez mais flexível e compatível com a nova fase" (Antunes, 2008). Ao contrário do que historicamente caracterizou a fase anterior – o fordismo – a dinâmica deste novo regime do capitalismo é de remercantilização, descoletivização e reindividualização do trabalho. Ela manifesta-se no plano organizacional: individualização das tarefas, mobilidade, adaptabilidade dos trabalhadores, subcontratação, emagrecimento das empresas em pequenas unidades, intermitência, dispensa das convenções de trabalho. Mas exprime-se também no plano das trajetórias profissionais, que sofrem as consequências da desestabilização do emprego e da sua progressiva desinscrição em regulações colectivas, emergindo uma espécie de "modelo biográfico" (Beck, 1992) em que as carreiras se tornam mais fluidas e descontínuas. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que se exalta como nunca o sujeito, assiste-se à possibilidade de desqualificação do indivíduo pela ausência de recursos que permitam à maioria conduzir os seus projetos e fazer as suas escolhas.

A "grande transformação" de que vimos falando constitui uma mudança profunda da condição salarial, erodindo a forma hegemónica que assumiu sob o capitalismo industrial (Castel, 2009: 161). É provável que os jovens sejam hoje as principais vítimas dessa erosão, mas ela pretende-se global. Por outro lado, esta transformação tem significado também uma nova narrativa do capitalismo e dos seus dispositivos de legitimação ideológica e de justificação moral. Estes passam a assentar numa retórica em que a mudança e a mobilidade são salientadas de forma apologética como formas de libertação do indivíduo face a constrangimentos burocráticos. Como explicam Boltanski e Chiapello (1999) o "novo espírito do capitalismo" soube recuperar os termos da *crítica expressiva* que lhe eram dirigidos e apresentar-se com uma narrativa de libertação. Incorporou, distorcendo-as, as ideias de liberdade e de autonomia. O reforço da "autonomia" foi transformado em mais autocontrolo (trabalho em equipa, controlo informático...) e a menor segurança no trabalho apresentada como

[6] *A Grande Transformação* é aliás o título da obra mais conhecida de Karl Polanyi, publicada em 1944, e agora editada em Portugal (Polanyi, 2012).

Configuracoes 9.indb 106 09-05-2013 16:39:12

condição de "liberdade". O culto da *performance*, a exaltação da mobilidade e a emergência de um modelo conexionista são características maiores deste seu "novo espírito".

É interessante perceber ainda como, neste contexto, o trabalho é apresentado cada vez mais como uma série de infinitas atividades e cada vez menos como "emprego". Com efeito, assistimos hoje à apologia de uma sociedade de "plena atividade", sem que isso corresponda a uma sociedade de "pleno emprego". Como defende Castel (2009), existe simultaneamente um crescimento do não-emprego (situações que significam que as pessoas não terão oportunidade de regressar ao mercado de trabalho) e do subemprego (precário, informal); uma retórica de valorização do trabalho que o apresenta como um imperativo e como a única forma de respeitabilidade social; e uma estigmatização dos que não têm trabalho como "ociosos" ou "maus pobres" (veja-se em Portugal, por exemplo, o anátema sobre os beneficiários do Rendimento Social de Inserção[7]). Esses três factores combinados contribuem para o elogio de um futuro que se quer de "plena atividade", sem que haja uma política de "pleno emprego". Ou seja, a exaltação deste "novo espírito do trabalho" acaba por constituir uma fortíssima pressão para a aceitação de qualquer tipo de atividade, mesmo sem os direitos associados ao emprego (Castel, 2009: 118-119). A crise financeira iniciada em 2007/2008, e a sua transmutação em crise das dívidas soberanas, tem sido um pretexto para aprofundar este processo, particularmente nos países do Sul da Europa.

Em Portugal, as tendências de desenvolvimento que são comuns a todo o continente apresentam as particularidades de uma sociedade semiperiférica, em que uma modernização conservadora – que construiu muito recentemente as formas modernas de regulação e proteção laboral – é também marcada pelas políticas neoliberais dominantes nesta fase de globalização. Num conjuntura marcada pela intervenção da Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e União Europeia), a dinâmica de austeridade vem acentuar e acelerar este processo e a lógica de acumulação que lhe preside.

3. Portugal, sociedade complexa

De acordo com Estanque (2005), coexistem na estrutura produtiva e de relações sociais do nosso país lógicas pré-capitalistas com todo um segmento pós-fordista no mundo da produção e com a disseminação em peso das lógicas da sociedade de consumo. Combinam-se velhas desigualdades com a distribuição assimétrica de novos recursos e as contradições da nossa sociedade agudizam-se pelas impressionantes transformações de que foi alvo nas últimas décadas. Portugal assiste a uma *transição problemática* em que se ampliam e intensificam

[7] Cf., por exemplo, o trabalho desenvolvido por Eduardo Vítor Rodrigues (2010).

processos de estruturação das desigualdades, mais gritantes no contexto desta crise.

A mera consideração das tensões entre um pólo fordista e outro pós-fordista, dominante nas análises sociológicas produzidas nos países e sobre os países centrais da Europa, não chega para compreender a nossa estrutura produtiva e os conflitos que dela (não) emergem. Com efeito, o peso da economia informal e subterrânea e a persistência de traços característicos dos regimes pré-fordistas de organização do trabalho não são um mero resquício do passado, mas um factor estrutural e estruturante das relações económicas e sociais em Portugal, justamente responsáveis por uma parte não negligenciável das situações de subemprego e de emprego desprotegido e sem factores de satisfação e reconhecimento ao nível do seu conteúdo (Pinto, 2005). Esta desregulação *de facto* cria também verdadeiras zonas francas do direito laboral e é uma das "patologias da democracia laboral" em Portugal (Ferreira, 2009).

Entre os jovens, por exemplo, o trabalho informal ou clandestino é um fenómeno de larga escala (Guerreiro e Abrantes, 2007) – são os famosos "ganchos" e "biscates" (Pais, 2001). A precarização desenvolve-se assim, quantas vezes, por via da transgressão dos enquadramentos legais (como no caso dos estágios e dos "recibos verdes", que podem prolongar-se por décadas), num quadro social em que as condições de trabalho são já tradicionalmente precárias e marcadas por inseguranças e ilegalidades várias, o que tem um efeito direto na debilidade no acesso aos direitos associados ao trabalho e na difusão do medo de os reivindicar.

Kóvacs (2005), que dirigiu um estudo sobre a difusão do emprego flexível em Portugal, inserindo-o comparativamente no contexto europeu, defende que o nosso país tem características próprias que não devem ser ignoradas. Muito esquematicamente, as tendências do mercado de trabalho em Portugal, relativamente a esta questão, podem ser expostas do modo seguinte: um processo galopante de flexibilização, que contraria a retórica sobre a "rigidez" do nosso enquadramento legal ou que se faz à margem da regulação legal existente; uma proporção de contratos de duração temporária superior à média europeia, com uma tendência para a longa duração (ou seja, para substituírem tarefas desempenhadas em permanência e por trabalhadores com vínculo estável); o recurso ao trabalho independente como forma de externalizar certos postos de trabalho e de transferir os riscos para os trabalhadores, proliferando os chamados "falsos recibos verdes"; o aumento abaixo da média europeia do trabalho a tempo parcial, provavelmente devido aos baixos salários praticados no nosso país e à vantagem, para os empregadores, da flexibilização e da redução de custos por via de contratos a termo, trabalho independente e trabalho temporário[8]; o peso

[8] O trabalho temporário deve chegar hoje a cerca de meio milhão de trabalhadores no nosso país. Os números foram apresentados por Marcelino Pena Costa, presidente da Associação Portuguesa das Empresas do Sector Privado de Emprego (APESPE), ao jornal SOL na sua edição de 18 de Fevereiro de 2011, e indicam

Configuracoes 9.indb 108 09-05-2013 16:39:12

(diferenciado conforme as situações) das mulheres, dos jovens e dos menos qualificados nesta "via baixa" da flexibilização.

A par da precarização, as profundas mudanças ocorridas criaram também novos segmentos de classe e uma juventude crescentemente escolarizada cujas aspirações são moldadas pelas referências e pelos estilos de vida que constituem o modelo das sociedades de consumo. O abismo entre expectativas e oportunidades pode ser, assim, gerador de ressentimento e de revolta. No protesto do 12 de março, várias das mensagens dos participantes pareciam exprimir este sentimento: "porque é que os jovens não têm futuro em Portugal?", "queremos os postos de trabalho que disseram que íamos ter", "não quero continuar a viver à custa dos meus pais e trabalhar a recibos verdes, peço muito?", "não me obriguem a emigrar!", "estou aqui por recear o meu futuro", "um dia mando foder isto tudo e baldo-me daqui para fora", "eu quero ter a certeza e ainda só tenho 16 anos, o tempo que ando a estudar vai servir para alguma coisa?"[9].

4. "Tu nesse jogo vales tão pouco" a geração *low cost*

Se as várias formas de expressão artística constituem, desde sempre, um interessante objecto da sociologia não é apenas pelo que elas revelam sobre o estrito *campo artístico* (no sentido bourdiano) ou sobre os consumos culturais. É que a comunicação estética, que é a comunicação através dos sentidos, tem frequentemente a capacidade de sintetizar e de exprimir com particular eloquência as redes de sentido e representações que circulam numa dada sociedade. O fenómeno de "Parva que Sou", uma música cujo tom oscila entre a denúncia, o lamento e a indignação, parece ter conseguido captar elementos cruciais do que é hoje, para um importante segmento da nossa sociedade, a condição juvenil.

Em Portugal, a inserção laboral dos jovens caracteriza-se por ser longa, penosa e complexa. Inserção profissional difícil, trabalho desqualificado apesar da subida das habilitações, falta de correspondência entre qualificações e habilitações, precariedade e baixos salários, eis o que a define. De acordo com um estudo realizado em 2011, os jovens têm de esperar em média 20,4 meses desde que terminam a escolaridade até terem o primeiro trabalho com uma duração de pelo menos três meses (CIES/ CGTP-IN, 2011: 7-10)[10]. O tempo de inserção para um emprego permanente é em média 10 anos desde a saída da escola.

A multiplicação de baixos salários, de situações de estágios não remunerados (em particular em certas áreas qualificadas como o jornalismo, a arqui-

que em 2010 haveria 400 mil trabalhadores temporários. O aumento face a 2009 é de mais 300 mil trabalhadores, referentes a Empresas de Trabalho Temporário legais.

[9] Estas mensagens foram entregues no Parlamento e encontram-se disponíveis para consulta pública no arquivo do Presidente da Assembleia da República.

[10] No caso dos jovens com menos qualificações, esse período de espera alonga-se até aos 26 meses; no caso dos jovens licenciados, ele reduz-se aos 9,6 meses (CIES/CGTP, 2011).

tetura, entre outras) e de formas de *precariedade assistida pelo Estado,* entre formação e trabalho, permitem que se fale efetivamente numa "geração *low cost*" (Chauvel, 2008). Em Portugal, ela combina salários baixos – em 2011, mais de metade dos jovens empregados auferia um salário entre os 450 e os 600 euros e mais de 2/3 dos jovens recebia menos de 750 euros (CIES/CGTP-IN, 2011: 9) – com escassa proteção social. Quando a canção dos Deolinda refere uma "geração sem remuneração", é provavelmente disto que fala. De facto, em Portugal, cerca de 20% dos jovens vive em risco de pobreza.

Se seria eventualmente expectável que, dotados de maiores qualificações, os jovens pudessem estar menos expostos ao desemprego que os mais velhos[11], a realidade revela-nos o contrário. O desemprego entre os jovens é mais do dobro da taxa de desemprego geral (36,4% em julho de 2012, segundo o Eurostat[12]) e não existe uma tendência de aproximação entre as duas taxas. Os jovens são além disso, pela sua inserção precária no trabalho, mais vulneráveis ao ciclo económico. Na realidade, o desemprego de longa duração está a aumentar mais entre os jovens: na faixa etária entre os 25 e os 34 anos, mais de metade dos desempregados estava em 2011 sem trabalho há mais de um ano (CIES/CGTP-IN, 2011). Por outro lado, estão menos protegidos quando ficam sem trabalho – vínculos precários, situações de trabalho informal, "falsos recibos verdes" e carreiras contributivas curtas bloqueiam o acesso ao subsídio de desemprego.

Chauvel (2008) tem defendido a ideia de que os jovens são hoje vítimas de uma dupla desclassificação: (*i*) desclassificação do emprego, entendida como a ocupação de um emprego com uma remuneração inferior à que seria expectável dado o seu diploma escolar e (*ii*) desclassificação salarial, entendida como a quebra da remuneração dentro de uma mesma profissão ao longo dos anos (devido à restrição dos aumentos salariais nas últimas décadas e à perda efetiva de poder de compra). Estas desclassificações têm dimensões objetivas mas também dimensões subjetivas, que assumem por vezes grandes proporções. É o caso, por exemplo, da percepção por parte dos jovens mais escolarizados de que ocupam posições inferiores às expectativas decorrentes das que os seus estudos permitiriam almejar. Este fenómeno tem gerado uma desilusão dupla, face ao incumprimento das promessas quer do mundo de trabalho quer da escola. Alguns grupos sociais vivem com particular sofrimento esta situação, sob a forma de um pessimismo por antecipação, de uma ameaça latente, de um sentimento de ansiedade em relação ao futuro (Goux, Maurin, 2012: 29). Nos protestos da Geração à Rasca, esta realidade teve uma expressão significativa: "eu vim porque não quero andar a estudar para nada", "vim à manifestação porque sou estudante, vejo colegas meus a esforçarem-se para tirar o curso e chegam

[11] Em 2009/2010, 30,6% dos jovens em idade de frequentar o ensino superior frequentavam este tipo de ensino.

[12] Para o mesmo período, a taxa de desemprego em Portugal, segundo o Eurostat, era de 15,7%. Cf. em *http://epp.eurostat.ec.europa.eu*.

Configuracoes 9.indb 110 09-05-2013 16:39:12

ao fim e estão no desemprego", "estou aqui porque nos disseram que no futuro iríamos ser recompensados pelo estudo e agora somos obrigados a encontrar soluções fora do nosso país", "merecemos reconhecimento"[13]. Nos casos em que a formação é uma estratégia determinante para um percurso desejado de mobilidade ascendente, a frustração pode ganhar contornos mais fortes: "troco licenciatura por €", "porquê abrir vagas num curso que não terá saídas? Porque nos criam ilusões??? BASTA", "para estar desempregado não precisava de mestrado", referiam algumas das mensagens dos manifestantes do 12 de março. Trata-se, no fundo, de um efeito do paradoxo identificado pelos Deolinda, o de um "mundo parvo onde para ser escravo é preciso estudar".

Estas desilusões são enfrentadas pelos jovens com estratégias opostas: ou a acumulação de diplomas na esperança de que eles invertam o processo de desclassificação (*estudar para escapar a ser escravo*) ou a descrença total, mais ou menos profunda, no sistema de formação ("estudar para quê se não temos emprego?", perguntava-se num cartaz da manifestação) (Dubet, 2008: 353). Elas significam também um importante pano de fundo para a emergência do protesto e, até, para a possibilidade dos jovens se assumirem, num contexto muito particular como o que aconteceu em 2011, como os intérpretes de um descontentamento geral. Como argumenta Dubet (2008: 374), "por falta de perspectivas de futuro, as jovens gerações têm uma visão do mundo que se aproxima da das classes dominadas".

Apesar de ter uma correspondência com os dados, a força da canção dos Deolinda não estará tanto no facto de identificar as dificuldades do acesso ao trabalho mas sim no modo como exprimiu as consequências dessa precariedade laboral em termos de existência quotidiana, isto é, a forma como deu voz a uma "geração casinha dos pais" que "está sempre a adiar" os seus projetos. De facto, a inserção subalterna no mercado laboral compromete a autonomia e exige disposições marcadas pela necessidade de adaptação permanente, por um "novo contrato psicológico" baseado em compromissos de curto prazo (Lewis *et al*., 2002), que limita fortemente a emergência de preocupações coletivas e de projetos para além de um curto horizonte temporal.

De acordo com um estudo da Eurostat (2010), Portugal é um dos países onde a saída de casa dos pais se faz mais tardiamente – cerca de 60% dos jovens adultos entre os 18 e os 34 anos vivem na casa dos seus pais, enquanto que nos países nórdicos (Dinamarca, Suécia e Finlândia) essa percentagem fica-se pelos 20%. Entre os fatores que explicam este "prolongamento da adolescência" encontram-se a dificuldade de acesso à habitação, o desemprego e a precariedade e a necessidade de apoiar as suas famílias. Como demonstram Alves *et al*. (2011), a dependência em relação aos ascendentes mantém-se mesmo nas

[13] Qualquer uma destas mensagens encontra-se nas folhas que os manifestantes utilizaram nas ruas e que foram posteriormente entregues aos deputados da Assembleia da República.

situações em que já existe autonomia residencial[14]. A "família-providência", que em Portugal tem ajudado a suprir as carências do Estado Social, pode contudo começar a ter dificuldades, com o agravamento da crise, em cumprir essa tarefa (Santos, 2011: 76-77).

Pressente-se, então, o paradoxo: a situação da juventude, frequentemente considerada pelos discursos oficiais como "o futuro", é marcada afinal pela erosão da ideia de futuro enquanto direção para o progresso. Na verdade, e apesar das qualificações, os diplomas e a escolarização não garantem hoje o acesso à "classe média" com que a maioria parece querer identificar-se (Estanque, 2003; Estanque, 2012)[15] e a condições de vida melhores do que tinham as classes populares no anterior regime do capitalismo.

5. Fragmentação estatutária e conflitos de gerações

É evidente que há diferenciações internas dentro da juventude. Apesar de, entre 2011 e 2012, ter havido um acréscimo de 49,5% no desemprego dos diplomados do ensino superior (IEFP, 2012), as transições dos jovens para a vida adulta em Portugal são marcadamente divergentes e a escolaridade joga um papel importante, sendo a qualificação um fator de proteção relativa[16]. Para usar a tipologia de Guerreiro e Abrantes (2007), há que distinguir transições *profissionais*, *lúdicas, experimentais, progressivas, antecipadas, precárias* e *desestruturantes*. Entre o pólo dos jovens altamente qualificados dos sectores de ponta com maior crescimento económico e os que acumulam factores de discriminação, há um mundo de diferenças, estando estes últimos, muitos vezes, marcados por percursos altamente desqualificantes (nomeadamente na escola) e por

[14] Estamos a falar, por exemplo, de apoio ao nível de bens alimentares, das despesas relacionadas com os filhos ou outras. Em qualquer uma das situações, as estratégias de autonomia diferem de acordo com variáveis estruturais, como o género, a ocupação profissional e respetiva remuneração, os capitais escolares ou a classe de origem. Os jovens mais qualificados têm posições de autonomia maior e aqueles que são oriundos de famílias com maiores recursos encontram nos pais a possibilidade de apoiar o processo de transição para a vida adulta através do pagamento de despesas como casa, carro ou propinas. Também ao nível do capital social, as origens familiares podem fazer toda a diferença (Alves *et al.* 2011)

[15] O facto de a "classe média urbana" se assumir como um referente simbólico na percepção de vastos setores da classe trabalhadora, amplia-a subjetivamente para lá dos seus limites objetivos e do seu peso demográfico (Estanque 2012: 81-84)

[16] Como defende o estudo de Alves *et al.* (2011: 36), existe em Portugal uma associação particularmente forte "entre qualificação académica e enquadramento ocupacional", dando origem a uma forte hierarquização credencialista. Esta ocorre, contudo, num contexto em que o emprego disponível não absorve as qualificações, fazendo com que uma parte da população mais credenciada só tenha como oportunidade funções menos qualificadas, ocupando postos de trabalhos intermédios, o que funciona como forma de compressão salarial e pressão sobre os que detêm qualificações intermédias, que ocupam postos desqualificados.
Uma das explicações para o desemprego dos jovens licenciados relaciona-se com o efeito combinado de um mercado de trabalho com poucos empregos qualificados, do estancamento das admissões na Administração Pública (tradicionalmente, o maior empregador de pessoas com ensino superior) e dificuldades associadas a algumas áreas de formação em particular (nomeadamente ciências empresariais e humanidades).

Configuracoes 9.indb 112 09-05-2013 16:39:12

isso mesmo condenados a um processo de relegação estrutural e de invalidação irreversível que os afasta do contacto com o mundo do trabalho formal ou do trabalho com direitos e os empurra para a busca de "alternativas ao trabalho", designadamente na economia informal ou em expedientes ligados a atividades ilícitas (Castel, 2009).

Contudo, o facto de se enunciar o fenómeno como o de uma "geração", com todos os problemas sociológicos que coloca, tem um fundamento. As formas de trabalho temporário, de emprego assistido, de contratos a termo e de falso trabalho autónomo, mesmo quando não são ainda dominantes para o conjunto da sociedade, são cada vez mais uma passagem obrigatória para os que entram na vida ativa, daí serem tão típicas das experiências dos jovens[17]. Esse elemento de "tipicidade juvenil" deve-se sobretudo, mais do que à variável idade em si mesma, à circunstância de os jovens representarem a maioria dos que entram agora no mercado de trabalho, deparando-se com as características e com as dificuldades das formas mais recentes do modelo de trabalho e sendo quem mais se subordina às novas políticas de gestão da mão-de-obra e de organização do mundo produtivo (Castel, 2009: 140). Ou seja, os jovens são o grupo no qual é mais marcante uma relação cada vez mais problemática e aleatória com o trabalho, transformando-se o facto de constituírem os "novos recrutamentos", para uma parte significativa deles, num verdadeiro *handicap*, sobretudo num contexto de profundas alterações no modo de regulação do trabalho – onde muitas vezes são autênticas "cobaias das transformações que se pretendem introduzir" (CIES/CGTP-IN, 2011).

A narrativa geracional, que aparece na canção "Parva que Sou", teve o efeito político de criar uma identidade comum – a "Geração à Rasca" – que se transformou em mobilização social no 12 de Março. Mas essa narrativa pode também contribuir para ocultar as diferentes *juventudes* que existem e para criar uma grelha de leitura do conflito social em torno de uma "clivagem geracional" que explicaria as transformações em curso. Ao longo deste último ano, aliás, o campo liberal tem utilizado precisamente a ideia de uma "guerra de gerações" para legitimar um conjunto de propostas que vão no sentido de uma precarização crescente da legislação laboral em Portugal[18]. Neste caso, o argumento é

[17] Um estudo comparativo publicado recentemente conclui que "a geração dos mais jovens (15-24 anos) é, de longe, a mais afectada pelo trabalho temporário em todos os países da UE", evidenciando-se "uma tendência para um agravamento do fenómeno de geração para geração, sobretudo nos países europeus nos quais o fenómeno tem um peso relevante (Portugal e Espanha)" (Oliveira, Carvalho e Veloso, 2011: 41-42).

[18] Este tipo de tese tem sido defendida, no campo político, por exemplo, pela Juventude Social Democrata. Numa intervenção parlamentar que suscitou polémica, o deputado Duarte Marques, líder desta organização juvenil, comentou o acordo da concertação social nos seguintes termos: "Pagámos os nossos benefícios com o dinheiro dos nossos próprios filhos, sustentando o nosso vício através da penhora das gerações futuras(…) Apesar de já vivermos há muitos anos em democracia, persiste ainda uma ditadura com a qual não contávamos: a ditadura dos direitos adquiridos, a ditadura das mesmas classes, sempre protegidas, a ditadura do mercado fechado, em que os jovens, sobretudo os mais jovens, estavam proibidos de entrar. (…) Com este acordo, é possível acreditar num contrato geracional em que os mais velhos abdiquem de alguma coisa para que os mais jovens tenham coisa alguma" (Marques, 2012).

Configuracoes 9.indb 113 09-05-2013 16:39:12

que a explicação para o desemprego e a precariedade dos mais novos está no facto de o mercado de trabalho estar "bloqueado" à sua entrada em virtude da "ditadura dos direitos adquiridos" que, por via da suposta rigidez do nosso enquadramento legal, protegeria os que "já têm emprego". Mas será mesmo assim? O que nos diz a sociologia? E a experiência da "Geração à Rasca"?

Para tentar contrariar o discurso do "conflito de gerações", os organizadores do 12 de Março passaram a falar, nos dias anteriores à manifestação, das várias "gerações à rasca"[19]. Essa expressão teve o efeito de criar uma dinâmica intergeracional para o protesto – ou seja, teve uma intenção estratégica de buscar alianças com outros setores "à rasca" na sociedade portuguesa. Esse tipo de convergências continuou, depois do próprio dia, em ações conjuntas que o Movimento 12 de Março (M12M)[20] desenvolveu com colectivos de trabalhadores precários mas também com a Associação 25 de Abril ou com a CGTP, cujos protagonistas e dirigentes pertencem precisamente à geração que, no discurso liberal, bloquearia "o acesso dos mais jovens ao mercado de trabalho". Essas escolhas do M12M não impediram contudo que a narrativa do conflito de gerações tenha feito o seu caminho no senso comum, e isso mesmo foi possível verificar nas mensagens que alguns participantes do protesto levaram para a rua: "fim aos direitos adquiridos", "simplificar as leis laborais, atualmente prejudiciais para quem nos dá trabalho", "lugar ao mérito sobre a antiguidade", "rua com quem tira lugar a quem quer trabalhar".

Uma das razões que explica a capacidade de difusão dessa representação é a associação entre a "fragmentação estatutária" (Marques, 2009) e a idade. No caso estudado por Beaud e Pialoux (1999), a destruição de antigas solidariedades operárias e das identidades construídas a partir do coletivo de trabalho faz-se, no contexto industrial, pelo estabelecimento de uma linha de fratura geracional entre trabalhadores permanentes e temporários. Acontece que essa fragmentação, mesmo que por vezes possa ter contornos geracionais, é na realidade uma tendência da precarização geral e uma estratégia para a diversificação da condição salarial, fazendo coexistir indivíduos que têm o mesmo trabalho, as mesmas tarefas, mas beneficiam de estatutos muito diferentes. Esta diversificação de estatutos e de empregadores para os trabalhadores da mesma empresa visou estilhaçar o coletivo de trabalho, tornando mais difícil a ação colectiva e a representação organizada dos trabalhadores (Beaud, 2008: 569). Essa dinâmica de descoletivização não apenas "desestabiliza os estáveis" como, fazendo-o, quebra as solidariedades intracategoriais típicas da sociedade salarial. No fundo, vira "um contra o outro": a pressão para a adaptabilidade, para

[19] Curiosamente, entre as folhas entregues pelos organizadores do protesto, contam-se muitas dezenas assinadas por "mães" e "avós", bem como por "pensionistas" e outras categorias.

[20] O Movimento 12 de Março foi um coletivo constituído na sequência do protesto da "Geração à Rasca", cujos objetivos passam pela promoção do "reforço da democracia no trabalho, na economia, na política, na cultura, na educação e nas consciências" e pela ativação de modalidades e iniciativas de "democracia participativa".

Configuracoes 9.indb 114 09-05-2013 16:39:12

a flexibilidade, a ameaça do desemprego e a fragilidade dos vínculos conduz a um acentuar da *concorrência entre iguais*, como se o trabalhador fosse impelido a mobilizar-se apenas individualmente para fazer face aos desafios do seu próprio percurso e sobrevivência.

A ameaça permanente do desemprego e uma relação com o mercado de trabalho marcada pela insegurança, pela intermitência, pela descontinuidade e pela transitoriedade significa que mais dificilmente se estruturam identidades estáveis a partir do local de trabalho e que muitas vezes se desenvolve um individualismo de resignação mais ou menos ressentido (Estanque, 2005). A precariedade é um dos fatores que explica o recuo das taxas de sindicalização, em particular entre os jovens e, por isso mesmo, ela constitui um desafio efetivo às formas de ação e organização tradicionais dos trabalhadores. A fragmentação no mundo produtivo e a cultura do individualismo é muitas vezes hostil à militância, sobretudo nos contextos em que o envolvimento ou a adesão a um colectivo marca e "estigmatiza" um indivíduo, reduz o seu campo de possíveis, afeta a sua identidade e nos casos em que existem desajustamentos entre a esfera militante e a esfera profissional, amical e familiar (Sawicki e Siméant, 2009: 105). A escassez de redes afetivas e sociais fortes no contexto do trabalho leva à alteração das condições e das modalidades de participação, nomeadamente dos jovens, mas isso não significa necessariamente um desaparecimento da possibilidade de mobilização coletiva. O ano de 2011 encarregou-se de o demonstrar.

6. "Joga comigo um jogo novo"[21]: movimentos, sindicatos e o regresso das classes

A capacidade de renovação dos sindicatos, as relações que consigam estabelecer com outras formas de organização social, as alianças que forem capazes de travar com outros atores e movimentos sociais, o papel das redes sociais e do ciberespaço e as articulações transnacionais são alguns dos desafios que se colocam hoje ao movimento dos trabalhadores num contexto de precarização (Estanque e Costa, 2011).

Os movimentos de trabalhadores precários – onde se incluem, por exemplo, a Plataforma dos Intermitentes, o Fartos d'Estes Recibos Verdes (FERVE), os Precários Inflexíveis, a Associação de Bolseiros de Investigação Científica, o *MayDay* ou a Maldita Arquitectura – têm trazido contributos muito importantes para pensar a questão da precariedade e das modalidades de ação colectiva que em torno dela podem surgir. Como defendi noutro lugar (Soeiro, 2009), estes movimentos conseguiram criar uma identificação identitária em torno da condição de precariedade e estruturar a partir dela comunidades militantes. Ao

[21] Verso da canção dos Deolinda, "Um contra o outro".

fazê-lo, colocaram com sucesso a questão da precariedade na agenda mediática e política, constituindo-se em muitos casos como interlocutores do "precariado" para a sociedade. A análise das suas modalidades de ação mostra que a comunicação, a produção de conteúdos multimédia (alguns com efeito viral) e o recurso às novas tecnologias são absolutamente centrais. A utilização criativa do ciberespaço permitiu amplificar a sua mensagem, criar rede, utilizar o espaço virtual como lugar de encontro e aglutinação, em particular nos contextos em que isso é difícil no espaço físico. As novas tecnologias têm servido para a disputa *online* da informação e das leituras da realidade mas a mobilização também se faz *offline*. Um bom exemplo é a Iniciativa Legislativa Cidadã[22] pela "Lei Contra a Precariedade", para a qual os seus promotores recolheram presencialmente mais de 35 mil assinaturas. Iniciativa semelhante, embora menos extensa, tinha já acontecido a propósito da petição "Antes da Dívida temos Direitos"[23], que gerou uma campanha muito para além da internet.

Estes movimentos, cuja composição social é a inversa da do movimento sindical (mais jovens, muito escolarizados, forte presença de mulheres), têm combinado formas mais clássicas de intervenção política (a petição, a manifestação de rua) com formas mais criativas e transgressivas de ação (invasão de *call-centres*, interrupção de eventos...), tentando articular luta e festa, horizontalidade e organização. A lógica do polienvolvimento que caracteriza os seus protagonistas construiu uma relação com o movimento sindical que é relevante, mesmo quando é de cooperação tensa e atravessada pelas diferenças de linguagem, de hegemonia política, de culturas de classe que persistem.

A "Geração à Rasca" e as mobilizações de 2011 e de 2012[24], trouxeram contudo um novo elemento e criaram um novo pólo de organização do pro-

[22] A Lei Contra a Precariedade é uma iniciativa legislativa de cidadãos lançada pelos Precários Inflexíveis, Movimento 12 de Março, Ferve e Intermitentes do Espetáculo. O seu objetivo é, parafraseando o preâmbulo da proposta, introduzir "mecanismos legais de modo a evitar a perpetuação das formas atípicas e injustas de trabalho, incidindo sobre três vectores fundamentais da degradação das relações laborais com prejuízo claro para o lado do trabalhador: os falsos recibos verdes, a contratação a prazo e o trabalho temporário". O sítio web desta iniciativa pode ser consultado em *www.leicontraaprecariedade.net*.

[23] A campanha "Antes da Dívida Temos Direito" desenvolveu-se em torno de uma petição, cujo objetivo era utilizar o momento da cobrança da dívida à segurança social dos trabalhadores independentes como um mecanismo de fiscalização sobre os termos em que essa dívida havia sido contraída. Na prática, a iniciativa pretendia que, caso a dívida tivesse sido contraída por trabalhadores a "falso recibo verde", a cobrança fosse feita não apenas ao trabalhador mas também à entidade patronal e que se despoletasse intervenção das autoridades competentes com vista à celebração de um contrato de trabalho. A petição foi levada ao plenário da Assembleia da República, tendo dado origem a iniciativas legislativas que acabariam por ser chumbadas. Mais informação pode ser encontrada em *www.antesdadividatemosdireitos.org*.

[24] Um grupo de 29 cidadãos lançou uma convocatória nas redes sociais para uma manifestação nesse dia sob o lema "Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas de volta!". No manifesto da iniciativa pode ler-se um diagnóstico muito crítico sobre as escolhas políticas recentes: "depois de mais um ano de austeridade sob intervenção externa, as nossas perspectivas, as perspectivas da maioria das pessoas que vivem em Portugal, são cada vez piores" porque " a austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida não funciona e destrói a democracia". O apelo à insubmissão cidadã – "se nos querem vergar e forçar a aceitar o desemprego, a precariedade e a desigualdade como modo de vida, responderemos com a força da democracia, da liberdade, da mobilização e da luta" – acabou por ter eco e materializar-se em mais de 30 manifestações que terão juntado cerca de um milhão de pessoas em várias cidades portuguesas.

Configuracoes 9.indb 116 09-05-2013 16:39:12

testo. Como salienta Santos (2011:106), elas evidenciaram que "as formas de organização de interesses nas sociedades contemporâneas (partidos, sindicatos, movimentos sociais, ONGs) não captam senão iniciativa uma pequena faixa da cidadania potencialmente ativa". Alguns destes movimentos foram, para muita gente, lutas fundacionais e constituíram-se como íman de vários ativismos. Apesar da exuberância das diferenças, podemos identificar alguns elementos comuns na dinâmica que vai dos *Indignados* ao movimento *Occupy*: a forte presença de jovens, nomeadamente escolarizados – precários, desempregados e estudantes; uma certa tendência assembleária; a utilização das redes sociais e da comunicação em rede; a articulação de uma experiência colectiva feita de polifonia e da coexistência de expressões individuais; a presença do testemunho biográfico; a experimentação de formas de organização e de compromisso que recusam a delegação.

Não pretendo aqui reproduzir os argumentos simplistas segundo os quais estamos perante a oposição entre o "militantismo distanciado" de hoje e o "militantismo total" do passado (Ion, 1997). Também não me parece ser rigorosa a ideia de que estas formas de ativismo são absolutamente novas. Muitas das características não são, de facto, inéditas. Mas é verdade que as formas de compromisso mudaram, entre outras razões, porque mudou a própria condição juvenil. O chamado "prolongamento da adolescência", a maior escolarização, o desemprego e a precariedade, a alteração das referências políticas e a debilidade de projetos alternativos ao capitalismo marcam os percursos da juventude de hoje e isso altera também a sua relação com o ativismo social e com a política – ou seja, a sua forma de militância. A valorização de grupos mais informais - estruturados a partir de relações sociais espontâneas - em detrimento de grupos mais institucionais, ligados a entidades formais e oficiais (Galland, 1996), a desconfiança relativamente às instituições em geral e à política em particular, mas também o "eclipse da razão estratégica" (Bensaïd, 2008), parecem ser algumas das tensões que atravessam estas mobilizações.

Contra a inevitabilidade de um futuro comandado pela precarização, temos visto surgir, ao longo dos últimos anos, formas de expressão, lutas sociais e novos sujeitos políticos em torno da questão do trabalho. Na opinião de Boltanski (2008), este "regresso das classes sociais" à luta política não se fará necessariamente recuperando as formas anteriores da sua existência e representação. O sucesso de um campo social alternativo à lógica da precarização dependerá provavelmente da capacidade que tiverem sindicatos, partidos, movimentos sociais, sociedade civil não organizada, coletivos e associações para pôr em comunicação as suas razões e as suas práticas e para aprenderem uns com os outros. Sem certezas consoladoras, resta à sociologia fazer também parte dessa descoberta, para que o presente seja o avesso de uma eterna precariedade.

Configuracoes 9.indb 117 09-05-2013 16:39:12

Bibliografia

ALVES, Nuno de Almeida; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês; CARMO, Renato Miguel (2011), *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

ANTUNES, Ricardo (2008), "Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho", in *Revista Critica de Ciências Sociais*, Dezembro de 2008, Coimbra, CES.

BEAUD, Stéphane; CONFAVREUX, Joseph; LINDGAARD, Jade (dir.) (2008), *La France Invisible*, Paris: La Découverte.

BEAUD, Stéphane e PIALOUX, Michel (1999), *Retour sur la Condition Ouvrière*, Paris: Fayard.

BECK, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: Sage Publications.

BENSAÏD, Daniel (2008), *Éloge de la politique profane*, Paris: Albin Michel.

BOLTANSKI, Luc (2008), *Rendre la realité Inacceptable*, Paris: Démopolis

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris: Gallimard.

CASTEL, Robert (2009), *La Montée des Incertitudes*. Travail, protections, statu de l'individu, Paris: Seuil.

CHAUVEL, Louis (2008), "L'horizon obscurci des jeunes générations", in Stéphane Beaud, Joseph Confavreux e Jade Lindgaard (dir.), *La France Invisible*, Paris: La Découverte.

CHAUVEL, Louis (2006), *Les Classes Moyennes à la derive*, Paris: Seuil.

CHOMSKY, Noam (2012), *Occupy*, Londres: Penguin Books.

CIES/CGTP-IN (2011), "O Emprego e o Estatuto Social dos Jovens", disponível em: http://www.cgtp.pt/images/stories/imagens/2011/12/emprego_estatuto_jovens.pdf [consultado em 20 de Janeiro de 2012]

DAVIS, Mike (2012), *Soyez Réalistes, Demandez l'Impossible*, Paris: Les Prairies Ordinaires.

DUBET, François, (2008), "Déclassement du diplôme et dévalorisation des métiers", *in* Stéphane Beaud, Joseph Confavreux e Jade Lindgaard (dir.), *La France Invisible*, Paris: La Découverte

ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes (2011), *O Sindicalismo Português e a Nova Questão Social. Crise ou Renovação?,* Coimbra: Almedina.

ESTANQUE, Elísio (2005), "Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais", Oficina do CES, n.º 238.

ESTANQUE, Elísio (2003), "O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI", in M. Villaverde Cabral et al., *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, ICS/ISSP, 69-105.

EUROSTAT (2010), "51 million young EU adults lived with their parent(s) in 2008", *Statistics in focus 50/2010*, disponível em www.epp.eurostat.ec.europa.eu [consultado em 14 de Janeiro de 2012]

FERREIRA, António Casimiro (2009), *Da Sociedade Precária à Sociedade Digna. Balanço da Evolução Social em Portugal 2003-2008*. Relatório Preliminar para a UGT.

GALLAND, Olivier (1996), *Les Jeunes*, Paris: La Découverte.

GOUX, Dominique e MAURIN, Éric (2012), *Les Nouvelles Classes Moyennes*, Paris: Seuil.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro (2007), *Transições Incertas. Os jovens Perante o Trabalho e a Família*, Lisboa: CITE.

IEFP (2012), *Informação Mensal do Mercado de Emprego*, nº 7, julho de 2012.

INE (2010), Homens e Mulheres em Portugal 2010, INE, disponível em www.ine.pt [consutado em 23 de Novembro de 2011]

ION, Jacques (1997), *La fin des militants?,* Paris. L'Atelier.

KOVÁCS, Ilona (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego: riscos e oportunidades*, Oeiras: Celta Editora.

LEWIS, Suzan; SMITHSON, Janet e KUGELBERG, Clarissa (2002), "Into work: job insecurity and changing psychological contracts", em Julia Brannen, Suzan Lewis, Ann Nilsen e Janet Smithson (orgs.), *Young Europeans, Work and Family,* Londres: Routledge.

MARQUES, Ana Paula (2009), "Novas" legitimidades de segmentação do mercado de trabalho de jovens diplomados. In *Revista Portuguesa de Educação*, 22, pp 88-115.

MARQUES, Duarte (2012), DAR I série Nº.61/XII/1 2012.01.20 (pág. 25-36), disponível em www.parlamento.pt [consultado em 26 de junho de 2012].

OIT (2012), *Global Employement Trends for Youth 2012*, disponível em www.ilo.org [consultado em 19 de setembro de 2012]

OIT (2011), *Global Employement Trends for Youth update*, disponível em www.ilo.org [consultado em 29 de Janeiro de 2012]

OIT (2010), *Global Employement Trends for Youth 2010*, disponível em www.ilo.org [consultado em 29 de Janeiro de 2012]

OLIVEIRA, Luísa; CARVALHO, Helena; VELOSO, Luísa (2011), "Formas Atípicas de Emprego juvenil na União Europeia", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 66: 27-48.

PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto: Âmbar.

PAUGAM, Serge (2000), *Le Salarié de la Précarité*, Paris: Presses Universitaires de France.

PINTO, José Madureira (2005), "Precarização e relações de sentido no espaço social do trabalho", comunicação no *Encontro Científico Internacional Trabalho, Emprego e Precariedade Laboral*, disponível in www.maydayporto.blogspot.com [consultado em 8 de Março de 2009]

POLANYI, Karl (2012), *A Grande Transformação*, Lisboa: Edições 70.

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010), *Escassos Caminhos: os processos de imobilização social dos beneficiários do RMG/RSI,* Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura (2011), *Portugal. Ensaio contra a autoflagelação*, Coimbra: Almedina.

SAWICKI, Frédéric, SIMÉANT, Johanna (2009), "Décloisonner la sociologie de l'engagement militant. Note critique sur quelques tendances recentes des travaux français", in *Sociologie du Travail*, n.51.

SOEIRO, José (2009), "Hipóteses sobre os Movimentos de Precários em Portugal", in AAVV, *Dois anos a FERVER: retratos da luta, balanço da precariedade*, Porto: Afrontamento.

TAIBO, Carlos (2011), *El 15-M en sessenta preguntas*, Madrid: Los Libros de la Catarata.

VIEJO, Raimundo (ed) (2011), *Les raons dels indignats*, Barcelona: Portic.

SEDDIK, Youssef (2011), *Unissons-nous. Des révolutions árabes aux indignés*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube.

Configuracoes 9.indb 120 09-05-2013 16:39:12

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 121-133

Contextos, discursos e percursos na delinquência juvenil feminina

Vera Duarte*

Resumo

Este artigo resulta da investigação que foi desenvolvida no âmbito da minha tese de doutoramento em Sociologia que procurou entender a problemática da delinquência juvenil feminina, especificamente as experiências e os significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas. Assumindo como referente empírico as jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas analisaram-se processos individuais e realizaram-se entrevistas, cujo cruzamento permitiu explorar os contextos e os discursos dominantes e traçar percursos transgressivos.

Palavras-chave: delinquência juvenil; delinquência feminina, percursos transgressivos

1. Contextualizações iniciais

Sabemos que o género é uma das variáveis de diferenciação mais consistentes na análise do fenómeno criminal e que, em regra, traz à tona padrões históricos hegemónicos que tradicionalmente associam o masculino à agressão e ao exercício de autoridade e o feminino à figura da vítima (Chesney-Lind, 1997; Messerschmidt, 1997; Abramovay, 2010). Aliás, a associação entre transgressão, violência e masculinidade parece estar tão arraigada nos discursos, nas práticas e nas subjetividades que tem alimentado estereótipos de género pouco atentos à possibilidade de rapazes e raparigas experienciarem e usarem a violência por diferentes razões, sob diferentes circunstâncias e como resultado de diferentes histórias e contextos de pertença de género.

* Professora auxiliar no Instituto Superior da Maia (ISMAI). Investigadora no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS/UM) (vduarte@docentes.ismai.pt; veraduarte77@gmail.com)

Configuracoes 9.indb 121 09-05-2013 16:39:13

Retratada como vítima, a figura feminina torna-se invisível como agressora e quando surge no quadro da delinquência perpetua imagens e representações estereotipadas eivadas de interpretações que sugerem a biologização, a sexualização, a patologização e a masculinização dos comportamentos. Tais imagens criam mitos, mitos que se tornam práticas que vão sendo reiteradas pela ação da comunicação social, dos discursos públicos e políticos, das estatísticas e dos estudos científicos, que vão partilhando a convicção de que os desvios juvenis femininos são poucos, pouco importantes e não constituem problema social.

A constante secundarização do fenómeno tem resultado, não só em Portugal como também em outros países, na emergência de uma literatura mais sensível ao género que tem vindo a denunciar a carência de um enfoque autónomo sobre a delinquência praticada por raparigas[1], que tende a ser diluída em análises mais amplas sobre a "delinquência juvenil"[2]. Esta situação tem tido consequências quer no campo conceptual e analítico, quer nas dimensões da prática e da intervenção preventiva, judicial e (re)educativa, ainda pouco atentas a esta realidade, apesar de ser unânime entre os/as investigadores/as que as raparigas estão mais visíveis na cena da delinquência (Steffensmeier *et al*, 2005; Luke, 2008; Zahn *et al*, 2008).

A literatura tem-nos apontado, também, para o facto de rapazes e raparigas não se exprimirem da mesma forma, não fazerem as mesmas escolhas e não atribuírem os mesmos sentidos às coisas, por serem diferentes as representações e reproduções quotidianas do género (Chesney-Lind, 1997; Peters, 1998; Arnull e Eagle, 2009; Zahn *et al*., 2010). Nesta esteira têm vindo a ser identificados alguns dos principais factores de risco na transgressão juvenil feminina: o abuso sexual e físico de que são mais vítimas do que os rapazes; em consequência destes abusos vários fogem de casa e é, neste contexto de fuga ao qual se associam outras práticas desviantes, que são captadas pelo sistema de controlo; os consumos de drogas e álcool, ainda que não sejam mais significativos do que

[1] Vários têm sido os/as investigadores/as de diferentes áreas científicas e de variados países que têm chamado a atenção para esta ausência de investigação sobre o fenómeno e proposto investigações com raparigas que usam estratégias violentas. Destacam-se: Shaw e Dubois (1995), Leschied, *et al.* (2000) no Canadá; Campbell (1984), Chesney-Lind (1997), Hoyt e Scherer (1998), Miller (2001), Messerschmidt (2002), Steffensmeier e Schwartz (2003), Zahn *et al*. (2010) nos EUA; Burman, Batchelor e Brown (2003) na Escócia; Gelsthorpe e Worral (2009), Arnull e Eagle (2009) na Inglaterra; Assis e Constantino (2001), Abramovay (2020) no Brasil; Armott (2010) na Nova Zelândia; Matos (2008), Leote de Carvalho (2010) e Duarte (2010, 2011) em Portugal.

[2] Assumindo que o facto de qualificar alguém como delinquente releva de uma convenção jurídica e que, nesse sentido, o comportamento delinquente será tão variável como os contextos socioculturais e jurídicos onde está inserido, optou-se por utilizar o conceito de delinquência juvenil entre aspas. Conhecem-se os jogos (sociais, culturais, político-ideológicos e económicos) que levam à etiquetagem e sabe-se que nem todos os delitos e nem todas as pessoas adquirem essa identidade social; tem-se presente a ambiguidade conceptual que tem resultado numa polissemia de propostas terminológicas - jovens delinquentes, infractores, em conflito com a lei, transgressores, desviantes, com perturbações de comportamento, entre outros; e entende-se que uma definição que combine níveis de análise mais restritos e alargados de delinquência nos permite perceber lógicas de percurso e captar comportamentos que procedem não apenas da violação do estabelecido em quadros jurídicos, mas de outras atividades onde as raparigas infratoras, segundo a literatura, tendem a construir parte dos seus mundos.

Configuracoes 9.indb 122 09-05-2013 16:39:13

nos rapazes, exacerbam outros problemas; iniciadas na vida sexual de forma mais precoce do que as jovens não delinquentes, a gravidez na adolescência e a gravidez não planeada surge como uma realidade visível; se nos rapazes a escolha dos/as companheiros/as sexuais e/ou românticos pode ser um momento de viragem que leve à diminuição do comportamento delinquente, na rapariga tem um efeito oposto; as raparigas surgem como desproporcionalmente mais problemáticas e apresentam níveis mais altos de problemas de saúde mental (como ansiedade, depressão, distúrbios alimentares e tendências suicidas); a qualidade dos relacionamentos tem um impacto superior nas raparigas; e a puberdade precoce, maturidades inconsistentes e o desejo de adquirir estatuto de adulto parece ser um ativador.

Se alguns factores têm sido constantemente associados à delinquência cometida por raparigas, estas não deixam, contudo, de partilhar alguns dos mesmos problemas-tipo que encontramos na construção social da "delinquência juvenil". Contudo, segundo Zahn *et al*. (2010), estes factores de risco parecem diferir na sensibilidade de exposição aos mesmos e, neste sentido, as dificuldades de adaptação das raparigas tendem a manifestar-se de forma diferente da dos rapazes, o que faz com que a agressão feminina seja qualitativamente diferente (Lanctôt, 2008: 345).

Inscrevendo-se nesta necessidade de dar visibilidade a um fenómeno que tem sido remetido para nota de rodapé, sublinhando a importância de olhar a figura feminina como sujeito ativo na construção da própria vida, este artigo recorre a alguns resultados e reflexões que foram produzidos no âmbito da minha pesquisa de doutoramento[3] sobre discursos e percursos na "delinquência juvenil" feminina. Para colocar esses resultados em perspetiva, e dar uma visão larga da investigação realizada, procura-se, primeiramente, apresentar alguns dos principais recortes teórico-metodológicos e empíricos da investigação realizada e, de seguida, evidenciar os principais contextos e experiências de vitimação e transgressão, onde as jovens constroem discursivamente os seus percursos.

2. Recortes de uma investigação : objetivos e escolhas metodológicas

Aceitando a provocação dos estudos mais recentes que consentem a necessidade de investigações exploratórias que tragam as vozes das raparigas em conflito com a lei para o centro do debate teórico-metodológico sobre a "delinquência juvenil", a pesquisa realizada propôs-se captar discursos e percursos transgressivos, através da análise das experiências, significados e crenças de

[3] Este artigo resulta da minha tese de doutoramento em Sociologia, apresentada à Universidade do Minho em 2011, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da atribuição de Bolsa de Investigação.

raparigas em cumprimento de medidas tutelares educativas[4], em Portugal. Para o efeito, desenvolveu-se uma estratégia de investigação intensiva-qualitativa e trabalharam-se conceitos e métodos disponibilizados por abordagens teóricas sensíveis à compreensão de como as pessoas transformam influências objetivas em iniciativas subjetivas. A leitura e a discussão dos dados foram feitas nas interfaces do interacionismo simbólico, das teorias da ação estruturada e das perspectivas feministas que, embora situadas em níveis analíticos distintos, permitiram colocar o debate na perspectiva do sujeito (feminino), sem perder de vista que as subjetividades são permeadas pelas (im)possibilidades do espelho social que molda *performances* (de transgressão e de género).

Assumindo como referente empírico as jovens a cumprir medida de internamento em Centro Educativo e a executar medidas não institucionais sob acompanhamento das Equipas Tutelares Educativas[5], analisaram-se 27 processos individuais/ tutelares, de um total de 31, e realizaram-se 19 entrevistas[6]. A análise dos processos possibilitou fazer uma caracterização sociológica da população em estudo e as análises de conteúdo e discurso das entrevistas permitiram, através da construção narrativa (Denzin, 1989), fazer emergir os sentidos e significados das experiências transgressivas nos diferentes contextos interativos.

As jovens com medidas tutelares educativas que integram a amostra deste estudo (27 jovens) têm entre os 16 e os 17 anos, são maioritariamente de nacionalidade portuguesa (20/27), ainda que seja de considerar a expressividade de jovens de origem africana (12/27), e residem em zonas desfavorecidas do ponto de vista económico e social. Estão a cumprir medida tutelar educativa principalmente pela prática de ilícitos contra a propriedade, especificamente o roubo (17/27), e contra a integridade física (11/27). São as jovens internadas em Centro Educativo que tendem a refletir maiores fatores de risco e vulnerabilidade em razão da idade, da etnicidade e da classe social.

[4] A "delinquência juvenil" em Portugal é enquadrada pela Lei 166/99, de 14 de setembro - Lei Tutelar Educativa - que se aplica a jovens entre os 12 e os 16 anos que tenham cometido factos qualificados pela lei como crime (art. 1.º). A estes/as jovens são aplicadas medidas tutelares educativas (na comunidade ou de internamento em Centro Educativo) que visam a educação do/a menor para o direito e a sua inserção na vida da comunidade (n.º 1 do art. 2.º).

[5] A pesquisa decorreu em duas estruturas da DGRS - Direcção-Geral de Reinserção Social. À data da investigação só existia um centro educativo misto (com unidade residencial feminina) em Portugal, com lotação para 12 jovens do sexo feminino. No caso da Equipas Tutelares Educativas, a investigadora só teve autorização para aceder à informação e entrevistar as jovens acompanhadas pelas Equipas da Área da Grande Lisboa.

[6] O trabalho de campo decorreu de forma continuada entre Setembro e Novembro de 2008, com regressos pontuais ao terreno durante 2009. Em qualquer um dos contextos de observação, seguiu-se um roteiro ético em que se destaca: os pedidos de autorização; a garantia de uma participação devidamente informada, livre e respeitadora da privacidade e confidencialidade (consentimento informado e *despersonificação* dos sujeitos) e adequação dos métodos e procedimentos utilizados aos participantes (idade, género, etnicidade...).

Configuracoes 9.indb 124 09-05-2013 16:39:13

3. Contextos de onde nascem vozes, vozes que espelham percursos

3.1. Dos contextos...

A partir da análise dos processos individuais e das entrevistas realizadas às jovens foi possível captar trajetórias contextualizadas e situadas em esferas de vida específicas, como a família, a escola, o bairro ou o grupo de pares, onde se cruzam experiências de vitimação e transgressão. É nestas esferas e nestas experiências que as jovens constroem discursivamente os seus percursos. Sabemos como estes contextos estão interconectados como uma rede e como várias situações de risco podem ser, simultaneamente, causa e consequência umas das outras.

A família é lugar de onde fogem, mas para onde sempre regressam pelas palavras.

> *Eu senti-me traída pela minha mãe, pensei que ela se queria ver livre de mim e como ela já me tinha deixado (…) foi mais uma peça, como um puzzle!* [Mara, 15 anos, medida tutelar de internamento]

As estruturas e dinâmicas familiares surgem como um puzzle onde faltam peças. Marcados por muitas transições, decomposições e recomposições, os contextos familiares destas jovens ficam marcados pela vivência de repetidas rupturas nos vínculos afectivos e relacionais e pela exposição (direta e indireta) a diferentes formas de maus-tratos. São comuns as histórias de abandonos e privações várias, vivenciadas em idades precoces. Encontramos três principais tipos de abandono: a) Abandono pela ausência de um ou dos dois progenitores. A maioria dos agregados não conta com a presença de um dos progenitores biológicos, sendo a figura paterna a que tende a estar ausente do processo educativo. Os principais motivos são o falecimento e a separação/ divórcio; b) Abandono pelo sentimento de insegurança na relação familiar, não encontrando nas figuras parentais o equilíbrio emocional necessário para um desenvolvimento saudável; c) Abandono por via da prática reiterada de maus-tratos. A falta de apoio na/ da família atinge o seu núcleo fundamental de proteção, de afecto e dependência, principalmente quando o maltrato é perpetrado no interior da família. A estas formas de abandono associam-se outros aspectos relacionados com a carência de limites intrafamiliares, a falta de supervisão e comunicação parentais e a ideia de que os quotidianos são geridos pelas próprias jovens. Estas situações estão relacionadas com modelos familiares frágeis, mas também com a dificuldade sentida por estas famílias na organização das responsabilidades profissionais de modo a privilegiar a presença em casa.

As relações familiares assumem, para estas jovens, uma importância significativa e estruturam-se em torno de três grandes imagens. A imagem da idealização de uma proximidade familiar que é concomitante com a descrição de

sentimentos negativos face a abusos de que foram vítimas diretas ou indiretas. A segunda imagem é construída em torno da relação com as figuras educativas, onde a figura da mãe assume a centralidade e com a qual mantêm uma relação de "amor-ódio". É relativamente a ela que expressam frustrações, desamparos e alegrias, e é em torno do não cumprimento das expectativas maternas que as jovens vivem e experienciam os seus fracassos. E, por fim, a relação com os irmãos. Pertencentes a grandes fratrias (de mais de três irmãos), quando têm irmãos com percursos transgressivos (normalmente são mais velhos) é com eles que se identificam, sentem mais afinidades e proximidade, ainda que seja com os mais novos que elas mantêm maior relação e sentimentos de proteção, quase maternal. As raparigas tornam-se muito protetoras dos membros mais vulneráveis (principalmente os irmãos e as avós), assumindo um discurso quase altruísta de proteção.

A escola é vivida do "lado de fora" e não parece fazer parte dos seus projetos.

> *Chumbei duas vezes, 5.º e 6.º… foi várias coisas, foi a falta de estudo, foi falta de interesse… não quis mesmo saber… pronto! Faltava, às vezes portava-me mal, não estudava, tinha testes e não estudava, na minha turma a gente também não era assim muito boa (risos)* [Anabela, 17 anos, medida tutelar imposição de obrigações]

Apresentando percursos de insucesso escolar, grande parte das jovens (17/27), à data da aplicação da medida tutelar educativa, tinham o 2.º Ciclo, que parece surgir, neste contexto, como um obstáculo difícil de transpôr e onde se intensificam as situações de absentismo, desmotivação e as consequentes reprovações. Mais do que não gostar da escola, que surge para as jovens como um lugar de encontros e sociabilidades, é com as aulas que elas não se identificam e com o não gostar de estudar que justificam o seu desinteresse. Por isso, faltam para estar com os amigos e/ ou namorados ou então para ficar em casa. Não menos significativo é o número de jovens (11/27) às quais se associam problemas comportamentais e disciplinares, que resultaram em suspensões e expulsões. A relação com a escola está longe de ser aquilo que é esperado e estes percursos de insucesso, indisciplina e abandono, associados a outros contextos de risco, acabam por transformar-se num trampolim para a entrada no sistema de proteção.

Vimos que é da família e da escola que fogem para ir ter com os/as amigos/as e que neles/as procuram companhia e apoio emocional e social, compensador das ausências e desestruturações familiares.

> *Andava por lá…com os meus amigos… passeávamos o dia sem fazer nada… fumar e quê! Não nos cansávamos de não fazer nada* [Joana, 15 anos, medida tutelar de internamento]

Configuracoes 9.indb 126 09-05-2013 16:39:13

Todo o contexto de vida destas jovens leva a que estas passem muito do seu tempo fora de casa e, associando-se ao seu grupo de amigos/as, preenchem os quotidianos, fazem as primeiras experimentações e testam os seus limites. Nesta esfera, apresentam traços característicos da adolescência e das feminilidades, ou seja, integram-se em grupo de pares alargados e mistos, de diferentes contextos (de infância, do bairro, da escola). As amizades desenvolvem-se em grupos mais restritos e é, normalmente, com outras raparigas que procuram companhia para ir a festas, passear na comunidade, sair com rapazes e experimentar o risco, como refere Teresa [16 anos, medida tutelar tarefas a favor da comunidade]: *não fazíamos nada, ficávamos na rua… às vezes até íamos à escola, mas nunca entravamos nas aulas sequer… decidíamos ir passear. (...) Éramos só raparigas. E fazíamos de tudo um pouco, tudo.*

Se esta experimentação tem um caráter de normalidade na faixa etária em questão, no caso destas jovens, que apresentam um acumular de outros riscos relacionados com o número de contextos com os quais têm ligações negativas, parece colocá-las em situação de risco ou para iniciar comportamentos de risco/ desviantes ou para ficar em risco de sofrer consequências negativas para a saúde, quando a prática destes comportamentos já é visível.

No que se refere ao grupo de pares, o que parece constituir-se factor de risco de delinquência é a integração em grupos de pares mais velhos e com prática de comportamentos transgressivos. É normalmente em grupo que cometem mais infrações e com mais frequência, havendo uma tendência para que as raparigas sigam outras raparigas, na esteira do já sugerido por Giordano *et al.* (2002). Sabemos que o fenómeno da "delinquência juvenil" é um fenómeno grupal, mas o aumento e a gravidade dos ilícitos praticados em co-autoria, por raparigas, têm assumido outra expressão que tem questionado a possibilidade das raparigas estarem a usar de mais violência[7] e de ver nascer outras motivações que as colocam no caminho de uma procura mais ativa do risco, da experimentação e do divertimento (Batchelor, 2005).

Às amizades de infância, do bairro e/ou da escola, juntam-se, por um lado, as amizades estratégicas e funcionais que nascem das vivências de rua e que, em situações de fuga de casa, permitem encontrar alternativas à própria rua, e, por outro lado, as amizades "levadas para" e/ou feitas nas instituições da proteção, como relata Vera [16 anos, medida tutelar de internamento]: ...*participei em alguns roubos, agressões, principalmente quando fui para o Lar, fugia muitas vezes com as meninas de lá. Duas das amigas foram para o Lar…e vieram para aqui (Centro Educativo) comigo*. Os Lares de Infância e Juventude entram nos seus discursos com alguma "normalidade". Metade das jovens com medidas

[7] Num estudo de caracterização do perfil dos educandos internados em CE a 30 de Junho de 2005 (Marteleira, 2007), os jovens que atuavam em grupo eram todos do sexo masculino. Os dados desta investigação apontam que metade das jovens internadas em Centro Educativo (6/12) praticou crimes em co-autoria.

tutelares educativas apresenta percursos de institucionalização anteriores, no âmbito da aplicação de medidas de promoção e proteção, ficando visível uma grande mobilidade entre os sistemas de proteção e de justiça juvenis. Em torno destas figuras constroem os seus percursos de vitimação e transgressão, e para elas imputam as culpas do seu comportamento.

Apesar de um número considerável de jovens ter familiares e namorados/ex-namorados identificados com contactos com a justiça e a literatura apontar que este envolvimento tem uma influência significativa nos percursos e nas escolhas das jovens raparigas, os dados não permitiram concluir que estes influenciem mais do que os/as amigos/as. E se em algumas situações podem ser o motor dos comportamentos desviantes, o que parece sobressair é o contacto e a aprendizagem com os/as amigos/as e a procura/gestão de comportamentos de risco.

É importante notar que estes discursos não devem descurar que estas escolhas são enquadradas por constrangimentos estruturais e circunstâncias sociais adversas que podem ser limitativas da sua própria agencialidade (Miller, 2001; Batchelor, 2005).

3.2. ... aos percursos transgressivos

Para Bakhtin (1997), os discursos dos sujeitos transportam marcas profundas da sua sociedade, do seu núcleo familiar, das suas experiências, mas também das suposições feitas sobre o que o/a interlocutor/a gostaria ou não de ouvir. Foi neste espaço relacional e dialógico que se construíram os retratos sociológicos das jovens entrevistadas e se procuraram os repertórios interpretativos presentes nos seus discursos. Atribuindo às jovens a condição de "autores da sua vida" e assumindo que é a partir das narrativas que constroem as suas experiências, apercebemo-nos como os motivos da transgressão são diversificados e como as jovens se (re)posicionam face a eles. Umas mostram como a transgressão surge da *gestão de sentimentos negativos*, angústias e lutos mal resolvidos, originados pelas histórias de maus-tratos, abandonos e institucionalizações. Para outras foi a *procura do "risco-aventura"* (Spink, 2001), da experimentação e da adrenalina o motor para a prática transgressiva. Os discursos da *hetero-determinação* (foram as drogas, o namorado/ companheiro, os sentimentos de revolta e raiva, a passagem pela instituição…), frequentemente se cruzam com os discursos do *fui porque quis* ou *foi por vontade própria*. Para outras ainda a transgressão surge como uma *exceção*, o *não sabia o que estava ali a fazer* ou *foi reação* parecem legitimar as suas versões sobre o ocorrido.

Foi nestas dinâmicas e nos diálogos que se estabeleceram com certas categorias expressivas dos seus contextos de vida e das suas experiências (como a vitimação familiar, os percursos de institucionalização, os percursos transgressivos, motivações e significados da transgressão e a condenação moral da transgressão),que foram tomando forma quatro perfis de percursos transgressi-

vos: *transgressão enfatizada (por revolta ou por escalada), transgressão-rebelde, transgressão-influência e transgressão circunstancial*.

> *Eu tenho de explodir, tenho de explodir (…). O que me dava adrenalina era ver as pessoas no chão a chorar… por mais louco que isso pareça. O que me vinha à cabeça era: fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti. Mas hoje compreendo que nunca ninguém vai sentir o que eu senti, porque não eram os pais que estavam a bater...* [Elisabete, 14 anos, medida tutelar de internamento]

O discurso de Elisabete é um dos exemplos de ***transgressão enfatizada***, que reúne quase metade das jovens entrevistadas (9/19) e a quase totalidade das jovens com medida de internamento em Centro Educativo (7/10). Concentra percursos de maior vitimação familiar, histórias densas e heterogéneas de transgressão e delinquência, institucionalizações sucessivas, em regra desencadeadas pela ação de organismos externos (Escola, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e Polícia), relacionada com a situação de negligência e maus tratos familiares, problemas disciplinares e de comportamento na escola e as fugas de casa. A permanência na(s) instituição(ões) é marcada pelas fugas consecutivas e pelo agravamento dos comportamentos transgressivos.

Este é um percurso bifurcado. As jovens cuja transgressão é enfatizada *por revolta* organizam as suas narrativas em torno destes sentimentos de revolta, que se materializam na auto e hetero-agressividade. São estes sentimentos que explicam e justificam os comportamentos desviantes (nas suas diversas expressões). Há uma condenação moral aparente da transgressão, mas que é legitimada pelos sentimentos negativos. Na transgressão enfatizada *por escalada* há a perceção de que o comportamento transgressivo se foi agravando e reforçando ao longo das trajetórias de vida. A motivação para a transgressão não está apenas na gestão dos sentimentos negativos (ainda que esteja presente), mas também na experimentação e no divertimento/ prazer que retiram disso, e que surge relacionado com as vivências de rua com os amigos do bairro e com as sobrevivências na rua, aquando das fugas (de casa e das instituições). À hetero-determinação no envolvimento criminal juntam-se discursos de iniciativa, controlo e prazer associados à prática transgressiva, e pela qual não evidenciam uma condenação moral, mas apenas um arrependimento pós-medida.

As jovens incluídas no percurso de ***transgressão rebelde*** (3/19), por outro lado, não apresenta históricos de vitimação familiar significativa, nem registos de permanência em instituições da proteção. As motivações para a transgressão são encontradas nos/as amigos/as, na rebeldia de se ser jovem e no querer testar limites. Os discursos apelam para uma certa auto-determinação no envolvimento transgressivo, como se estivesse nas suas mãos a decisão do início ou do fim, como nos mostra Inês [17 anos, medida tutelar de acompanhamento educativo]:

Configuracoes 9.indb 129 09-05-2013 16:39:13

> *O meu objectivo é curtir a vida, viver cada dia que passa como se fosse o último. (…) Tudo nesta vida tem risco…ver onde chegas, qual é o teu limite! Eu sou assim, gosto de saber qual é o meu limite. Nesta vida ou morres, ou vais preso ou foges! Existe uma vida tranquila… mas a vida sem risco não é nada, vida só sossego, só sossego, não… não faz sentido… não tem sentido.*

Se há jovens cujas narrativas as colocam no centro deste percurso, uma vez que a procura do risco-aventura e dos sentimentos de adrenalina é o que as leva a iniciar e a manter comportamentos transgressivos, outras há em que este percurso surge não no início, enquanto desencadeador da ação, mas na manutenção desses comportamentos, como vimos na *transgressão enfatizada por escalada* e, como podemos analisar, também, na *transgressão-influência*.

Se o percurso anterior fica marcado pelos casos de fronteira, o percurso da ***transgressão-influência*** é, possivelmente, o que reúne histórias de vida mais diversificadas (4/19). Para Verónica [16 anos, medida tutelar de internamento] *tudo o que fiz, fiz porque estava completamente drogada*. Sónia [18 anos, medida tutelar imposição de obrigações], por sua vez, diz: *comecei a fazer porcarias, (…) a tratar mal os meus pais, tudo por causa dele (namorado)* (…) *comecei a fugir de casa p'ra poder estar com ele*.

A característica central deste percurso é a hetero-determinação no envolvimento transgressivo e a ideia de que este é resultado da influência de factores externos (drogas, namorados e amigos/as). A centralidade do factor influência secundariza o peso de todas as outras variáveis como os percursos transgressivos, as motivações e significações da transgressão e a condenação moral da transgressão. Por exemplo, sem históricos de vitimação familiar significativa, os problemas relacionais com a família agravam-se devido a esses factores de influência externa. Vão para as instituições e delas fogem por causa desses factores.

As jovens situadas no percurso de ***transgressão circunstancial***, todas com medidas tutelares na comunidade (3/19), organizam as suas narrativas em torno do carácter de exceção e de casualidade que é conferido ao comportamento transgressivo, demarcando-se de qualquer identidade desviante ou percurso transgressivo. Exceção porque o ilícito é descrito como uma situação ocasional e acidental. Exceção pois as suas vidas não se organizam em torno da prática transgressiva. Filhas de pais separados, as (novas) dinâmicas familiares tendem a ser estáveis, ainda que criem, nas jovens, alguns discursos marcados por alguma mágoa. Mantêm atividades de lazer tendencialmente normativas e comuns entre os jovens. Apesar de não concordarem com a medida, precisamente pela sua "excepcionalidade", não deixam de condenar o ato, como mostra Luísa [16 anos, medida tutelar de prestação de tarefas a favor da comunidade]:

> *... eu tinha uma arma (branca) mas era para minha defesa, por causa do que me tinha acontecido. (…). Eu achei que não devia cumprir, porque me estava a*

tentar defender, mas compreendi porque é a lei… não é por me atacarem que eu tenho direito a andar com armas.

Cada um destes percursos, apesar de supor a existência de coerência entre os elementos contidos em cada tipo, não pretende representar inflexibilidade nas suas categorias. Se há jovens cuja narrativa as coloca no centro das categorias em análise, há outras situações que se mantêm nas margens, tocando categorias vizinhas. Estas margens, que não são contudo periféricas, invocam a diversidade da transgressão feminina e a pluralidade de sentidos e significações possíveis.

4. Notas conclusivas

Vimos como o tema da "delinquência juvenil" feminina nos desafia, em vários quadrantes, mas estamos certos que esta é uma discussão que deve ser feita para servir de base a um esforço que coloque as raparigas delinquentes nas preocupações do sistema de justiça juvenil e seja fértil no levantamento de novos questionamentos teóricos e metodológicos. Ao descrever os diferentes tipos de discursos e percursos alerta-se para a importância de pensar a "delinquência juvenil" feminina como heterogénea e como esta perceção é fundamental: na (re)categorização conceptual que tem implicações no debate em torno da construção da sua visibilidade social; nos questionamentos em torno das juventudes femininas e das novas feminilidades; nos debates de superação dos discursos dicotómicos da *vitimação versus agencialidade* e na produção de políticas e práticas de intervenção sensíveis ao género. Ao dimensionar as jovens como sujeitos sociais abre-se o olhar para a forma como elas constroem os diferentes espaços de agencialidade, em contextos de constrição social e acumulação de riscos.

Mostramos como as jovens não estão passivas e como procuram conquistar o espaço que se abriu para elas, legitimando feminilidades e não propriamente construindo masculinidades, mesmo quando desafiam as noções que elas próprias têm do que é considerado apropriado para as raparigas. Falamos é de outras feminilidades, mais rebeldes, e que combinam práticas convencionais e atípicas de género, ou seja, neste autoempoderamento (*self empowerment)* que poderia significar transformações nos papéis tradicionais, não é imperativo que se transgridam ou rejeitem todos os papéis femininos tradicionais. A violência perpetrada, a liberdade, a autonomia e a independência que reclamam para si (pelas fugas de casa, pelas experimentações de álcool e drogas, pela prática de ilícitos, entre outros) não deixam de esbarrar na manutenção de discursos e concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, que são utilizados para falar sobre: as responsabilidades familiares e os papéis domésticos, para justificar o maior controlo que os pais tendem a exercer em suas vidas, para falar sobre as vivências da maternidade e como esta tem um efeito de "mudança",

para se referirem aos projetos de futuro, também estes trespassados pelas marcas de género, mas, também, para se exprimirem sobre o papel da rapariga na transgressão. Apesar dela poder fazer tudo que os rapazes fazem, neles *é normal, eles começam a andar em grupos, nessa vida… mas rapariga…é muito feio.*

É importante que a sociedade e os vários profissionais diretamente envolvidos sejam sensíveis aos repertórios interpretativos utilizados pelas jovens e reconheçam como estes podem ampliar ou limitar as possibilidades de sentido sobre a transgressão. Parece ser o momento, em parte gerado pela visibilidade de episódios agressivos com raparigas, de começar a desenvolver uma agenda de investigação e intervenção com respeito a este grupo e a esta problemática. Existe hoje uma pequena literatura, mas em crescimento (Peters, 1998; Bloom e Covington, 2001; Zahn *et al.* 2010), que suporta direções úteis na prossecução de instrumentos de política, avaliação, tratamento e prevenção sensíveis às necessidades e idiossincrasias das raparigas que começam a estar mais representadas no sistema de justiça juvenil. Estas estratégias passam por programas específicos de género, criação de espaços de relação onde as vozes das raparigas sejam valorizadas e ouvidas, formação e capacitação dos profissionais para as especificidades desenvolvimentais e sociológicas das raparigas, mas também num tratamento estatístico sensível ao género.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam (2010), *Gangues, género e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos,* Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.

ARNOTT, Rosemary (2010), *A girls'eyes view of aggressive adolescent female behavior,* tese de doutoramento em Educação, Nova Zelândia: Massey University.

ARNULL, Elain; EAGLE, Susannah (cood.) (2009), *Girls and offending – patterns, perceptions and interventions*, Londres: YJB.

ASSIS, Simone, CONSTANTINO, Patrícia (2001), *Filhas do Mundo: infracção juvenil feminina no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Editora FioCruz.

BAKHTIN, Mikael (1997), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, São Paulo: Hucitec

BATCHELOR, Susan (2005), "'Prove me the bam!' victimization and agency in the lives of young women who commit violent offences", *Probation Journal,* 52 (4), 289-294.

BLOOM, Barbara; COVINGTON, Stephanie (2001), "Effective Gender Responsive Interventions in Juvenile Justice: Addressing the Lives of Delinquent Girls", [online], disponível em: http://www.centerforgenderandjustice.org/pdf/7.pdf [acedido em: 14/10/2010].

BURMAN, Michele, BROWN, Jane e BATCHELOR, Susan (2003), "Taking it to heart: girls and the meaning of violence" in Elizabeth Stanko (ed.), *The meanings of violence,* Nova Iorque: Routhedge, pp. 71-89.

CAMPBELL, Anne (1984), *The Girls in the Gangs,* Oxford: Basil Blackwell.

CARLEN, Pat (1988), *Women, crime and poverty,* Milton Keynes: Open University Press.

CHESNEY-LIND, Meda (1997), *The female offender,* California: Sage Publication.

CUNHA, Manuela (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: tráfico e trajectos*, Lisboa: Fim do Século.

DENZIN, Norman (1989), *Interpretive biography,* Londres: Sage.

DUARTE, Vera (2010), "Através do espelho de Alice: vitimação e agência na infracção juvenil feminina", *in* Sofia Neves e Marisalva Fávero (org.), *Manual de Vitimologia*, Coimbra: Almedina, pp. 167-193.

DUARTE, Vera (2011), *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na "delinquência juvenil" feminina,* Tese de doutoramento, Braga: Universidade do Minho.

GELSTHORPE, Loraine, WORRAL, Anne (2009), "Looking for Trouble: A Recent History of Girls, Young Women and Youth Justice", *Youth Justice*, 9 (3): 209-223.

GIORDANO, Peggy, CERNKOVICH, Stephen e RUDOLPH, Jennifer (2002), "Gender, crime and desistance: toward a theory of cognitive transformation", *American Journal of Sociology,* 107 (4): 990-1064.

HOYT, Stephanie; SCHERER, David (1998), "Female Juvenile Delinquency: Misunderstood by the Juvenile Justice System, Neglected by Social Sciences", *Law and Human Behavior,* 22(1): 81-107.

LANCTÔT, Nadine (2008), "A delinquência feminina: a eclosão e a evolução do conhecimento", *in* Marc Le Blanc, Marc Ouimet e Denis Szabo (coords.), *Tratado de criminologia empírica,* Lisboa: Climepsi Editores, pp. 337-371.

LEOTE DE CARVALHO, Maria João (2010), *Do outro lado da cidade: crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento,* Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

LESCHIED, Alan, CUMMINGS, Anne, BRUNSCHOT, Michele, CUNNINGHAM, Alison e SAUNDERS, Angela (2000), *Female Adolescent Aggression: A Review of the Literature and the Correlates of Aggression*, Ottawa: Solicitor General Canada.

LUKE, Katherine (2008), "Are Girls Really Becoming More Violent? A Critical Analysis", *Affilia. Journal of Women and Social Work*, 23(1): 23-38.

MARTELEIRA, Joana (2007), "Estudo de caracterização do perfil dos educandos internados nos Centros Educativos do Ministérios da Justiça a 30 de Junho de 2005", *Infância e Juventude,* 2: 67-186.

MATOS, Raquel (2008), *Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas,* Coimbra: Almedina.

MESSERSCHMIDT, James (1997), *Crime as structured action: gender, race, classe and crime in the making*, Thousand Oaks: Sage.

MESSERSCHMIDT, James (2002), "On gang girls, gender and structured action theory: a reply to Miller", *Theoretical Criminology,* 6 (4): 461-475.

MILLER, Jody (2001), *One of the guys: girls, gangs and gender,* Nova Iorque: Oxford University Press.

PETERS, Sheila (coord.) (1998), *Guiding principles for promising female programming: an inventory of best practices,* OJJDP [online], disponível em: http://www.ojjdp.gov/pubs/principles/ch1_1.html [consultado em:19/12/10].

SHAW, Margaret, DUBOIS, Sheryl (1995), "Understanding violence by women: a review of the literature" [online], disponível em: http://www.csc-scc.gc.ca/text/prgrm/fsw/fsw23/toce-eng.shtml [consultado em: 2/9/2008].

SPINK, Mary Jane (2001), "Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia", *Cadernos de Saúde Pública*, 17(6): 1277-1311.

STEFFENSMEIER, Darrell, SCHWARTZ, Jennifer (2003). Trends in Female Crime: It's Still a Man's World. [online], disponível em: http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartj/pdf/Schwartz%20(Trends).pdf [consultado em: 02/08/2010].

ZAHN, Margaret *et al.* (2010), "Causes and correlates of girl's delinquency", *OJJDP Girls Study Group: understanding and responding to Girl´s Delinquency,* Washington: US Office of Justice Programs.

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 135-159

Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas

Manuel Carlos Silva[*]
Ana Reis Jorge[**]
Aleksandra Queiroz[***]

Resumo

Este texto incide sobre a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres em união de facto ou casamento heterossexual não só revelando as suas concepções a este respeito como confrontando as representações com as práticas sociais nesta matéria e, mediante este exercício, aferir o grau de discrepância entre as mesmas e, por outro, fazer uma breve revisitação teórica para explicar as representações e as práticas inigualitárias de género na relações conjugais.

Tendo por base dados empíricos obtidos a partir de uma investigação centrada nas (des)igualdades de género, nomeadamente através de entrevistas e de um inquérito a 802 pessoas em Portugal Continental, os resultados recolhidos confirmam conclusões de outros trabalhos nacionais e internacionais. Não obstante, a nível das representações, se esboçar uma tendência no sentido de a partilha das tarefas ser encarada duma forma equitativa, persiste a desigualdade entre homem e mulher em desfavor desta na distribuição das tarefas domésticas e respectivas horas semanais despendidas e, em particular, a discrepância entre representações e práticas analisadas por sexo, grupo profissional e escalão etário. Se entre os grupos profissionais menos qualificados e mais velhos há a assunção de que tais tarefas domésticas são mais próprias das mulheres, entre os mais qualificados e mais jovens é mais acentuada uma visão equitativa

[*] Sociólogo. Professor no Departamento de Sociologia e Investigador do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (mcsilva@ics.uminho.pt).

[**] Socióloga. Doutoranda e Investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (ana.j.mr@gmail.com).

[***] Mestre em Cooperação e Políticas Comunitárias e Investigadora Colaboradora do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (aleksandraqueiroz@gmail.com).

Configuracoes 9.indb 135 09-05-2013 16:39:13

quanto à repartição de tarefas, ainda que tal nem sempre se traduza na prática, verificando-se uma tendencial sobrecarga da mulher nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos e outros dependentes.

Palavras-chave: género, família, profissão, desigualdade, Portugal

1. Introdução: o problema e método

São hoje amplamente (re)conhecidos em Portugal diversos e aprofundados estudos sobre a família, para o qual têm contribuído diversos cientistas sociais. Relativamente à questão da divisão sexual do trabalho, dever**ão,** contudo, ser destacadas as recentes investigações coordenadas por Karin Wall (2005) e por Karin Wall e Lígia Amâncio (2007) que, afirmando o crescendo de uma tendência para atitudes mais igualitárias nas últimas décadas ao nível do trabalho, quer pago, quer não pago, não deixam de relevar tanto a diversidade e as assimetrias face a outros países europeus, quanto a especificidade do caso português, no qual se combinam, a este nível, aspectos de cariz moderno e tradicional.

Tal como refere Treas (2010:14), "*o trabalho doméstico permanece um lugar estratégico para o estudo das desigualdades de género*". Este texto incide sobre a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres em união de facto ou casamento heterossexual, não só revelando as suas concepções a este respeito como confrontando as representações com as práticas sociais nesta matéria, aferindo o grau de discrepância entre as mesmas.

Começando por problematizar os diversos posicionamentos relativos ao tópico em discussão, o texto tem por base dados empíricos recolhidos a partir de uma investigação centrada nas (des)igualdades de género, no âmbito da qual foi aplicado um inquérito, com base numa amostra por quotas, a 802 pessoas em Portugal Continental distribuídas por sexo, idade, profissão, tipo de residência (rural ou urbano), activo-não activo.[1] Atendendo à temática, importa notar que, no seio da amostra, tomámos em conta os inquiridos que afirmaram ser casados/viver em união de facto. Além do inquérito, foram ainda realizadas 40 entrevistas.

Os resultados recolhidos confirmam conclusões de outros trabalhos nacionais e internacionais: não obstante, a nível das representações, se esboçar uma tendência no sentido de partilha das tarefas duma forma equitativa, persiste a desigualdade entre homem e mulher em desfavor desta na distribuição das tarefas domésticas e respectivas horas semanais despendidas. Como veremos,

[1] Este inquérito insere-se no quadro de um projecto aprovado e financiado pela FCT e finalizado em 2011 (PTDC/SDE/72257/2006). Nesta amostra por quotas foram tidas em conta as variáveis referidas, sendo de esclarecer que, quanto à variável activo-não activo, tem-se em vista a distinção entre pessoas activas no formal sistema de emprego e as não activas (estudantes, desempregados, reformados), mesmo quando estes possam ser activos nomeadamente no âmbito doméstico. Para além da participação no projecto por parte de Aleksandra Queiroz, agradecemos a recolha suplementar dalgumas entrevistas por Gorety Diogo e Judite Peixoto, finalistas do curso de Sociologia na Universidade do Minho.

Configuracoes 9.indb 136 09-05-2013 16:39:13

verificam-se a este nível variações atendendo a outras variáveis, tais como a pertença profissional e o escalão etário.

Uma das bases explicativas do diferente lugar ocupado pelo homem e pela mulher residiria na divisão sexual do trabalho, a qual, segundo Engels (1980), estaria inclusive na base da propriedade privada e do nascimento do Estado. Sem entrarmos aprofundadamente neste debate, é de relevar que estudos sobre diversos tipos de sociedades, nomeadamente industriais, sustentam que a mulher, quando confinada exclusivamente às tarefas de casa e aos cuidados com os filhos, tende a ver reduzido – e amiúde subvalorizado – o seu papel em termos económicos, bem como a perder espaço de intervenção e decisão nas esferas social, política e cultural. Contrariamente ao trabalho de produção por parte do homem no exterior, que lhe confere uma parcela, maior ou menor, de poder e capacidade de decisão na casa, o trabalho doméstico é tido por periférico e banal, não valorizado e, como tal, tão pouco remunerado. Tal situação recoloca o problema da dicotomia de género e consequente desigualdade entre o trabalho doméstico e o extradoméstico, visível no volume de remuneração e no grau de prestígio. Mais, apesar de cada vez mais a mulher acumular trabalho extradoméstico e doméstico, o seu poder e capacidade de decisão no próprio espaço doméstico não aumenta, comportando ainda assimetrias de género.[2] Assim, desde logo emergem algumas questões: Quais as representações sobre o trabalho doméstico por homens e mulheres e donde vêm tais representações? Há discrepância entre representações e práticas e, em caso afirmativo, como se explica tal discrepância?

Antes de darmos algumas pistas de resposta com base nos resultados empíricos, faremos um breve enquadramento sociológico sobre o conceito de representação social e breve revisitação teórica em torno das práticas inigualitárias de género na família.

2. Representações sociais e práticas: breve enquadramento sociológico

O conceito de representação social remete para imagens e sistemas de referência, formas de reprodução e categorização do pensamento em relação à realidade social com o objectivo de a compreender, interpretar e/ou explicar ou ainda para a classificar e/ou mesmo justificar ou contestar. Neste sentido a noção de representação não é unívoca, mas antes polissémica e detém uma diferenciada densidade explicativa em relação à realidade social, o que é visível nas diferentes interpretações e força heurística e explicativa dada pelos vários fundadores da Sociologia e respectivas correntes de pensamento.

[2] O primeiro autor, retomando o tema a partir de um capítulo da tese de doutoramento e de um outro texto anterior (Silva 1998, 1991), apresentou no VII Congresso Português de Sociologia em 2012 um segundo texto sobre a questão mais sensível das relações entre membros do casal no que respeita o exercício do efectivo poder doméstico em vários aspectos da vida conjugal.

Configuracoes 9.indb 137 09-05-2013 16:39:14

Assim, começando por Durkheim (1974), as representações sociais, embora estejam ligadas a outros factos sociais e sejam elas próprias factos sociais, não são nem ideias inatas nem preexistentes nos indivíduos, à boa maneira kantiana, mas possuem determinadas propriedades inerentes à sociedade e universalmente consubstanciadas na designada consciência colectiva. Ou seja, enquanto elemento constituinte e determinante da realidade social, elas estruturam-se independentemente dos indivíduos e surgem a partir da sociedade para, seguidamente, se reproduzirem através do longo processo de socialização, posição esta partilhada por Parsons (1956), segundo o qual o homem deteria na família a função instrumental enquanto provedor e a mulher a função expressiva, ambas perspectivadas em termos de complementaridade e equilíbrio funcional. Em suma, as representações sociais, designadamente em torno da família e do género, integram-se na definição geral dos factos sociais enquanto "maneiras de pensar, sentir e agir, exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder imperativo e coercitivo em virtude do qual se lhes impõem" (Durkheim 1974: 34).

Numa perspectiva oposta e até antagónica se situa a perspectiva marxista, segundo a qual as representações sociais pertencem à esfera do superestrutural e, como tal, são produtos ou elementos derivados da infraestrutura, com a particularidade de veicularem amiúde as ideias ou ideologias das classes dominantes expressas na arte e na cultura, na moral e na religião, na filosofia ou na política, entre outras (Marx e Engels 1976). É o ser social que determina a consciência e não o contrário. As representações sociais, ideias e concepções presentes na consciência, assim como as ideologias só se poderão entender e explicar a partir da sua base material económica, do lugar objectivo das classes e dos indivíduos na vida económica e social. Releve-se, porém, que certos excertos de Marx e posições de Lukács (1967), Gramsci (1974) e Lefebvre (1977) e vários (neo) marxistas se afastam de uma abordagem monocausal, economicista ou mecânica, realçando a importância da consciência, da linguagem, dos processos de hegemonia e/ou, em contraponto com o racionalismo, revalorizando e contextualizando o senso comum não só em termos de conservação mas também de luta na vida quotidiana, na mudança e na emancipação.

Numa perspectiva intermédia e plural podemos enquadrar a abordagem weberiana (1990). O conceito de representação é traduzido por ideia, concepção, mundividência (*Weltanschauwung*), a qual, comportando juízo de valor, correlaciona-se com a base económica material, a vida mundana e dos interesses, mas não é, contrariamente à visão corrente do marxismo, um simples reflexo desta mas um factor culturalmente significativo, relativamente autónomo e indutor de efeitos próprios.[3]

[3] Para uma abordagem relevando as influências culturais e institucionais, cf. Pfau-Effinger (2010) ou, de modo mais específico, as ideias sobre maternidade, em caso de fraco ou nulo apoio estatal à família e cuidado dos filhos, podem induzir a mulher a cuidar deles em casa (Charles e Cech 2010).

Configuracoes 9.indb 138 09-05-2013 16:39:14

Num entendimento próximo ou convergente com a posição weberiana situa-se a perspectiva quer de Simmel (1977) quer, de certa maneira, Mead (1934) e Goffman (1989), numa abordagem interaccionista, e Schutz (1993) numa perspectiva fenomenológica. Estas correntes dão especial relevo às interacções e representações do 'senso comum' na vida quotidiana, ou seja, às capacidades de negociação, aos significados e às interpretações que os actores fazem das experiências no dia-a-dia.

Apesar de Weber (1978, 1990) se distanciar da interpretação marxista, não descura a ligação das concepções, culturas e mundividências com os respectivos interesses das classes/grupos sociais, designadamente em situação de poder e, nesta óptica, há elementos de continuidade com a perspectiva marxista. Foi aliás nesta base de recuperação dialética da perspectiva marxista e weberiana que Bourdieu (1989) veio relevar a ideia nuclear da representação e do sistema simbólico como produto (*opus operatum*), no sentido marxista, mas igualmente como mecanismo produtor numa perspectiva mais weberiana (*modus operandi*), ambos mediados pelo *habitus,* enquanto sistema de disposições integrador das experiências passadas mas também como matriz de percepções e acções presentes ou futuras.

O tema das representações sociais tem vindo a ser particularmente desenvolvido teórica e empiricamente por psicólogos sociais, sendo de referir como incontornável o legado de Moscovici (1989), segundo o qual as representações sociais compreendem formas de conhecimento socialmente partilhado, provindo da conjugação das formas da realidade social e da construção e interpretação da mesma pelos próprios indivíduos e grupos sociais.[4]

No nosso entender, as representações e mesmo as ideologias não podem ser desligadas das condições de vida objectiva em termos de pertença de género, de classe e, em particular, a fonte de rendimento, os processos de socialização e as correlativas atitudes e preferências inculcadas, mas, tal como o apontam Crompton *et al* (2005), a ideologia conta cada vez menos nas decisões dos próprios actores sobre determinadas questões domésticas, uns com maior, outros com menor grau de autonomia. No caso em estudo, a própria reprodução e persistência de determinadas representações sociais, nomeadamente por parte das mulheres, no sentido da aceitação das assimetrias de género na distribuição das tarefas domésticas prende-se amiúde não só com o seu afastamento do processo produtivo e dos demais recursos externos como com o grau, maior ou menor, de subordinação ideológica, a qual, por sua vez, se articula, numa perspectiva weberiana (Weber 1978), com o diferenciado grau de capacidade negocial e sobretudo de poder de disposição sobre recursos, traduzindo amiúde,

[4] Contrariamente à perspectiva durkheimiana, Moscovici (1989) admite, para além das representações dominantes, as dissidentes e emancipatórias. Em Portugal este tema tem sido também largamente trabalhado por vários psicólogos sociais, entre os quais Vala (1993), Cabecinhas (2004) e, relativamente às representações do masculino e do feminino, Amâncio (1993, 1994); Nogueira (1997).

Configuracoes 9.indb 139 09-05-2013 16:39:14

como refere Bourdieu (1989), formas de dominação masculina. Nesta óptica, importa distinguir até que ponto a ideologia da subordinação sexual vai ou não de par, como refere Dubisch (1986:21), com o efectivo controlo sobre recursos e a capacidade de decisão. Tal inclui, além do domínio sobre a força de trabalho e alheia - quando presente ou convocada -, a planificação e a execução de actividades domésticas e repercute-se em assuntos tais como a procriação e a educação dos filhos, as opções matrimoniais e profissionais destes ou a devolução dos bens. Por outro lado, o facto de as representações e práticas sociais em torno da divisão sexual das actividades domésticas constituírem o objecto central deste texto não pode obnubilar que nos grupos domésticos se articulam os níveis micro e macro, sendo co-estruturados por impactos nacionais e internacionais, designadamente vectores (macro)económicos da sociedade global e determinações institucionais designadamente estatais na esfera simbólica e político-jurídica (cf. Pinto 1985: 120 ss, Santos 1990: 23 ss, Silva 1991, Treas 2010, Sayer 2010). Com efeito, com a inequívoca presença maciça das mulheres no contexto do trabalho remunerado verifica-se, como refere Drobnic (2010:241), uma alteração de papéis de género, sendo bem mais evidente no caso das mulheres que dos homens, cujo envolvimento nas tarefas de produção doméstica é ainda incipiente e/ou selectiva, embora cada vez maior num quadro de negociação de papéis e distribuição de tarefas na esfera doméstica.[5]

As desigualdades na repartição de tarefas entre homens e mulheres, bem como de suas respectivas práticas são diferentemente interpretadas. Certos autores como Pfau-Effinger (2010) relacionam os padrões inigualitários de género no trabalho doméstico com diferentes esquemas culturais ('cultura servil' nos países do sul *versus* culturas igualitárias em países nórdicos) ou a determinadas crenças ou ideologias em torno de determinados valores institucionais como o da maternidade (Charles e Cech 2010) ou do casamento. Com efeito, os valores culturais familistas em torno da maternidade no sul da Europa implicariam uma dedicação plena das mães em contexto familiar (Pfau-Effinger *et al* 2010). Por sua vez, é relevado por Yodanis (2010) o valor psico-cultural da intimidade e comunicação conjugal como factores estruturantes do sucesso matrimonial e duma distribuição mais igualitária do trabalho doméstico, do mesmo modo que, segundo a tipologia de Rohler e Huinink (2010: 199 ss) inspirada no pensamento weberiano, os diversos tipos de modelos ideais de conjugalidade e respectivas relações afectivas marcam de modo diferenciado a divisão sexual do trabalho entre cônjuges: fortemente desigual

[5] Embora possa sustentar-se uma determinada correlação entre grau de recursos e recompensas e medida de poder doméstico e distribuição de tarefas domésticas, tal não ocorre de modo mecânico e, muito menos, absoluto, pois, tal como refere Gupta (1999), homens com menor rendimento e menos horas de trabalho extradoméstico nem sempre dedicam maior tempo às tarefas domésticas por ser entendidas como "tarefas femininas" à luz da ideologia patriarcal dominante.

Configuracoes 9.indb 140 09-05-2013 16:39:14

no tipo de relações afectivas tradicionais,[6] tendencialmente igual na partilha de tarefas nas relações afectivas associativas e variável conforme preferências mas insensível à igualdade em relações afectivas pragmáticas em contextos altamente individualizados.

Outros autores relevam os tipos de regimes de Estado social relativamente às políticas de família e cuidado dos filhos, possibilitando inclusive a formação de outras visões culturais sobre a família, maternidade e cuidado dos filhos, tal como o evidenciaram respectivamente, entre outros, Geist (2005), Esping-Andersen (2009), Treas e Drobnic (2010).[7] Ou seja, de acordo com esta perspectiva político institucional, os diferentes arranjos e impactos na distribuição das tarefas domésticas por género sofrem a forte influência dos respectivos regimes de protecção social. Assim, enquanto os regimes conservadores dão prioridade à maternidade num contexto de dependência económica da mulher, reproduzindo o esquema convencional parsoniano e estimulando a responsabilidade e atribuição à mulher de tarefas domésticas e cuidados dos filhos, o regime liberal realça a liberdade individual e orienta-se para o mercado e correlativa prestação de serviços, o regime social-democrata sublinha os princípios da igualdade, a desmercantilização, a desfamiliarização, o apoio estatal aos filhos e, consequentemente, liberta a mulher de horas de trabalho doméstico em benefício de trabalho extradoméstico pago (cf. Esping-Andersen 2009, Van der Lippe 2010, Sayer 2010, Drobnic 2010). Por sua vez, tal como o evidenciaram Cooke (2010) e Dex (2010), as políticas estatais designadamente educativa e fiscal, a legislação laboral e sobretudo a política de família condicionam o tempo de trabalho doméstico e extradoméstico para homens e mulheres.

3. Divisão sexual de tarefas domésticas: entre representações e práticas

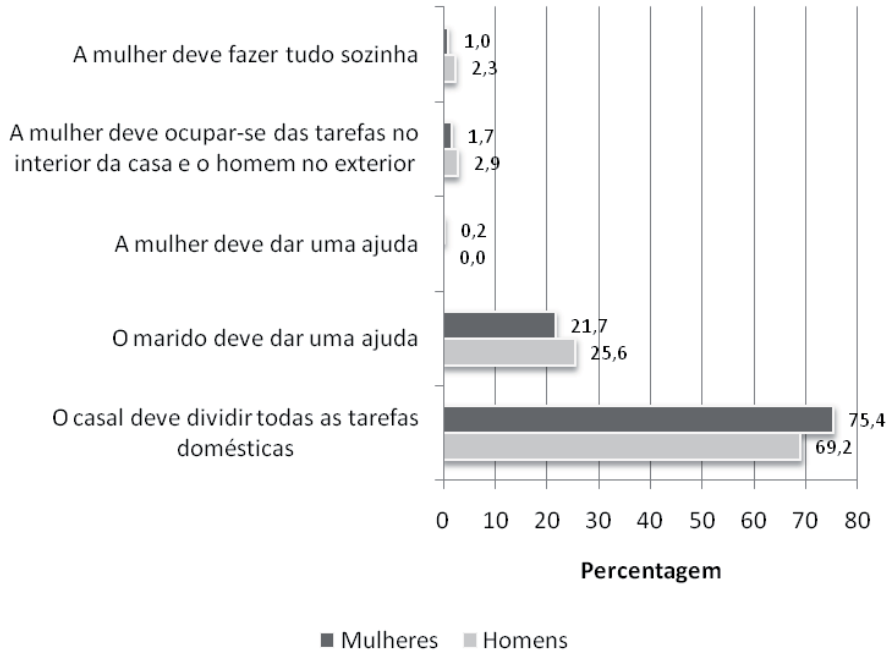
Se a divisão do trabalho doméstico constitui uma matéria problemática e sensível, importa aferir as representações dos inquiridos, materializadas na concepção relativa à forma ideal de divisão do trabalho doméstico, por sexo, o que nos é dado pela figura 1.

[6] A fim de evitar uma leitura simplista e mecânica, é de referir, sendo o objecto e campo de estudo empírico e comparativo o tipo de relações familiares entre alemães ocidentais e orientais, que os autores concluem, num aparente paradoxo, que as famílias da Alemanha do Leste, apesar de se subsumirem no padrão de relações afectivas tradicionais, provavelmente por processos de socialização e pelo facto de as mulheres trabalharem em *full time* e sobretudo pelo lastro da política social do ex-regime estatista no Leste, apresentam um padrão mais igualitário do que na Alemanha ocidental.

[7] Em Portugal, estas matérias têm sido abordadas por Almeida (1986:236 s), 149 s), Silva (1991, 1998), A. Almeida (1993), Wall (1998), Sobral (1999), Torres (2001), Leandro (2001), Portugal (2004), Guerreiro (2005), Marques *et al* (2006), Wall e Amâncio (2007), Machado (2007), Lobo (2009), Amaro (2009), Wall, Aboim e Cunha (2010). Porém, foi Karin Wall e colaboradores (2005) quem, de modo mais sistemático, com base em resultados de um inquérito a nível nacional, analisaram os padrões comportamentais na repartição das tarefas no âmbito doméstico, destacando como relevantes o factor cultural e político-institucional.

Configuracoes 9.indb 141 09-05-2013 16:39:14

Figura 1. Forma ideal de divisão do trabalho doméstico, por sexo (%)



Fonte: Inquérito sobre Desigualdades de Género (IDG), 2011; N=802

Se é notável uma proximidade de respostas por sexo, é, desde logo, mais expressiva, no caso das mulheres, a valorização de uma divisão igualitária de todas as tarefas (75,4% *vs*. 69,2%), denotando-se o inverso nas demais respostas. Além disso, manifestando-se entre homens e sobretudo entre mulheres, maioritariamente, um posicionamento de abertura e equidade na distribuição de tarefas domésticas, tende a persistir, ainda que com menor expressão, uma concepção interiorizada de que 'o marido deve dar uma ajuda' (21,7% mulheres *vs* 25,6% homens), sendo residuais as restantes respostas.

Cruzando os posicionamentos dos/as inquiridos/as sobre a forma ideal de divisão do trabalho doméstico com a profissão ressalta, em primeiro lugar, a concepção largamente maioritária em quase todas as profissões (entre os 52,6% e os 85,4%) de que "o casal deve dividir todas as tarefas domésticas". Esta concepção é mais vincada nos grupos profissionais do pessoal dos serviços, administrativo e técnico intermédio e sobretudo entre os quadros superiores e especialistas de profissões liberais e científicas.

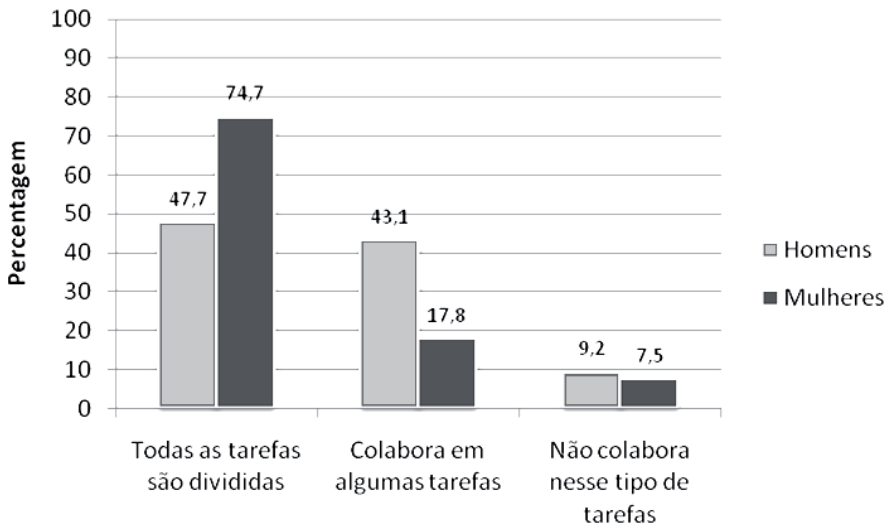
Fazendo o mesmo exercício atendendo ao nível de escolaridade, releva das respostas dos inquiridos, em quase todos os níveis de escolaridade (entre 54,9% e 88,5%), também a concepção de que "o casal deve dividir todas as tarefas domésticas". Este posicionamento é mais acentuado entre os/as inquiridos/as com habilitações relativamente elevadas (desde os 3.º ciclo até curso superior) e

Configuracoes 9.indb 142 09-05-2013 16:39:14

menos expressivo nos grupos menos escolarizados (1º ciclo do ensino básico ou escolaridade inferior). Em suma, há uma correlação proporcional entre habilitação e representação democrática da repartição de tarefas domésticas, o que, à luz das representações ou mesmo da retórica da igualdade de género, os mais habilitados têm capacidade de exprimir-se conforme a norma politicamente correcta. Não raro, porém, este princípio é derrogado nas práticas sociais, remetendo o grosso das tarefas domésticas para a mulher com o eventual efeito de diminuição de horas e salário no trabalho pago extradoméstico[8]; ou, então, o problema é contornado, sempre que o casal tem capacidade económica de transferir, contratando, para uma empregada doméstica a grande parte das tarefas caseiras e mesmo o cuidado quotidiano com os filhos.[9]

Se ao nível dos valores se verifica alguma aproximação entre homens e mulheres, no que concerne a divisão do trabalho doméstico são já notórias algumas diferenças pautadas pela variável sexo, pese embora a tendência geral, na subamostra de casados e unidos de facto, de os inquiridos/as responderem que as diversas tarefas são divididas entre os membros do casal (63,1%). A informação da figura 2 dá conta das diferenças consoante o sexo.

Figura 2. Grau de participação na divisão do trabalho doméstico no casamento, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559

[8] Cf., a este propósito, as conclusões doutros estudos, nomeadamente de Bielby e Bielby (1989), Becker e Moen (1999), Budig e England (2001) e Wall *et al* (2005).

[9] Constatável noutros estudos nacionais e internacionais: Wall *et al* (2005), Van der Lippe *et al* (2004), De Ruyter, Treas e Cohen, (2005), Treas e De Ruyter (2008). Mais presente, segundo a abordagem cultural de Pfau-Effinger (2004), em países de tradição de 'cultura servil' no sul de Europa que nos países nórdicos.

Configuracoes 9.indb 143 09-05-2013 16:39:14

Efectivamente, a figura 2 sugere que a forma de divisão do trabalho doméstico não é independente do sexo. Por um lado, existem significativamente mais mulheres que homens a mencionar que "todas as tarefas são divididas" (74,7% *vs.* 47,7%), o que surpreende, a não ser que as mulheres registem o facto de haver divisão de tarefas sem referência a uma divisão equilibrada das mesmas. Por outro lado, este diferencial poderá entender-se melhor se repararmos que existem significativamente mais homens que mulheres (43,1% *vs.* 17,8%) a referir que "colaboram em algumas tarefas" (χ^2= 46,83, *gl*= 2,559, $p < 0{,}001$), sendo socializados para tal pela própria mulher, tal como refere um dos entrevistados:

> Nas tarefas domésticas dividíamos, senti alguma dificuldade porque em solteiro, na casa da minha mãe não fazia, mas percebi que na vida a dois faz parte também isso. A divisão das tarefas domésticas é importante. Aprendi a fazer algumas coisas na cozinha, a lidar com o aspirador e a limpeza do pó foi feita em comum, e foi ela que me ensinou a fazer isso (entrevista n.º 13).

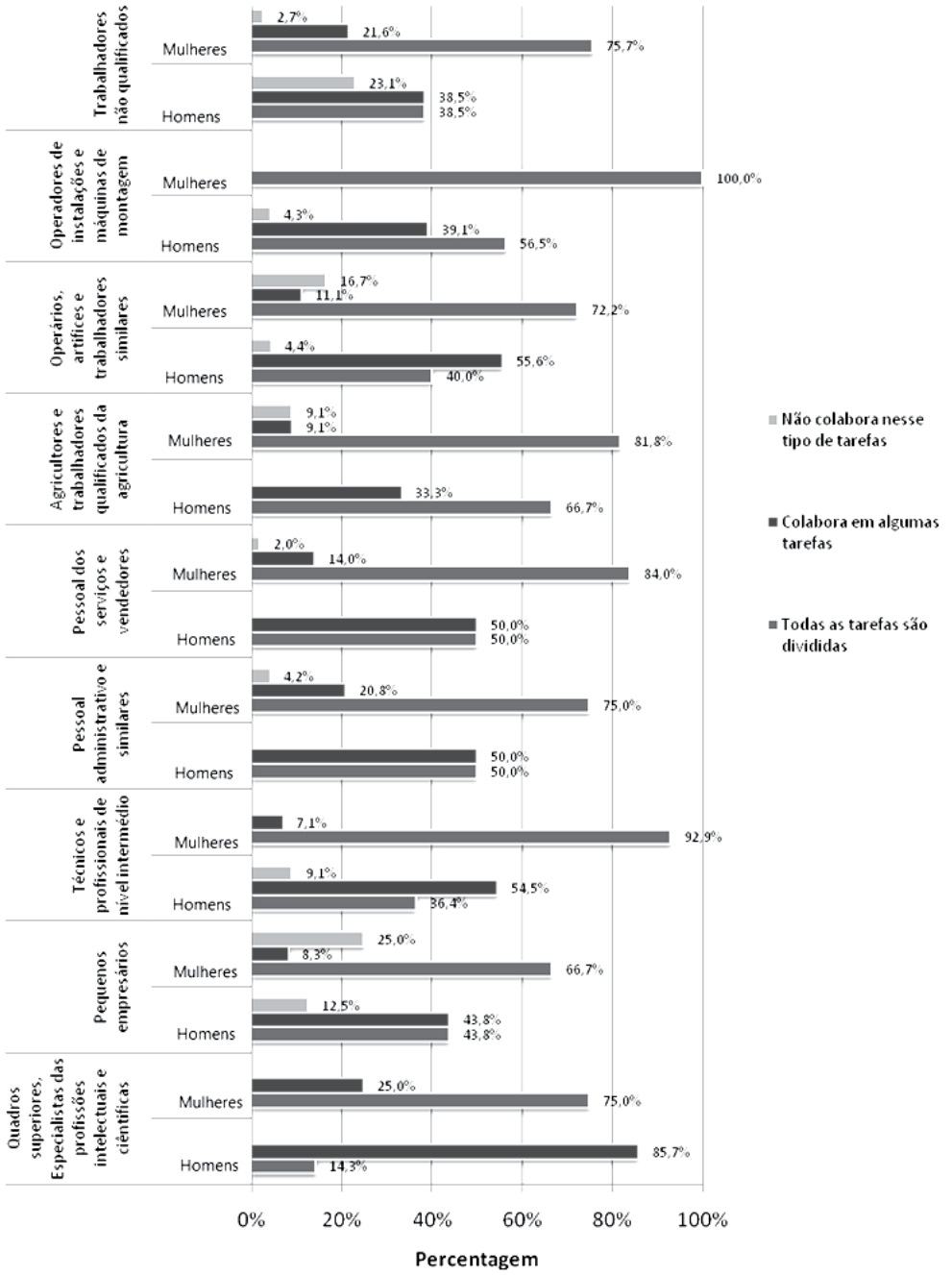
Por fim, a percentagem de inquiridos/as que afirmam não colaborar nesse tipo de tarefas configura-se diminuta, sendo ligeiramente superior por parte de homens (9,2% vs 7,5%), situação esta retratada por uma das entrevistadas: "*Ele não fazia nada. Nunca estava presente. Nem um único chá, se eu estivesse doente, fazia. Nadinha. Não era pai presente, não era marido presente, não era nada*" (A, 51 anos). Ou uma outra: "*O meu ex-cônjuge nunca, nunca tratou das tarefas domésticas nem dos filhos. Compras, acompanhou-me sempre às compras, mas a responsabilidade é minha*" (entrevista n.º 16), sugerindo este último testemunho, por hábito incorporado, haver mulheres que assumem e não partilham as responsabilidades e tarefas com os homens.[10] Introduzindo a variável profissão, verificamos também algumas diferenças relevantes, o que nos é dado pela figura 3.

Desde logo importa referir que são as mulheres, em quase todos os grupos profissionais, quem mais afirmam que "todas as tarefas são divididas", verificando-se as percentagens mais baixas no grupo das 'pequenas empresárias' (66,7%) e as mais elevadas no das 'operadoras de instalações e máquinas de montagem' (100%), grupos nos quais as mulheres se encontram subrepresentadas. As restantes percentagens variam, no caso destas, entre os 72,2% no grupo das 'operárias, artífices e trabalhadoras similares' e os 92,9% no das 'técnicas e profissionais de nível intermédio'.

[10] Semelhante conclusão foi igualmente verificada em estudo de Allen e Hawkins (1999).

Configuracoes 9.indb 144 09-05-2013 16:39:14

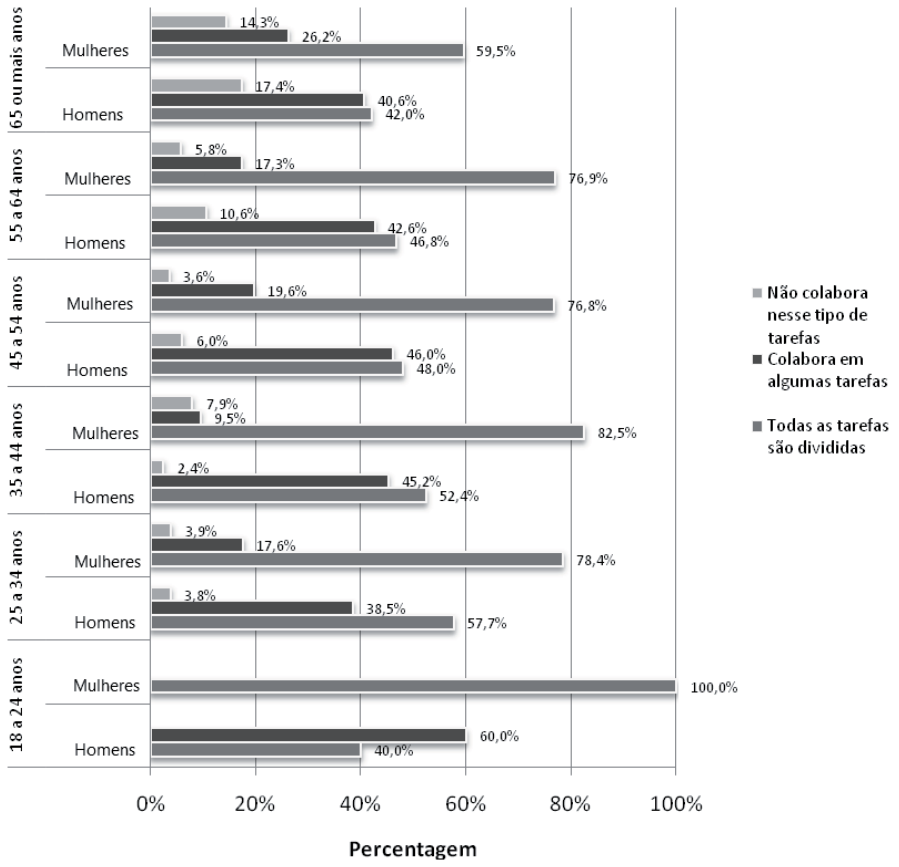
Figura 3. Grau de participação na divisão do trabalho doméstico por profissão e por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=465

Relativamente aos homens, à excepção do grupo dos 'agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura' e dos 'operadores de instalações e máquinas de montagem' – que afirmam com particular incidência que 'todas as tarefas são divididas' (respectivamente, 65,7% e 56,5%) – nos restantes as percentagens mais elevadas (ou em igual proporção) situam-se na afirmação de que 'colaboram em algumas tarefas', sendo de realçar aqui o grupo dos 'quadros superiores e especialistas das profissões intelectuais e científicas (85,7% *vs* 25% no caso das mulheres), conclusão esta convergente com a obtida por Sayer (2010) e Cooke (2004, 2010), na medida em que, para além da interiorização da norma igualitária, tem condições de contratualizar serviços domésticos. Mas vejamos agora a influência da idade neste contexto, passando a analisar as formas de divisão do trabalho doméstico e cruzá-las com os escalões etários, por sexo:

Figura 4. Grau de participação na divisão do trabalho doméstico por escalões etários e por sexo (%)

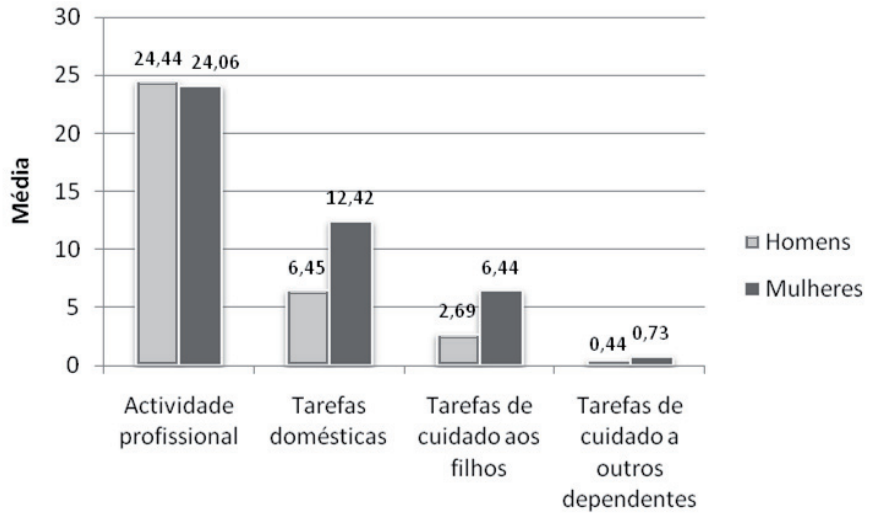


Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 Homens; 419 Mulheres)

Tanto no caso dos homens como das mulheres existe uma tendencial correlação, inversamente proporcional, entre idade e grau de participação nas tarefas domésticas, ou seja, à medida em que se desce no escalão etário, aumenta o grau de divisão das tarefas domésticas, graças a mudanças geracionais nas expectativas de equidade de género no tratamento, disponibilidade de tempo e posse de recursos cognitivos (Sayer 2010: 20 ss). Porém, em termos percentuais, tal situação é bem mais evidente no caso das mulheres (verificando-se apenas valores muito aproximados nos escalões dos 45 e 54 anos e 55 e 64). No caso dos homens é notória uma distribuição mais irregular e, no que concerne à total partilha de tarefas, com percentagens que variam entre os 40% (no escalão dos 18 aos 24 anos) e os 57,5% (no escalão dos 25 aos 34 anos). À excepção dos/as inquiridos/as mais jovens, a não colaboração neste tipo de tarefas surge em todos os grupos etários e é particularmente visível, quer nos homens quer nas mulheres, no grupo dos 65 anos e mais (17,4% e 14,3%).

Uma das formas de medir o grau de ocupação e envolvimento nas tarefas domésticas e de cuidado aos filhos e outros dependentes consiste em saber qual o tempo despendido em diversas actividades, o que nos é dado pela figura 5:

Figura 5. Média de horas semanais despendidas em actividade – o próprio, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 Homens; 419 Mulheres)[11]

[11] Inquiridos/as activos/as N=465 (226 Homens e 239 Mulheres); Inquiridos/as com filhos N=497 (244 Homens e 253 Mulheres). A média global de horas em actividade profissional é baixa por englobar os trabalhos a tempo inteiro, parcial e os ditos inactivos.

Tal como se constata na figura 5, o sexo tem efeito nas horas semanais que o próprio/a despende em "tarefas domésticas" e "tarefas de cuidado aos filhos"[12]. Verifica-se que, comparativamente aos homens, as mulheres despendem, em média, mais horas nestas tarefas, sendo a diferença significativa do ponto de vista estatístico. Com efeito, enquanto os homens dedicam a tarefas domésticas e cuidados aos filhos e dependentes 9,58 horas, as mulheres duplicam o tempo para estas tarefas traduzido em 19,69 horas.

Esta realidade é de resto confirmada mesmo quando se pergunta aos homens e às mulheres inquiridos/as a distribuição de tempo do (ex)cônjuge pela actividade profissional, mais presente entre os homens, em contraponto com tarefas domésticas[13], mais presente entre as mulheres. Confirma-se que a média de horas semanais despendidas na actividade profissional é, em média, de 24,22 horas com o desvio-padrão elevado de 21,60.

As horas semanais despendidas com tarefas de índole profissional apresentam valores que se podem configurar num primeiro momento como algo inesperado e tendencialmente baixo. Contudo, importa notar que tal decorre, em larga medida, da percentagem de inquiridos/as a trabalhar a tempo parcial, sendo que apenas 51,6% dos inquiridos exerce profissão a tempo inteiro. Se considerarmos apenas estas pessoas, a média de horas semanais dispendidas na actividade profissional é de 38,34.

Outros aspectos parecem condicionar o número de horas dedicadas aos diversos tipos de tarefas. Releva aqui a importância da existência ou não de filhos na distribuição das mesmas. Efectivamente, é notória uma tendência para os/as inquiridos/as sem filhos dedicarem mais horas à actividade profissional do que os que têm filhos (respectivamente 30,4 horas *vs* 22,7 horas no caso dos homens e, no caso das mulheres, numa média de 30 horas *vs* 20,8 horas).

Também as horas despendidas com a profissão tendem a influenciar o tempo despendido noutras actividades, como se pode ver de seguida no quadro 1:

[12] O que se vê pelos resultados do teste estatístico, respectivamente, $t(539{,}21) = -7{,}45$, $p < 0{,}001$) ($t(469{,}18) = -4{,}90$, $p < 0{,}001$). Sayer (2010) após confrontar as perspectivas económica e de género sobre o tempo de trabalho doméstico, analisa com base numa amostra internacional (*Multinational Time Use Study*-MTUS), o uso diversificado do tempo, focalizando o estudo sobre o tempo despendido no trabalho doméstico em vários países de 1965 a 2000. Embora com diferenças por países, a autora constata, em geral, uma diminuição de tempo de trabalho doméstico por parte da mulher, um relativo aumento do mesmo por parte do homem, mas mantendo-se a diferença por género (passando de 3,5:1 em 1970 para 1,5 a 2:1 em 2000). No que concerne a Portugal, esta relação de 1,6 nas respostas converge com os resultados de pesquisa realizada por Geist (2010) em relação aos relatos de mulheres e homens sobre o tempo de trabalho doméstico em 35 países com base nos dados da *International Social Survey Programme* (ISSP) em 2002 (no caso de Portugal o cálculo da autora é de 1,28).

[13] Consubstanciando-se este dado nos seguintes resultados: ($t(424) = -4{,}09$, $p < 0{,}001$) ($t(285{,}46) = 8{,}88$, $p < 0{,}001$)

Quadro 1. Média de horas semanais despendidas pelo próprio por situação profissional e por sexo

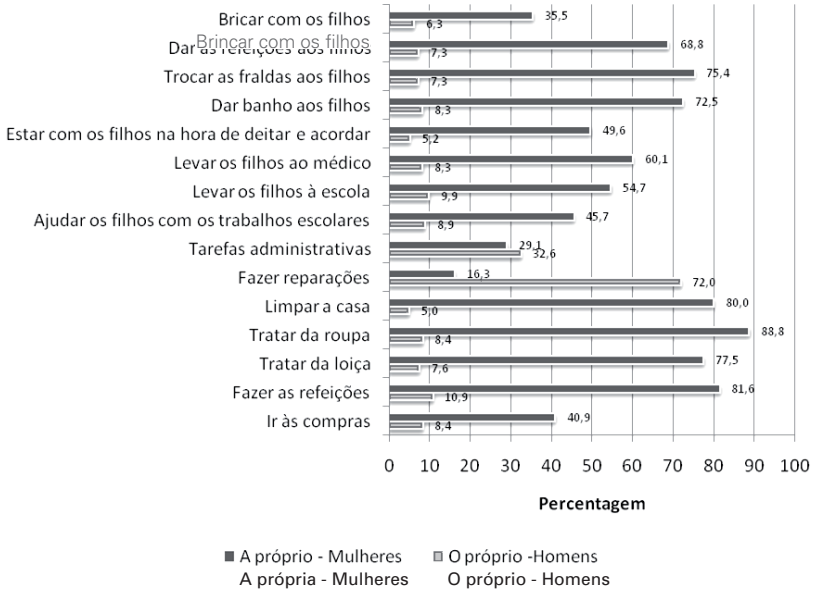
Situação face à Profissão/Trabalho	Actividade profissional (o próprio)		Tarefas domésticas (o próprio)		Tarefas de cuidado aos filhos (o próprio)		Tarefas de cuidado a outros dependentes (o próprio)	
Situação profissional	H	M	H	M	H	M	H	M
Exerce profissão a tempo inteiro	38,71	38,05	5,23	11,95	3,50	6,13	,12	,42
Exerce profissão a tempo parcial	21,67	23,84	6,83	11,40	1,50	8,90	,00	,17
Desempregado(a)	6,92	7,35	9,07	13,62	3,43	7,19	,00	1,43
Desempregado(a) à procura de novo emprego	9,40	,29	8,92	17,87	4,67	15,27	,00	,13
Reformado(a)	5,49	10,04	7,81	11,67	1,08	4,17	1,22	,85
Doméstica	,00	,00	3,33	14,74	,00	6,67	,00	2,65

Fonte: IDG, 2011;N=465

Verifica-se que, independentemente da situação profissional, no que concerne ao tempo despendido na profissão, são as mulheres quem mais tempo dedica a tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos e também ao cuidado a outros dependentes, sobressaindo o grupo das 'desempregadas à procura de novo emprego' e 'domésticas' (em média, respectivamente, 17,87 e 14,74 horas semanais). No caso dos homens, seguindo a tendência acima indicada, é no grupo dos 'desempregados' e 'desempregados à procura de novo emprego' que se verificam médias mais elevadas de horas dedicadas a tarefas domésticas (respectivamente, 9,07 e 8,02) e, em menor escala, ao cuidado dos filhos (3,42 e 4,67), por comparação com os trabalhadores a tempo inteiro e parcial.

São os/as inquiridos/as que trabalham a tempo inteiro os/as que menos tempo despendem em tarefas domésticas e de cuidado, ainda que as diferenças relativamente aos/às que trabalham a tempo parcial não sejam particularmente relevantes no que toca a tarefas domésticas – as trabalhadoras a tempo inteiro despendem, em média, 11,95 horas e as trabalhadoras a tempo parcial 11,40; já os trabalhadores a tempo inteiro despendem 5,23 horas e os trabalhadores a tempo parcial 6,83 horas. Porém, a assimetria na distribuição de tarefas práticas torna-se evidente quando analisamos o volume e o grau de execução de tarefas domésticas específicas por sexo no seio do casal (cf. figura 6).

Figura 6. Execução de tarefas entre membros do casal[14] (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559

O sexo e a respectiva pertença de género afecta de forma significativa todas as tarefas do casal, nomeadamente em termos de auto-percepção. Existem quase sempre mais mulheres do que homens a referir serem elas e não o (ex)cônjuge ou companheiro quem desenvolve as tarefas, quer se trate de tarefas domésticas, quer de cuidados aos filhos e dependentes.[15] Se tal realidade pode ser, em alguns casos, aceite pelas próprias mulheres, não fosse a interiorização de tais normatividades, por parte das mesmas, noutros tende a ser questionada, como demonstra a seguinte passagem de entrevista:

[14] As possibilidades de resposta a estas questões são: "o próprio", "o cônjuge", "o próprio e filhos", "o próprio e cônjuge", "o próprio, cônjuge e filhos" e "não fazíamos estas tarefas". Para simplificar a apresentação gráfica por género, apenas as percentagens para o próprio são apresentadas. O facto de serem limitadas as opções pode condicionar a análise. Em todo o caso é de assumir este tratamento como ilustrativo, mas não deixa de ser relevante na medida em que se trata dos principais protagonistas na casa.

[15] Assumem-se como particularmente relevantes a este nível tarefas como tratar da roupa (88,8% *vs.* 8,4%: χ^2= 404,21, *gl*= 6,559, $p < 0{,}001$); ir às compras (40,9% *vs.* 8,4%: χ^2= 99,48, *gl*= 6,559, $p < 0{,}001$); fazer refeições (81,6% *vs.* 10,9%: χ^2= 311,55, *gl*= 6,559, $p < 0{,}001$); limpar a casa (80% *vs.* 5%: χ^2= 354,55, *gl*= 7,559, $p < 0{,}001$); tratar da loiça (77,5% *vs.* 7,6%: χ^2= 320,20, *gl*= 7,558, $p < 0{,}001$); trocar as fraldas aos filhos (75,4% *vs.* 7,3%: χ^2= 259,22, *gl*= 6,468, $p < 0{,}001$; dar banho aos filhos 72,5% *vs.* 8,3%:χ^2= 226,03, *gl*= 6,468, $p < 0{,}001$); dar as refeições aos filhos (68,8% *vs.* 7,3%: χ^2= 224,79, *gl*= 5,468, $p < 0{,}001$; levar os filhos ao médico (60,1% *vs.* 8,3%: χ^2= 174,93, *gl*= 5,468, $p < 0{,}001$); levar os filhos à escola (54,7% *vs.* 9,9%:χ^2= 128,80, *gl*= 6,468, $p < 0{,}001$); estar com os filhos na hora de deitar e acordar (49,6% *vs.* 5,2%:χ^2= 146,20, *gl*= 6,468, $p < 0{,}001$); ajudar os filhos com os trabalhos escolares (45,7% *vs.* 8,9%: χ^2= 108,72, *gl*= 6,468, $p < 0{,}001$); brincar com os filhos (35,5% *vs.* 6,3%: χ^2= 66,65, *gl*= 6,468, $p < 0{,}001$). Sobre a sobrecarga de tarefas rotineiras e fastidiantes, cf. Blair e Lichter (1991).

> O meu marido tinha comportamento à moda antiga. Achava ele que se mudasse a fralda às crianças, fizesse uma cama ou lavasse a louça perdia a masculinidade. Achava ele que o contributo económico era suficiente, que por sinal era mais pequeno que o meu. Chamem-lhe o que quiserem mas o que eu acho é que certos homens não passam de uns oportunistas. Querem as mulheres para satisfazer as suas necessidades sexuais, e para ter uma criada em casa. Depois…Quem gemer que diga de quê. (entrevista n.º 14)

O teor das tarefas desenvolvidas denuncia a existência de situações diferenciadas consoante o sexo. Em termos gerais, pode afirmar-se que é nas tarefas relativas às lides domésticas, mais rotineiras e menos valorizadas ('tratar da roupa', 'limpar a casa', 'fazer as refeições' e 'lavar a loiça'), que mais se evidenciam discrepâncias, com respostas sempre acima dos 80% por parte das mulheres e abaixo dos 11% por parte dos homens. A única tarefa no contexto doméstico, em que a percentagem de homens que afirma realizá-la é superior, corresponde às reparações domésticas (72,0% *vs.* 16,3%). Relativamente às tarefas que remetem para um maior contacto com o exterior a situação configura-se menos assimétrica, sendo que no caso das 'tarefas administrativas' ou de contacto com serviços são os homens quem percentualmente mais afirma realizá-las, embora por pouca margem (32,6% *vs.* 29,1%).[16] O mesmo não acontece com as idas às compras, uma vez que também aqui é superior a percentagem de mulheres que afirma fazê-lo (40,9% *vs.* 8,4%).

No que remete para as tarefas relacionadas com os cuidados com os filhos/as, as disparidades entre sexos tendem a ser ligeiramente inferiores às relativas às tarefas domésticas, ainda que igualmente elevadas. De qualquer forma é de relevar que elas se assumem particularmente expressivas ao nível das actividades de cuidado, nomeadamente para com crianças de tenra idade ('trocar as fraldas', 'dar banho', 'dar refeições'), situando-se todavia a percentagem de mulheres sempre acima dos 68% e a de homens abaixo dos 10%. Uma das entrevistadas ilustra esta situação: "*O meu ex-cônjuge nunca trocou uma fralda a um filho, nunca lhe deu um biberão, nunca ajudou a estudar nos trabalhos de casa, não fazia uma cama, não sabia cozinhar, não sabia nada dessas coisas*." (entrevista 16).

Ainda que com elevado diferencial, onde é visível alguma colaboração por parte do homem é na tarefa de 'ajuda aos filhos com os trabalhos escolares' (45,7% pelas mães *vs.* 8,9% pelos pais-homens) e, particularmente ao nível da dimensão mais lúdica do cuidado: "brincar com os filhos", o que é levado a cabo

[16] Respectivamente χ^2= 209,63, *gl*= 7,559, $p < 0{,}001$ e χ^2= 17,34 *gl*= 6,559, $p < 0{,}01$). Em todos estes testes do Qui-quadrado verifica-se que algumas das células apresentam frequências esperadas inferiores a 5. Nesta situação o teste não pode ser aplicado com rigor. Assim, procedeu-se à realização do teste do Qui-quadrado por simulação de Monte-Carlo que permitiu confirmar os resultados, com $p < 0{,}001$ para todas as questões, com excepção da simulação para as tarefas administrativas, cujo nível de significância é de $p < 0{,}01$. Por outro lado, a mesma análise, considerando apenas duas das categorias de resposta ("o próprio" e "o cônjuge), confirma que as diferenças observadas são de facto significativas.

Configuracoes 9.indb 151 09-05-2013 16:39:15

por 35,5% das mães *vs* 6,3% dos pais-homens. Uma discrepância ainda acentuada é também visível ao nível das tarefas com os filhos em contexto exterior, como levar os filhos ao médico (60,1% pelas mães e 8,3% pelos pais-homens) ou levar os filhos à escola (54,7% pelas mães e 9% pelos pais-homens).

Por fim, considerando respostas "o próprio e o cônjuge", embora mais assinaladas por homens, há tarefas mais partilhadas por ambos como, por exemplo, a tarefa 'ir às compras', embora mais assinalada por homens (respectivamente 66,1% *vs*. 51,6%), 'ajudar os filhos com trabalhos escolares ou levar os filhos ao médico' (51,6% *vs*. 37% no primeiro caso e 53,1% para 35,9% no segundo). Comparativamente ao passado mais recuado, são sentidas, inclusive por algumas mulheres, certo progresso nas práticas igualitárias, tal como o testemunha uma entrevistada: "*Sabe, eu tive sorte com o pai das minhas filhas, porque ele sempre colaborou nas tarefas domésticas*" (entrevista n.º 8) ou uma outra:

> Não eram divididas irmãmente… mas ajudava muito, na realização de tarefas como, por exemplo, levar e ir buscar os meninos ao colégio, dar banho as crianças, dava apoio nas tarefas escolares, na realização das refeições etc. (entrevista n.º 7)

Atendendo ao grupo profissional e escalão etário de pertença dos/as inquiridos/as não se verificam diferenças significativas, seguindo-se as tendências avançadas relativamente às outras questões analisadas e que devem ser analisadas à luz das desiguais frequências entre grupos.

4. Os cuidados com os filhos: entre a função expressiva e as expressões assimétricas

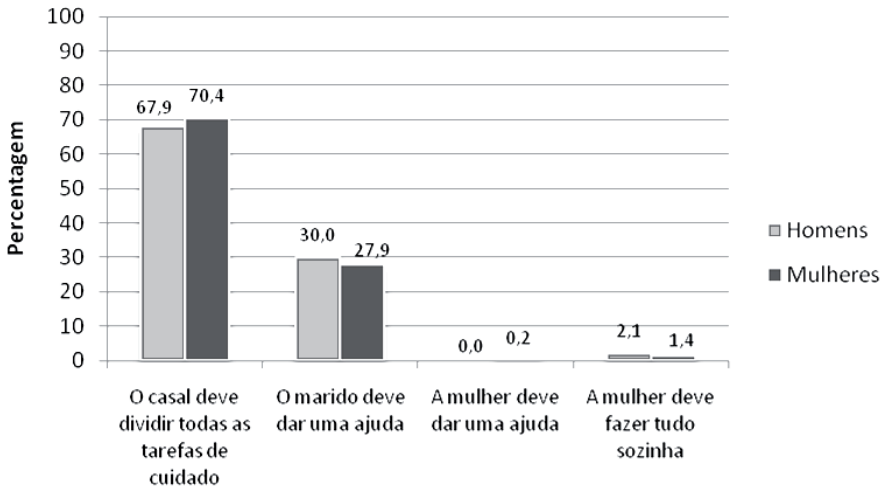
Outro dos pontos-chave na eventual assimetria de género consiste na divisão sexual do trabalho no que concerne o cuidado dos filhos. Verificamos assim que, no quadro da afectividade que parece assumir-se como vector central ao nível da parentalidade, outros aspectos convergem na importância assumida pelos filhos na família, que se prendem quer com com o amor, a alegria e a consequente valorização da conjugalidade, quer com razões de índole mais instrumental, como seja a continuidade patrimonial, aspectos que assumem ligeiras diferenças consoante o sexo.[17] Se é inequívoca a centralidade dos filhos assumida, importa agora analisar uma outra dimensão, que se prende com a forma ideal quanto ao cuidado

[17] Para 53,4% de homens e 52,5% de mulheres os filhos são 'fonte de alegria'; para 12,6% de homens e 11,1% de mulheres os filhos 'simbolizam o amor dos pais'; para 11,1% e 7.8% são fonte de realização pessoal; para 8,8% *vs* 7,8% os filhos são o único amor que dura para sempre; e para 18,7% dos homens e 9% das mulheres os filhos 'darão continuidade à família, nome, património' (χ^2= 24,49, *gl*= 10,483, $p < 0{,}01$). Vanessa Cunha (2005) desenvolve de modo sistemático, no quadro do estudo coordenado por Karin Wall, quatro funções ou dimensões fundamentais dos filhos na família: afectiva, expressiva, estatutária e instrumental.

Configuracoes 9.indb 152 09-05-2013 16:39:16

com os mesmos preconizada pelos/as inquiridos/as. Independentemente do sexo, as respostas, na sua maioria, revelam o entendimento de que o casal deveria dividir, de modo equilibrado, todas as tarefas de cuidado com os filhos (69,2%). No entanto, é ainda relevante a percentagem dos/as que entendem que o marido deve ajudar (28,9%), depreendendo-se deste entendimento que o grosso dessas tarefas deve ser realizado pela mulher. Mas, considerando as respostas a esta questão por sexo, obtemos os resultados que se podem ver na figura 7:

Figura 7. Forma ideal de divisão de cuidados dos filhos, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=497

Como podemos verificar, as diferenças entre homens e mulheres a este nível são diminutas, sendo ligeiramente superior a percentagem de mulheres que afirma que "o casal deve dividir todas as tarefas de cuidados" (70,4% para 67,9%). Já relativamente à opção "o marido deve dar uma ajuda", é entre os homens que a percentagem se assume ligeiramente mais elevada, sem deixar de ser evidenciada pelas mulheres (30% para 27,9%). As respostas expressas nas figuras 2 e 7 são denotativas de que as mentalidades e percepções não só dos homens como das mulheres a este respeito ainda se encontram incrustadas no padrão tradicional,[18] também e sobretudo presente nas respostas residuais de que "a mulher deve fazer tudo sozinha" (2,1% homens vs 1,4% mulheres): "*O que acontece é que somos*

[18] Geist (2010) no seu estudo sobre as discrepâncias nas percepções por género relativamente ao volume de trabalho doméstico, tendo por base os dados da *International Social Survey Programme* (ISSP) confirma a sua hipótese de que as "discrepâncias de género nos relatos sobre trabalho doméstico são maiores quando as disparidades de género na percepção da equidade do trabalho doméstico são maiores" (Geist, 2010: 223).

Configuracoes 9.indb 153 09-05-2013 16:39:16

levados por aquilo que é a tradição e que a sociedade nos incute. Os homens são mais para fora de casa e as mulheres mais para dentro, embora hoje esteja bem diferente (homem, 46 anos). Ou, na opinião de uma das entrevistadas: "*Nunca houve distribuição de tarefas…Talvez culpa minha…porque eu achava que era uma supermulher e conseguia fazer tudo sozinha*" (mulher, 48 anos).

A análise destas concepções atendendo ao grupo profissional de pertença é também demonstrativa de algumas diferenças. Em todas as profissões, sejam homens ou mulheres, a maioria dos/as inquiridos/as considera que 'o casal deve dividir todas as tarefas de cuidado' (com percentagens sempre iguais ou superiores a 50%). As percentagens mais elevadas, quanto às mulheres, verificam-se ao nível das profissões que exigem qualificações intermédias, no grupo dos 'técnicos e profissionais de nível intermédio' (86,4%), do 'pessoal dos serviços e vendedores' (82,4%) e do 'pessoal administrativo e similares (80,6%). Relativamente aos homens (exceptuando os militares em que a percentagem é de 100% mas o número de inquiridos muito reduzido[19]), os únicos grupos nos quais as percentagens superam os 80%, sendo inclusive ligeiramente superior à das mulheres, remetem para os extremos em termos de habilitações e qualificações, relevando os quadros superiores e especialistas das profissões técnicas e científicas' (82,6% vs 77,8%) e os 'operadores de instalações e máquinas de montagem' (80% vs 50%).

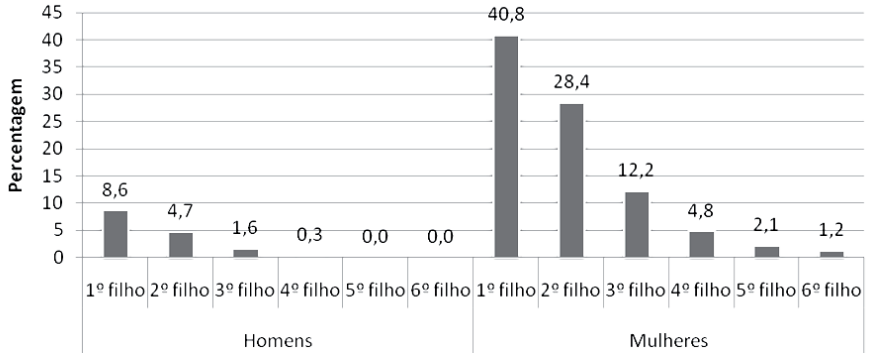
Quanto à resposta 'o marido deve dar uma ajuda', se no caso das mulheres ela apresenta percentagens mais elevadas nas profissões intermédias ou menos qualificadas (operadoras de instalações e máquinas de montagem com 50%, agricultoras com 45,5%, trabalhadoras não qualificadas com 36%, pequenas empresárias com 30,8%), relativamente aos homens tal resposta verifica-se no grupo dos agricultores (54,5%), operadores de instalações e máquinas de montagem com 50%, pequenos empresários (47,4%) e pessoal dos serviços e vendedores (40%). No extremo, em que se assume que 'a mulher deve fazer tudo sozinha', denotam-se percentagens muito residuais, por parte quer de homens, quer sobretudo de mulheres (entre 7,7% e 1,75%).

Tendo presente as concepções e representações sobre a partilha dos cuidados com os filhos, importa contrastá-las com as práticas reais de quem, ainda na pendência do casamento ou união de facto, se encarrega de ficar com os filhos. Questionados a este respeito, os/as inquiridos/as afirmaram maioritariamente que os filhos ficavam a cargo ou do próprio ou do cônjuge desde o primeiro ao quarto filho respectivamente (38%, 25%, 10%, 4%), mas também é relevante, quer na casa com outro familiar (15%, 7%,3%, 1%), quer na creche ou no infantário (15%, 8%, 2%, 1%), havendo muito poucos pais com mais de 4 filhos, aliás com percentagens residuais. Porém, mais relevante é, diferenciando por sexo, atender a quem fica a cuidar dos filhos, o que nos é dado pela figura 8:

[19] Neste como noutros poucos grupos profissionais importa atender aqui ao facto de se encontrarem subrepresentados na amostra, sendo que nestes casos de baixas frequências importa relativizar a análise.

Configuracoes 9.indb 154 09-05-2013 16:39:16

Figura 8. Distribuição dos cuidados quotidianos dos filhos pelo pai ou mãe (%)



Fonte: IDG, 2011; 1.º filho: N=497; 2.º filho: N=299; 3.º filho: N=109; 4.º filho: N=36; 5.º filho: N=13; 6.º filho: N=7

Desta figura se infere que o facto de os filhos ficarem em casa com um dos pais não é independente do sexo. Com efeito, há significativamente mais mulheres do que homens a mencionar que os filhos ficavam em casa consigo[20]. A constatação desta realidade é reforçada quando questionados se os filhos ficavam em casa com o cônjuge. Efectivamente, o facto de os participantes mencionarem que os filhos ficavam em casa com o cônjuge também não é independente do sexo na medida em que há significativamente mais homens do que mulheres a fazerem esta afirmação[21]. Tais afirmações dos homens confirmam que são as suas mulheres a ficarem, na maior parte dos casos, com os filhos.

5. Conclusão

Este texto, enquadrado num projecto de investigação mais ampla sobre as (des)igualdades de género, analisa representações e práticas de homens e mulheres sobre a divisão de tarefas domésticas, traduzindo amiúde discursos e aspirações de repartição (mais) equitativa das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. Estas concepções de "equidade" ainda se revelam, todavia, em parte insatisfatórias, não só por parte de homens que adoptam práticas discrepantes com as opiniões emitidas ou se sentem avessos ou distantes quanto à repartição equitativa de actividades domésticas, como por parte de mulheres que tendem a assumir tais tarefas como suas, aceitando

[20] Através da análise estatística dos dados verificamos, a respeito, os seguintes valores para cada um dos filhos: 1º filho χ^2= 109,36, *gl*= 1,802, $p < 0{,}001$; 2º filho χ^2= 79,36, *gl*= 1,802, $p < 0{,}001$; 3º filho χ^2= 34,09, *gl*= 1,802, $p < 0{,}001$; e 4º filho χ^2= 15,98, *gl*= 1,802, $p < 0{,}001$; 5º filho χ^2= 8,32, *gl*= 1,802, $p < 0{,}01$.

[21] Análise semelhante mas relativa ao cônjuge dá-nos os resultados que se seguem: 1º filho χ^2= 112,00, *gl*= 1,802, $p < 0{,}001$; 2º filho χ^2= 63,05, *gl*= 1,802, $p < 0{,}001$; e 3º filho χ^2= 25,23, *gl*= 1,802, $p < 0{,}001$.

Configuracoes 9.indb 155 09-05-2013 16:39:16

ou relativizando a ausência de participação ou irregularidade de colaboração dos homens nas tarefas domésticas. Por outro lado, o facto de existir alguma colaboração por parte dos homens é potenciada e, subsequentemente, por estes sobrevalorizada. Mais, embora as respostas e discursos apontem para um ideal de repartição paritária de tarefas, as práticas desmentem parcialmente esse ideal normativo, verificando-se, na maior parte dos casos, uma menor participação por parte dos homens em tarefas concretas e em numero de horas despendidas.

Esta discrepância prolonga-se nos cuidados e tempos despendidos com os filhos com sobrecarga para a mulher. Contrariamente à perspectiva legitimadora da visão parsoniana, não se trata de uma função expressiva complementar da função instrumental exercida pelo homem mas antes de uma expressão assimétrica de papéis em prejuízo da mulher. Às representações de complementaridade opõem-se práticas assimétricas de género no espaço doméstico.

Do confronto das várias posições sobre as representações sociais e do contributo sintético de Bourdieu em torno da lógica da prática (1980, 1989) acrescido de algumas perspectivas psicológicas, podemos inferir que as convergências e as discrepâncias entre representações e práticas quotidianas entre homens e mulheres na esfera doméstica derivam dos lugares ocupados por cada no contexto social e familiar e do grau de disposição sobre determinados recursos, não sendo imune ao conjunto de recursos possuídos por cada um. E, mais especificamente, em relação à divisão de tarefas domésticas e cuidados com os filhos no âmbito da relação conjugal, é a condição de mulher e de mãe que acaba por implicar uma sobrecarga de trabalho.

Se as representações sociais não devem ser menosprezadas na medida em que integram e influenciam, de certo modo, as práticas dos actores sociais na vida conjugal, a prática constitui o principal critério aferidor da distribuição (as)simétrica do trabalho doméstico. Se, por um lado, é reconhecida a discrepância entre representações e práticas quer entre as mulheres, quer mesmo entre os homens, também é verdade que os dados do inquérito e das entrevistas evidenciam que, nas experiências e práticas no quotidiano de homens e mulheres e respectivos contextos familiares, há elementos não só de conservação mas também de mudança e progresso, nomeadamente alguma diminuição nas assimetrias de género no espaço doméstico. Por outro lado, se as representações e opiniões convergentes expressas por homens e mulheres traduzem ora atitudes e práticas reveladoras de afectos e emoções ora interesses comuns induzidos ou não ideologicamente, as diferenciadas representações e sobretudo práticas por sexo são denotativas de certos interesses opostos específicos de género e, como tal, exigem mudança de papéis, representações e mentalidades, assim como a colaboração de empresas e sindicatos e, sobretudo, adequadas políticas públicas.

Configuracoes 9.indb 156 09-05-2013 16:39:16

Bibliografia

ALLEN, Sarah e HAWKINGS, Alan (1999), "Maternal gatekeeping: Mother's beliefs and behaviors that inhibit greater father involvement in family work" in *Journal of Marriage and the Family*, 61: 199-212.

ALMEIDA, Ana Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias do Barreiro*, Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

AMÂNCIO, Lígia (1993), "Género – representações e identidades" in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14:127-140.

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto:Afrontamento.

AMARO, Fausto (2009), "Políticas Públicas de Família – Algumas Tendências" in *O sentido de mudança: políticas públicas em Portugal, 2005-2009*, Lisboa: Fundação Res Publica, pp. 71-82.

BECKER, Penny E. e MOEN, Phylis (1999), "Scalling back: Dual-earner couples work-family strategies" in *Journal of Marriage and Fami*ly, 61: 995-1007.

BIELBY, William e BIELBY, Denise (1989), "Family ties: Balancing commitments to work and family in dual earner households" in *American Sociological Review*, 54:776-789.

BLAIR, Sampson L. e LICHTER, Daniel T. (1991),"Measuring the division of household labor: gender segregation of housework among American couples" in *Journal of Family Issues*, 12:759-790.

BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris: Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre (1998), *La domination masculine*, Paris: Seuil.

BUDIG, Michele e ENGLAND, Paula (2001), « The wage penalty for motherhood » in *American Sociological Review*, 66: 204-224.

CABECINHAS, Rosa (2004), "Representações sociais, relações intergrupais e cognição social" in *Paidéia*, Vol. 14, 28, 125-137.

CHARLES, Maria e CECH, Erin (2010), « Beliefs about Matenal Employment » *in* J.Treas e S. Drobnic (eds), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Standford, California: Standford University Press, pp. 147-174.

COOKE, Lynn Prince (2004), « The gendered division of labour and family outcomes in Germany » in *Journal of Marriage and Family*, 66 :1246-1259.

COOKE, Lynn Prince (2010), « The Politics of Household » *in* J.Treas e S. Drobnic (eds), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Standford, California: Standford University Press, pp. 59-78.

COMPTON, Rosemary, BROCKMANN, Michaela e Lyonette, Clare (2005), «Attitudes, women's employment and the domestic division of labour» in *Work, Employment and Society*, 19:213-233.

CUNHA, Vanessa (2005), "As funções sociais dos filhos" in K. Wall (org.), *Famílias em Portugal – Percursos, Interacções e Redes Sociais*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

DEX, Shirley (2010), « Can the State Policies Produce Equality in Housework » *in* J.Treas e S. Drobnic (eds), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Standford, California: Standford University Press, pp. 79-104.

DROBBNIC, Sonja (2010), « Concluding Thoughts on the Societal Context of Housework », *in* J.Treas e S. Drobnic (eds), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Standford, California: Standford University Press, pp. 241-251.

DUBISCH, Jill (1986), «Introduction» *in* J. Dubisch (org), *Gender and Power in Rural Greece*, Princeton, Nova Jersey : Princeton University Press.

DURKHEIM, Emile [1974(1895)], *Las reglas del método sociológico*, Madrid:Morata.

ENGELS, Friedrich (1980), *A origem da família, da propriedade e do Estado*, Lisboa: Editorial Presença.

ESPING-ANDERSEN, Gosta (2009), *Três Lições sobre o Estado-Providência*, Lisboa: Campo da Comunicação.

GEIST, Claudia (2005), «The welfare state and the home: Regime differences in the domestic division of labour» in *European Sociological Review*, 69:751-767.

GEIST, Claudia (2010), «Men and Women's Reports about Housework» *in* J. Treas e S. Drobnic (eds), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Standford, California: Standford University Press, pp. 217-240.

GOFFMAN, Erving (1989), *A representação do eu na vida quotidiana*, Petrópolis:Vozes.

GRAMSCI, Antonio (1974), *Obras escolhidas*, , I e II, Lisboa: Estampa.

GUERREIRO, Maria das Dores (2005), "A divisão familiar do trabalho" in K. Wall (org.), *Famílias em Portugal – Percursos, Interacções e Redes Sociais*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

GUPTA, Jansij (1999), "The effects of marital status transitions on men's housework performance" in *Journal of Marriage Studies and the Family*, 61:700-711.

LEANDRO, Maria Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa: Universidade Aberta.

LEFEBVRE, Henry (1977*), Critique de la vie quotidienne,* Paris:L'Arche.

LOBO, Cristina (2009), *Recomposições familiares: dinâmicas de um processo de transição*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

LUKÁCS, George (1967), *Existencialismo ou Marxismo?*, São Paulo:Senzala.

MACHADO, Helena (2007), *Moralizar para identificar. Cenários da investigação judicial de paternidade,* Porto: Afrontamento.

MARQUES, Ana P., Silva, M. Carlos e Veiga, Carlos (2007), *Assimetrias de Género e Classe. O caso das empresas de Barcelos*, Barcelos: Kerigma.

MARX [1971 (1859), *Contribuição para a crítica da economia política*, Lisboa: Estampa

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1976(1846)], *A ideologia alemã*, Lisboa: Presença.

MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and Society*: *from the Standpoint of a Social Behaviorist*, Chicago: University of Chicago Press.

MOSCIVICI, Serge (1989), «Des representations collectives aux Representations Sociales» *in* D. Jodelet (org), *Les representations sociales* : 62-86, Paris : Presses Universitaires de France.

NOGUEIRA, Conceição (1997), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social*. Braga: Universidade do Minho.

PARSONS, Talcott (1956), «Family Structure and the Socialization of the Child» *in* T. Parsons e R. F. Bales (orgs), *Family, Socialization and Interaction Process*:35-131, Londres: Routledge and Kegan Paul.

PFAU-EFFINGER, Birgit (2004), « Socio-historical paths of the male breadwinner model:An explanation of Cross-National differences » in *British Journal of Sociology*, 55 :377-399.

PFAU-EFFINGER, Birgit (2010), «Cultural and Institucional Contexts» *in* J. Treas e S. Drobnic (eds), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Standford, California: Standford University Press, pp. 125-146.

PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto:Afrontamento.

PORTUGAL, Sílvia (2004), "Retórica e acção governativa na área das políticas de família desde 2004" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 81-92.

ROHLER, Karl Alexander e HUININK, Johannes (2010), "Pair Relationships and Housework" *in* J. Treas e S. Drobnic (eds), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Standford, California: Standford University Press, pp. 192-213.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), "O Estado e o Direito na transição pós-moderna" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30:13-43.

SAYER, Liana (2010), "Trends in Housework" *in* J. Treas e S. Drobnic (Eds.), *Dividing Domestic Men, Women and Household*, Standford: Standford University Press, pp. 19-38.

SCHUTZ, Alfred (1993), *La construción significativa del mundo social. Introducción a la Sociología compreensiva*, Barcelons:Editorial Paidós.

SILVA, Manuel Carlos (1991), "Casa e casas em espaço rural minhoto: o poder doméstico" in *Cadernos de Noroeste,* vol 4, n 6-7:79-99.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Nororeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.

SILVA (2004), "Honra e vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo de mulheres?" *in* J. Portela e J.C.Caldas (orgs), Portugal-Chão:67-86, Oeiras:Celta Editora.

SIMMEL, Georg (1977), *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización*, 2 vols., Madrid: Revista de Occidente/Alianza Editorial.

SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: passado e presente na vida de uma freguesia da Beira,* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*. Oeiras:Celta.

TREAS, Judith (2010), "Why Study Housework?" *in* J.Treas e S. Drobnic (eds), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Standford, California: Standford University Press, pp. 3-18.

TREAS, Judith e DE RUYTER, Esther (2008), "Earnings and expenditures on household services in married and cohabiting unions" in *Journal of Marriage and Family*, 70:796-805.

VALA, Jorge (1993), "Representações sociais e psicologia do conhecimento quotidiano" in J. Vala e M.B. Monteiro (orgs), *Psicologia Social*:475-502, Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian.

VAN DER LIPPE, Tanja, TIJDENS, Kea e DE RUYTER, Esther (2004), "Outsourcing of domestic tasks and timesaving effect" in *Journal of Social Issues*, 25: 216-240.

VAN DER LIPPE, Tanja (2010), "Women's employment and Housework" *in* J. Treas e S. Drobnic (eds), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Standford, California: Standford University Press, pp. 41-58.

WALL, Karin (1998), *Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa: Dom Quixote.

WALL, Karin (2005), *Famílias no Portugal Contemporâneo – Percursos, Interacções, Redes Sociais,* Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais

WALL, Karin, ABOIM, Sofia e CUNHA, Vanessa (orgs.) (2010), *A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

WALL, Karin e AMANCIO, Lígia (2007), *Família e Género em Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciencias Sociais.

WEBER, Max, [1990 (1905)] *A ética protestante e o espírito do capitalismo,* Lisboa:Presença.

WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.

Configuracoes 9.indb 160 09-05-2013 16:39:16

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 161-180

Exceder os limites: a crítica feminista contemporânea na obra de Ana Bê

Lennita Oliveira Ruggi[*]

Rosimeire Barboza Silva[**]

Resumo

São diversos e instigantes os debates sobre a literatura como *locus* frutífero tanto para a reprodução de discursos misóginos quanto para a criação de novas enunciações femininas/feministas. Inspirada em tais debates, este artigo pretende elaborar sobre a escrita feminista contemporânea tendo como ponto de partida a obra da poeta portuguesa Ana Bê Pereira. Jovem autora à margem do mercado editorial de grande porte, Ana Bê redimensiona a literatura engajada, conjugando a experimentação estética com o exame minucioso da inserção das mulheres na sociedade, interrogando e re-criando concepções sobre o corpo e a linguagem para extrapolar molduras e limites.

Palavras-chave: Poesia feminista contemporânea, crítica feminista, literatura engajada, corpo.

[*] Socióloga, Professora de Sociologia da Educação na Universidade Federal do Paraná (lennitaruggi@hotmail.com).

[**] Psicóloga, doutoranda em Sociologia no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (rose.bs@uol.com.br).

Configuracoes 9.indb 161 09-05-2013 16:39:16

Prólogo

a oportunidadE privA a teoriA
SER penteando as mães as putas
as mães que engolem as putas
as putas que vomitam as mães
as mães que rasgam as putas
as putas que se salvam das mães
e PRINCIPALMENTE o homem-todo-alicerce
que as nomeou rotulando na
mera ejaculação de armários onde
pudesse depor os pés
garras construídas sobre o pó
o en carne *ser* mirrado sustendo dinamismos

Convulsa, abrangente, sem concessões: "as mães que engolem as putas/ as putas que vomitam as mães" (Pereira, 2007: 14). Incômoda. "A oportunidadE privA a teoriA/ SER penteando" remexendo e escavando lugares, redefinindo espaços matizados pela experiência corporéa "as putas que se salvam das mães", porque a vida em si não permite linearidades, nem tampouco respostas fáceis, antes, a palavra é uma forma de questionar significados amplamente visitados por mães e por putas, o lugar social da opressão, que as nomeia e coage, relegando-as, por meio de discursos-rótulos a um espaço subalterno e movediço onde, para se sobreviver, é necessário ter garras e lutar "sustendo dinamismos".

Subverter os limites, para desvalidá-los: assim é Ana Bê, sua poética e escrita científica: sem meias palavras, o princípio é sempre o espaço que ocupa para dizer a que veio. A luta começa a ser travada no espaço de uma folha, antes mesmo de ela se converter em poesia, já que sua escrita é imagética e sensorial. Um exercício quase palpável, imediato, visceral.

Ana Bê, 36 anos, portuguesa, nascida no Distrito de Coimbra, é poeta, como faz questão de ser chamada (e não poetisa) e utiliza sua arte como uma forma de denúncia contra a estupidificação, contra o imobilismo e contra os inúmeros preconceitos enraizados no âmago de nossas práticas cotidianas, banais. Escreve, como diz, contra os "apagamentos, ocultamentos e invisibilidades" (Pereira, 2008). Poeta e militante feminista, lésbica e, pelos direitos das pessoas com deficiência, o currículo de Ana inclui a licenciatura em Letras inglês/ alemão e o mestrado em Sociologia na linha de estudos de Pós-Colonialismos e Cidadania Global, ambos pela Universidade de Coimbra. Actualmente é doutoranda na Universidade de Lancaster no Reino Unido. Dedicada a traduções para língua portuguesa, circula com familiaridade entre a literatura feminista de língua inglesa, tendo especial predileção pela obra da estadunisense Toni Morrison.

Configuracoes 9.indb 162 09-05-2013 16:39:17

Jovem autora à margem do mercado editorial de grande porte, Ana Bê redimensiona a literatura engajada, conjugando a experimentação estética com o exame minucioso da inserção das mulheres na sociedade. Consciente das armadilhas misóginas implícitas nas línguas europeias modernas, esfacela as barreiras estabelecidas para reivindicar seu espaço de enunciação, simultaneamente pessoal e político, já que não seria possível divorciar as duas instâncias. A leitura paralela de suas duas principais obras permite aceder às sutilezas, inovações e desafios propostos.

Partimos, portanto, de sua coletânea de poemas intitulada "As patas posteriores das pulgas" (2007) e da dissertação de mestrado concluída em 2008: "Viagem ao interior da sombra: deficiência, doença crónica e invisibilidade em uma sociedade capacitista", para tentar repensar os espaços que ocupamos, nossas concepções de corpo e experiência e a contribuição crítica dos feminismos, suas escritas, poéticas e suas lutas para a consolidação de um conhecimento realmente comprometido e emancipatório, que busca a liberdade, desestabilizando consensos e naturalizações, resignificando-os para além dos limites e das molduras.

1. Excede(ndo)r a semântica das molduras[1]

> o tempo e suas altas construções de metal abrangentes toda a anatomia do sonho uma casca. casca ta de papel imprimindo-se um ritmo de unhas ao pescoço desliza dando-se era. (Pereira, 2007: 12).

Uma moldura é um limite. Uma espécie de cerca que fixa e circunscreve algo a determinado espaço. Por isso mesmo, uma moldura reduz e restringe dimensões, ideia que seria inconcebível para a poesia de Ana Bê: poesia que se quer possibilidade, subvertendo idéias e temporalidades, o EXCEDER as convenções torna-se exigência quando buscamos explorar os sentidos e sentires de que é feita sua luta, sua literatura.

Numa gramática ousada, que mistura texturas, sensações tácteis, antónimos e devires, Ana une materialidades (moldura) e discursos (semântica) no mesmo espaço, evocando-os integrados, para falar de tudo aquilo que nos restringe: exceder essa dinâmica das molduras é um convite provocador, claramente uma proposta para extrapolarmos o conhecido, o comum, o visível, o confortável e questionarmos espaços que estão para além das aparências. Ana brinca com as convenções, para *des*convencioná-las.

Aqui o desafio é *re*-olhar o mundo por meio de suas fissuras para ampliá-lo. Revolver a camada de ensimesmamento que nos imobiliza para podermos tocar

[1] Título emprestado de "Génios", poema disponível em: http://www.ana-b.com/genios.html (consultado em 20 de Outubro de 2012).

estruturas tão ambiciosas como "o tempo e suas altas construções de metal abrangentes [onde reside] toda a anatomia do sonho" (Pereira, 2007:12).

EXCEDER por isso mesmo é mandatório, uma forma de dizer que ultrapassar as aparências é ir em direção a um mundo ocultado, silenciado que, mesmo aparentemente não-existente[2], é criado assim ativamente. Ana propõe um contínuo movimento, um dentro-fora-dentro de nossas reflexões – "imprimindo-se um ritmo de unhas ao pescoço" – sejam elas literárias ou cidadãs. É nesse exercício de forçar os limites para além do imediatamente perscrutável que Ana situa seu livro: "as Patas Posteriores das Pulgas têm a ver exatamente com o que está de fora, o quê todas/os rejeitam, o quê ninguém vê, e também, com o quê a maioria das pessoas não consideraria poético ou de relevo", diz-nos.

Seu posicionamento situado e incorporado[3], excede limites quando desoculta e deslinda exclusões. Como feminista que assume explicitamente seu lugar de enunciação, Ana Bê também situa o corpo material como lugar da luta política, que é seu corpo-voz-sujeito-de-si-mesma/o:

> Em primeiro lugar, como uma pessoa com deficiência que tem uma doença crónica não posso nem quero ter uma posição neutral face às questões que aqui abordo [refere-se à sua dissertação de mestrado]. A minha postura é eminentemente política no sentido em que pretendo advogar claramente os direitos das pessoas com deficiência e doença crónica. Este não será por isso um estudo influenciado por abordagens positivistas que defendem o distanciamento da investigadora relativamente ao assunto estudado. Do meu ponto de vista, não existe neutralidade possível face à opressão, à exclusão e à discriminação. Eu sei exactamente de que lado quero estar e qual a importância de por ele lutar (Pereira, 2008:16).

Escrita engajada e que se assume como tal, o EXCEDER aqui também funciona como uma espécie de prevenção contra as supostas neutralidades, desafiando posições que se arrogam não militantes, descomprometidas. Participante, durante muitos anos, da experiência intitulada como Oficina de Poesia[4], Ana Bê sofreu influências da escola L=A=N=G=U=A=G=E, criada nos Estados Unidos por Charles Bernstein, poeta e professor que defende explici-

[2] "Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível" (Santos, 2002: 245).

[3] Para um conceito abrangente sobre os conhecimentos situados e a objectividade incorporada e suas contribuições à teoria feminista ver sobretudo: Haraway 1995).

[4] A "Oficina de Poesia" é um curso-livre (semestral) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o apoio do Centro de Estudos Sociais, coordenado por Graça Capinha: "Neste curso, o discurso poético é entendido como um marginalizado discurso do conhecimento e como uma prática de cidadania: um trabalho de intervenção sobre a linguagem do senso-comum, e uma responsabilidade de interferir na ordem do mundo (sobretudo na ordem do mundo daqueles que nunca foram expostos ao discurso poético). Deste entendimento resultam as leituras públicas e o interesse pela exploração de outras linguagens do saber". Definição da Oficina disponível em: http://www.ces.uc.pt/projectos/novaspoeticas/pages/portugues/oficina-de-poesia.php?lang=PT (Consultado em 20 de Outubro de 2012).

Configuracoes 9.indb 164 09-05-2013 16:39:17

tamente o caráter político e militante que sua escola desempenha no cenário poético mundial: "Fingir que não se é militante, que se está acima do combate, separando o «melhor» do «pior» sem «rancores ideológicos» – como dizia recentemente um poeta por sinal bem militante, afirmando a sua militância no ato de a negar – é uma forma, por demais recorrente, de mistificação e má-fé, que tem como objetivo reforçar a autoridade das nossas próprias afirmações" (Bernstein, 1997: 102).

Por meio dessa perspectiva política explícita, que funciona como antídoto contra a paralisia social e a arrogância individual, Ana Bê constrói uma poética-escritura que se realiza no corpo e por meio dele: dizer-se e saber-se é também uma forma de repensar-se e colocar-se para além dos limites, interiores e exteriores e, sobretudo, marcar presença no mundo, ocupar espaços, forjar diálogos "chamando poesia às fendas, excesso, às obstruções" (Bernstein, 1997: 110), propondo coletividade no ato mesmo de nomear-se a si em relação com outras/os. Esse exercício, que se traduz em atividade extenuante e colectiva, é também exigência histórico-material:

> …é de extrema relevância dizermo-NOS. Se eu me digo deficiente e pessoa com doença crónica, eu preencho esse espaço no mundo. Eu passo a habitar uma espacialidade que torna essas características visíveis. O problema, naturalmente, é que nem sempre é fácil dizermo-nos. As pessoas com doenças crónicas vivem constantemente nesta angústia. É possível que sejam penalizadas por se dizerem e é possível que o oposto aconteça, como o meu trabalho de campo elucidou. A própria volatilidade e imprevisibilidade da doença coloca-as num espaço indefinido com o qual tanto elas como os outros têm dificuldade em lidar. O facto de vivermos numa sociedade habituada a suprimir qualquer conhecimento relacionado com a doença e que a vê exclusivamente a partir de um paradigma biomédico faz com que não tenhamos mecanismos efectivos de com ela nos relacionarmos (Pereira, 2008: 230).

Quando EXCEDE o visível, Ana amplia os limites de si, mas não só. Sabe que as delicadas estruturas que tecem as invisibilidades cotidianas, com as quais nos deparamos, é uma construção dinâmica e, por isso, somente poderemos *des*-tecê-las colectivamente. Quando se diz – note-se: é impossível dizer-se em singular, e por isso o sujeito de sua dissertação é colectivo – sublinha, "é de extrema relevância dizermo-NOS" (Pereira, 2008: 230), Ana sabe o quanto está implicada nesse processo, vencer as opressões é uma constante luta pela liberdade, pelo EXCEDER as bordas do que nos cerca constrangendo nossa ação no mundo e, essa implicação só se faz, por meio da integralidade. Ana, ocupa assim um espaço e por isso compreende que a liberdade é um caminho e não um estado: "uma prática que nos capacita a construir – coisa que só podemos fazer colectivamente – compostos articulados e nesse sentido necessários, por sua vez

Configuracoes 9.indb 165 09-05-2013 16:39:17

compartilhados e desejados, cuja eficácia consista no aumento da potência de actuar colectivamente." (Galcerán, 2009: 109).

É a tessitura entre conhecimentos situados, corporificados e políticos que vai dando forma e aumentando essa potência de actuar colectivamente de que nos fala Galcerán (2009). Seu corpo-voz-sujeito e escrita conjugados fazem de Ana e sua corporalidade elemento fundamental na desconstrução de barreiras e molduras.

O EXCEDER, palavra que vai adquirindo amplos e novos significados nessa escrita é também um jogo maleável que se diz na multiplicidade, nos encontros e desencontros de um conhecimento corporificado-visceral, político, explícito e como não poderia deixar de ser: exercício solidário e colectivo que só é compreendido por meio de palavras como liberdade, um olhar *além* e *para além* das aparências que nos cerceiam e invisibilizam.

Ana, em suas escritas, se metamorfoseia em múltiplo exercício, experiencial, nunca definitivo. Seu corpo, uma articulação *através* dos limites e *para além* deles, fala, em si, de uma imensidade de corpos: "O problema, naturalmente, é que nem sempre é fácil dizermo-nos. As pessoas com doenças crónicas vivem constantemente nesta angústia" (Pereira, 2008: 230).

Nesse contexto a neutralidade é impossível e a liberdade necessária para a acção política, uma exigência premente. As subjectividades são corpos entrelaçados que entremeiam vivências. Ana não é apenas uma, fique claro, mas sim uma multiplicidade de sentires, de sujeitos. O que também não é fácil, já que "é um desafio escolher o lugar desde onde podemos nos repensar sem cair na banalidade ou no refúgio categorizante" diz Maria Galindo, artista e feminista[5].

Entretanto, para além da consciência, os sentidos do mundo são muito mais complexos e emaranhados, não basta apenas se "repensar", provoca Ana, é necessário ir lá, onde na bifurcação do corpo, aninha-se a dúvida, a angústia e o sentir se faz imperativo. Para além de subjectividades e agência, somos sujeitos nómadas, em constante mutação e convivemos todas e todos com o medo, a rejeição, com o que é impossível de ser só afirmação:

> essa sílaba colada à articulação do espaço na modificação do absurdo deste eclipsado passado medido pela língua da espinha. tornando-se a ficção daquela espera. não esperavas a ausência nem a bifurcação das sementes nem o semear das raízes da delonga na tentativa da tentativa. saberias as longas pestes nos buracos negros dos continentes onde a matéria se arrasta e parte de uma partida fusca e ofuscada como só a partida se sabe por dentro dela própria voltando ao seu início de partida quebrada. é a questão dos cimos e suas voltas torcidas às correntes do horizonte que comanda em filas milimétricas – ao observar o embuste descobres o animal ferido por entre as candeias às avessas que se fecham sobre o pano quando a peça acaba e as cadeiras rangem de medo ao vazio do

[5] Maria Galindo é uma das fundadoras do colectivo feminista boliviano "Mujeres Creando". Disponível em: http://www.mujerescreando.org/ (consultado em 21 de Outubro de 2012).

Configuracoes 9.indb 166 09-05-2013 16:39:17

> olhar. não se sabe a certeza que os ventos trazem quando o sexto elemento vem e por entre as tuas fracturas cozidas por um fio rebola. talvez não haja vestes das horas que te tecem. ou as vestes se dispam ao entrar do horizonte de mel e sal por entre a entrada triunfal da orquestra de ossos. sentinela na luz. O Cosmos ou a Caligrafia. (Pereira, 2007: 37).

Presa numa "sílaba [que ainda está] colada à articulação", a observação do "embuste" da voz autoral do indivíduo medida de si mesma/o, o seu temor é legítimo, tanto quanto a coragem da poeta ao expor as bifurcações, as longas horas de espera, a recusa activa a uma poesia que se quer apartada do social: "O perigo da armadilha é real na medida em que, como criação que produz a miragem do discurso autónomo, a poesia pretendeu ser muitas vezes uma coisa à parte, quando afinal participa da imanência do social" (Eftekhari, 1997: 55).

O Cosmos ou a Caligrafia. A possibilidade de uma resposta é engendrada pela própria impossibilidade, ou seja é a experiência do impossível que cria a possibilidade. A infinidade do Cosmos e a concretude da Caligrafia, que se quer acção. É no convívio com abismos e fragilidades que Ana se vai construindo num auto-identificar-se-consigo-em-outros-corpos:

> Digo que não sou o Alpha nem o Ómega nem qualquer coisa de intermédio. Sou a vocação de minha própria vontade. Sou a minha própria trindade. A sempre possibilidade. Digo que sou uma valência do futuro e o meu corpo aberto há-de ser um dia. Deixai que vos fale do depois. Eu era uma balança de espinhos, uma bifurcação e, por dentro um murmúrio, uma mimosa de espanto. É certo que a arquitectura se espera por dentro, como os dilúvios e quando não existe água, é-se um náufrago em terra – pensava eu. Mas é preciso saber caminhar pela sofreguidão sem nunca inclinar os passos. Digo da sina de esperar as épocas abismadas. Digo do ápice da vontade entreaberta. Sei da seiva que escorre pelas veias e de como se limita a fabricação do arroubamento. Sei da utilidade das diásporas da pele, por onde antevejo o clarão dos sinais decalcáveis. Sei do início sem começo e das cidades imaginárias da memória. Sei dos princípios desfiados e das horas nascentes por dentro dos passos. Digo que dirijo a música aberta dos dedos e nunca questiono o entrançar dos acordes. Digo que sou o sangue pela garganta e as plantações ébrias de futuros. Digo que sou o tremor dentro da terra do desejo e quase nunca pergunto pelo tempo. Não me penteio por não me saber os cabelos de cor. E disso dou graças. Porque sou o eterno chamamento da luz. Escancarada (Pereira, 2007: 55).

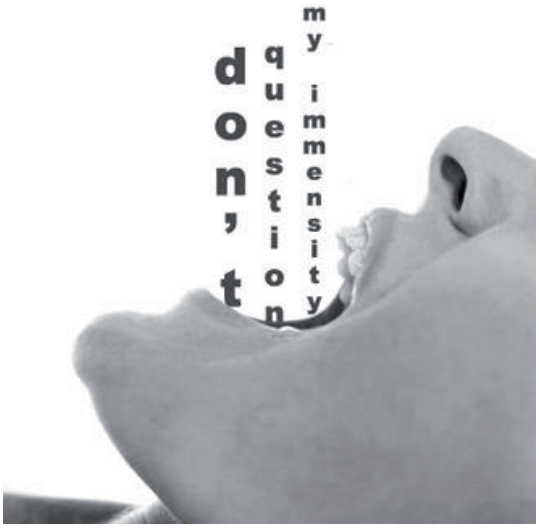
"Digo que sou uma valência do futuro". Ana é devir. "Sei dos princípios desfiados e das horas nascentes por dentro dos passos". Entrecortar que desestabiliza a centralidade. Vivência. Tacto. "Digo que sou o tremor dentro da terra do desejo e quase nunca pergunto pelo tempo". Ambiguidades e subtilezas. "Sei da utilidade das diásporas da pele, por onde antevejo o clarão dos sinais decalcáveis". Passo a passo Ana vai des-construindo-se ao mesmo que se constrói.

Configuracoes 9.indb 167 09-05-2013 16:39:17

Na sofreguidão, na inclinação dos passos, no "ápice da vontade entreaberta", ao romper com convencionalismos e a lógica causal, insere a delicadeza do que não é dito, mas que fica explícito: "Será provavelmente nos interstícios da lógica causal e sequencial com que nos habituamos a pensar o mundo (...) que a possibilidade da abertura existe" (Capinha, 1997:72). Num EXCEDER-se a si mesma: "Escancarada ", é junto ao não-limite, ao lugar que nunca pode ser apreensível pelo olhar totalizante que somos convidadas/os a repensar com Ana Bê, nosso próprio quefazer colectivo e nossa sempre possibilidade.

Ana ao forçar nossos limites (com os quais pensamos e vemos o mundo) nos questiona também: quais são os limites que estipulam na compreensão do corpo nossas experiências? E a ciência? Será que existe nela algo que nos cerceia?

2. Exceder o corpo e a experiência



Ana Bê

A imensidão de um corpo é um impalpável ângulo zero. A poesia de Ana concorda: não se questionam imensidões. O corpo é uma amplidão ininteligível quando buscado a olho nu, por meio de qualquer interpretação totalizante. Só nos aproximamos do corpo e de seus sentidos, quando não questionamos seu existir em instântaneos, seu se dar em relação e nos acostumamos à ideia do fragmento. Para a poesia de Ana o corpo é o deleite do que se excede. O corpo é amplidão. Fragmento. Paradoxo. Compartilhamento. Uma casca sensível. Casca-pele-poro

Configuracoes 9.indb 168 09-05-2013 16:39:17

que se intercomunica entre as imensidões. O corpo é o dentro-fora-dentro em movimento contínuo. "Um cântico incandescente" (Pereira, 2007:45):

quando na noite havia uma azenha
Na desordem olfactiva da luz implacável
Ou o mármore de um baixo relevo numa tapeçaria de linho
E os sítios onde os ossos se despojam
Reconhecendo as tatuagens na voz
Para além da superfície de coágulos que e-
Mana
Na primeira passagem de qualquer litoral

Um poro era uma armadilha penosa
Uma coincidência de vários horizontes ou a busca

Um poro não se acende por vontade
Espera-se no esforço trémulo ao soletrar os movimentos do
Painel onde se inscreve a brevidade

Um poro espelha-se para se outrificar
Um poro escoa-se pelas varandas das terras
Um poro expande-se para além da maresia
Um poro pendura-se a secar como uma lágrima
Um poro quer-se de uma paz arrebatada

A um poro quer-se as sementes pinceladas de cinza
A um poro a união dos factos
Nas aberturas dóceis onde flutuam os pesos

Quer-se de um poro o propósito despojado das unhas descalças
Quer-se de um poro uma acrobata de janelas sem vidros
E as manhãs contidas

De um poro essa clemência anis de madrugadas

Pede-se de um poro a fábula das vivências abrigadas (Pereira, 2007: 46)

A experiência, que só faz sentido acontecendo *no* mundo e *com* o mundo, é mais ampla do que qualquer apreensão imediata pode sondar. "Um poro era uma armadilha penosa. Uma coincidência de vários horizontes ou a busca". É uma imagem instantânea, um jogo emblemático que expõe paradoxos: "Um poro espelha-se para se outrificar". O corpo colectivo, exigência primordial do sujeito-com-outras/os. "Quer-se de um poro o propósito despojado das unhas descalças. Quer-se de um poro uma acrobata de janelas sem vidros". Como nomear, algo que se dá sempre-fragmento? A vivência ela mesmo existência.

Configuracoes 9.indb 169 09-05-2013 16:39:17

As cicatrizes da casca. A protecção. "Pede-se de um poro a fábula das vivências abrigadas" (Idem: 46).

O corpo-movimento, concretamente descrito no texto de Ana, culturalmente inscrito e historicamente localizado se aproxima à definição de Latour: "O corpo é, portanto, não a morada provisória de algo de superior – uma alma imortal, o universal, o pensamento – mas aquilo que deixa uma trajectória dinâmica através da qual aprendemos a registrar e a ser sensíveis àquilo de que é feito o mundo" (Latour, 2009: 76).

O poro e suas comunicações, suas torrentes de sensações e seu arrebatamento. Novamente Latour nos dá uma pista, sobre como compreender tal vivência: "As partes do corpo, portanto, são adquiridas progressivamente ao mesmo tempo que as "contrapartidas do mundo" vão sendo registradas de nova forma. Adquirir um corpo é um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível" (Idem: 76).

O dentro-fora do corpo se expande em vivência sensorial e sensível, memória e possibilidade: "Digo que os dias são matrizes palpáveis de memória, como a substância indizível do mel e que as rotas se abrem por dentro, como um ninho de pequenos louvores. Era um aguçado lugar falível mas preenchido de graça. Eu era a possibilidade e disso dou conta. Por dentro da voz" (Pereira, 2007: 54).

Um corpo dentro-fora, que se outrifica, tecido em meio a incompletudes e questionamentos, que interroga concepções sedimentadas e sesgadas: "E é certo que, nas sociedades Ocidentais, os níveis de participação, contribuição e produção estão adaptados a um paradigma desejável de um corpo e mente saudáveis, fortes e sem limites – no fundo o paradigma desejado pelo capitalismo e pelo modelo neo-liberal" (Pereira, 2008: 48).

Um paradigma que, aliás, não é negociável conforme afirma: "O problema é que a sociedade Ocidental não negoceia a forma como cada um(a) pode contribuir de acordo com a sua incapacidade" (Idem: 49).

Deslindando o interesse e consequente investimento das práticas capitalistas em concepções estáveis e fixas de corpos e identidades e a persistente recusa em lidar com as diferenças, Ana propõe olharmos o corpo desde uma perspectiva política ou, como sugere o antropólogo Miguel Vale de Almeida a partir de uma «política do corpo» que, se ainda não conta com um desenvolvimento pleno na Academia, tem vindo a reclamar crescentemente a atenção desde práticas situadas:

> O corpo é um exemplo de um objecto de outro tipo: um objecto que é também sujeito. Ele é o interface perfeito entre natureza e cultura, entre indivíduo e sociedade, entre autonomia e regulação. Muitos seriam os exemplos possíveis, mas talvez o mais relevante para pensar politicamente seja o que tem a ver com a questão da incorporação: o corpo como interiorização não verbal, inconsciente,

> mimética, automática, de certas disposições de desigualdade e poder; mas não só como interiorização – também como reprodutor dessas realidades, seu confirmador constante pelo facto simples de estar lá, de aparecer, de ser. É neste nível micro, quase imperceptível, da incorporação dos esquemas de diferença e desigualdade, que se joga uma política de baixa intensidade, uma micropolítica de difícil intervenção por parte da usual macropolítica. É a política do face a face, do encontro casual de rua, da visibilidade confirmadora do que nos rodeia (Almeida, 2004: 12-13).

Compreendendo o corpo em sua materialidade apreensível (e inapreensível) e as micropolíticas que o conformam, ele aparece na prosa e poética de Ana Bê como um lugar falível, mas preenchido de graça. Corpo colectivo, fortalecido pela luta. Re-significado, revisitado, redimensionado:

> Questionar o mito super-humano e admitir a fragilidade do nosso corpo não nos torna mais vulneráveis, pelo contrário, torna-nos mais fortes e mais equipadas para lidar com a adversidade e a dificuldade inerentes à nossa condição humana. O facto de nos ausentarmos desta parte de nós significa que não valorizamos nem recolhemos os conhecimentos do mundo que lidam com a doença e com a dor (Pereira, 2008: 94).

Corpo que só pode ser apreendido por sua constante ambivalência, partindo de uma definição mais ampla, que não ignora a dor, mas sim a incorpora como uma forma epistêmica legítima, de si, das/os outras/os e do mundo. E, que também não é somente constatação empírica, porque a dor faz parte também de um compartilhamento, de um vivenciar *da/o*-outra/o, aquilo que se concebe *em* e *através* das relações:

> Proponho por isso um conceito de saúde e de doença não dicotómico que conceptualize os dois como elementos entrelaçados daquilo a que chamaria uma tapeçaria do ser continuamente em construção. Esta tapeçaria integra em si padrões que ora podem ser variados, ligeiramente diferentes ou mesmo contrastantes, por vezes um padrão será mais acentuado que outro, de outras, novos padrões até aí inexistentes começam a formar-se. Desta tapeçaria fazem parte ainda cores ou linhas que podem variar ao longo da tecedura e ainda pontos que diferem entre si e certamente espaços deixados por preencher assim como retalhos aproveitados ao acaso, no entanto TODOS estes elementos fazem parte do mesmo constituinte que não corresponde a uma unidade unificada mas que exala na beleza da sua imperfeição. A corporalidade humana e a sua relação com o que edificamos como saúde e doença será assim uma entidade em construtura constante, com cortes, roturas e intromissões (Pereira, 2008: 94).

Corpo-não-totalidade, mas movimento, um tomar parte: "E agora os corpos permeáveis apenas pelo não-saber [E-terno vul nerável] _____ nada res-

tando dos resíduos empíricos do experiência mento Agora dura doiro e Encarnado a pele de rosáceas estendidas-ostensivas marcando O OUTRO a presença o pisar constante dos mesmos trilhos (…)" (Pereira, 2007: 22).

A proposta teórica de Ana Bê que re-significa a dicotomia clássica entre saúde e doença, dispondo-as tecidas em uma "tapeçaria do ser continuamente em construção" (Pereira, 2008: 94), em consonância com sua proposta poética, utiliza-se das vulnerabilidades para fortalecer, colectivamente sujeitos reposicionados em novas formas de colaborações e "experiência mento". Tal como provoca a feminista Susan Bordo (2001: 78): "Sem imaginações (ou o engajamento com o corpo) da alteridade, desde que ponto de vista, podemos buscar a transformação da cultura? E como construíremos estas imaginações e engajamento com o corpo, se não através de uma aliança com o que foi silenciado, reprimido e desdenhado"? Ana nos conta que uma ciência engajada e comprometida necessita de alianças instáveis, parciais e contra-hegemónicas para responder ao silenciamento e à opressão.

E, talvez, aqui esteja uma das maiores e mais lúcidas contribuições de Ana e sua poesia para alargarmos o conceito de corpo, para as práticas e estudos feministas, em nossos trabalhos e na ciência engajada que buscamos construir: o corpo não é apenas experiência empírica, a própria experiência não é apenas empírica, ela se *dá*-dando em relação, um conhecimento compartilhado e solidário de amplitudes e presenças, mas também de ausências e assombros. Enfim, o corpo exige uma política do corpo, porque é tessitura, aliança e imaginação. Não se restringe a mim, sujeito individual, mas se realiza e é realizada na convivência com outros corpos.

Corpo é experiência em relação quando EXCEDE o limite entre o que sou eu, empiricamente falando, e o que é a/o outra/o. O que é o mundo e como dele nos aproximamos:

> O corpo é essencial para o entendimento que temos do mundo. Muitas vezes relacionamo-nos com o mundo através de configurações corporais materializadas através da linguagem, como por exemplo quando dizemos "a perna da mesa", "ter mão em alguma coisa", "a barriga da perna", "ter um pé-de-meia", "estar ao pé de" ou "levar alguma coisa a peito". Nesta relação metonímica com o mundo-corpo, o exterior torna-se uma extensão do corpo-mundo. (Pereira, 2008: 176).

A escrita de Ana não questiona a imensidão de nossas vivências, contextualizando-as histórica e materialmente, apenas as tece conjuntamente, lidando com os paradoxos, sem buscar categorizá-los, cindi-los. "Uma relação metonímica com o mundo-corpo". Seu posicionamento político, crítico e académico é antes de tudo anti-categorial, corroborando Miguel Vale de Almeida quando este descreve o caminho de uma possível «política do corpo»:

> A verdade é que em todos estes aspectos em que o corpo fala de modo ventríloquo das relações sociais, não só é fulcral a educação para a diversidade, a igualdade e a individualidade – uma educação anti-categorial e anti-categórica – como é fundamental o estímulo à produção cultural e de representações alternativas, que criem um mundo de diversidades estilhaçadoras de categorias (Almeida, 2004: 17).

Expurgar o fragmento, a diversidade, a empatia, a vivência colectiva que se sente sob a pele sem saber muito bem explicar porquê, seria reducionista, um ocultamento proposital, um silenciamento simplista. Seria conviver *com* e admitir que *para além* da moldura não existe vida. A poesia de Ana não concebe uma luta que não seja integral, que não seja ela mesma extensão: para se reler o corpo, é preciso irmos também para além do *eu*. É necessário situá-lo como fundamento e centralidade de uma luta política que almeja transformações nas relações de poder desiguais que vivenciamos. Como Vale de Almeida sublinha: "O corpo manifesta-se, faz o seu próprio manifesto. Nas doenças, nos êxtases, nas depressões, nas manipulações de que é alvo, no amor, numa mudança de sexo, numa dança, numa greve de fome. O corpo pede política, e da emancipatória" (Almeida, 2004: 17). É essa política emancipatória que o trabalho de Ana Bê persegue ao desestabilizar e baralhar os limites consensuados entre o que compreendemos como saúde e doença, os limites de concepções como aquelas que, mesmo dizendo-se neutras, distinguem hierarquicamente entre o corpo considerado capaz e o corpo *in*-capaz.

As propostas teórica-poéticas de Ana Bê, ao privilegiar a tessitura, as fissuras, "cortes, roturas e intromissões", movem-se em direcção às intersecções. São nessas intersecções e nos interstícios, que um novo corpo também surge, delicado e frágil e, por isso mesmo, mais combativamente colectivo, preparado para lidar com o inconstante, com o novo e com o imprevisível.

3. Ciência(s), feminismos e a questão da linguagem na poesia contemporánea

> nos ALICERCES materiais a pá ciência afoga espécies inventa ~~con~~trastes e nos órgãos céu-lulas um íntimo pendurado ao limite quase interlúdio de cinzas escamadas (Pereira, 2007: 14)

Crítica, a poesia e a escrita de Ana é sobretudo lúcida: consciente dos encobrimentos e da cumplicidade da Ciência (com "C" maiúsculo) na criação de um certo "tipo" de mulheres, homens e hábitos seu objectivo é questionar os alicerces de uma Ciência que sufoca saberes, num jogo acirrado em que relações de poder instituem e destituem conhecimentos, hierarquizando práticas e mutilando, por meio de discursos herméticos, a diversidade das experiências do mundo:

> enfim, numa mera sucessão angustiante de premissas aparentemente reveladoras mas que numa segunda reflexão de configurações significativas se revelaram absolutamente inócuas à materialização das conotações psicossomáticas naquele que era de facto um contexto metafísico-epistemológico de conclusões duvidosas embora fosse claro que a interacção de fatores era um facto e não poderia já ser suplantada pela mínima intervenção ou tentativa de reversibilidade. (Pereira, 2007: 26)

A Ciência hegemónica, de "premissas aparentemente reveladoras", ancorada numa ordem do discurso cifrado e inacessível, não suporta um escrutínio crítico: o conteúdo – de tal conhecimento pomposo – baseado num jogo de palavras rebuscadas se revela "absolutamente inócuo", ou seja, não tem efeito. Embora admita Ana Bê que exista matéria-prima para reflexão – "a interacção de fatores era um facto" –, as conclusões, fechadas em si mesmas, só podem ser duvidosas.

A poesia brinca com jargões técnicos, o discurso científico hegemónico, embora possua ambições universalizantes e generalizantes, embala-se em enunciados reducionistas. Revelando-se a comicidade da erudição talhada em vocabulários herdeiros do Iluminismo, de pressupostos filosóficos eurocêntricos, as palavras mais distanciam do que aproximam sujeitos e conhecimentos. A linguagem hermética e de cariz puramente disciplinar é o meio que a Ciência utiliza para hierarquizar e, às vezes, invisibilizar conhecimentos, sujeitos e lutas sociais. O conhecimento, nesse caso, pertence a quem tem o monopólio sobre o discurso-linguagem:

> o processo visou refutar através da ambivalência caracteristicamente doutrinal independentemente de processos materiais feitos conjuntamente através da implantação de feiticização de dimensão espacial ou mesmo lutas simbólicas estigmatizadas pela dimensão da conjuntura particular de diapositivos que remetem para uma visão foucaultiana que tornaria implícita a noção de objectivo ou seja numa lógica normalizadora o poder-cósmico contrapõe-se de forma intensa à incidência dos denominados micro-factores que maximizados fundamentam na opinião daquele um tratamento de monopólio face à heterogeneidade que encerra a incorporação do mundo actual. não sei se me faço entender. (Pereira, 2007: 26)

Colocando em xeque certas convenções da escrita científica, Ana Bê explicita o que o poeta Charles Bernstein (1997) denomina "políticas da linguagem". A poesia de Ana manifesta que existe uma política da linguagem dominante presente nos textos científicos-académicos, por meio da qual uma erudição descolada da realidade tem o poder-monopólio de subsumir não apenas "lutas simbólicas estigmatizadas", retirando-lhes o sentido, a contextualização e a historicidade, mas também submetendo-as a "uma lógica normalizadora",

reduzindo-as a puro texto, texto esse que, por sua vez, perde-se em derivas abstractas. Mesmo as narrativas emancipatórias têm sua materialidade expurgada, a fim de que não perturbem o jogo incompreensível de certas convenções consensuais no meio científico.

A sátira-sopa-de-letrinhas a qual Ana Bê utiliza, demonstra com contundência os limites que certa padronização inflexível representa para a construção de novas formas de relação entre quem monopoliza a construção do suposto conhecimento científico e os sujeitos do conhecimento propriamente ditos, ou como diria Charles Bernstein: "… em muitos casos, certos detalhes (matéria concreta ou factos sociais) não são passíveis de articulação através das convenções linguísticas dominantes" (Bernstein, 1997: 111). EXCEDEndo a tessitura do texto-texto para articulá-lo com o texto-vida, Ana Bê rompe com a linguagem abstracta, *des*-corporificada e não-localizável para denunciar a cumplicidade da linguagem dominante com o projeto moderno de colonização da vida a partir de pressupostos eurocêntricos erigidos sobre a superioridade fictícia do homem branco, heterossexual e ocidental (Bordo, 2000; Haraway, 1995; Pereira, 2008).

A poesia de Ana Bê mais uma vez escancara a complexa arquitectura da exclusão: para além de uma ideia que contempla apenas corpos perfeitos e capacitados, para além das invisibilidades, existe também uma exclusão latente e explícita na ordem do discurso científico. Uma espécie de moldura-outra, que funciona como barreira e trincheira: dividindo quem "fala a mesma língua" de quem não a compreende.

Ao ironizar a linguagem científica que não dialoga com suas/eus outras/os[6], Ana Bê não só rompe com a ideia de uma hegemonia discursiva pairando como um ente etéreo e transcendente – como nos faria crer alguns pós-estruturalistas[7] – como também desvela uma dimensão que se quer ausente, porque se pretende neutra e objectiva: a materialidade das práticas sociais de exclusão travestidas em discurso hermético, classificatório, universalizante e opressor. A

[6] Seguimos para definir a/o "Outra/o" tanto a Simone de Beauvoir (1984) quanto a Susan Bordo (2000). Para estas autoras existe, dentro do mundo social, aquelas/es que ocupam a posição não específica do essencial, universal e humano e aquelas/es outras/os que são reduzidas/os, definidas/os e marcadas/os por sua diferença. Essas/es configuram a/o Outra/o em relação a uma norma pré-estabelecida.

[7] É interessante notar como no poema, Ana Bê realiza uma crítica feminista subtil, desnaturalizando a hegemonia sobre a "visão foucaultiana" ao colocá-la ao lado de palavras utilizadas à exaustão nos textos científicos sobre normalização, exclusão e acesso das "lutas simbólicas" ao poder, manifestando, dessa forma, os limites das análises discursivas quando confrontadas com a materialidade presente nas lutas por justiça social e na subsunção da crítica feminista nas análises que privilegiam "a autoria" foucaultiana sobre os regimes de poder-saber. Como assinalou Susan Bordo: "Considere, por exemplo, a concepção de corpo, própria ao século XX, como algo socialmente construído. Tais noções devem muito ao feminismo, não apenas aos escritos académicos feministas, mas ao desafio mais público ao determinismo e ao essencialismo biológicos, cultivado pelo feminismo militante do final dos anos 60 e início dos 70 através das demonstrações, dos manifestos, das sessões de conscientização e dos primeiros escritos populares. No centro da "política pessoal" estava a concepção de corpo como algo profundamente moldado, tanto materialmente quanto em termos de representações, por ideologias culturais e práticas disciplinares. Mas é Foucault quem geralmente recebe os méritos (…) como o pai da «política do corpo»" (Bordo, 2000: 13).

ordem e o poder hegemónico expressos por meio da linguagem "era de facto um contexto metafísico-epistemológico", não apenas um limite discursivo imposto para diferenciar, doutrinar ou adestrar iniciadas/os e não-iniciadas/os, a linguagem funciona aqui, de acordo com a poesia, como geradora de hierarquias, que encarnam e perpetuam discriminações, tentando emudecer e apagar resistências e enfrentamentos.

Os limites da linguagem científica, seus usos e abusos, seu caráter racista, sexista, classista, falocêntrico e solipsista desde muito tem sido denunciado pelo trabalho sério e comprometido de autoras e autores preocupadas/os com as invisibilizações e ocultamentos políticos, históricos e sociais presentes nas "políticas da linguagem". Contudo, têm sido os feminismos e sua complexa teoria cultural que têm vindo mais consistentemente a analisar as intricadas tramas e articulações presentes numa linguagem aparentemente neutra e universalista (Hooks, 2004; Morales, 2004; Morrison *et al.*, 1993).

Como afirma a escritora feminista Toni Morrison, em seu discurso na cerimónia em que foi laureada com o prémio Nobel de Literatura:

> A linguagem opressora, mais que representar a violência é violência; mais do que representar os limites do conhecimento limita o conhecimento (…) – seja a linguagem orgulhosa e calcificada da Academia ou a mercadoria orientada à linguagem da ciência; a língua maligna da lei-sem-ética, ou uma linguagem projectada para o distanciamento das minorias, escondendo sua pilhagem racista na retórica – [essa linguagem] deve ser rejeitada, alterada e exposta. É a linguagem que bebe sangue, regozija-se com vulnerabilidades, chafurdando suas botas fascistas em criolina, respeitabilidade e patriotismo, enquanto se move implacavelmente em direção à linha de fundo e ao fundo da mente. Linguagens sexistas, linguagens racistas, linguagens teístas: todas são típicas representações do policiamento, do domínio e não permitem novos conhecimentos nem incentivam o intercâmbio de ideias[8] (Morrison, 1993).

Em sua fala contundente ,Toni Morrison torna evidente o papel específico e cúmplice que a linguagem desempenha em certas práticas sociais. Numa perspectiva, talvez menos contundente, mas também veemente, quando fala sobre sujeitos nómadas, novas articulações e transformações reais e históricas que acabaram por deslocar a ideia de uma identidade hegemónica, unitária e essencial, Rosi Braidotti é enfática ao assinalar a contribuição da teoria feminista para repensarmos a linguagem e a necessidade da criação de espaços onde possamos pensar de modo diferente:

> Identidade múltipla, mutável e em contradição consigo mesma. (…) O sujeito não está dividido pela linguagem e sim em discordância com ela. As feministas propu-

[8] Todas as traduções do inglês ao português e do espanhol ao português são de responsabilidade das autoras.

Configuracoes 9.indb 176 09-05-2013 16:39:18

> seram que a racionalidade não constitui a totalidade da razão e que a razão não abarca a totalidade – e nem sequer o melhor – da capacidade humana de pensar. Em consequência recusaram a equação entre o ser e a linguagem logocêntrica. A teoria feminista constitui a crítica ao poder no discurso e como discurso, e o esforço activo para criar outras formas de pensamento; ou seja, o compromisso com o processo de aprender a pensar de modo diferente (Braidotti, 2004: 22).

Ana, desse modo, torna manifesto em sua escrita, o que outras militantes orgânicas e académicas feministas, como Aurora Morales, expunham em seus trabalhos: "Utiliza-se a linguagem desnecessariamente especializada para humilhar a quem se supõe não autorizado para entendê-la. Vende-se a ilusão de que somente quem a sabe manejar é capaz de pensar" (Morales, 2004: 68). Esta intelectual feminista continua:

> Uma resposta frequente para quem mostra resistência a essa linguagem exclusiva é que sofrem de cansaço intelectual. Como qualquer outra forma de controlar as entradas, o caso é que nós, e não as portas, somos as responsáveis por tê-las atravessado. Devemos abandonar o que estamos fazendo, esquecer o motivo pelo qual viemos e dedicar nossas energias a aprender as técnicas de invasão de endereço. (Morales, 2004: 69)

Uma Ciência irresponsável e não-democrática, que, além de não cumprir seu papel, é articuladora de um amplo projecto que desqualifica e exclui. Nesse projecto a Ciência, tal qual a linguagem, cria *nuances* variadas e amplia seu escopo para além dos muros universitários, formando e formatando pessoas para actuarem dentro de regras-molduras, como também vaticina Toni Morrison:

> É e será (…) uma linguagem que arma e mantém armadas/os as/os cidadãs/os; massacrando-as/os em *shoppings*, tribunais, correios, parques infantis, quartos e avenidas; memorizando fórmulas para mascarar a pena e o desperdício de uma morte desnecessária. Haverá uma linguagem mais diplomática para aprovar o estupro, a tortura, o assassinato. Haverá uma linguagem mais sedutora, mutante e dinâmica projectada para estrangular as mulheres, para triturar suas palavras transgressivas, como *foie-gras* em suas próprias gargantas, não permitindo-as falar do indizível; haverá muito mais da linguagem da vigilância disfarçada de pesquisa; de política e história calculados para emudecer o sofrimento de milhões; linguagem glamourosa para emocionar os insatisfeitos que em privado agridem suas/eus vizinhas/os; linguagem arrogante pseudo-empírica usada para prender pessoas criativas em gaiolas de inferioridade e desesperança (Morrison, 1993).

É contra esse tipo de Ciência e linguagem, hegemónicas, canónicas e alicerçadas em preconceitos que a escrita de Ana se insurge. Essa Ciência e essa linguagem que pregam supostas neutralidades que sua poesia já nos demonstrou serem impossíveis e cínicas.

Configuracoes 9.indb 177 09-05-2013 16:39:18

É por isso que, tal como outras intelectuais feministas, Ana busca novas formas para expressar-se e expressar sua luta: "A linguagem está ligada ao conteúdo, e o conteúdo que eu busco é uma teoria e uma prática intelectual que me resulte útil numa pesquisa activista, cujas prioridades são, sobretudo, democratizadoras." (Ibidem: 69), parece dizer em coro com Morales (2004). E, continua, buscando como Morrison (1993):

> [que] Seja [uma linguagem] explosiva, que se recuse a santificar-se; que se ria em voz alta ou seja um grito sem alfabeto, a escolha das palavras, o silêncio que escolhe, línguas nativas que surgem em direção ao conhecimento, e não em direção à sua destruição. Quem nunca ouviu falar de uma literatura banida porque é interrogativa? Desacreditada porque é crítica? Apagada porque alternativa? (Morrison, 1993).

Experimentações que não sejam reféns das convenções, mas antes desafiem o *statu quo*, as normatizações impostas, os falsos consensos, mesmo correndo o risco do banimento, do equívoco, da crítica rasa, das interpretações mal-intencionadas:

4. Epílogo

Poesia-posicionada que proporciona a cada uma/um de nós um percurso diferente: revirando do avesso certas concepções e caminhando por lugares pouco palatáveis e acolhedores, como muitas vezes é pouco palatável e acolhedor o nosso turbilhão interno, não é apenas na crítica ao capacitismo Ocidental, à Ciência, à linguagem científica e suas/eus Outras/os que Ana sustenta sua narrativa.

Ultrapassando o limite da crítica fácil e das soluções prontas, alguns poemas parecem nos indagar sobre a fluidez de nossas identidades, a fragmentação das outrora estáveis categorias de sexo, género, classe, local de nascimento, orientação sexual, geração, expondo a delicada – e cambaleante – relação existente entre identificação, representação, hegemonia e poder. Ana parece provocar-nos, questionando por que nos deveríamos localizar numa identidade se todas elas são produzidas pelo poder. No trecho seguinte, essa ideia, que brinca com os estereótipos, é vista e revista a partir de um jogo que conjuga a experimentação estética com a perspicácia intuitiva das *performances* identitárias, amplificando indagações, desestabilizando linearidades e ironizando a fixidez: "As Putas é que têm sorte – disse ela – gritando estridente mãos pendendo – assim" (Pereira, 2007: 27), mas não é tudo, já que em ERRATA – ao fim do livro – é possível reler o mesmo poema, agora orientadas/os pela autora: "Página 27 – Onde se lê «as putas» **deve-se ler** «os putos[9]»" (Pereira, 2007: 58).

[9] Em Portugal, a palavra *putos* é usada como sinônimo de *meninos*.

Ana demonstra que aqui o que está delicadamente em jogo é uma ideia de "mulher" essencial, forjada por relações patriarcais, que ao privilegiarem o homem branco, ocidental, heterossexual, como sujeito e relegar aos Outras/os-outras/os espaços-figurações, sejam elas/es mulheres, Putas ou putos, ignoraram que as identidades, em realidade, são posições de sujeito fluídas e intercambiáveis abertas a um constante re-posicionar-se. Ao sugerir uma inversão na leitura linear do poema, Ana brinca com o próprio lugar de enunciação. Será Ana quem grita e pende as mãos? Ou ela é uma testemunha no jogo performático de nomeação e desvelamento? Ao continuar o poema, com as Putas e/ou os "putos", Ana Bê se interroga e se rebela: "Mas não uma história isto é. Isto é, poderia ser. Os turbilhões revoltam-se em escamas intensas também os ossos." (Pereira, 2007: 27). A história, como a linguagem, ou a ciência, não está pronta, tal qual o corpo, ela é relação, vir-a-ser, movimento. Um convite:

> além do delito do delírio/ passou à dependência do mar partilhando os seus hábitos/ engolindo pessoas ocasionalmente/ passou a ser contígua à passagem e à efusão juntas/ esgotava a divisão em saltos acrobáticos/ que desafiavam o tecto/ nunca vira a solidificação transitória dos objectos não-suspensos/ talvez não soubesse como habitar os turnos semi-luzidios das horas/ vivia além dos traços que se rodeavam de outros/ era tão brusca a sua solidez/ despenhava-se por conhecer a mudez aberta dos gestos/ incorporava o espaço/ de cada vez que o silêncio se tornava demasiado esbranquiçado/ não era antiga a sua tremenda ressureição/ era antes esculpida na curva de um granito de idade indeterminada (Pereira, 2007: 32).

A narrativa linear é perturbada por outros pontos de vista, informada pelos feminismos e pelas diversas maneiras de resistirmos e de enfrentarmos as opressões a que somos submetidas/os. Apesar de inscrever as relações patriarcais em sua poesia, Ana sabe que a construção da verdade narrativa nem sempre tem raízes na verdade histórica e, por isso, brinca e re-cria "nas dobras das nódoas figurações pós-qualquer-coisa pós traço qualquer traço coisa", um espaço novo que pode muito bem ser habitado por "todos os fenómenos de vim culação" (Pereira, 2007: 27) e responder, intensa e activamente, aos turbilhões que nos chegam até aos ossos. *Des*-construindo géneros, relações hierárquicas, preconceitos. Excedendo os seus limites e nos convidando, a todas e todos nós, a excedermos também nossas semânticas para além das bordas e das fronteiras.

Bibliografia

ALMEIDA, Miguel Vale de (2004), "O manifesto do corpo", *Revista Manifesto*, nº 5; 17-35.

BEAUVOIR, Simone (1984), *Le Deuxième Sexe. Les faits et les mythes*. Paris: Gallimard.

BERNSTEIN, Charles (1997), "A-poética" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 47; 101-122.

BORDO, Susan (2001), "El feminismo, la cultura occidental y el cuerpo", *La Ventana*, 14; 7-81.

BORDO, Susan (2000), "A feminista como o Outro", *Revista Estudos Feministas*, 8; 10-29.

BRAIDOTTI, Rosi (2004), *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada*. Barcelona: Gedisa.

CAPINHA, Graça (1997), "Tecendo e distorcendo o colonialismo da linguagem: um pequeno e cotidiano exercício de poética", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 47; 65-73.

EFTEKHARI, Pirouz (1997), "Poeticidade e poesia", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 47; 55-64.

GALCERÁN, Montserrat (2009), *Deseo (y) libertad: Una investigación sobre los presupuestos de la acción colectiva*. Madrid: Traficantes de Sueños, série Mapas, 1ª. Edição.

HARAWAY, Donna J. (1995), "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial", *Cadernos Pagu*, 5; 7-41.

HOOKS, Bell (2004), "Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista", *in* B. Hooks *et al.*(Eds.) *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Tradução Rocío Macho Ronco et al. Madrid: Traficantes de Sueños, pp. 33-50.

LATOUR, Bruno (2009) "Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência", in J. A. Nunes e R. Roque (Orgs.) *Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência*. Porto: Edições Afrontamento.

MORALES, Aurola Levins (2004), "Intelectual orgânica certificada", in B. Hooks *et al.*(Orgs.) *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Tradução Rocío Macho Ronco *et al*. Madrid: Traficantes de Sueños, pp. 63 - 70.

MORRISON, Toni (2012), *Nobel Lecture in December 7, 1993*. Documento disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1993/morrison-lecture.html.

PEREIRA, Ana Maria Baila Albergaria (2008), *Viagem ao interior da sombra: deficiência, doença crónica e invisibilidade em uma sociedade capacitista*, Dissertação de Mestrado em Sociologia: Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

PEREIRA BÊ, Ana (2007), *As patas posteriores das pulgas*. Coimbra: Edição da autora, 1ª. Edição.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63; 237-280.

Websites consultados:

PEREIRA, Ana Bê. *Sítio na Universidade de Lancaster*: http://www.lancs.ac.uk/fass/centres/gws/pgrprofiles/437/ [Consultado em 20 de Outubro de 2012].

PEREIRA, Ana Bê. *Sítio Pessoal*: http://www.anabeonline.com/ [consultado em 20 de Outubro de 2012].

PEREIRA, Ana Bê. *Sítio Academia.edu*: http://lancaster.academia.edu/AnaB%C3%AA/ [consultado em 20 de Outubro de 2012].

PEREIRA, Ana Bê. *Sítio de Poesia*: http://www.ana-b.com/ [consultado em 20 de Outubro de 2012].

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 181-193

O envolvimento dos moradores nos programas de realojamento no Portugal democrático

Camila Rodrigues*

Resumo

Assumindo a área da habitação social como um campo social onde as diversas formas de capital constituem os factores chave que definem as possibilidades dos actores triunfarem no jogo do poder, a reprodução das estruturas de dominação produzidas pelo conflito entre grupos é analisada nos programas de realojamento implementados desde a revolução de abril até à actualidade. O papel dos moradores, das autarquias e das organizações de solidariedade social é condicionado por esta dinâmica conflitual, permitindo equacionar que níveis e tipos de envolvimento cívico serão mais adequados para a gestão de problemas centrais para a qualidade da governação democrática contemporânea, como a justiça, a legitimidade e a efectividade. Paralelamente, é equacionado o real alcance do altruísmo, enquanto princípio legitimador da intervenção social.

Palavras chave: programas de realojamento; democracia participativa; exclusão social; teoria da acção; altruísmo

1. Introdução

Durante o Estado Novo, o apoio às populações carenciadas era remetido para as instituições de solidariedade social e, ao nível habitacional, a solução passava essencialmente pela construção clandestina. Os programas de habitação social assumiam uma dimensão disciplinadora e eram direccionados para grupos sociais que preenchiam requisitos favoráveis à promoção dos valores morais do regime (Gros, 1994). As políticas habitacionais reflectiam o controlo social exercido sobre a população: as áreas centrais das principais cidades não esta-

* Investigadora do Observatório Político e do CESNOVA (camilapombeiro@gmail.com)

Configuracoes 9.indb 181 09-05-2013 16:39:18

vam ao alcance das classes operárias, que eram remetidas para bairros periféricos, o que obstava à sua concentração e respectivos perigos para a estabilidade governativa (Queirós, 2007).

A revolução de abril de 1974 originou uma nova era na política de habitação social que implicou o planeamento urbano em colaboração com os moradores, mediante o incentivo à participação popular ao nível da gestão e controlo dos programas de realojamento. O Estado dotou os moradores de poder decisório e executivo e concedeu-lhes recursos materiais que lhes permitiu participar efectivamente na escolha dos terrenos para construção, das tipologias das casas, das infra-estruturas dos bairros e na sua edificação. Num processo de reforço mútuo, as oportunidades políticas e os recursos organizacionais disponibilizados motivaram a auto-organização dos moradores, que sentiam directamente o impacto da sua própria acção na melhoria das suas condições de vida.

Estas forças causais emergiram e conjugaram-se durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC), entendido enquanto conjuntura crítica que se caracterizou por uma fragilidade intrínseca do Estado: coexistiam ao nível do próprio Estado dois centros de poder antagónicos, um «burguês» e outro «popular», que originaram uma dualidade institucional e, consequentemente, uma paralisia administrativa. Esta «dualidade de impotências» (Santos, 1984) foi marcada pela resistência da administração pública tradicional ao processo de democratização e pela consequente criação, no seio estatal, de entidades paralelas, menos burocratizadas e mais favoráveis à democracia, que procuravam responder às solicitações dos movimentos sociais de cariz popular. Esta divisão no interior do sistema político determinou uma maior vulnerabilidade do Estado aos movimentos sociais, que representavam uma ameaça efectiva para a governação ao forjarem alianças de consciência ou interesse com elementos tanto no interior como no exterior do próprio sistema, sobre o qual exerciam pressão (McAdam *et al.*, 2009). Foi deste contexto excepcional que emergiu, como resultado divergente, um forte envolvimento dos moradores nos programas de realojamento.

O término da fase de transição democrática concretizou-se com a aprovação da Constituição em Abril de 1976, a qual determinou uma maior estabilidade governativa e o reforço do poder estatal. A Constituição consagrou mecanismos de democracia participativa que visaram contribuir para a qualidade da democracia representativa, mediante a promoção do acesso dos cidadãos aos processos políticos para além do momento eleitoral. No entanto, dados empíricos recolhidos até ao momento permitem constatar que, ao nível político-institucional, os programas de realojamento que pressupunham um forte envolvimento dos moradores foram suspensos e gradualmente substituídos por programas que assumiam uma abordagem de carácter.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) colocou o país sob o efeito da europeização. Ao nível das políticas sociais e de realojamento fez-se sentir a influência dos Programas Europeus de Luta Contra

Configuracoes 9.indb 182 09-05-2013 16:39:18

a Pobreza (PELCP), que de forma gradual foram promovendo uma lógica de actuação que prescrevia a promoção da «cidadania activa», o que passava pelo envolvimento das populações alvo nos programas que as abrangiam. Esta tendência acentuou-se com os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAIs), que operacionalizaram as políticas de inclusão social comunitárias durante a década de 2000, e mantém-se na presente década, com a Estratégia Europa 2020 e os Planos Nacionais de Reforma: a «activação da participação» passou a figurar como um elemento legitimador da intervenção social.

As pressões comunitárias vão ter reflexo nas políticas sociais e nos programas de realojamento. Apesar de manterem uma abordagem marcadamente estatizada, a crescente articulação com as políticas de combate à exclusão social tem vindo a promover a implementação de projectos de intervenção social nos bairros. A responsabilidade pela execução destes projectos é delegada, essencialmente, nas organizações de solidariedade social, que além de prestarem apoio directo às populações carenciadas e representarem os seus interesses junto do poder local e central, assumem um claro papel socializador. A formação em competências pessoais e o apoio ao associativismo surgem como acções a implementar por via dos projectos. O tipo de envolvimento proposto não implica a transferência efectiva de poder e recursos para os moradores mas sim a sua mobilização para acções devidamente enquadradas ao nível político-administrativo, geralmente de carácter lúdico-recreativo ou relacionadas com a manutenção das habitações e espaços comuns.

Este tipo de envolvimento contrasta fortemente com o verificado no pós 25 de Abril. Deriva de um contexto diverso, serve objectivos distintos e gera efeitos divergentes no sistema governativo em que se insere. Entre aquele momento inicial e o presente ocorreu um processo transformativo e é esta variação, aqui descrita sucintamente, que assume interesse científico e que propomos analisar no presente artigo: os diversos contextos sociais, enquadramentos jurídicos, dinâmicas relacionais e actores envolvidos produzem uma variedade cientificamente interessante de intensidades e formas de envolvimento que constituirá o nosso objecto.

2. Os programas de realojamento no Portugal democrático

A revolução de Abril favoreceu a emergência de novos poderes e a intensidade dos movimentos sociais e populares. Foi neste contexto que surgiu o Programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), por Despacho do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social do Ambiente de 31 de julho de 1974, com o objectivo de facultar apoio financeiro e técnico aos moradores na melhoria das suas habitações e respectivas infraestruturas, numa lógica de intervenção marcada pela co-responsabilização e auto-organização. O Despacho de 6 de agosto de 1974 definia-o como um "*corpo técnico especiali-*

Configuracoes 9.indb 183 09-05-2013 16:39:18

zado que deverá apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários". Este corpo técnico de especialistas, que incluía arquitectos, assistentes sociais, sociólogos, engenheiros, juristas e estudantes, articulava-se directamente com os moradores auto-organizados que participavam activa e intensamente na discussão e escolha das tipologias das casas, equipamentos, locais e planos urbanísticos dos novos bairros[1]:

> Em 1974, a revolução de Abril trouxe algumas oportunidades, principalmente no meu caso e de outros jovens que na altura tínhamos 23-24 anos, cansados de viver em barracas depressa nos organizámos e constituímos uma comissão de moradores. Depois mais tarde essa comissão de moradores o que pretendia era acabar com as barracas, mas ao abrigo da legislação uma comissão de moradores não tinha poderes para construir a habitação, constituímos uma associação que foi legalmente e estatutariamente o que nos deu a oportunidade de avançar com o processo das casas. Apresentámos os estatutos, o projecto, reunimos com a Câmara e com a Junta de Freguesia, apresentámos o que nós pretendíamos, fomos bem acolhidos e depressa nos deram força e ânimo para continuar. Isto depois teve a ajuda de uma equipa SAAL que vinha do Fundo de Fomento à Habitação que era a parte técnica que nos dava o apoio, a Câmara Municipal doou-nos o terreno com direito de superfície por 70 anos e pagou as infra-estruturas na construção. Nós pedimos dinheiro ao Fundo de Fomento à Habitação com juros a 3% na altura e deitámos mão à obra e começámos a construir.
> (Excerto de entrevista a secretário de cooperativa habitacional de bairro SAAL/PER, 2010)

O fim da conjuntura crítica reflectiu-se na política habitacional pelo bloqueio do SAAL, que foi praticamente anulado por Despacho do I Governo Constitucional, de 27 de Outubro de 1976, que conferia às Câmaras Municipais o controlo das operações então em curso e assim o condenava implicitamente, se não explicitamente, à extinção. O Despacho reflecte, de forma inequívoca, a retirada de protagonismo aos moradores auto-organizados e equipas técnicas que os apoiavam, que eram acusados de transcender as incumbências que lhes haviam sido atribuídas e de actuar à margem das entidades estatais: *"algumas brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do Fundo Fomento de Habitação (FFH) e das próprias autarquias locais"… "às Câmaras Municipais não foi facultada a possibilidade do seu contributo, nem ao FFH foi solicitada a ajuda técnica conveniente para este tipo de operações, nem os terrenos se conseguiram com*

[1] As entrevistas citadas derivam do trabalho de campo efectuado para a dissertação de mestrado da autora (Rodrigues, 2009), bem como de momentos posteriores de investigação empírica que contribuíram, nomeadamente, para a elaboração do seu projecto de doutoramento em ciência política.

Configuracoes 9.indb 184 09-05-2013 16:39:18

a celeridade que o processo impunha, nem o número de fogos construídos até esta data tem qualquer significado". Apesar destas críticas, aquando da saída do Despacho estavam em actividade 169 operações em todo o país, abrangendo 41665 famílias. Estavam em processo de construção 2259 fogos e o arranque de mais 5741 estava iminente.

A inviabilização dos Programas SAAL e a ausência de respostas alternativas por parte do poder central motivou as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia a desenvolverem programas de Auto-construção e Auto-acabamento, de forma a dar resposta urgente à pressão dos cidadãos em situação de precariedade habitacional. Os programas de Auto-construção implicavam uma contratação entre as famílias abrangidas e a autarquia. O contrato previa a cedência de lotes municipais em direito de superfície às associações de moradores, a disponibilização de projectos-tipo de habitação, o fornecimento gratuito dos materiais de construção e apoio técnico e social. Os moradores forneciam a mão-de-obra e os materiais destinados ao interior das habitações e responsabilizavam-se pela demolição da sua barraca. Nos programas de Auto-acabamento a Câmara Municipal assegurava a construção da habitação e o morador responsabilizava-se pela conclusão dos interiores, sendo as habitações cedidas em regime de arrendamento social.

No entanto, os programas de realojamento que surgiram desde então apresentam um carácter estatizado que concebe e produz a habitação social independentemente dos recursos dos moradores abrangidos. Foi o caso do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), criado pelo Decreto-lei 226/87 de 6 de junho, que visava o realojamento de indivíduos que se encontravam a residir em terrenos destinados à construção de infra-estruturas rodoviárias, como a CRIL e o Eixo Norte-Sul, e deu origem a alguns dos maiores bairros sociais da capital, como o Bairro Padre Cruz ou Chelas. Tendo abrangido a construção de 9 698 fogos até ao ano de 1993, o PIMP beneficiou de fundos comunitários direccionados para a reabilitação urbana e evidenciou a prevalência da lógica quantitativa em detrimento de uma abordagem holística ao problema habitacional (Ferreira, 1988).

Seguiu-se o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (PER), criado através do Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de maio, que se caracterizou por uma abordagem burocratizada que pressupunha a construção massiva para realojar populações multi-problemáticas e economicamente vulneráveis (Ferreira, 1994). O PER encerrou três ideias fundamentais: a erradicação das barracas; o envolvimento dos municípios; e a alteração de estilos de vida associados aos bairros degradados através do realojamento (Cachado, 2009). Os processos de realojamento no âmbito do PER envolveram o recenseamento prévio das populações a alojar, com anos de desfasamento entre o recenseamento e o alojamento, sem que estas populações tivessem um envolvimento assinalável no processo (Guerra, 1994):

Configuracoes 9.indb 185 09-05-2013 16:39:18

> Com a criação da associação de moradores e a cooperativa, a nossa política era alojar os moradores do Bairro. Uma vez que os mais velhos já tinham habitação, nós queríamos dar continuidade com os filhos, para não deixar que os filhos dos moradores mais velhos fossem morar para outro lado. Isso não foi conseguido, houve outras construções feitas neste caso pela Câmara Municipal e a Câmara Municipal, com legitimidade porque as casas foram construídas por eles, atribuiu as casas a outras pessoas vindas de outros lados"… "Havia e há pessoas que tiveram que sair daqui do bairro, foram viver para outros lados porque não conseguiram aqui apanhar casa, que tiveram que partir enquanto vieram outros de outros lados para cá"… "Em termos da cooperativa nós não acompanhámos a evolução disso porque a Câmara nunca nos solicitou para nós trabalharmos em parceria, portanto não acompanhei bem qual foi o critério, embora nós tivéssemos manifestado alguns desacordos e houve aqui algumas situações em que a cooperativa fez chegar à Câmara Municipal o desagrado, o descontentamento com a forma como estava a ser feito o realojamento no Bairro e a Câmara o que nos respondeu foi que ela é que era a dona da obra e como tal é que tinha poderes para pôr aqui fosse quem fosse e nós aí ficámos simplesmente pelo protesto e pelo descontentamento.
> (Excerto de entrevista a secretário de cooperativa habitacional de bairro SAAL/PER, 2010)

Em 2004, o PER deu lugar ao PROHABITA, instituído pelo Decreto-lei 135/2004 de 3 de junho, o qual procurou colmatar algumas limitações verificadas aquando da implementação do seu antecessor: apresenta uma visão mais lata da noção de carência de habitação, que deixa de estar restringida às barracas e passa a incluir uma maior diversidade de situações de desadequação habitacional; é um programa aberto em regime de continuidade que abrange todo o território nacional; pressupõe uma relação contratual entre os poderes central e local e a articulação com outras políticas urbanas, tais como o incentivo ao arrendamento. Apesar destas inovações, o PROHABITA está em consonância com o seu antecessor quanto ao seu carácter tendencialmente estatizado.

A par da evolução político-legislativa, que veio a favorecer uma intervenção estatizada em detrimento de uma abordagem participativa às políticas públicas de realojamento, outros factores poderão ter contribuído para a relativa "saída de cena" das organizações de moradores, como a ausência de um historial de prática participativa que favorecesse o seu enraizamento e perpetuação para além do objectivo concreto de acesso directo e imediato à habitação: uma vez satisfeitas as reivindicações, os moradores desmobilizam, individualizam-se e o movimento que os uniu em torno de um objectivo comum perde razão de ser (Vilaça, 1994).

Configuracoes 9.indb 186 09-05-2013 16:39:18

3. A intervenção habitacional e social perante o paradoxo da participação

A ausência de envolvimento dos moradores nos programas que os envolvem é difícil de legitimar numa sociedade democrática, particularmente quando esta se encontra sob o efeito da europeização. Este facto justifica o desenvolvimento de estratégias participativas que irão influir na dinâmica dos bairros. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) submeteu as políticas sociais às contingências comunitárias. Os Programas e Estratégias Europeus de combate à exclusão social substituem gradualmente a noção de pobreza pelo conceito de exclusão social, fenómeno multidimensional que comporta a astenia participativa, e prescrevem o envolvimento activo dos destinatários das políticas sociais no seu próprio «processo de inserção» de forma a combater o «assistencialismo» pelo empoderamento (*empowerment*), entendido enquanto «capacidade de gerir a própria mudança» (Bureau Internacional do Trabalho, 2003).

As organizações de solidariedade social surgem como agentes de socialização a intervir directamente nos bairros, e além de prestarem apoio directo no alívio de situações de carência, desenvolvem projectos que incluem programas formativos que visam promover a capacitação comunitária através da dinamização do associativismo e da formação em competência pessoais. É o caso dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), que apresentam como um dos seus eixos de acção a «capacitação da Comunidade e das Instituições» através do «desenvolvimento de acções que apoiem a auto-organização dos habitantes».

A activação da participação numa lógica de cima para baixo (*up-bottom*) pressupõe essencialmente a dinamização de associações que defendam fins coincidentes com os do Estado e seus aliados, que visam a promoção do consenso social. A ausência de espontaneidade e objectivos próprios na constituição destas associações pode originar a reprodução, mesmo que incauta, do discurso dominante, bem como a dependência dos seus mobilizadores, levando a questionar se a sua criação serve os objectivos, interesses e necessidades dos seus membros ou dos técnicos, organizações e projectos que têm como missão a sua criação:

> Entrevistadora (E): Vocês já tinham esta ideia da associação antes de aparecer o (projecto comunitário)?
> Presidente de associação de jovens (P): Não. (Os técnicos do projecto) vieram cá ao bairro e convenceram-nos a fundar esta associação.
> E: Vocês não tinham tido essa ideia antes?
> P: Não.
> E: Já fizeram algumas actividades?
> P: Já, várias, de voluntariado, fomos ao parque da aventura, festas, praia…
> E: É difícil arranjar pessoas para a associação?
> P: Sim, porque há pessoas aqui neste bairro que têm comportamentos incorrectos e não sabem estar. Têm vidas complicadas, de marginalidade, não querem apoio de ninguém, têm a sua vida.

Configuracoes 9.indb 187 09-05-2013 16:39:18

> E: Se o (projecto comunitário) acabar e eles deixarem de vir cá como vai ser?
> P: Acho que sem eles isto não vai para a frente.
> E: Os técnicos do (projecto) costumam estar nas vossas reuniões?
> P: Sim, sim, todas as 2ª feiras.
> E: Ainda não reuniram sozinhos sem eles?
> P: Não, acho que nem ia acontecer.
> (Excerto de entrevista a presidente de associação de jovens de um bairro SAAL/PER, 2011)

Estamos perante a dicotomia participação/mobilização (Sartori, 2009): a participação é entendida enquanto auto-movimentação de cidadãos livres que agem e intervêm em função da sua própria vontade; a mobilização pressupõe uma colectividade passiva e influenciável que é colocada em acção por entidades externas. Os indivíduos participam mas não mobilizam, são mobilizados. Enquanto a participação está associada à experiência democrática, a mobilização resulta de terminologia de tipo militarista introduzida no vocabulário político através dos partidos milicianos e da experiência do totalitarismo. Apesar da sua origem, é um termo comummente aplicado à governação democrática, mas não sem consequências.

No caso dos programas de realojamento de tipo participativo, os moradores auto-organizados assumem um papel preponderante num momento em que um Estado fragilizado lida com eles de forma mais equilibrada, no que se refere à divisão de poderes. No caso dos programas de habitação de carácter estatizado, os moradores destituídos de poder decisório e executivo recebem a chave na mão e são alojados em bairros onde posteriormente as organizações de moradores convivem com as organizações de solidariedade social, e é essencialmente a estas que cabe a prestação de apoio directo à população e a «activação da sua participação», com um duplo objectivo de redução de riscos e controlo social:

> Eu acredito neste tipo de projectos, senão não estaria a trabalhar neles, mas são projectos com uma acção a médio-longo prazo, e eu digo que deviam quase ser utilizados como paliativos" … "redução de riscos, de sofrimento, de conflitos sociais, uma forma de o Estado manter todo um conjunto populacional menos tenso, mais tranquilo" …."a quantidade de vezes que as pessoas vêm aqui completamente exasperadas e revoltadas e queixam-se em relação à Câmara Municipal, à Segurança Social, à polícia, o que for, descarregam aqui tudo connosco e quando saem daqui já saem mais aliviadas e já não vão ali para a porta do outro serviço atirar pedras e chamar nomes ao senhor juiz. Portanto é uma forma de atenuar.
> (Excerto de entrevista a coordenadora de projecto comunitário, 2011)

A relevância atribuída às organizações da sociedade civil coloca a questão da sua própria democraticidade, nomeadamente ao nível da divisão interna de

poderes, e obriga a questionar o altruísmo que advogam. Se é a estas organizações que o Estado atribui o papel de agentes de socialização, configurado pela atribuição de responsabilidades no desenvolvimento do espírito cívico e participativo das camadas mais desfavorecidas da sociedade, nas quais se incluem os moradores dos bairros de realojamento, é imperativo considerar a sua legitimidade para exercer esta função, entendida enquanto adequação aos próprios princípios que professam.

O estudo «ONGs de solidariedade social: práticas e disposições» (1995) refere a prevalência de um forte personalismo nestas entidades, que apresentam uma considerável dependência da iniciativa e carácter dos seus líderes. Os dirigentes das ONGs afirmam a sua filiação a princípios democráticos de abertura e participação, os quais são fundamentais para o reconhecimento da legitimidade das suas organizações numa sociedade democrática. O estudo refere que os dirigentes crêem que esta prática democrática é superior na sua própria instituição do que nas outras, o que aponta para a possibilidade de se estar perante a adesão formal e valorativa a um modelo e a um discurso que não corresponde totalmente à prática. Na prática, verifica-se que os presidentes das ONGs assumem grande parte do protagonismo em questões estratégicas como os acordos com a Segurança Social ou a contratação de funcionários, enquanto os técnicos apenas asseguram o funcionamento das valências. As populações-alvo raramente são consultadas e são remetidas a um papel passivo de meros destinatários dos serviços disponibilizados. Dois terços dos dirigentes inquiridos consideram mesmo que «os pobres» manifestam uma tendência pouco saudável para optar por soluções de cariz individualista em detrimento de opções colectivas. O estudo conclui que os dirigentes das ONGs são geralmente oriundos de categorias relativamente escolarizadas e pertencem a classes sociais de estatuto elevado, ou então fazem parte do clero (cerca de 25%), o que é explicado pela importância da Igreja na área social.

Perante este cenário, é pertinente considerar que as organizações voluntárias podem configurar relações de dominação dos seus líderes relativamente aos seus funcionários e beneficiários e em relação ao mundo exterior. Os potenciais riscos que este facto comporta são reconhecidos no plano institucional, ao nível comunitário. No Livro Branco sobre a Governação (2001), a Comissão Europeia assume que uma maior participação das organizações da sociedade civil nos mecanismos governativos implica uma maior responsabilidade e exige o respeito por princípios de «boa governação». Em consonância com esta preocupação, a Federação Europeia das Organizações Nacionais que trabalham com os Sem Abrigo (FEANTSA, 2007), uma *umbrella organization* sediada em Bruxelas dedicada especificamente à questão habitacional, defende a deslocalização e redistribuição do poder dentro das próprias organizações de forma a incluir os beneficiários, com o objectivo de promover a sua democraticidade, a orientação para a satisfação do consumidor e o desenvolvimento pessoal.

Configuracoes 9.indb 189 09-05-2013 16:39:18

Na ausência de mecanismos compensadores como os acima propostos, a selectividade do sistema político, que estabelece prioridades entre uma multiplicidade de conflitos e interesses, tem tendência para favorecer a supremacia dos grupos sociais mais privilegiados no sistema das organizações de solidariedade social e assim promover a sua sobre-representação ao nível da liderança (Siisiainen, 2000). Neste contexto, assume particular interesse a aplicação prática da teoria da acção de Bourdieu[2], que no contexto de um determinado campo social analisa o confronto entre actores com diversos capitais sociais, económicos e culturais, que lhes conferem um poder diferenciado que pode ser mobilizado na defesa dos seus interesses, o que passa pelo controlo dos princípios dominantes de legitimação social: se «uns» têm o poder para formar os «outros» para a cidadania, transmitindo-lhes valores e formas de estar e ser, encontram-se numa posição privilegiada para exercer esse controlo.

4. Notas finais

Na perspectiva teórica adoptada no presente artigo, o altruísmo é passível de questionamento e pode ser entendido enquanto um eufemismo na luta simbólica pelo poder, encontrando-se ao serviço dos interesses dos «mais poderosos». Daí a predilecção institucional pela mobilização em detrimento da participação, a qual, ao contrário da primeira, exige uma transferência efectiva de poder que coloca os «poderes instituídos» em risco:

> Eu acho que o problema começa logo aí, começa na falta de capacidade que as organizações têm de promover a participação, o que até é compreensível porque pôr as pessoas a participar significa dar-lhes poder, e essa coisa de dar poder é um bocado complicado e eu não sei se as organizações estão preparadas para dar poder aos próprios, ou sequer se reconhecem que é útil"… "podemos entrar nuns desequilíbrios dos poderes entre assistidos e assistentes, isso implica mexer com as organizações de uma forma um bocadinho mais profunda do que aquilo que a gente possa imaginar, não é fácil"… "dentro das próprias ONGs, para nós reconhecermos que as próprias pessoas a quem se dá apoio podem funcionar como pares ao nível de todo o funcionamento da instituição, vamos pôr num patamar de igual para igual, estamos a dar não é só protagonismo, é dar o poder às pessoas de poderem participar e criar as condições para que isso possa acontecer, isso implica que as pessoas tenham que ter uma noção diferente do que é uma organização daquela que têm, que eu acho que é uma coisa muito hierarquizada, com vários patamares, desde os dirigentes aos técnicos, aos ditos grupos alvo, com quebras de comunicação onde é preciso mexer um bocadinho nesta estrutura e nestas práticas para que efectivamente as pessoas que são aquelas que são apoiadas poderem subir a um nível

[2] Tivemos em atenção o contexto específico a que os conceitos referidos se aplicam, procurando reter as virtudes da «viagem conceptual» sem resvalar para os riscos da sua «distorção» (Collier e Mahon,1993).

de participação efectiva, em termos do funcionamento das próprias instituições. Portanto acho que ainda há muita pedra por partir nesse domínio.
(Excerto de entrevista a Isabel Baptista, perita independente para o PNAI, 2009)

Quando o altruísmo é possível, ou seja, quando a acção desinteressada é recompensada num contexto onde prevalece um *habitus* (disposições, reflexos e formas de comportamento socialmente adquiridos) a ela favorável, a reduzida participação dos destinatários dos serviços e políticas sociais na sua concepção, execução e avaliação, propicia uma noção de «bem» que não é a sua mas a daqueles que controlam as políticas e serviços ou neles trabalham: aquilo que os agentes políticos e os dirigentes e técnicos das organizações de solidariedade social consideram como sendo bom para os destinatários não coincide necessariamente com o que estes consideram que é bom para si próprios.

Este facto pode propiciar dinâmicas de manipulação mútuas: das organizações em relação aos beneficiários, ao tentarem encaminhá-los para acções e serviços que consideram benéficos ou que têm a responsabilidade de implementar mas que não são do interesse destes; e dos beneficiários em relação às organizações, ao adoptarem uma postura que acreditam corresponder àquilo que é percepcionado pelos técnicos como sendo adequado, mas que não corresponde à sua verdadeira forma de estar e ser.

O nível de envolvimento dos indivíduos nas políticas e serviços que lhes são dirigidos, entendido enquanto poder decisório e executivo, permite diferenciar entre trabalhar «com» ou «para» os beneficiários. Este facto vai influenciar a justiça das políticas e serviços ao determinar o acesso destes grupos sociais aos processos de decisão que os afectam. Quanto mais as políticas e serviços são concebidos e geridos pelos «outros», que possuem um capital social, económico e cultural diverso do próprio, menos adequados estão às suas reais necessidades e interesses, o que constitui uma porta aberta para a tentativa de manipulação e instrumentalização do sistema de apoio social por parte daqueles que dele usufruem – os próprios beneficiários. Este risco é tanto mais presente quanto a «violência simbólica» é ineficiente na sua função de convencimento e legitimação, ineficiência esta que poderá advir do facto de se basear numa «moral» distinta da dos seus destinatários, e logo não apreensível por eles: se os beneficiários não apreendem e adoptam as formas de estar e ser propostas pela retórica oficial, poderão utilizar os serviços sociais meramente numa perspectiva de usufruto imediato, sem qualquer intenção de aderir de facto às condutas socialmente valorizadas pelo Estado e seus parceiros.

No caso em análise, o equilíbrio de poderes verificado após a revolução de Abril deu lugar a um Estado fortalecido que nas suas margens encontra grupos desfavorecidos com quem frequentemente lida não directamente, mas de forma delegada, mediante as organizações de solidariedade social. Estas têm por função conceder apoio directo a estas populações, representar os seus interesses

Configuracoes 9.indb 191 09-05-2013 16:39:18

e formá-las para a «cidadania activa». No entanto, esta dinâmica altruísta de apoio social não é líquida e comporta inúmeras questões que se relacionam com os meandros do poder e com a luta simbólica pelos recursos que a ele dão acesso. Com esta consciência em mente, é pertinente considerar que se a legitimidade e a efectividade do sistema político democrático são conseguidas mediante uma justiça ilusória, que não promove de facto o acesso dos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade aos mecanismos governativos que os afectam, a sua natureza democrática não poderá ser mais do que aparente. Temos então uma democracia que não passa de um eufemismo na luta simbólica pelo poder, na qual os actores envolvidos se dedicam a um «jogo de espelhos» que substitui a realidade pela sua aparência.

Bibliografia

BAÍA, João (2008), "Bairro da Relvinha (1974-1976): de barracas a condições condignas", apresentado no *VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais – saberes e práticas*. Lisboa: APS e FCSH-UNL, 25-28 de Junho.

BOURDIEU, Pierre (2008), "The forms of capital", *in* W. Biggart (Ed.), *Readings in Economic Sociology*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd.

BOURDIEU, Pierre (1991), *In Other Words: Essays Toward a Reflexive Sociology*. Cambridge: Polity Press.

BUREAU Internacional do Trabalho (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal*. Genebra: Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.

CACHADO, Rita (2009), "Habitação social nas últimas décadas", in *Vírus – Cidades Invisíveis*. nº7, novembro/Dezembro. [http://www.esquerda.net/virus/media/virus7txt.pdf] (12/01/2012)

CAPUCHA, Luís (1995) (coord.), "ONGs de solidariedade social: práticas e disposições". in *Cadernos REAPN*, Porto: REAPN.

CEREZALES, Diego Palacios (2003), *O Poder caiu na rua – crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

COLLIER, David e MAHON, James (1993) "Conceptual "Stretching" Revisited: Adapting Categories in Comparative Analysis", in *The American Political Science Review*, Vol.87, Issue 4, Washington: American Political Science Association, pp.845-855.

COMISSÃO Europeia (2001), *Livro Branco: Governação Europeia*, COM (2001) 428 final de 25/07/2001.

CONSELHO Nacional do SAAL (1976), *Livro Branco do SAAL 1974-1976*. Porto: Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL, novembro de 1976.

FEANTSA (2007), *Participation toolkit – redistributing the power*. Bruxelas: FEANTSA.

FERREIRA, António (1994), "Habitação social: lições e prevenções para o PER", in *Sociedade e Território 20 – As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 8-10.

FERREIRA, António (1993), *Livro Branco sobre a política de habitação em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.

FERREIRA, António (1988), "Política(s) de habitação em Portugal", *in* Sociedade Território, 6: 54-62.

FERREIRA, Vítor (1975), "Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política". in *Cidade em Questão*, nº 4. Porto: Afrontamento.

GROS, Marielle Christine (1994), "«Pequena» História do Alojamento Social em Portugal", in *Sociedade e Território*, nº20. Porto: Edições Afrontamento, pp.80-90.

GUERRA, Isabel (1994), "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", in *Sociedade e Território nº20 – As pessoas não são coisas que se metam em gavetas*. Porto: Edições Afrontamento, pp.11-16.

MCADAM, Doug *et al*. (2009), "Para mapear o confronto politico", in *Lua Nova*. nº 76, São Paulo: pp. 11-48.

PORTAS, Nuno (1986), "O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 18/19/20, Coimbra: CES, pp. 635-644.

QUEIRÓS, João (2007), "Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos – considerações exploratórias a partir do caso do Porto". in *Sociologia Problemas e Práticas*. nº55, Lisboa: CIES, pp.91-116.

RODRIGUES, C. (2009), *O papel consultivo das ONGs de solidariedade social na Estratégia Nacional de Inclusão Social*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: FCSH-UNL.

RODRIGUES, Maria (1999), *Pelo Direito à Cidade: O Movimento de Moradores do Porto (1974/76)*, Porto: Campo das Letras.

SANTOS, Boaventura Sousa (1984), "A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 14, Coimbra: CES, pp. 7-29.

SARTORI, G. (2009)[3], "Concept misformation in comparative politics". *in* D. Collier e J. Gerring (Eds.), *Concepts and Method in Social Science – The tradition of Giovanni Sartori*. Nova Iorque e Londres: Routeledge, pp.13-44.

SIISIÄINEN, M. (2000), "Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam". apresentado na *4ª Conferência Internacional ISTR The Third Sector: for what and for whom?*. Dublin: Trinity College, 5-8 de julho.

VILAÇA, Helena (1994), *Associativismo e movimentos sociais – modalidades de participação*. Porto: Faculdade de Letras.

[3] Originalmente publicado em 1970 na American Political Science Review, LXIV(4): pp.1033–1053.

Configuracoes 9.indb 194 09-05-2013 16:39:19

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 195-217

Promoção de sentimentos de pertença a uma empresa: gestão e monitorização de um blogue organizacional

Carla Cunha[*]
Ana Paula Marques[**]

Resumo

Atendendo à actual turbulência dos mercados de trabalho, onde os empregos a curto prazo são cada vez mais frequentes, torna-se dificil desenvolver sentimentos de pertença a uma organização. Sem se defender aqui uma visão determinista da tecnologia, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação podem ajudar neste desenvolvimento, nomeadamente através da participação num *blogue organizacional*. Neste artigo, apresentam-se os resultados de uma investigação centrada na criação de um blogue, respectiva gestão e monitorização, por um período de quatro meses correspondente à duração de um estágio curricular numa empresa situada na região Norte de Portugal. Através de uma análise de conteúdo das publicações e comentários postados no blogue foi possível concluir pela sua relevância quanto: i) à promoção e divulgação dos símbolos e identidade da empresa no sentido de "cultura" organizacional; ii) à identificação e compreensão de subculturas profissionais em função do perfil e posição hierárquica dos trabalhadores; iii) e à avaliação do "clima" organizacional. Pretende-se, assim, ilustrar uma nova forma de análise sociológica *mediada* por um blogue, assumindo tanto os aspectos positivos e potenciadores de sentimentos de pertença e identificação organizacional, como os negativos e de constrangimento associados aos quotidianos de trabalho por parte dos trabalhadores.

Palavras-chave: blogue, organização, sentimentos de pertença, estudo de caso

[*] Licenciada em Sociologia pela Universidade do Minho (carlacunha74@gmail.com)

[**] Socióloga. Professora no Departamento de Sociologia e Investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (amarques@ics.uminho.pt).

Configuracoes 9.indb 195 09-05-2013 16:39:19

Introdução

As Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são uma constante nos dias de hoje e assumem, cada vez mais, um papel preponderante e vital no domínio profissional. As relações laborais e os sentimentos de pertença às organizações são, em grande medida, condicionados pelas TIC, pelo que a existência de um blogue organizacional poderá ser perspectivado como um factor facilitador de emergência e reprodução desses sentimentos. Na verdade, ao se tentar ilustrar as dinâmicas de comunicação e sociabilidade na empresa da actualidade, realça-se a importância das TIC na nova organização do trabalho em rede. Ao mesmo tempo emergem novas arquitecturas organizacionais e princípios de gestão empresarial enraizados em estruturas mais descentralizadas, pressupondo enriquecimento do conteúdo do trabalho, de melhoria da comunicação, relacionamento interpessoal e motivação dos trabalhadores. Todavia, persistem modelos empresariais que, condicionados pela difusão das TIC e competitividade internacional, apresentam configurações claramente neotaylo-ristas e fordistas assentes no controlo e intensificação dos ritmos de trabalho e na racionalização dos processos produtivos, conduzindo, em muitas situações a "burocracias digitais" (Kovács e Castillo, 1998).

Para tal, a partir do contributo teórico de Castells (2006), faz-se uma breve abordagem do aparecimento da *internet* e das redes sociais e de como estas alteraram o mundo do trabalho, tornando-o mais flexível, volátil e com fronteiras porosas e fluidas (Marques, 2005). Nesta reflexão, incorporam-se, ainda que de forma indirecta, as orientações político-ideológicas responsáveis por estratégias claras de liberalização dos capitais e fluxos de informação, de privatização dos sectores e actividades económicas e de desregulamentação e flexibilização das relações laborais, afectando em especial o *Welfare State* (Kovács, 2006, Santos, 2001; Beck, 2000., 1992; Esping-Andersen, Regino, 2000; Giddens, 1992). Várias são as manifestações de práticas de flexibilização, designadamente a difusão de formas de emprego "atípico" (e.g. contratos a termo, temporário, *part-time*, subcontratação), a individualização de remunerações e carreiras e a avaliação do desempenho profissional, que contribuem para sentimentos de insegurança e incerteza quanto ao futuro do trabalhador na empresa.

Sem se defender aqui uma visão determinista da tecnologia na análise dos modelos taylorista burocrático-racional do trabalho e da empresa e das relações de trabalho – tese essa já criticada nos anos oitenta do século XX (Maurice, 1985) – socorremo-nos dos contributos do fenómeno de aprendizagem cultural e de identidades socioprofissionais (Sainsaulieu, 1977, 1992, 2001) para analisar e compreender o papel de um blogue na promoção de sentimentos de pertença a uma organização. Com efeito, partindo da ideia de Sainsaulieu (2001) de que as empresas são os trabalhadores que as fazem, pretende-se ilustrar uma nova forma de análise sociológica *mediada* por um blogue, assumindo tanto os aspectos positivos e potenciadores de sentimentos de pertença e identificação

organizacional, como os negativos e de constrangimento associados aos quotidianos de trabalho por parte dos trabalhadores.

Neste artigo visa-se contribuir para a reflexão de alguns resultados obtidos na investigação realizada numa empresa de média dimensão dedicada à prestação de serviços na área de instalações eléctricas e mecânicas, situada na região do Norte de Portugal[1]. Este estudo tinha como principal propósito compreender qual o impacto das novas tecnologias da informação e comunicação, em particular a criação de um blogue, respectiva gestão e monitorização, na promoção dos sentimentos de pertença a uma organização. Aquando da sua criação, o blogue tinha como principais objectivos *i*) promover um "espaço" de interacção social entre os trabalhadores da empresa – que passaremos a designar como colaboradores, dada a utilização desta terminologia no âmbito deste estudo[2]; e *ii*) contribuir para a divulgação e propagação da cultura organizacional, que foi feita através da promoção e divulgação dos símbolos e identidade da empresa no sentido de "cultura" organizacional. Tratando-se de uma investigação *in loco*, próximo de um estudo de caso, foi possível accionar várias técnicas de recolha e tratamento de informação, aumentando o nosso campo de "visibilidade"[3] da sociologia quanto ao estudo da relação entre trabalho e novas tecnologias de informação e comunicação na actualidade (Marques, 2006). Para além de pesquisa documental e de uma análise dos indicadores vertidos no balanço social da empresa em causa, foram mobilizadas, como principais técnicas de investigação, a observação participante e a análise de conteúdo.

Este artigo iniciar-se-á com uma discussão em torno das TIC e redes sociais, destacando-se o lugar e o papel de um blogue em contexto organizacional. Reconhecer o blogue como um meio facilitador que poderá potenciar sentimentos de identificação e pertença à empresa implica que se explore e desenvolva, em seguida, conceitos de maior alcance, como "cultura organizacional" e "cultura de empresa". Os procedimentos metodológicos seguidos nesta investigação e a operacionalização do blogue, nomeadamente a sua criação, gestão e monitorização, são apresentados na terceira parte deste artigo. Por fim, apresentam-se os traços de caracterização do perfil dos *bloggers*, as suas principais posições e representações do contexto socioeconómico actual, bem como as várias (di)

[1] Todo o trabalho de campo desta investigação foi conduzido por Carla Cunha no âmbito de um Estágio Curricular de quatro meses, inserido no curso de Sociologia (2011) e teve lugar no departamento de recursos humanos da empresa.

[2] Por uma questão de comodidade e de reconhecimento no contexto da realização deste estudo durante o estágio curricular, optamos por usar a expressão de "colaborador"; no entanto, temos consciência de que se trata de uma terminologia desenvolvida no quadro de uma perspectiva anglo-saxónica de "gestão participativa", alvo de posicionamentos críticos à luz de uma sociologia do trabalho europeia (Marques, 2006; Freire, s/d).

[3] Partilhamos da posição de Castillo (1998: 90) quanto à importância do "regresso" à investigação de situações de trabalho reais para se perceber que, ao contrário do divulgado na "literatura de aeroporto", muitos dos fenómenos que pensamos ser produto das "novas tecnologias", ou de "novas formas de organização do trabalho", não são tão novos como isso; apresentam-se, hoje, certamente mais complexos, exigindo o contributo das diversas ciências sociais e respectivos instrumentos analíticos.

Configuracoes 9.indb 197 09-05-2013 16:39:19

visões sobre o blogue de modo a ilustrar algumas das principais manifestações de sentimentos de pertença/ identificação com a empresa.

1. TIC, redes sociais e blogues

Na actualidade, as TIC têm uma relevância cada vez maior nas diversas áreas da sociedade e, consequentemente, nas organizações. Estas, na sua generalidade, organizam a sua actividade em torno das novas tecnologias e, por isso, os seus colaboradores são incitados a dominar estas tecnologias. Contudo, não é apenas para o funcionamento das organizações que as TIC contribuem; também ao nível da comunicação interna, estas têm cada vez mais destaque, como, por exemplo, através da utilização do correio electrónico e da *intranet*.

Face à centralidade das TIC na sociedade e economia actuais e aos estudos sobre esta temática, Castells (2006: 442) destaca que a *internet* favorece a criação de novas "comunidades", já "que reúne as pessoas *on-line* ao redor de valores e interesses em comum", sendo possível fazer emergir novas formas de sociabilidade. Para este autor, as TIC integram o mundo em redes globais de instrumentalidade, onde a comunicação mediada pelos computadores gera uma gama enorme de "comunidades". Com efeito, assinala que a mudança tecnológica verificada nos finais do século XX, nomeadamente na década de noventa, permitiu a transformação da "cultura material" numa "cultura imaterial", através de mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno de tecnologia da informação, do processamento e de comunicação. Nesta transformação, a *internet* tem um papel preponderante na medida em que elimina limites espaciais e temporais, fixos e consecutivos, e contribui para o esboroar de fronteiras profissionais e pessoais ao permitir que o trabalhador execute a sua função mesmo não estando no seu local de trabalho.

À semelhança do que acontecia séculos atrás, com a revolução industrial, que mudou radicalmente os padrões de trabalho vigentes até então, também a revolução da tecnologia de informação, nos finais do século XX, permitiu novas alterações no capitalismo e no mundo do trabalho, tornando-o mais mutável e mais flexível[4]. Para Sennett (2009: 25)[5], o "mundo anterior" ao novo capitalismo era mais burocrático, mais previsível, enquanto o actual tem as marcas de flexibilidade e dinamismo. Este novo capitalismo é assinalado pelo mercado global e caracterizado pelo uso maciço das novas tecnologias e pela obrigação

[4] São vários os exemplos de sistemas flexíveis disponíveis, sendo de referir o facto de estes apresentarem, sobretudo, uma natureza integrativa e serem capazes de se adaptar ao meio instável, de registar as suas mudanças e de as tratar como informação. As aplicações mais frequentes da automatização industrial e de desenvolvimento e extensão a outros domínios da actividade empresarial são a robótica e os autómatos programáveis, os sistemas de CAD/CAM e de fabricação flexível e integrada (FMS e CIM), a burótica (serviços), a telemática (telecomunicações); a domótica (actividade doméstica).

[5] Trata-se de um autor, entre muitos outros, que se debruçou sobre as transformações do capitalismo no mundo do trabalho e o seu impacto no carácter dos indivíduos.

de as pessoas se prepararem para acentuadas mudanças a vários níveis, onde se incluem o trabalho e o emprego.

É inquestionável que as TIC permitiram a transformação do processo de trabalho, sendo que a passagem de uma automatização rígida para um sistema técnico flexível se fez acompanhar de profundas transformações na organização do trabalho, na natureza das tarefas e funções desempenhadas, nas qualificações e competências requeridas, entre outros aspectos[6].

Por sua vez, com a abertura do mercado à concorrência global, as TIC tornam-se menos dispendiosas e mais fiáveis, facto que permite a sua utilização generalizada. Tal como refere Castells (2006: 306): "a concorrência global promoveu uma corrida tecnológica e administrativa entre as empresas de todo o mundo; as organizações evoluíram e adoptaram novas formas quase sempre baseadas em flexibilidade e actuação em redes". A acompanhar a transformação do processo de trabalho, as TIC também transformaram a maneira como as pessoas vivem, aprendem e interagem nas relações tanto pessoais, como profissionais.

A partir da necessidade de interacção social e de comunicação criam-se as redes sociais, que são definidas com base nos relacionamentos que os indivíduos mantêm entre si. A *internet* tornou-se um veículo propiciador desses relacionamentos, tal como refere Castells (2006: 443), já que: "a *web* propiciava agrupamentos de interesses e projectos em rede" e com base nesses agrupamentos as pessoas e as organizações são capazes de interagirem, criando novas "comunidades". Assim, nos últimos anos e a partir da necessidade de comunicar uns com os outros, surgiram, no espaço da *Web*, inúmeras redes sociais que podem ser páginas pessoais ou blogues. O exemplo mais flagrante dos últimos anos é, sem dúvida, o *Facebook,* criada por Mark Zuckerberg, em 2003, enquanto aluno de Harvard. Esta rede social é considerada um fenómeno social de grande relevância, dado que, em sete anos, conseguiu ligar em rede um doze avos da humanidade, ultrapassando os 600 milhões de utilizadores[7].

Apesar de serem considerados uma valência das redes sociais virtuais, os blogues apresentam características específicas e diferentes. Um blogue é um sítio na *internet* criado por um indivíduo ou vários, cujo propósito é o de partilhar informação. Funciona como um diário *on-line*, onde os utilizadores autorizados criam os seus textos e autorizam estes a serem comentados. Esta funcionalidade permite que quem comente, possa, também, questionar, produzindo interacção entre autores e leitores.

Os blogues têm ganho muitos adeptos e são criados com variados fins como, por exemplo, venda de produtos, acção solidária, partilha de informação sobre

[6] Do ponto de vista histórico, pode-se traçar a evolução do "sistema técnico", responsável pelas transformações civilizacionais, em três grandes fases: *i*) a era da idade média e a importância da energia "natural"; *ii*) a era industrial e a importância do carvão e do petróleo; *iii*) a era contemporânea e a importância das energias nuclear e solar, da microelectrónica, inteligência artificial e da manipulação genética.

[7] Informação disponibilizada na Revista *Millennium* Magazine de Janeiro/Fevereiro 2011.

doenças ou como "novas" formas de sociabilidade entre grupos sociais. Por sua vez, dadas as suas potencialidades, designadamente estatísticas de visualizações de páginas, mensagens mais visitadas, horários das publicações e comentários e exportação de textos para outros programas informáticos, um blogue poderá fornecer dados relevantes para um departamento de recursos humanos, permitindo analisar o clima organizacional/social de uma empresa e influenciar a tomada de decisões.

Neste contexto, é admissível que associado a um blogue se possa inscrever objectivos mais intangíveis, designadamente o de promover um sentimento de pertença a uma determinada empresa. Tal remete para um vínculo de identificação com algo, sendo possível a partir deste pressuposto falar-se em diversas identidades acumuladas pelos indivíduos.

Na verdade, o conceito de identidade deriva do latim *idem*, que quer dizer o mesmo, algo que partilha a mesma raiz, que é comum e que tem uma trajectória de continuidade. Porém, as identidades são sempre relacionais, complexas e dinâmicas, exigindo, igualmente, os seus contrários. Segundo Pinto (1991), as identidades constroem-se na tensão "integração" e "diferenciação", "com" e "contra", "inclusão" e "exclusão" (Dubar, 2000). Fazendo uso destas diacronias, Pinto (1991: 220) reitera que "(…) a construção de identidades se alimenta de trajectos sociais incorporados nos agentes (na medida em que ela determina e configura contextos de sociabilidade e de socialização duráveis) e dos projectos que (…) são socialmente formuláveis em cada momento". Cada indivíduo identifica-se com o "outro", podendo acumular várias identidades: uma identidade de género (sentimento de partilha de valores e normas específicas dos papéis sociais de género); uma identidade cultural (sentimento de partilha de um conjunto de valores e símbolos referente a uma comunidade, grupo ou nação); uma identidade profissional (sentimento de pertença a determinada profissão e estruturada numa ordem e/ou código deontológico próprio); uma identidade organizacional (sentimento de pertença e partilha de valores comuns ao local onde se trabalha).

Atendendo à conjuntura económica actual, as novas tendências no mercado de trabalho são marcadas por três grandes tendências (Pinto, 2006: 178): "globalização", "flexibilização" e "precarização". Estas tendências provocam e estão associadas a mutações, tensões e desafios no mundo do trabalho que, segundo Kovács (2006: 46), tendem a provocar uma mudança de paradigma, na medida em que a "racionalização humanizada" (abordagem sociotécnica) deixa de satisfazer as necessidades do novo capitalismo, dando lugar a uma nova racionalização, a "racionalização flexível", que advém da elevada competitividade dos mercados globais. Corroborando estas transformações em curso, Sennett (2009: 25) salienta que as empresas se caracterizam pela "força dos laços fracos" ou, segundo Bauman, por estruturas sociais "líquidas" (2004), em que o emprego passa a ser de curto prazo e sem perspectiva de compromisso duradouro com a empresa.

Configuracoes 9.indb 200 09-05-2013 16:39:19

Assim, as empresas, hoje em dia, aparecem como um meio humano específico, com capacidade de acção colectiva, pois são um parceiro social, pelo que se torna importante criar meios para que os trabalhadores se sintam integrados e se identifiquem com a missão da empresa ("vestir a camisola"). Mas, também, está aqui em causa a possibilidade de desenvolvimento de condições de aprendizagem colectiva e de socialização pelo estabelecimento de relações duradoiras em contexto de trabalho. É certo que a criação do blogue contribui para uma vertente de comunicação intraorganizacional relevante ao fomentar a partilha de opiniões, comentários, publicação de notícias e fotos, sugestões, entre outros aspectos, por todos os membros da empresa. Para além de se desenvolver o potencial criativo de cada um, também se pode dar a conhecer os valores da empresa, a sua missão e história. Porém, um blogue constitui apenas um meio facilitador que poderá potenciar sentimentos de identificação e pertença a uma empresa, o que nos remete para a discussão do alcance dos conceitos de cultura organizacional e de empresa, a seguir expostos.

2. Entre cultura organizacional e "culturas" de empresa

O conceito de cultura organizacional emerge como factor de diferenciação entre empresas com sucesso. Considera-se, então, que a cultura organizacional é um factor capaz de afrontar a mudança e que varia de país para país, de uma cultura nacional para outra e de empresa para empresa. Para Morgan (1986: 139), a cultura da organização constitui um sistema de valores fundamentais de códigos e de representações, que estão na base da tomada de decisão, na definição de objectivos e que orientam os comportamentos quotidianos dos colaboradores. Esta autora considera que a cultura de uma organização, para além de ser influenciada pela cultura específica de cada país, é reflectida através de lemas, linguagem evocativa, símbolos, histórias, mitos, cerimónias, rituais e padrões de comportamento "tribal", que decoram e dão sentido a uma organização. Esta é uma visão que faz uma análise da cultura da organização como um todo coerente, enfatizando o lado humano da mesma. Nesse sentido, utiliza-se a expressão de clima organizacional/ social que se define "como sendo o meio ambiente ou o conjunto de condições atmosféricas que caracterizam determinada organização" (Freire, 2004: 39). Transportando esta definição para o dia-a-dia de uma empresa, poder-se-á definir o clima organizacional como sendo o conjunto de comportamentos e atitudes que os colaboradores evidenciam na execução das tarefas diárias. Trata-se, no entanto, de um conceito multidimensional, sendo que vários estudos no campo da psicossociologia das organizações revelam existir quatro perspectivas teóricas para abordar o clima organizacional: a perspectiva estrutural; a perspectiva psicológica; a perspectiva interaccionista e a perspectiva cultural.

Na perspectiva estrutural, enfatiza-se as dimensões relativas à arquitectura e ao tamanho da organização. O que se destaca é a importância das caracterísi-

cas da organização em detrimento dos indivíduos e dos papéis que estes desempenham na determinação do clima organizacional. Na perspectiva psicológica, contrariamente à estrutural, é dada importância às percepções cognitivas dos indivíduos, ou seja, depende da maneira como o trabalhador se sente e se comporta. A assiduidade, o nível de produtividade e o nível de participação nas decisões dos trabalhadores são indicadores considerados para medir o clima organizacional. Na perspectiva interaccionista, o clima organizacional é identificado a partir da interacção dos indivíduos na organização. Nesta óptica, a percepção dos indivíduos e o processo de comunicação entre pessoas e grupos são dados importantes para se analisar o clima organizacional. A quarta perspectiva, a cultural, enfatiza a forma como os indivíduos interiorizam a cultura da organização. Sustenta que o clima organizacional resulta da partilha de um conjunto de referências comuns, tais como: circuitos de comunicação, lemas, símbolos, histórias, mitos, cerimónias, rituais e padrões de comportamento "tribal".

Com uma outra abordagem, Sainsaulieu (1977) mostra-nos como as relações de poder quotidianas constroem identidades sociais através das relações de trabalho. A sua proposta ficou conhecida como "teoria culturalista" na medida em que enfatiza a capacidade de aprendizagem e de socialização em contexto de trabalho, o que lhe permite destacar a importância dos factores sócio-culturais na construção de modelos de identidade profissional. As empresas são lugares de aprendizagem, de socialização, de transmissão de saberes, mas também de valores, representações e ideologias. Aí observam-se subculturas, isto é, normas, valores, representações que são partilhados por grupos de pessoas que interagem entre si e que definem diferentes lógicas sociais que configuram práticas de trabalho em contexto organizacional específico. Nos seus estudos sobre os efeitos do trabalho nos comportamentos relacionais dos indivíduos, este autor identificou quatro modelos de normas de relações, ou seja, quatro culturas ou subculturas diferentes, que traduzem a complexidade cultural da empresa, designadamente: retraimento, fusão, negociação e afinidades[8]. Estes quatro modelos deram origem à formalização de uma tipologia e à elaboração de uma grelha analítica de elevado potencial heurístico para situações concretas de trabalho[9].

[8] A explicação destas subculturas surgiu após uma investigação realizada na empresa Merlin-Gérin, em 1969, que foi "feita a partir dos contextos de trabalho, da organização técnica da produção e da posição hierárquica (combinando a estrutura das qualificações e as categorias profissionais com as situações tipo)" (*in* Pimentel, 2009:20).

[9] Ainda que resumidamente, podem apresentar-se as suas principais características. O modelo do "retraimento" é característico de uma organização racional do trabalho e de uma população desqualificada, sendo as relações interpessoais e de grupo fracas e superficiais. O líder é recusado, a dependência hierárquica é forte e o trabalho não é visto como um valor, mas sim como um meio instrumental de subsistência. Os valores desta cultura são a regra, a economia e as actividades exteriores. O modelo de "fusão" é característico dos operários não-qualificados, com tarefas simples e repetitivas, visando a produção em cadeia e em grande série. O colectivo é valorizado, as relações entre pares são intensamente afectivas, mas com pouco debate de ideias. Os valores são a massa, a unidade e a camaradagem. O modelo da "negociação" encontra-se nos operários qualificados, administrativos, agentes técnicos e quadros com responsabilidade

Concordamos, por isso, com a posição de Pimentel (2009:20) quando salienta que a cultura de uma organização não é, ou melhor, pode não ser, um todo coerente, pois existem também diferentes subculturas dentro de uma organização. Assim, longe de uma visão homogénea da cultura organizacional[10], interessa reter a ideia de que a organização pode constituir-se como o palco de várias culturas, nem todas necessariamente equivalentes ou articuladas entre si.

Ainda, seguindo a argumentação de Pimentel (1987), pode-se assumir que existe uma *interface* entre a cultura organizacional e a cultura da empresa, dado a partilha simultânea de elementos característicos comuns e diferenciadores entre as duas. Na óptica deste autor, o conceito de cultura da empresa extravasa o de cultura organizacional. Neste último, o sistema de representações centra-se sobre as estruturas, os processos e os modos de funcionamento, visando as formas de actuação na organização, tais como produzir, controlar, comunicar, informar e decidir. Por sua vez, na cultura de empresa: "(…) é necessário que no interior do sistema social da empresa se encontrem presentes os elementos que estruturam uma cultura organizacional específica acrescidos de todos aqueles que instituem uma cultura de empresa (…)" (Pimentel, 1987: 145). O conceito de cultura de empresa premeia projectos colectivos, sentimentos de pertença, uma história comum, aquisição, transmissão e partilha de uma mesma cultura por parte dos actores. Neste sentido, uma cultura de empresa desempenha um "papel sinergético" em projectos colectivos, em interacções estratégicas, em processos constitutivos das identidades e reconhecimento dos actores sociais envolvidos.

3. Criação, gestão e monitorização de um blogue organizacional

Para este artigo, enfatizamos os resultados de uma investigação de cariz qualitativo, próximo de um estudo de caso[11], realizado numa empresa de Braga, cuja atividade principal é a prestação de serviços na área das instalações eléctricas e mecânicas[12]. Trata-se de uma empresa de média dimensão que empregava na

de chefia, onde é patente a negociação e a aceitação das diferenças, dando ênfase à vida colectiva e valorizando a solidariedade. A profissão, a autonomia e a independência são os valores predominantes. Por último, o modelo de "afinidades" é original entre os quadros e os agentes técnicos. As relações são de exclusão do grupo e de afinidades selectivas; a chefia tem muita importância e o trabalho é valorizado como meio de evolução pessoal. Os valores adoptados são centrados no indivíduo, no "espírito da casa" e nas relações afectivas (Sainsaulieu, 1977).

[10] Em contraponto com outra visão da cultura organizacional fortemente influenciada pela sociologia anglo-saxónica (De Coster e Pichault, 1994).

[11] Conscientes dos condicionalismos decorrentes desta opção metodológica, sobretudo no que diz respeito à dificuldade de generalização das conclusões obtidas a outros contextos sociais, não podemos deixar de reforçar a relevância deste tipo de investigação na compreensão de "acasos" e "singularidades" (Greenwood, 1956) dos acontecimentos em contextos reais e de (inter)acção entre os diversos actores sociais. Também estamos conscientes das maiores exigências de auto-reflexividade por parte do investigador associada a esta opção metodológica.

[12] Fundada em 1987, a actividade principal da empresa consistia na montagem de instalações eléctricas de baixa e média tensão, comércio por grosso e a retalho, de material para instalações eléctricas e aparelhagem industrial. Anos mais tarde, em 1995, a empresa sofre uma reestruturação pela entrada de novos

altura 99 colaboradores[13], 17 do género feminino e 82 do género masculino, e cujas idades dos colaboradores se situavam entre os 21 anos e os 63 anos, sendo a média 34 anos. No que respeita às habilitações escolares, a empresa caracteriza-se por deter trabalhadores com níveis elevados de qualificação: 38% possuem o ensino superior e 30% o ensino secundário. Apenas com ensino básico, temos 19% colaboradores com o 3º ciclo e 15% com o 2º ciclo.

Nesta investigação, o trabalho de campo foi realizado num período de quatro meses efectivos – em que decorreu um estágio curricular[14] – sendo que a unidade de análise se circunscreveu à operacionalização de um blogue, incluindo a sua criação e respectiva gestão e monitorização. Assim, foram accionadas várias técnicas de investigação como a pesquisa documental, a observação participante e a análise de conteúdo. Através da observação participante[15], registaram-se, de forma sistemática, todas as reacções dos colaboradores numa grelha criada para o efeito, dividida em semanas até completar os quatro meses de duração do estudo. Com este registo construiu-se uma tabela do "perfil dos *bloggers*" (cf. Anexo 1). Por sua vez, a análise de conteúdo (Guerra, 2006) permitiu fazer o confronto entre o quadro teórico de referência e o material recolhido que constitui o "corpus" (Poirier *el al.,* 1995). Este foi delimitado às publicações e comentários publicados no blogue durante o período em que decorreu o estágio curricular, tendo sido a análise auxiliada por uma grelha que contemplava as categorias relevantes em estudo (cf. Anexo 2).

A gestão e a monitorização do blogue foram feitas desde o início da criação deste, registando-se tanto os seus aspectos positivos como os negativos. Como principal aspecto positivo pode-se destacar, desde logo, a receptividade de todos, desde os responsáveis hierárquicos aos colaboradores. Em seguida, no processo de monitorização do blogue, as estratégias de estímulo à participação incluíram o envio, através do correio interno da empresa, mensagens de apresentação do projecto, dos seus objectivos e como poderiam todos colaborar na escolha do seu nome. Além disso, uma vez criado o blogue e para garantir uma maior adesão foram feitos manuais a explicar, passo a passo, como os autores deveriam se registar e como publicar notícias e "postar" comentários. Para dinamizar a comunicação e a interacção, sempre que existiam novas mensagens,

accionistas focando a sua actividade para a realização de empreitadas no domínio da electricidade e telecomunicações. Recentemente, a partir de 2007, a empresa entra no nicho de mercado de instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado, de redes hidráulicas, de redes de fibras ópticas, dando, ainda, os primeiros passos na instalação de painéis solares.

[13] Dados conforme o Balanço Social da empresa referente Março de 2011.

[14] O estágio em causa incidiu particularmente sobre a temática da comunicação intraorganizacional. Sem descurar a importância de este tópico ser alvo de uma reflexão relativamente autónoma, o presente artigo enfatiza sobretudo as dimensões de cultura organizacional e de cultura de empresa na análise dos sentimentos de pertença e identificação por parte dos colaboradores potenciados por um *blogue*.

[15] Uma das co-autoras do artigo realizou esta investigação com o duplo estatuto de trabalhadora efectiva dessa empresa e estudante do curso de Sociologia.

Configuracoes 9.indb 204 09-05-2013 16:39:19

fotos e acontecimentos eram enviadas mensagens com a indicação do *link* que deveria ser visitado, permitindo um acesso mais célere às informações.

Assim, a escolha do nome do blogue foi feito através das sugestões e respectivas votações pelos colaboradores da empresa. O *design* foi concebido atendendo às cores que predominam no mobiliário da empresa. Foram incluídos o logótipo, os valores, a história, a política de gestão e a missão da empresa. Do lado direito do blogue, acima das mensagens em arquivo, foi colocado um *slide-show*, onde se podia visualizar várias fotos dos colaboradores em contexto de trabalho, quer de escritório, quer da produção em obras. O blogue foi estruturado no total de oito páginas, das quais se podem ler testemunhos de trabalho na empresa, fotos de novas contratações, de convívios e festas na empresa e, também, fotos da equipa de futebol da empresa.

Na página inicial, comum a qualquer blogue, todos os autores e os que foram convidados para o efeito puderam publicar textos, fotos, bem como fazer comentários a publicações feitas. Esta página tinha características diferentes das restantes, na medida em que aparecia com uma ordem cronológica: as publicações mais actuais eram colocadas logo no início da página; as publicações mais antigas passavam para o arquivo do blogue, sempre com a possibilidade de serem consultadas posteriormente. Todas as publicações podiam ser comentadas, permitindo a interacção entre os seus autores.

Apesar do esforço significativo para se potenciar o envolvimento de todos os colaboradores e facilitar a sua participação, não podemos esquecer a existência, ainda assim, de alguns aspectos negativos registados com o funcionamento deste blogue. Estes prenderam-se, sobretudo, com comentários anónimos que aguardavam moderação antes de serem publicados, que nem sempre apresentavam uma linguagem adequada face ao pretendido, tendo sido alguns deles eliminados. Igualmente, alguns dos comentários que foram publicados não foram bem aceites por parte de alguns colaboradores, nem das chefias, tendo mesmo que ser apagados, bem como as mensagens que os originaram.

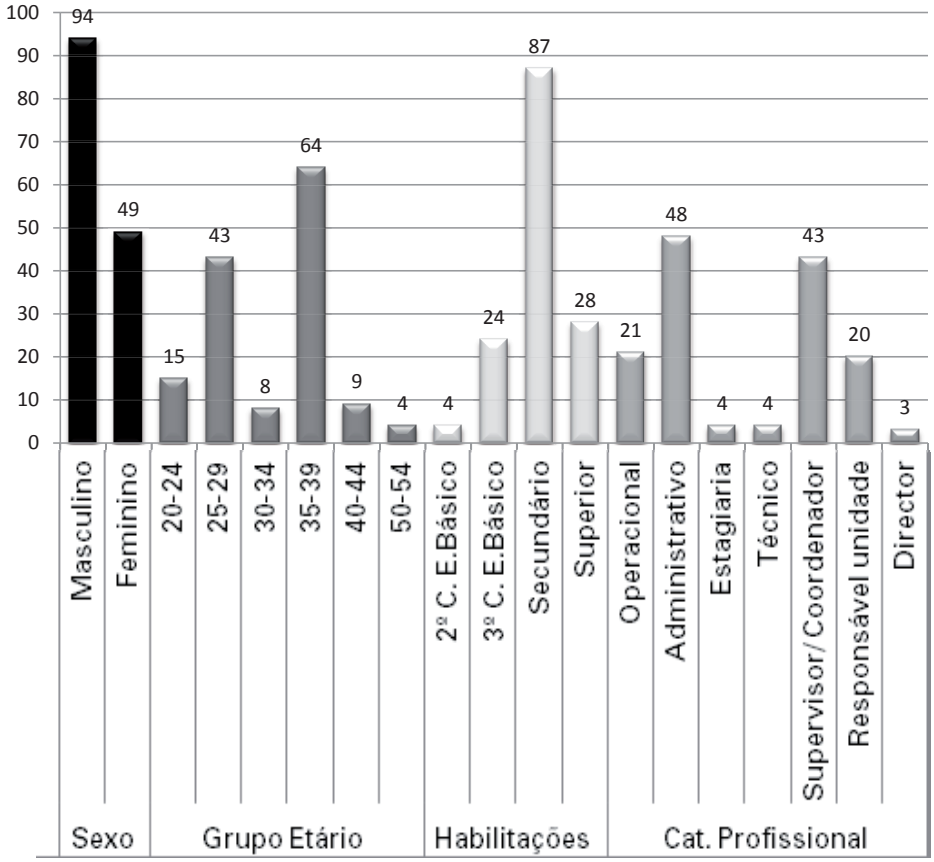
4. Blogue, bloggers e (di)visões dominantes

A análise e a interpretação das publicações e comentários possibilitam a corroboração da nossa hipótese formulada no sentido de saber em que medida a criação e a manutenção de um blogue pode contribuir para fomentar sentimentos de pertença/ identificação com a organização. Para a sua resposta serão mobilizadas variáveis independentes que se prendem com o perfil socioprofissional dos colaboradores (*e.g.* sexo, idade, nível de escolaridade e categoria profissional), bem como a percepção do contexto socioeconómico actual, do impacto do blogue e promoção de sentimentos de pertença.

4.1. Perfil dos bloggers

Neste ponto, iremos analisar as publicações e os comentários "postados" pelos colaboradores da empresa, ou seja, pelos *bloggers*[16]. Dos noventa convites para os colaboradores serem autores do blogue, sessenta procederam ao seu registo e apenas trinta foram considerados *bloggers* pelo facto de terem publicado e comentado durante os quatro meses de duração do estudo. No entanto, aqueles que já estavam registados e mesmo aqueles cujo convite foi enviado podiam publicar e comentar em qualquer momento. Assim sendo, as participações representam 30,3% do universo de trabalhadores (total de 99, em Março de 2011) (cf. Quadro 1).

Quadro 1: Perfil dos *bloggers* pelo n.º de intervenções (Março a Julho 2011)



Fonte: Estatísticas do Blogue (2011)

[16] Esta análise foi feita com base nas estatísticas produzidas pelo *blogue*.

Da análise do número de intervenções, é-nos possível registar que dos 30,3% dos colaboradores *bloggers,* os homens intervieram mais vezes que as mulheres. Parte da explicação residirá certamente no facto de empresa empregar maioritariamente colaboradores do sexo masculino[17], embora seja também admissível que, em termos de papéis sociais de género, os homens apresentem maior predisposição para este tipo de participação. O grupo etário com mais intervenções situa-se no escalão dos 35-39 anos, tendo representado a maioria face aos outros grupos etários (mais de 50% de intervenções).

No que respeita ao nível de escolaridade, o maior número de *bloggers* com intervenções possui o ensino secundário. No entanto, é de salientar a participação de colaboradores com o ensino básico. Quanto às categorias profissionais, os administrativos foram os que registaram maior número de intervenções, seguidos pelos supervisores/ coordenadores da empresa.

4.2. Percepção do contexto socioeconómico actual

Analisando as diferentes dimensões e respectivas categorias do estudo (cf. Anexo 2), salienta-se uma preocupação dos participantes com o contexto socioeconómico actual[18]. Esta preocupação é revelada, após o pedido de um director, para publicar no blogue um artigo de Mia Couto retirado da impressa nacional acompanhado do seguinte comentário: *"Geração à rasca, vale a pena ler e reflectir sobre o texto (…) o escritor moçambicano descreve na perfeição os problemas que NÓS criamos (…)."* É de salientar que esta sugestão foi dada pelo Director da empresa, que viu no blogue uma forma de alertar os seus colaboradores para a crise socioeconómica do país. A este texto seguiram-se outros sobre o mesmo tema, como, por exemplo, o de um supervisor/ coordenador que publica: *"Encontrei este texto... estamos todos a precisar de ler isto! Este texto não é meu… encontrei-o num blog... A geração dos meus pais não foi uma geração à rasca. Foi uma geração com capacidade para se desenrascar"*. Esta publicação suscitou um comentário de uma administrativa que interpretou essas mudanças ocorridas na sociedade nas últimas décadas: *"Quem nasceu na década de 70, como eu, compreende esta mensagem muito bem...tivemos que nos desenrascar, não tinha o que queria...ia para a escola sozinha, brincava na rua...brinquedos só pelo natal... enfim, tantas diferenças...mas era feliz... Muitos dos licenciados, hoje em dia, já nasceram numa época de bem estar...e esperam que lhes caia tudo de mão beijada, depois em época de crise dá isto... bem a solução passa mesmo, por se desenrascar..."*. Todos os envolvidos nestas

[17] Em Março de 2011, a empresa empregava 70% de colaboradores do sexo masculino e 17% do sexo feminino num universo de 99 colaboradores.

[18] Esta preocupação poderá ser reveladora de uma dimensão da responsabilidade social das empresas, dada a importância para com os factores socioculturais externos à envolvente de actuação da empresa.

publicações têm idades compreendidas entre os 35-39 anos, nascidos na década de 70, dando conta da crise em que se vive.

Num outro texto, um responsável de unidade de produção aprofunda aquele "alerta" da crise com a publicação de um comentário intitulado *"A introspecção valorativa da sociedade"*. O desenvolvimento da sua perspectiva é ilustrado na seguinte passagem: *"A crise que temos é muito mais profunda que a questão financeira e política. É uma crise de valores morais. O materialismo é o dogma que impera nas relações humanas consubstanciado na premissa do consumismo e na maximização do bem-estar individual.* (…) *Isto confirma que os valores éticos e morais são essenciais à preservação da liberdade dos indivíduos e à sobrevivência dos próprios estados, ou das comunidades que os agregam e das organizações onde actuam."* Salienta que os indivíduos, os Estados e as organizações tomam decisões que se reflectem no futuro e que as soluções para uma sociedade melhor não passam unicamente pela questão técnica: "(…) *As escolhas que apenas se limitam à solução técnica estão condenadas ao fracasso a longo prazo, e o egoísmo que muitas vezes escondem, podem conduzir a humanidade a uma nova catástrofe."* Esta frase corrobora as críticas dirigidas aos teóricos tecnodeterministas e neoliberais que enfatizam a inevitabilidade dos modelos tecnocráticos em detrimento de modelos antropocêntricos (Kovács e Castillo, 1998). Reforçando ainda mais esta tese, aquele colaborador tece uma crítica aos acontecimentos do século XX, dizendo: "*Lembremo-nos do curso da História, as rivalidades, os individualismos, os nacionalismos, os sonhos dos grandes impérios levaram a Europa às últimas duas guerras mundiais."* Em termos de conclusão do seu comentário, adianta qual o caminho para se sair da actual crise: "*A ética, a política, a religião e a filosofia devem voltar a ser um dos pilares do ensino de modo a formar melhores cidadãos, pois não podem ser entidades com o propósito de apenas criarem peças para a engrenagem capitalista, parafraseando Marx. E um mundo pejado de bons cidadãos será um mundo melhor que o actual."* Esta publicação é reveladora de uma preocupação com a perda de valores morais nas sociedades actuais, salientando a importância de estes serem incluídos, através do ensino, na construção de sociedades e cidadãos mais responsáveis.

4.3. (Di)visões sobre o blogue e sentimentos de pertença

Todos os colaboradores tiveram oportunidade de contribuir com sugestões para nomear o blogue da empresa. Um dos directores comunicou, por correio interno, dizendo que "*Este pode ser um excelente projecto e uma coisa que, se participada massivamente pelos colaboradores (…), terá imenso sucesso e proveito para a nossa Organização."* Neste comentário ficou patente um incentivo, por parte do Director, que viu no blogue uma forma de tirar a "temperatura" do clima social da empresa. Como referimos, a participação rondou os 30%

do total dos colaboradores, quer na escolha do nome, quer na contribuição de publicações e comentários.

Após a comunicação, por correio electrónico, do endereço na *Internet* do blogue, as reacções revelaram-se positivas. Alguns colaboradores mandaram fotos, demonstrando interesse para que fossem publicadas e outros deram sugestões para mais publicação. Foram registadas reacções de desagrado quanto às fotos e ao tamanho destas; alguns lamentaram por não aparecerem; outros por não conseguirem aceder ao *site* ou não conseguirem visualizá-lo correctamente, entre outros aspectos. Estas reacções foram reveladoras de um certo à vontade, de um clima de "bem-estar" entre os colaboradores.

Apesar deste ambiente de satisfação em geral, é de registar um sentimento de desagrado por parte de um dos directores face a alguns dos comentários "postados" no blogue, sugerindo que o mesmo deveria ser encerrado. Esta foi a primeira censura às publicações e, também, uma reacção de desagrado vinda de um dos líderes da empresa. As publicações e os comentários apagados foram do conhecimento dos colaboradores e um dos *bloggers* manifestou o seu desagrado, questionando a utilidade do blogue. O anonimato de alguns *bloggers* permitiu expor situações que, de outra forma, não seriam reveladas e criou constrangimentos à organização.

Quanto à percepção de sentimentos de pertença que podem ser ou não potenciados através do blogue, é de referir que a insatisfação é demonstrada, logo no início, por um colaborador registado, mas não *blogger*, quando ao sugerir o nome "*A família*" acompanha o seu comentário com a seguinte apreciação: *"Será um nome, que no verdadeiro sentido da palavra (frase) não se aplica, é uma tanga, aqui dentro só por escrito (…)"*. Outro comentário, susceptível de análise de insatisfação é o de um supervisor/ coordenador, que junto das fotos das novas contratações, publica o seguinte: *"Caros colegas (...) Venho por este meio dizer-vos que vos desejo muita sorte e paciência, porque o trabalho cá (…) não é fácil; tem dias de desespero, mas com o apoio dos colegas depressa vão passar por isso, mas não há-de ser nada. Boa sorte"*. Este autor teve, todavia, uma participação muito activa no blogue criado. Registou-se com um nome fictício e em resposta a um colega disse "*(…)* a *minha identidade é desconhecida, mas é só para se dizer as verdades e o que os nossos colegas acham do que está mal (…), pois algumas pessoas acham que (…) é um mar de rosas, mas isso não é verdade. (...) Espero continuar assim para ver se chegamos a algum lado (...)*." Chegou mesmo a apelar para que os colegas também manifestassem o seu desagrado e incentivou a procura de uma solução para o seu descontentamento e dos colegas da produção em relação ao corte das horas extras: "*(…) só tenho a dizer que eu sozinho não faço nada! Preciso de vocês porque temos de nos juntar (…)"*. Este apelo resultou noutras manifestações de descontentamento como, por exemplo, a de um supervisor/ coordenador que realçou a falta de comunicação por parte da administração, dizendo: "*Apoio*

totalmente o que foi dito (…), também não era mau um pequeno aviso antes do corte, visto terem nos reduzido no valor que vamos receber no fim do mês (…)". Estes comentários permitiram identificar uma subcultura aproximando-se do modelo de "fusão", teorizado por Sainsaulieu (1977), pois demonstraram que o colectivo é valorizado, apelando a valores como a massa, a unidade e a camaradagem perante as actuais condições quer contratuais, quer salariais, quer ainda de comunicação e informação internas na empresa.

Outra situação relatada no blogue, por parte do colaborador registado com o nome fictício, foi a de um caso acontecido com outro colega de trabalho e que suscitou comentários anónimos a demonstrar descontentamento: "*(…) eu e os meus colegas fazemos um esforço; trabalhamos para o banco do tempo, (…) trabalhamos deslocados longe da família, amigos e de casa onde temos de lucro o almoço e o jantar (…)"*. Manifesta o desejo para que "*(…) a direcção tenha confiança em quem está no trabalho de campo e mais (…) sofre na pele o frio, o calor, a chuva, o sol, os prazos malucos de obra que deixam qualquer um maluco, onde temos que pensar em tudo, mas o cansaço e o stress e a falta de descanso leva que por vezes certos pormenores escapem e resulte situações idênticas"*, realçando, no final da mensagem: "*Não me vou identificar com medo de represálias, pois atitudes como estas levam-me a questionar o bom senso ao analisarem a minha crítica*." Mais uma vez, o anonimato serviu de álibi para a revelação de sentimentos e críticas que não teriam lugar, pelo menos de forma tão explícita, tal como nos é dado a perceber pelo teor do comentário publicado. Ficou expressa uma solidariedade entre os colegas da produção. Além disso, reforça-se quer a importância de laços baseados na confiança entre a direcção e os colaboradores, quer as actuais condições e ritmos de trabalho em que os colaboradores são constrangidos a desempenharem as suas funções.

Apesar das mensagens e comentários de desagrado, também são deixadas mensagens de satisfação. Veja-se, a este propósito, o comentário de um supervisor/ coordenador, quando diz no meio de uma mensagem de desagrado "*(…) Mas atenção nem tudo é mau; temos coisas boas (…)"*. Quando questionado por uma administrativa sobre as "coisas boas" da empresa, enumera algumas, tais como: *" (…) Temos colegas sempre dispostos a ajudar uns aos outros; Temos o salário certo todos os meses (…); Temos viatura da empresa para podermos nos descolar (…); Temos 'colegas' no escritório que por acaso até são muito bonitas…:-); Temos formações pagas pela empresa, que ajudam no futuro, a ter um currículo mais completo; Temos telemóvel da empresa, novo, (…), e que passa a ser como um telemóvel pessoal; Temos um Blog (…), que ajuda a espalhar a palavra dos colaboradores (…)"*. Entre outros aspectos, o blogue, um meio de comunicação recente na empresa, é considerado uma "coisa boa" por parte dos colaboradores, que realça os incentivos dados pela empresa e que permitem promover sentimentos de pertença à organização.

Num outro momento, na página onde foram publicadas as fotos de convívios entre os colaboradores da empresa, foram deixados comentários a comparar um jantar realizado no ano de 2006 com os mais recentes, onde se constata a evolução da empresa através do aumento significativo de colaboradores. Perante essa constatação um supervisor/ coordenador, comenta que muitos dos colaboradores presentes no convívio do ano 2006 ainda continuam a trabalhar na empresa: *"(…)Deve chegar uma mão para contar quem hoje não faz parte (…). Alguém disse que (…) tem coisas boas, talvez por isso que por cá vamos ficando."* Este é um comentário revelador da satisfação e demonstra que a empresa gera vínculos contratuais duradouros capazes de contrariar a "força dos laços fracos" e a "falta de lealdade institucional" referidos por Sennett (2009).

Por sua vez, o apoio dos colegas e do espírito de equipa na empresa aparecem várias vezes referidos no blogue como muito importantes. Isso mesmo é referido por um colaborador, que comentou como anónimo: "*De facto é muito bonito constatar que quando alguém precisa de ajuda todos os colegas estão prontos a ajudar; Aqui se demonstra o verdadeiro espírito de equipa de que tanto se fala nesta empresa (…)"*. Outro comentário a manifestar o apoio dos colegas é o de uma administrativa que, no momento da sua transferência para outra empresa do grupo, escreve no blogue uma mensagem a despedir-se dos colegas e a agradecer: *"Resta-me agradecer a cada um em especial, por todo o vosso carinho, amizade e agradáveis momentos que me proporcionaram (…)* acrescenta, ainda, que *"Levo comigo não só as recordações, como também verdadeiras amizades, algo que me deixa verdadeiramente feliz."* Estes comentários enfatizam o apoio dos colegas de trabalho, nomeadamente entre os colaboradores da produção (responsáveis de unidade, supervisores e operacionais) e também entre os administrativos, deixando antever a presença de outra subcultura que se aproxima ao modelo da "negociação" (Sainsaulieu, 1977), onde é patente a negociação e a aceitação das diferenças, dando ênfase à vida colectiva e valorizando a solidariedade.

Uma outra dimensão reveladora do clima organizacional pode ser fundada na partilha de informações de cariz mais pessoal com os colegas de trabalho. Neste sentido foram publicadas mensagens e fotos, como no caso de um responsável de unidade, onde partilha com os colegas de trabalho de que foi pai, escrevendo: "*Caros colegas, é com muito prazer que vos informo que sou papá pela 1ª vez (….). Babado claro! Correu tudo muito bem e ele é muito giro!"*. Esta publicação suscitou mensagens e comentários de felicitação por parte de colegas ligados a vários departamentos. Foram também publicadas fotos de convívios extra-trabalho como, por exemplo, um magusto e uma tarde de caça entre colegas de trabalho. Por sua vez, as colaboradoras partilharam receitas de bolos e petiscos, chegando mesmo uma administrativa a aconselhar: *"vamonos esmerar e na próxima semana trazemos os nossos docinhos e colocamos à disposição dos restantes colegas na copa para se deliciarem (…)."*

No que concerne à identificação com a organização, esta é solicitada por um dos directores logo de início quando escreve, por correio electrónico, que se pretende com o blogue: "*é mesmo o espírito tribal que interessa desenvolver na (…)"*. Este sentimento torna-se patente quando os colaboradores manifestam o desejo de ver as suas fotos publicadas e quando partilham o endereço do blogue com outros colegas intra grupo, ou fazendo uso das redes sociais, nomeadamente o *facebook*.

Igualmente, podemos considerar outro sinal de identificação com a organização quando um supervisor/ coordenador apela a outro colega a colocação do logotipo da empresa numa foto publicada. O logotipo de uma empresa é um símbolo que implica sentimentos de identificação e reconhecimento a uma organização. O apelo é atendido, quase de imediato, pelo outro *blogger* que ocupa a função de operacional, pintando o logotipo da empresa no objecto fotografado e publicando-o novamente.

Por fim, analisa-se a percepção de orgulho que os colaboradores têm em pertencerem à empresa. Esse orgulho foi manifestado por parte de colaboradores que deram o seu testemunho de trabalho na empresa. Esses testemunhos foram publicados no blogue, revelando mensagens de orgulho e satisfação como, por exemplo: "*(…) Os projectos e (boas) ideias surgem todos os dias e são eficazmente levados em consideração e trabalhados, por uma equipa jovem e muito dinâmica (…) e uma (pequena) equipa muito coesa, activa e onde me orgulho de estar incluída*". Outro testemunho ainda refere a importância de se "vestir a camisola" da empresa, dizendo: "*já sinto que faço parte de um grupo de sucesso, de um grupo forte, estável. Enfim sinto o peso da camisola que me motiva sempre a fazer mais e melhor."* Estas publicações cativaram a atenção por parte dos colaboradores recém-contratados, que transmitiram o desejo de verem também os seus testemunhos publicados.

Notas finais

Tendo em consideração o objecto deste estudo, designadamente o papel de um blogue na promoção de sentimentos de pertença a uma organização, foi-nos possível proceder a uma análise sociológica do mesmo. Com efeito, atendendo que as potencialidades da *internet* ultrapassam as barreiras do tempo e do espaço, dada a sua instantaneidade, o blogue criado foi um meio que permitiu a interacção entre os colaboradores da empresa deslocados geograficamente. Permitiu também a divulgação e a propagação da cultura organizacional, dado que foram publicados símbolos, como o logotipo, a história da empresa, a sua missão e fotos de convívios entre os colaboradores. Estes sinais visavam uma identificação com a empresa e/ou a construção de um sentimento de pertença à mesma.

Constata-se, igualmente, a presença de subculturas entre as diferentes posições hierárquicas da empresa, evidenciando-se a presença de duas subculturas

cm características dos modelos de "fusão" e da "negociação" na linha da tipologia de Sainsaulieu (1977). Esta ideia ressalta da análise aos comentários, onde o espírito de equipa e a solidariedade entre colegas é mais evidente, deixando trespassar valores como a unidade e a camaradagem, típicos do modelo de fusão e a valorização da solidariedade típica do modelo da negociação.

Na verdade, após a análise de algumas publicações e comentários pode aferir-se que os sentimentos de pertença/ identificação à empresa se verifica, embora seja alvo de oscilações em função do perfil socioprofissional do *blogger* e da percepção que têm quer do contexto económico actual, quer da importância deste instrumento tecnológico para se potenciar um sentimento de pertença. Por um lado, fica patente a importância de "laços" baseados na confiança e reconhecimento, no trabalho de equipa e inter-ajuda, mas também as críticas face às condições e ritmos de trabalho mais exigentes e, muitas vezes, não compensadas de forma adequada por relação ao esforço e dedicação exigidos aos colaboradores. Da avaliação do clima organizacional, assumindo as devidas reservas face às limitações próprias desta investigação, foi visível observar alguns níveis de insatisfação, embora, em termos gerais, se registe um ambiente social favorável visível quer através das publicações de fotos de convívios extra trabalho entre os colaboradores da empresa, quer através de notícias de cariz mais pessoal como, por exemplo, a notícia da paternidade e a partilha de receitas culinárias.

Tendo em atenção os novos desafios enfrentados pelas organizações e pelos trabalhadores na actualidade, onde cada vez mais lhes é solicitado que se adaptem, melhorem os desempenhos e sejam competitivos, um blogue pode ser uma ferramenta criada e usada para valorizar o potencial humano, permitindo conduzir futuras investigações sociológicas sobre as suas potencialidades e limites em contextos organizacionais concretos.

Reiteramos, todavia, que não partilhamos de uma visão pretensamente neutra do blogue em que se imporia por si só, até porque na sua implementação encontram-se razões, mais ou menos explícitas, de cariz económico, político e ideológico que fundamentam as estratégias seguidas pelos responsáveis pela empresa. Um blogue não se substitui – nem tal seria concebível – a uma estratégia empresarial que, primordialmente, assente no respeito pelos direitos laborais, na criação de trajectórias de aprendizagem e de carreira profissional internas, na existência de condições dignas de trabalho e de conciliação entre a vida profissional e privada, entre outros aspectos.

Bibliografia

ALEXANDRE, João (2011), "O Mundo está a ficar mais azul", in *Millenium Magazine*, nº 9, pp. 22-29.

BAUMAN, Zygmunt (2004), *Liquid modernity*, Cambridge: Polity Press.

BECK, Ulrich (200), *Un nuevo mundo feliz. La precaried del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidos.

BECK, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage Publications.

CASTELLS, Manuel (2006), *A Sociedade em rede*, vol. I, 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTILLO, J. José (1998), "Em busca do trabalho perdido (e de uma sociologia capaz de o encontrar…), I. Kovács e J. Castillo, *Novos modelos de produção: trabalho e pessoas*, Oeiras: Celta Editora, pp. 131- 152.

DE COSTER, M, e PICHAULT, F. (1994), *Traité de Sociologie du Travail*, Bruxelles: Editions Boeck-Wesmael, pp. 205-229.

DUBAR, Claude (2000), *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation*. col. Le lien social, Paris: PUF.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta, REGINO, Marino (eds) (2000), *Why Deregulate Labour Markets?*. Oxford: Oxford University Press.

FREIRE, Carlos M. M. (2004), *Um Estudo de Caso – A Liberalização do Sector Eléctrico e os processos de Mudança Organizacional no Monopólio da Distribuição de Energia Eléctrica em Portugal*, pp. 39-46 (Disponível em http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/687/1/Tese.pdf acedido em 10/05/11]

FREIRE, João (s/d), S*ociologia do Trabalho: uma introdução*, Porto: Edições Afrontamento.

GIDDENS, Anthony (1002), *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

GREENWOOD, Ernest (1965), "Métodos de investigação empírica em Sociologia", *Análise Social*, Vol. III, nº 11.

KOVÁCS, Ilona (2004), "Emprego flexível em Portugal", in *Sociologias* [online], 12; 32-67. [Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517452220040002 00003&lng=en&nrm=iso - Acedido em 08/04/2011].

KOVÁCS, Ilona (2006), "Formas Flexíveis de emprego em Portugal: riscos e oportunidades", in *Sociedade e Trabalho*, 28: 17-34.

KOVÁCS, Ilona; CASTILLO, Juan José (1998), *Os novos modelos de produção – trabalho e pessoas,* Oeiras: Celta.

MARQUES, Ana Paula (2009), *Trajectórias Quebradas. A Vivência do Desemprego de Longa Duração,* Porto, Profedições/ CICS-UM.

MARQUES, Ana Paula (2006), "Para uma propedêutica da Sociologia do Trabalho", *in* Costa e Leandro (Orgs.), Actas do XVIII Seminário Internacional da Associação Ibero-Americana de Sociologia das Organizações (AISO) - *Participação, Saúde e Solidariedade: Riscos e Desafios*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, NES, AISO, pp. 1015-1026.

MARQUES, Ana Paula (2005), "Experiências fluidas. Carreira e precariedade" *in* Marques, R. Araújo e M. Brandão (Orgs.), *Actas de Encontros em Sociologia II - O Público e o Privado na Modernidade Tardia*, NES: Universidade do Minho, Braga, pp.31-43.

MAURICE, M. (1985), "O determinismo tecnológico na sociologia do trabalho (1955-1990): uma alteração de paradigma?", *in* D. Pimentel *et al.* (org.) *Sociologia do Trabalho*, Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 231-254.

MORGAN, Gareth (1996), *Imagens da organização*, São Paulo: Atlas.

PIMENTEL, Duarte (1987), "Sobre a cultura de empresa", in *Sociologia Problemas e Práticas*, 4: 133-146.

PIMENTEL, Duarte *et al.* (2009), *Empresa e identidades profissionais: algumas narrativas portuguesas*, Lisboa: Argusnauta.

PINTO, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de identidade", in *Revista Critica de Ciências Sociais*, 32: 217-231.

PINTO, José Madureira (2006), "Precarização e relações de sentido no espaço social do trabalho", in *Sociologia* – Revista da Faculdade de Letras, vol. 16, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 177-190. [Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4626.pdf - Acedido em 26/05/2011].

POIRIER, J. *el al.,* (1999), *Histórias de Vida*, Oeiras: Celta Editora.

SAINSAULIEU, Renaud (2001), *Sociologia de empresa: organização, cultura e desenvolvimento*, Lisboa: Instituto de Piaget.

SAINSAULIEU, Renaud (1992), "Organisations qualifiantes, innovantes, accueillantes", D. Mercure (Ed.), *La culture en mouvement: nouvelles valeurs et organisations*, Sainte-Foy (Québec), Les Presses de L'Université Laval.

SAINSAULIEU, Renaud (1977), *L'identité au travail*: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

SANTOS, Boaventura Sousa (Dir.) (2001), *Globalização. Fatalidade ou Utopia*. Porto: Afrontamento.

SENNETT, R. (2009), *A Corrosão do Carácter: As Consequência Pessoais do trabalho no novo Capitalismo*, Rio de Janeiro: Record. [Disponível em: http://www.emtese.ufsc.br/2_art7.pdf - Acedido em 29/04/2011]

Webgrafia:

http://www.internetsegura.pt/PT/Perigos/RedesSociaisVirtuais/ContentDetail.aspx acedido em 27/04/2011 – Acedido em 27/04/2011

http://www.internetsegura.pt/pt-PT/Perigos/Blogues/ContentDetail.aspx – Acedido em 27/04/2011

http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=210 – Acedido em 24/03/2011

Anexo 1
Quadro 1: Perfil dos *Bloggers*

G. etário	Sexo	Habilitações	Cat. Profissional	Vínculo Contratual	Nº de intervenções
25-29	M	Secundário	Supervisor/Coordenador	Efectivo	2
25-29	M	Superior	Responsável unidade	Termo certo	2
35-39	F	Secundário	Administrativa	Efectiva	24
25-29	F	Secundário	Administrativa	Efectiva	2
25-29	M	Superior	Responsável unidade	Efectivo	1
40-44	M	Superior	Responsável unidade	Efectivo	4
35-39	M	3º C. E.Básico	Supervisor/Coordenador	Efectivo	13
25-29	F	Secundário	Administrativa	Efectivo	4
35-39	F	Secundário	Administrativa	Efectivo	6
40-44	M	3º C. E.Básico	Supervisor/Coordenador	Efectivo	3
25-29	M	3º C. E.Básico	Supervisor/Coordenador	Termo certo	2
25-29	F	Superior	Administrativa	Efectiva	1
35-39	M	Superior	Responsável unidade	Efectivo	4
20-24	F	Secundário	Administrativa	Efectiva	4
25-29	M	Superior	Responsável unidade	Efectivo	3
20-24	M	Secundário	Administrativo	Efectivo	3
35-39	M	Secundário	Supervisor/Coordenador	Efectivo	5
25-29	M	Secundário	Operacional	Efectivo	11
30-34	F	Secundário	Administrativa	Efectiva	2
30-34	M	Superior	Técnico	Efectivo	4
35-39	M	Secundário	Supervisor/ Coordenador	Efectivo	9
20-24	M	Superior	Responsável unidade	Termo certo	4
25-29	M	Superior	Responsável unidade	Efectivo	2
25-29	M	Secundário	Operacional	Efectivo	10
25-29	M	Secundário	Supervisor/ Coordenador	Efectivo	3
35-39	M	Superior	Director	Efectivo	3
50-54	M	2º C. E.Básico	Supervisor/ Coordenador	Efectivo	4
40-44	M	3º C. E.Básico	Supervisor/ Coordenador	Efectivo	2
20-24	F	3º C. E.Básico	Estagiaria	Estagiária	4
30-34	F	Secundário	Administrativa	Efectiva	2

Configuracoes 9.indb 216 09-05-2013 16:39:21

Anexo 2
Quadro 2: Grelha de análise de interpretação dos dados

Dimensões	Categorias	Registos relevantes
Percepção do "estado do país"	Contexto socio-económico	Textos publicados e comentários sobre a "Geração à rasca"; Artigo publicado com o nome: "A introspecção valorativa da sociedade"
Criação do blogue	Grau de receptividade	Participações dos colaboradores com os nomes para o blogue; Mensagem do líder a apelar às participações; Envio de fotos para serem publicadas; Reacções de agrado/ desagrado às fotos; Mensagens enviadas pelo chefe; Desagrado do director aos comentários publicados; Reacções de desagrado pelas mensagens apagadas.
"Cultura" de empresa	Clima organizacional Satisfação/ Insatisfação dos colaboradores	Reacções de desagrado dos colaboradores; Registo de nomes fictícios, com receio de sofrer represálias; Publicação e mensagens dos benefícios da empresa; Comentários sobre o trabalho feito em obra; Manifestações de solidariedade para com os colegas de trabalho; Agradecimentos dos colaboradores; Partilha de informações de cariz pessoal; Fotos de festas e convívios extra trabalho.
Identificação com a organização	Identidade Organizacional/ Sentimentos de Pertença	Apelo à colocação do símbolo da Empresa; Publicação de mensagens com o logotipo; Desejo de ver fotos publicadas; Testemunhos dos três primeiros meses de trabalho.

Configurações, vol. 9, 2012, pp. 219-222

Helena Machado e Filipe Santos (organização de) Justiça, ambientes mediáticos e ordem social V. N. Famalicão, Húmus, 2010

Fernando Bessa Ribeiro[1]

Organizado por Helena Machado e Filipe Santos, este livro é um trabalho meritório e inovador sobre um campo social da maior importância nas sociedades contemporâneas: o da justiça. É de salientar que o livro exprime, e não é aspecto de menor importância, também a crescente internacionalização das ciências sociais em Portugal, neste caso da sociologia, através do envolvimento de investigadores em redes internacionais de investigação e produção de ciência. Sublinhe-se que o livro de Helena Machado e Filipe Santos foi originalmente publicado em língua inglesa. Outro aspecto a destacar é a filiação disciplinar e interesses de investigação muito diversificados, combinando fundamentalmente a sociologia (Helena Machado, Filipe Santos e Chris Greer), com o direito e a criminolgia (Valerie Hans e Susanne Karstedt, entre outros).

O livro é constituído por seis textos – antecedidos por uma introdução a cargo dos organizadores – que analisam tópicos relacionados com a mediatização da justiça, suportados por enquadramentos teóricos pertinentes e, em alguns casos, muito sofisticados. Temos assim um enfoque que atravessa todo o livro: a mediatização da justiça, entendida por Machado e Santos como

> um dos mais prementes desafios para as sociedades actuais na medida em que é dada ao público a possibilidade de observar os procedimentos, regras e o funcionamento da justiça. Por via das imagens e discursos produzidos nos média, o público recebe dados que lhe permitem elaborar concepções e representações acerca do sistema de justiça e da ordem social vigente, plasmada ou mesmo ausente nos códigos e disposições legais (p. 7).

[1] Escola de Ciências Humanas e Sociais Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, fbessa@utad.pt

Configuracoes 9.indb 219 09-05-2013 16:39:21

Apesar de ainda pouco estudado em Portugal, também no campo da justiça se joga a democracia e a cidadania. Como referem Machado e Santos, a abrir a introdução, "nas últimas décadas, o debate em torno das relações entre os tribunais e a comunicação social tem estado no epicentro da discussão pública sobre o estado da justiça (e da democracia) em vários países" (p. 7). As questões da justiça, crescentemente mediatizadas e, é claro, politizadas, não são um assunto menor nas sociedades contemporâneas. Analisando a acção dos média, este livro concorre para não deixar este campo nas mãos dos jornalistas e de outros produtores de opinião que, não raro, estão vinculados a interesses económicos e políticos, quase sempre nunca explicitados e que falam em nome daquilo que vagamente definem como opinião pública e o interesse geral. Daí que me parece que o interesse em relação à justiça faz parte do interesse político dos cidadãos pelas coisas e problemas do nosso mundo. Por outras palavras, a indiferença política em relação à justiça constitui mais uma das múltiplas formas de alheamento em relação ao mundo, uma maneira de o olhar como se fosse espectáculo, bem ao gosto de algumas abordagens pós-modernas. Dando seguimento a esta perspectiva, na justiça, à semelhança do que acontece no meio académico, não existe torre de marfim segura e sólida, imune ao mundo e seus interesses.

Para o cidadão será certamente relevante e útil saber que as relações entre a justiça (e a polícia), por um lado, e os média, por outro, são complexas, muitas vezes conflituosas e reflectem relações de força e interesses não raro antagónicos. Nesse sentido, o texto de Chris Greer e Eugene McLaughlin sobre os protestos populares contra a reunião do G20 em Londres, em Abril de 2009, procede a uma análise notável dos conflitos que se podem gerar em torno de um acontecimento e do papel da acção individual e colectiva através da utilização virtuosa das novas tecnologias para mudar a relação de forças em termos mediáticos, passando-se da "violência dos manifestantes" para a "violência policial". Tornando evidente que existe margem de manobra para a agência humana, os autores escrevem que "o cidadão-jornalista fornece uma fonte valiosa adicional de informação em tempo real que pode desafiar ou confirmar a versão institucional dos acontecimentos" (p. 129).

É pertinente notar que o interesse mediático pela justiça – a que corresponde uma preocupação crescente por informar/mediatizar/manipular a acção da justiça por parte dos operadores (veja-se, a propósito, os três últimos capítulos sobre justiça, informação e comunicação e a acção da polícia no Reino Unido) – ocorre num tempo marcado por um endurecimento penal. Ao mesmo tempo que o Estado vai emagrecendo a nível social e económico, assistimos ao seu engordar a nível securitário e punitivo; enquanto os governos vão cortando nas despesas sociais – na saúde, na segurança social, na educação – ora argumentando com o ajustamento estrutural, ora argumentando com a imperiosa racionalização mercantil, vão crescendo os orçamentos para os aparelhos policial, judicial e penitenciário. Por outras palavras, como escreve Loïc Wacquant,

Configuracoes 9.indb 220 09-05-2013 16:39:21

em *As prisões da miséria* (Oeiras, Celta Editora, 2000), "à atrofia deliberada do Estado social corresponde a hipertrofia do Estado penal: a miséria e o definhamento de um tem por contrapartida directa e necessária a grandeza e a prosperidade insolente do outro" (p. 74). Conquanto Susanne Karstedt não faça essa ligação, não pude deixar de relacionar o seu texto sobre o uso das emoções na justiça criminal com o quadro sociopolítico em que vivemos. Ao valorizar as emoções das vítimas, as actuais tendências (quase) hegemónicas no direito não deixam de contribuir para a disseminação do vento punitivo de que nos fala Wacquant, com todos os riscos daí decorrentes. Como Karstedt justamente lembra, "o alimentar de emoções de repulsa tem levado as sociedades a tratar os grupos marginalizados como se fossem inferiores a seres humanos" (p. 32). Mais, como revela o caso de Scott Peterson assinalado pela autora (p. 34), as emoções (ou ausência delas) podem contribuir para a formação da culpabilidade ou da inocência.

De igual modo, as emoções estão presentes nos médias. O capítulo de Helena Machado e Filipe Santos sobre o conhecido e controverso caso do desaparecimento de Madeleine Mcann no Algarve mostra como as emoções foram "jogadas" pelos média, fazendo com que os pais passassem de anjos a vilões num punhado de meses, à medida que a investigação se ia desenrolando e com isso alimentando um fluxo noticioso que permitia sustentar audiências e ganhos económicos. Aqui é conveniente que, não podendo escapar às lógicas que organizam a acção do capitalismo, também o campo mediático se confronta com a crescente concentração das empresas produtoras de informação e conteúdos mediáticos, sob o comando de grandes grupos financeiros e industriais. Ou seja, da fusão do cultural com o económico, como assinala justamente Fredreric Jameson (*A cultura do dinheiro*, Petrópolis, Vozes, 2001) com tudo o que isso significa em termos de valores, prioridades e formas de fazer comunicação social.

Ao longo desta recensão referiu-se amiúde cidadania e democracia. Há que destacar que este livro é uma expressão concreta do compromisso de Helena Machado e Filipe Santos com os cidadãos e o debate democrático. Constituindo "uma acção de divulgação de conhecimento científico levada a cabo no âmbito do projecto de investigação *Justiça, media e cidadania*", como referem os organizadores (p.11), este livro procura fazer entrar no debate público os resultados da investigação e a reflexão teórica, neste caso sobre justiça e media. Trata-se de uma outra e mais virtuosa forma de prestação de contas aos financiadores por parte de Helena Machado e Filipe Santos, neste caso directamente aos cidadãos que, com os seus impostos, pagam as nossas investigações, através da publicação de um livro que interpela fundo as questões da justiça e sua mediatização.

Em suma, estamos perante um livro interpelador e surpreendente. Sendo capaz de responder aos objectivos formulados pelos organizadores –

> contribuir para alargar o âmbito da análise crítica e reflexão sobre os encontros e desencontros entre a justiça e os média, tendo como objectivo familiarizar o público português com outras dimensões possíveis da discussão: desde a importância das emoções no direito e na administração da justiça criminal; aos impactos da cobertura mediática de casos criminais nas representações sobre justiça, ordem social e nos chamados 'julgamentos mediáticos'; passando por perspectivas mais dirigidas ao futuro da justiça e seus operadores em paisagens crescentemente mediatizadas e assentes no poder de difusão de novas tecnologias, que colocam desafios às relações entre os tribunais, a polícia e os médias, procurando interrogar, inclusivamente, o papel dos cidadãos neste cenário de mudança (p. 8)

– os cidadãos interessados nesta temática, sobretudo os comprometidos com o aprofundamento da transparência e do escrutínio da justiça, enfim, com o alargamento da cidadania e participação democráticas, terão acesso a elementos bastantes que contribuirão para formar uma opinião mais esclarecida, justificando assim plenamente o tempo dispendido com a sua leitura.

Configuracoes 9.indb 222 09-05-2013 16:39:21

Abstracts / Résumés

Telmo H. Caria
Filipa Cesar
Raquel Biltes

The professionalization of Sociology and the dualistic use of Social Sciences.

Abstract: The The main objective of this article is to discuss the ties between theory and practice in professional and scientific work of Sociology, showing that this debate needs proper theorization. In consequence, we have conceived the outline of a proposal about the theme that starts from the hypothesis of a duality between the symbolic deductive processes and the practical experiential processes of social action. With this aim, the article has been organized in two subthemes:
— the oppositions between Sociology and Social Work, when applied to social work in the third sector;
— the Sociology debate about professionalization processes in Social Sciences. In the first subtheme preliminary data of an empirical study about the theme will be presented, where we put in evidence the oppositions and approximations between sociologists and social workers´ professional work in this sector. With these data as a basis, in the second subtheme we will develop some of the contributions of Sociology in Portugal for the debate in sociology about theory-practice relations in the professionalization of Social Sciences, both inside and outside academic professions.

Keywords: Social Sciences, professionalization, Sociology, Social service, theory and practice.

Telmo H. Caria
Filipa Cesar
Raquel Biltes

La professionnalisation de la sociologie et l'usage dualistique des sciences sociales

Résumé : L'objectif de cet article est essentiellement de débattre sur les relations entre la théorie et la pratique dans le travail scientifique et professionnel en sociologie, tout en montrant que ce débat manque de théorisation adéquate. Il est ainsi avancé une proposition qui part de l'hypothèse d'une dualité entre le processus symbolique-déductif et le processus basé sur la pratique et l'expérience de l'action sociale. L'article est organisé en deux sous thèmes :
— les oppositions entre la sociologie et le service social, lorsqu'elles sont appliquées au travail social dans le troisième secteur
— le débat en sociologie sur les processus de professionnalisation en sciences sociales (CS).
Dans le premier sous thème, nous avançons des hypothèses explicatives, en partant d'une étude empirique, où sont mises en évidence les oppositions et les rapprochements entre le travail professionnel des sociologues et celui des assistants sociaux dans ce secteur d'activité. À partir de ces hypothèses, nous avons développé, dans le deuxième sous-thème, quelques-uns des apports de la sociologie portugaise au débat sur les relations entre la théorie et la pratique dans les processus de professionnalisation des sciences sociales, aussi bien au niveau de la profession académique qu'au niveau des professions hors académie.

Mots-clés : Sciences sociales, professionnalisation, sociologie, service social, théorie et pratique

Helena Areias
Ana Paula Marques

Networks and organizational reconfiguration: the contribution of Norbert Elias

Abstract: Network organization, which is the morphological characteristic of the current society, has been motivated in part by the criticism of organizational models not suitable for present-day society. New organizational forms have emerged as polycentric and networking structures whose aim is to manage the changes which occur at an unprecedented speed. For the organizational reconfiguration process, the thoughts of Norbert Elias are presented due to their pertinent contribution for the understanding of a complex and paradoxical world with uncertainty and risk. According to Norbert Elias, social relationships are explained by the network perspective formed by complex interdependencies created by human interactions in a permanent dynamic between "self" and "us", equal and/or different individuals which generate reticular phenomena. The central argument of this paper has been primarily developed by way of the revision of Elias's thinking and secondly, by questioning the accumulated knowledge focused on network in social sciences in order to provide a critical alternative beyond the linear logic of casual and deterministic rationality.

Keywords: network, organization, interdependency, configuration

helena Areias
Ana Paula Marques

Réseaux et reconfiguration organisationnelle: la contribution de Norbert Elias

Résumé : L'organisation en réseau, morphologie caractéristique de la société moderne, est en partie alimentée par la critique des modèles organisationnels qui ne sont pas adaptés au contexte sociétal et économique dans lequel nous vivons.
De nouvelles formes organisationnelles surgissent comme les structures polycentriques ou en réseau, conçues pour gérer les changements qui se produisent à une vitesse sans précédent.
Pour ce processus de reconfiguration de l'organisation, il est fait appel à la pensée de Norbert Elias, en raison de l'actualité de sa contribution à la compréhension d'un monde complexe, paradoxal, comprenant des dimensions d'incertitude et de risque. Pour Norbert Elias, les relations sociales sont expliquées par la structure mais aussi par un réseau correspondant à un enchaînement complexe d'interdépendances, créé par les interactions humaines entre le « moi » et le « toi », le « nous » et le « eux », individus égaux et/ou différents, une dynamique constante qui génère des phénomènes réticulaires.
L'argument central de ce texte a été développé à partir de la revisitation de la pensée d'Élias pour, ensuite, questionner les connaissances accumulées sur les réseaux en sciences sociales, de façon à avancer une alternative critique à la logique rationnelle linéaire, déterministe, et de cause à effet.

Mots-clés : réseau, organisation, interdépendance, configuration

João Valente Aguiar

Workers' lives. The ethnographic reconstitution of historical processes in (deep) social erosion

Abstract: Vanished social and historical contexts have always been a challenge for Social Sciences. This paper is an attempt to answer some questions regarding the subjectivity of rural workers in the province of Alentejo during the period of dictatorship, also known as Estado Novo (1928-1974). At the same time, the emphasis on a biographical method seems to be here a possible path for a partial reconstruction of an almost vanished scenario.

Keywords: biographical method; ethnography; rural working class; popular culture

João Valente Aguiar

"Vies d'ouvriers. La reconstruction ethnographique des contextes historiques dans un processus de (profonde) érosion sociale"

Résumé : Les contextes sociaux et historiques déjà disparus sont toujours un défi pour les sciences sociales. Dans ce texte, nous essaierons d'appréhender certaines dimensions de la subjectivité des ouvriers agricoles de l'Alentejo pendant la dictature portugaise de l'État nouveau (1928-1974). En même temps, nous mettons l'accent sur la méthode biographique comme un moyen de reconstruire partiellement un scenario d'étude pratiquement disparu.

Mots-clés : méthode biographique, ethnographie, ouvriers agricoles, culture populaire

Elísio Estanque

Precariousness, trade unionism and collective action

Abstract: The current trend of de-structuring industrial relations in Europe is leading to new forms of labour and expanding precariousness at work, as well as undermining the old criteria and forms of dialogue, working conditions, and values of solidarity. This process is threatening the old "social contract" model, inspired by Enlightenment philosophy and has been consolidated since the post-World War II under the form of welfare state. Over the last twenty years deep changes have occurred in the world of work and labour relations which have dramatically lashed the rights and quality of employment, leading to a breakdown of the former productive system which has been feeding middle-class expectations and the expansion of individual dreams (of socially upward mobility) of thousands of workers. The growth and diversification of job insecurity has become one of the main traits of decomposition of the labour market both in Portugal and in other European Union countries. It is in this context that it is important to discuss the legacy of the labour movement and question its ability to adapt to this new reality. To this end, this paper analyses the significance of new forms of collective action and "inorganic" movements that have emerged in recent times, revealing new languages, forms of mobilization and political activism, seeking to respond to the increasing fragility of the world of labour and challenging old trade union habits, organizational forms and structures..

Keywords: precariousness, trade unionism, social movements, labour relations

Elísio Estanque

Précarité, syndicalisme et action collective

Résumé : La tendance actuelle de précarisation des relations de travail en Europe et dans le monde et la dissociation entre les conditions et les liens professionnels menacent les anciens critères et les formes de dialogue, les valeurs de solidarité et, en somme, le modèle de contrat social inspiré par la philosophie illuministe et consolidé depuis la seconde guerre mondiale sous la forme d'État providence. Au cours des vingt dernières années, les changements survenus dans le marché du travail ont porté atteinte d'une forme dramatique aux droits et à la qualité de l'emploi, ce qui a conduit à une désagrégation du système productif. Jusqu'aux années quatre-vingt du siècle dernier, celui-ci a pu faire vivre une classe moyenne qui semblait être en expansion et a alimenté les rêves individuels de nombreux travailleurs. L'augmentation et la diversification de la précarité de l'emploi sont devenues l'un des principaux aspects de la recomposition du marché du travail au Portugal et dans d'autres pays de l'Union européenne. C'est dans ce contexte que doit être discuté l'héritage du mouvement ouvrier et que nous devons nous demander quelle est sa capacité d'adaptation à la nouvelle réalité d'aujourd'hui. Ce texte essaye donc d'interpréter la signification des nouvelles formes d'action collective et des mouvements « inorganiques » qui sont apparues ces derniers temps et qui révèlent de nouveaux discours, des nouvelles formes de mobilisation et d'activisme civique et politique, cherchant à répondre à la fragilité croissante du syndicalisme et bouleversant les habitudes et les formes d'organisation des anciennes structures syndicales.

Mots-clés : précarité, syndicalisme, mouvements sociaux, travail

Configuracoes 9.indb 226 09-05-2013 16:39:21

José Soeiro

"I´m here for fear of my future" Youth, precariousness and protest

Abstract: The development of precarious forms of work is a key element of the "great transformation" underway in the regime of capitalism (Castel, 2009). In Portugal, it has assumed particular features and has had a strong impact on young people. The employability of young people is a long, painful and complex process, indicating the emergence of a «low-cost generation» (Chauvel, 2008), victim of a double disqualification. These changes have also created new class segments and an increasingly educated youth whose gap between expectations and opportunities may generate phenomena of resentment and rebellion. We have addressed this dynamic of precariousness and the forms of collective action that have emerged.

Keywords: precarious forms of work, labour, youth, collective action

José Soeiro

«Je suis ici par crainte de mon avenir » Jeunesse, précarité et protestation

Résumé : Les processus de précarisation du travail sont un élément clé de la «grande transformation» en cours dans le régime capitaliste (Castel, 2009). Au Portugal, ils assument des caractéristiques particulières et atteignent très fortement les jeunes. L'insertion des jeunes sur le marché de travail est longue, douloureuse et complexe ; elle conduit à l'émergence d'une génération « low cost » (Chauvel, 2008). Ces changements créent également de nouveaux segments de classes et une jeunesse de plus en plus instruite, pour laquelle l'écart entre les attentes et les opportunités peut générer du ressentiment et de la révolte. En partant de l'analyse de la manifestation « Geração à rasca » (génération en difficulté), cet article vise à avancer des éléments qui permettent de comprendre le phénomène.

Mots-clés : précarisation, travail, jeunesse, action collective

Vera Duarte

Contexts, discourses and pathways in female juvenile delinquency

Abstract: This article results from a research that was developed as part of my doctoral thesis in sociology about the experiences and meaning of transgression in the life paths of girls. Assuming that the empirical referent of this study included girls in compliance with educational court orders, individual cases were analysed and interviews were carried out. Their intersection allowed for the exploration of contexts and dominant discourses, and of pathways of transgression.

Keywords: juvenile delinquency, girls' delinquency, transgressive pathways

Vera Duarte

Contextes, discours et parcours de la délinquance juvénile féminine

Résumé : Cet article est le résultat de la recherche qui a été réalisé dans le cadre de ma thèse de doctorat en sociologie qui a eu pour but de comprendre le problème de la délinquance juvénile féminine, et en particulier les expériences et les significations de la transgression dans les trajets de la vie des jeunes filles. En ayant comme référence empirique des jeunes filles soumises à des mesures de tutelle éducative, nous avons analysé les dossiers individuels et réalisé des entretiens qui ont permis d'explorer les contextes et les discours dominants et de définir les parcours transgressifs.

Mots-clés : délinquance juvénile, délinquance féminine, parcours transgressifs

Configuracoes 9.indb 228 09-05-2013 16:39:21

Manuel Carlos Silva
Ana Reis Jorge
Aleksandra Queiroz

Sexual division of housework: between representations and practices

Abstract: This paper focuses on the division of housework between men and women in a heterosexual marriage (or cohabiting), revealing not only its views at this level as confronting the representations with social practices in order to measure the degree of discrepancy between them. The results confirm findings from other national and international researches. At the level of representations there is a tendency towards equal sharing of tasks, but the inequality between man and woman persists, this being unfavourable for her, in the distribution of household chores and their weekly hours spent on them. There is also a discrepancy between representations and practices given the professional and age group. If among the least skilled occupational and older groups there is the assumption that such chores are more typical of women, among the most qualified and younger is sharper vision regarding equitable distribution of tasks. Although, this does not always translate in practice, verifying a trend overload women with housework and caring for children and other dependents. The results confirm findings from other national and international researches. At the level of representations there is a tendency towards equal sharing of tasks, but the inequality between man and woman persists, in her disfavour, in the distribution of household chores and in the amount of weekly hours spent on them. There is also a discrepancy between representations and practices given the professional and age groups. If among the least skilled, and older groups there is the assumption that such household chores are more typical of women, among the most qualified, and younger there is a sharper vision regarding the equitable distribution of tasks. Although, this does not always translate in practice and it is verified a women's overload in household chores and with child and other dependents care.

Keywords: gender, family, profession, inequalities, Portugal

Manuel Carlos Silva
Ana Reis Jorge
Aleksandra Queiroz

Division sexuelle du travail domestique: entre représentations et pratiques

Résumé : Ce texte met l'accent sur la répartition des tâches ménagères entre les hommes et les femmes en concubinage ou mariage hétérosexuel. Il révèle leurs représentations sur le sujet et les confronte avec les pratiques sociales respectives et, à partir de cet exercice, évalue le degré de divergence entre les représentations et les pratiques.
Le texte discute les différentes perspectives théoriques sur les représentations sociales et leur éventuel écart par rapport aux pratiques sociales et exploite les données empiriques d'une étude sur les (in)égalités de genre. Ces données ont été collectées notamment au moyen d'une enquête réalisée auprès de 802 personnes, au Portugal continental. Les résultats qui ont été obtenus confirment les conclusions d'autres travaux au niveau national et international.
Néanmoins, au niveau des représentations, il est esquissé une propension au partage des tâches d'une forme tendanciellement équitable mais l'inégalité entre hommes et femmes persiste au détriment de ces dernières, en ce qui concerne le partage des tâches ménagères et le nombre d'heures accordées à ces tâches. Les inégalités en fonction du sexe, du groupe professionnel et de l'âge sont particulièrement importantes.
Si, parmi les groupes professionnels moins qualifiés et les plus âgés, il est assumé que ces tâches doivent être attribuées aux femmes, parmi les plus qualifiés et les plus jeunes, une perspective plus équitable est prédominante, bien que cela ne se traduise pas toujours au niveau des pratiques car il est constaté que les femmes ont tendance à supporter une surcharge en ce qui concerne les tâches ménagères et les soins accordés aux enfants et autres personnes dépendantes.

Mots clés : genre, famille, profession, inégalité, Portugal

Configuracoes 9.indb 229 09-05-2013 16:39:22

Rosimeire Barboza Silva

To exceed the limits: the contemporary feminist critics in the work of Ana B. Pereira

Abstract: There are several debates about the literature as a fruitful locus, either for the reproduction of misogynous speeches, either for the creation of new feminine/feminist statements. Inspired by such debates, this article intends to elaborate on the contemporary feminist literature, having as a starting point the work of the Portuguese poet Ana B. Pereira. Young as a young writer on the margins of the grand editorial market, Ana B. gives politically engaged literature a completely new dimension, through the combination of aesthetic experimentation with the meticulous examination of women's insertion in society.

Keywords: contemporary feminist poetry, politically engaged literature, body

Rosimeire Barboza Silva

Dépasser les limites: la critique féministe contemporaine dans l'oeuvre d'Ana Bê

Résumé : Les débats sur la littérature en tant que lieu fécond aussi bien pour la reproduction de discours misogynes que pour la créer de nouvelles thèses de femmes/féministes sont variés et stimulants. Inspiré par de tels débats, cet article propose de disserter sur l'écriture féministe contemporaine en ayant comme point de départ l'oeuvre de la poète portugaise Ana Bê Pereira. Jeune auteur, en marge du marché de la grande l'édition, Ana Bê redimensionne la littérature engagée, en combinant l'expérimentation esthétique avec l'examen minutieux de l'intégration des femmes dans la société et en interrogeant et recréant des conceptions sur le corps et le langage, pour extrapoler des cadres et des limites.

Mots-clés : poésie féministe contemporaine, critique féministe, littérature engagée, corps.

Camila Rodrigues

The involvement of residents in resettlement programmes in democratic Portugal

Abstract: By understanding social housing as a political field in which several forms of capital constitute the main factors that define the actors' possibilities of succeeding in the game of power, the production and reproduction of the dominance structures that have resulted from the conflict between groups has been analysed in the social housing programmes which have been implemented in Portugal, since the 1974 revolution up to now. The positioning of the inhabitants, the local and national powers and the social NGOs in the programmes, which has been conditioned by these conflictive dynamics, allows for us to ask which levels and types of involvement are more suitable for the management of central problems of contemporary democratic governance such as justice, legitimacy and effectiveness. We also question the reach of altruism as a legitimating feature for social intervention.

Keywords: housing programmes; participatory democracy; social exclusion; action theory; altruism

Camila Rodrigues

La participation des résidents aux programmes de réinstallation dans les sociétés démocratiques du Portugal

Résumé : Considérant le secteur de logement social comme un domaine social dans lequel plusieurs formes de capital constituent les facteurs principaux qui définissent les possibilités des acteurs à arriver au jeu de pouvoir, la reproduction des structures de prédominance qui résultent du conflit entre les groupes est analysée dans les programmes de logement sociaux exécuté de la révolution d'avril jusqu'à présent. Le rôle des habitants, des municipalités et des organismes de bienfaisance dans les programmes, qui est conditionné par cette dynamique de conflit, nous permet de questionner quels niveaux et quels types d'engagement seront les plus appropriés à la gestion de problèmes centraux de la gouvernance démocratique contemporaine comme la justice, la légitimité et l'efficacité. Nous contestons également la portée de l'altruisme, en tant que principe de légitimation de l'intervention sociale.

Mots-clés : programmes de relogement; démocratie participative; exclusion sociale; théorie de l'action; altruisme

Carla Cunha
Ana Paula Marques

Promoting a sense of belonging to an enterprise: management and monitoring an organizational blog

Abstract: Taking into account the current turbulent labour market, where short-term jobs are becoming more frequent, it has become difficult to develop a sense of belonging to an organization. Without defending a deterministic perspective, ICT can help in this development, namely by way of participation in an organizational blog. This paper presents the results of a case study focused on the creation of a blog, its management and monitoring over a period of four months which correspond to an internship in an enterprise located in the North of Portugal. Through a content analysis of the documents and commentaries posted on the blog, it was possible to draw on conclusions on the following: *i*) the promotion and dissemination of the symbols and identity of an enterprise in the sense of its organizational culture; *ii*) the identification and understanding of professional subcultures in relationship to the profile and hierarchical position of employees; *iii*) and the evaluation of the organizational climate. Therefore, the aim here is to illustrate a new form of sociological analysis mediated by a blog, assuming its positive aspects and its sense of belonging and organizational identification, as well as its negative aspects and constraints that have been associated to the daily work of employees.

Keywords: blog, organization, belonging sentiment, case study

carla Cunha
Ana Paula Marques

Promotion de sentiments d'appartenance à une entreprise : gestion et suivi d'un blog organisationnel

Résumé : Compte tenu de l'actuelle turbulence sur les marchés du travail, où les emplois à court terme sont de plus en plus fréquents, développer des sentiments d'appartenance à une organisation devient difficile.
Nous ne prétendons en aucun cas défendre ici une vision déterministe de la technologie, mais les nouvelles technologies d'information et de communication peuvent participer à ce développement, notamment par la participation à un blog organisationnel. Dans cet article, nous présentons les résultats d'une étude de cas centrée sur les activités de création, de gestion et de suivi d'un blog, pendant les quatre mois correspondant au stage obligatoire de fin de cursus universitaire, dans une entreprise située dans la région Nord du Portugal. Grâce à une analyse du contenu des publications et des commentaires postés sur le blog, il nous a été possible de conclure sur son importance au niveau de :
i) la promotion et la divulgation des symboles et de l'identité de l'entreprise sous l'angle de la « culture » organisationnelle ;
ii) l'identification et la compréhension des sous-cultures professionnelles en fonction du profil et de la hiérarchie des salariés ; et
iii) l'évaluation du « climat » organisationnel.
Ce travail nous permet ainsi d'illustrer une nouvelle forme d'analyse sociologique par le biais d'un blog, mettant en avant aussi bien ses aspects positifs et favorisant les sentiments d'appartenance et d'identification organisationnelle, que les aspects négatifs et les contraintes associées au travail quotidien par les employés.

Mots-clés : blog, organisation, sentiments d'appartenance, étude de cas

Configuracoes 9.indb 232 09-05-2013 16:39:22

Normas para a apresentação de artigos

Indicações gerais

1. *Configurações – Revista de Sociologia* publica trabalhos académicos inéditos em ciências sociais, sob a forma de artigos e recensões de livros, que possam contribuir para enriquecer o conhecimento científico da realidade social, no plano nacional e internacional. Procura-se equilibrar a publicação de trabalhos de investigadores seniores com a disseminação de trabalhos de jovens investigadores, que apresentem qualidade e originalidade.

2. Trabalhos provenientes de áreas afins, considerados com interesse para as ciências sociais, mormente para a Sociologia, poderão ser considerados para publicação. Pode aceitar trabalhos já publicados em língua estrangeira, mas inéditos em português. Os trabalhos originais em língua estrangeira deverão ser traduzidos.

3. Seguindo critérios internacionais de excelência, os trabalhos propostos para publicação são submetidos a avaliação independente por especialistas, em regime de anonimato. Com base nos pareceres emitidos, o Conselho de Redacção pode sugerir aos autores a revisão dos trabalhos.

4. O Conselho de Redacção reserva-se o direito de não publicar os trabalhos recebidos, sendo a decisão comunicada por escrito aos autores e apoiada em pareceres de especialistas.

5. Os artigos propostos devem vir acompanhados de um *curriculum vitae* resumido do(s) autor(es), contendo: nome, situação profissional, instituição/organização onde desenvolve a sua actividade, endereço, telefone, fax, e-mail.

6. Os trabalhos devem ser remetidos, em duplicado, para a seguinte morada: Revista Configurações – Centro de Investigação em Ciências Sociais, A/c Dra. Ângela Matos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

Os artigos devem obedecer às seguintes regras formais:

1. Dactilografados em páginas A4, a espaço e meio e tamanho de caracteres 12, acompanhados de uma versão em suporte digital com o respectivo ficheiro em Word, com indicação da versão usada.
2. Poderão ter como limite máximo aconselhável cerca de 25 páginas, incluindo notas, bibliografia, quadro, gráficos e figuras. Deve também ser apresentado um resumo do artigo com um limite máximo de 500 caracteres, em português, inglês e francês.

3. As transcrições deverão ser colocadas entre aspas e os vocábulos em língua estrangeira deverão ser formatados em itálico.
4. Quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, com numeração árabe, para cada um dos elementos respectivos.
5. Os ficheiros originais dos quadros, gráficos e figuras devem ser enviados juntamente com o ficheiro do Word, quer sejam ficheiros de Excel, quer sejam ficheiros de outros programas (neste caso devem ser gravados na extensão JPG, GIP ou EPS).
6. As titulações deverão ser apresentadas em numeração árabe.
7. As notas de rodapé serão numeradas, sem parênteses, de forma contínua, do princípio ao fim do artigo.
8. A norma de citação adoptada será a anglo-saxónica (autor-data).

8.1.A bibliografia, apresentada de forma alfabeticamente ordenada e presente no final do artigo, obedecerá às seguintes regras:

– Apelido, Nome próprio (ano), *Título do livro*, Local de edição, Editor
– Apelido, Nome próprio (ano), "Título do texto", Nome da revista (em itálico), Volume, número, páginas
– Apelido, Nome próprio (ano), Título do texto, Nome próprio
– Apelido (org.), Título da Colectânea, Local de edição, Editor

Para trabalhos individuais:

– Autor/editor (ano), Título [Tipo de suporte], Protocolo disponível: Site// Path [data de acesso]

Artigos de revistas:

– Autor (ano, mês, dia), Título, Título da revista [Tipo de suporte], volume, páginas ou indicador de extensão, Disponível: Site//Path [data de acesso]

8.2. Para os recursos electrónicos serão usadas as seguintes regras:

Mensagens de Discussions lists:

– Autor (ano, mês, dia), assunto da mensagem, Discussions List [Tipo de suporte], E-mail disponível: DISCUSSIONS-LIST@mail.endereço [data de acesso]

Os originais devem ser enviados em duplicado por correio em suporte de papel; são necessárias duas cópias e uma versão em suporte digital com o respectivo ficheiro em formato Word, dirigidos à seguinte morada: Revista *Configurações* – Centro de Investigação em Ciências Sociais, A/c Dr.ª Ângela Matos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

Configuracoes 9.indb 234 09-05-2013 16:39:22

Próximo número da revista:

Políticas Públicas

Configuracoes 9.indb 235 09-05-2013 16:39:22

Configuracoes 9.indb 236 09-05-2013 16:39:22

Configuracoes 9.indb 237 09-05-2013 16:39:22

Configuracoes 9.indb 238 09-05-2013 16:39:22

Configuracoes 9.indb 239 09-05-2013 16:39:22

Configuracoes 9.indb 240 09-05-2013 16:39:22